

VERA LÚCIA DE CARVALHO MACHADO

**A IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS: ESTUDO DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS (1968-1981)**

UNICAMP

2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Título: A IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS: ESTUDO
DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS (1968-1981)**

Autor: VERA LÚCIA DE CARVALHO MACHADO

Orientador: José Luís Sanfelice

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Vera Lúcia de Carvalho Machado e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

Comissão Julgadora:

2002

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Machado, Vera Lúcia de Carvalho.

M18i A identidade institucional da Puc-Campinas : estudo dos
projetos pedagógicos (1968-1981) / Vera Lúcia de Carvalho Machado.
-Campinas,SP: [s.n.], 2002.

Orientador : José Luis Sanfelice.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Pontificia Universidade Católica de Campinas - História. 2.
Universidades e faculdades. 3. Educação - História. 4. Ensino superior.
I. Sanfelice, José Luis. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

02-018-BFE

DEDICO

Ao Israel, companheiro que sempre apoiou e incentivou meus estudos e pelos sonhos que me permitiu sonhar.

Ao Ricardo e Flávio, meus filhos, pela presença, pelo carinho e estímulo constante.

À Ana Cristina, amizade sincera e sempre portadora de alegria.

À Beatriz, minha neta, pela felicidade que me traz.

AGRADEÇO

Ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice pela dedicação na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho e à Prof^a Dr^a Elisabete Matallo Marchesini de Pádua, membros da Banca de Qualificação, pelas orientações e, em especial pela generosidade.

Aos entrevistados que, com presteza atenderam à minha solicitação e cujas informações muito enriqueceram esta pesquisa.

À amiga Prof^a Dr^a Maria Rosa Cavalheiro Marafon, pelo freqüente e inteligente diálogo esclarecedor.

À administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que me possibilitou o acesso aos seus arquivos.

À direção da Faculdade de Educação pela disponibilidade dos seus arquivos.

À Rede Anhanguera de Comunicações que autorizou a pesquisa nos arquivos dos jornais Correio Popular e Diário do Povo.

Aos funcionários e funcionárias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que me auxiliaram na consulta dos dados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	
PUC-CAMPINAS: HISTÓRIA DE UMA CAMINHADA	
1. Origens.....	09
2. A incorporação ao projeto educacional do governo militar na PUC-Campinas..	16
2.1 O crescimento da Universidade.....	24
3. O caso dos superalunos.....	52
3.1 A Comissão de Sindicância.....	59
4. A Crise Institucional.....	66
CAPÍTULO II	
DA CRISE À CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS	
1. A Reitoria <i>Pro Tempore</i>	75
2. O Processo de Mudança.....	79
3. As Novas Diretrizes da Igreja Católica para a América Latina.....	91
3.1 O Pensamento da Igreja Católica para as Universidades.....	92
CAPÍTULO III	
O QUE DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS	
1. A Elaboração dos Projetos Pedagógicos pelas Unidades Acadêmicas....	101
2. Projetos Pedagógicas das Unidades Acadêmicas e/ou Cursos.....	103
CONCLUSÕES GERAIS.....	139
BIBLIOGRAFIA.....	145
ANEXO	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: CURSOS E UNIDADES ACADÊMICAS: 1968-1980.....	38
Quadro 2: CURSOS NOTURNOS: 1968-1980.....	40

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Ciências Humanas – Vagas: 1968-1980.....	41
Tabela 2: Ciências Exatas – Vagas: 1968-1980.....	42
Tabela 3: Ciências Biológicas e da Saúde – Vagas: 1968 - 1980.....	43
Tabela 4: Crescimento do Número de Vagas: 1968 a 1980.....	44
Tabela 5: Percentagem de Vagas por Área no Período de 1968 a 1980.....	47

SIGLAS UTILIZADAS

A I – Ato Institucional

ADUNICAMP – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas

ADUNIMEP – Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba

APEOESP – Associação dos Professores do Estado de São Paulo

APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CELAM – Congregação Episcopal Latino Americana

CFE – Conselho Federal de Educação

Concep – Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa

Consun – Conselho Universitário

CPD – Centro de Processamento de Dados

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FACECA – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis

FAS– Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FB – Faculdade de Biblioteconomia

FCM – Faculdade de Ciências Médicas

FCT – Faculdade de Ciências Tecnológicas

FD – Faculdade de Direito

FEDUC – Faculdade de Educação

FENF – Faculdade de Enfermagem
FENG – Faculdade de Engenharia
FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FO – Faculdade de Odontologia
FSS – Faculdade de Serviço Social
GTC – Grupo de Trabalho Central
GTUs – Grupo de Trabalho das Unidades
IAC – Instituto de Artes e Comunicações
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICE – Instituto de Ciências Exatas
ICH – Instituto de Ciências Humanas
IF – Instituto de Filosofia
IL – Instituto de Letras
IP – Instituto de Psicologia
MEC – Ministério de Educação e Cultura
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PUCG – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SCEI – Sociedade Campineira de Educação e Instrução
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USAID – United States Agency for International Development
VRAAc – Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos
VRAAd – Vice Reitoria para Assuntos Administrativos

RESUMO

Este trabalho apresenta a história de uma instituição educativa de ensino superior, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), no período de 1968 a 1981.

O objetivo da pesquisa foi produzir um conhecimento com base nos projetos pedagógicos elaborados no segundo semestre de 1981, tendo em vista a identificação, vale dizer, a definição do projeto educacional da instituição campo desta pesquisa. Para a construção da história desta Universidade as principais fontes consultadas foram os arquivos institucionais, pessoais e jornais da cidade de Campinas. Também contribuíram os relatos de pessoas que participaram da instituição, no período referido.

O estudo destaca, por meio das ações desenvolvidas pela administração da Universidade, a receptividade ao projeto educacional ditado pelo regime militar para o ensino superior, explicitando-se o crescimento da instituição tanto no aspecto físico como acadêmico, o que provocou grave crise institucional.

É abordado o movimento da comunidade acadêmica que se organiza em torno das mudanças necessárias à democratização da Universidade, como também os novos princípios orientadores da Igreja Católica da América Latina para estas instituições de ensino.

Os projetos pedagógicos, produzidos pela comunidade universitária para recuperar a identidade institucional foram exaustivamente analisados e seus conteúdos são apresentados neste trabalho. A análise dos conteúdos foi realizada à luz do conceito de Projeto Pedagógico da Equipe Latino-Americana de Planejamento (ELAP).

Conclui-se que os projetos pedagógicos da PUC-Campinas tiveram um compromisso político e favoreceram a valorização do trabalho acadêmico, a participação da comunidade universitária e a legitimação de uma nova proposta para a instituição.

ABSTRACT

This work presents the historical arguments of a higher educational institution "Pontifícia Universidade Católica de Campinas" (PUCC) during the period from 1968 to 1981.

The objective of the study was the production of a working up of the knowledge based into a pedagogical project during the second semester 1981, in view of a identification to rather a educational project definition about the Institution as a field of this research. In order to gather the data necessary to the history of the university the principal sources consulted were the institutional records, personal feelings and newspapers by Campinas city. Also, the personal commentaries of take parts in the Institution while the contribution time.

On the part of the actions by the University administration, the study makes clear the receptivity of the educational project development for higher education by the side of the military regiments, clearing the increase of the Institution so far as on the physical as the academic growth, which gave rise to a serious institutional situation.

The academic community motions are subject of a discussion about a end result in view of the changes needed to the democratization of the University, so as also the new directives of the Catholic Church in Latin America for those educational institutions.

The pedagogical projects elaborated by the University's community in order to preserve the institution's identify were analyzed treat with care and showed in this work. The analyze of the contents was based under the project conception of the Latin American Planning Committee (ELAP).

The pedagogical projects of the university PUC-Campinas contained a political compromise and support the academic work, the university's community participation and the legitimation of a new proposal for the institution.

INTRODUÇÃO

1978... retorno à Faculdade de Educação da PUC-Campinas para concluir o curso de Pedagogia que havia interrompido há cinco anos. Encontro uma realidade um pouco diferente daquela que havia deixado, marcada, então, pelo silêncio e pela disciplina; em sala de aula os alunos manifestam-se agora a respeito do curso, tecem avaliações sobre o desempenho dos professores, enfim, organizam-se em busca de uma formação de qualidade e do atendimento dos seus interesses, como ocorreu por época de movimentação estudantil para que duas habilitações do curso de Pedagogia fossem oferecidas, ao invés de uma como ocorria normalmente. No Pátio dos Leões, os alunos também começavam a se manifestar e recordo-me do aluno “Mato Grosso”, presidente do DCE, organizando boicote ao pagamento das mensalidades como forma de pressionar a administração e obrigá-la a rever os valores cobrados.

No 2º semestre, participei de uma reunião da Congregação da Faculdade, como representante de classe. Lembro-me que dela também participaram o seu reitor na época, Dr. Barreto Fonseca e o Padre Busch. Como fiquei surpresa com os fatos que transcorreram durante a reunião!

Nesse momento, percebi que havia algum problema mais sério na administração da Universidade. Na minha compreensão, Reitoria e Igreja caminhavam

lado a lado e, pelos acontecimentos da reunião, fui percebendo quanto estava enganada!

É muito claro em minha memória, provavelmente pela surpresa que me causou, a reação do capelão da Universidade, diante da conduta deste reitor na referida reunião. Recordo-me que algo muito importante se discutia e que, nesse momento, surgiu à porta do “Nobrinho”, salão para as reuniões e palestras, um funcionário, que vim saber, posteriormente, era segurança e motorista do mesmo reitor. Este funcionário chamou o Reitor, o qual deixou por momentos a reunião, o que causou grande descontentamento nos presentes e uma manifestação do Padre Busch, denunciando que esta era uma prática muito comum nas reuniões com o reitor, o qual era chamado e se ausentava todas as vezes que algum assunto importante que exigisse seu posicionamento fosse colocado em discussão.

Lembro-me, também, de que nesta reunião, Padre Busch cobrou a coerência da Universidade com os ideais e preceitos da Igreja Católica.

Não tenho dúvida de que foi nessa reunião que acabaram minhas incertezas quanto à existência de sérios problemas e divergências na administração da Universidade e, pelo respeito que pessoalmente tinha pelo então capelão da Universidade, acreditei que muita coisa inadequada deveria estar acontecendo.

Nos anos seguintes, como aluna, lembro-me de que alguns professores denunciavam os desmandos da administração e, ao mesmo tempo, revelavam a esperança na mudança da instituição. Outros, entretanto, defendiam o referido reitor, justificando ser ele um homem da Igreja e, portanto incapaz das ações que lhe atribuíam. Na verdade, embora a oposição começasse a se manifestar entre alunos e professores, havia ainda aqueles que se posicionavam em defesa do então reitor e lhe manifestavam solidariedade.

Ao final do curso, recordo-me da tristeza que senti ao ver o nome da minha Universidade envolvido em fatos tão desabonadores! Por outro lado, acreditava que o movimento discente e a organização dos professores, pelo testemunho que vinham dando, promoveriam as mudanças tão almejadas por nós!

Concluo meu curso, novamente orgulhosa de minha escola! O antigo reitor havia solicitado sua demissão e fora nomeada uma reitoria *pro tempore*. Essa reitoria,

por suas ações, demonstrava que novos rumos para a instituição estavam sendo buscados...

1985... volto à Faculdade de Educação, agora como docente. Encontro uma realidade muito diferente! A participação de alunos e professores é intensa. As questões da nossa Faculdade são democraticamente discutidas, quer nas reuniões de cursos, quer nas reuniões dos departamentos. Uma razão nova está sempre justificando as nossas ações... o PROJETO PEDAGÓGICO! Tudo se justifica por ele!

Percebi que, entre o período da conclusão de meu curso e o retorno à Faculdade como docente, muita coisa havia acontecido e aos poucos fui me informando sobre elas e nelas me envolvendo. O envolvimento possibilitou-me perceber que a construção dos projetos pedagógicos havia sido o caminho escolhido pela universidade para avançar e superar a crise que eu chegara a testemunhar na qualidade de aluna.

Que eram, porém, esses projetos? Que diziam? Teriam mesmo esse poder transformador que lhes atribuíam? Como a Universidade se reorganizara em função deles?

Essas questões me motivaram a realizar no Mestrado um estudo sobre o Projeto Pedagógico da Faculdade de Educação. Debrucei-me sobre o documento elaborado nesta unidade acadêmica e pude compreender o processo de sua elaboração, a concepção de educação que defendia, o profissional que se desejava formar, dentre outros assuntos nele tratados. Em razão desse estudo, percebi que freqüentemente havia descompasso entre os setores acadêmico, administrativo e financeiro e que nem sempre a Universidade tinha condições de atender as prioridades definidas no Projeto, e, ao final, concluí que o Projeto estava se tornando um mito...

Restava saber, no entanto: e o Projeto Pedagógico da Universidade? Muitas vezes a proposta educativa era lembrada, cobrada, servia de argumento para a mudança, para a conquista de melhores condições de ensino e de trabalho. Inquirindo sobre a proposta maior, descobri que não havia um documento que a registrasse; descobri que o Projeto Pedagógico da Universidade era somente o conjunto dos projetos pedagógicos elaborados pelas unidades acadêmicas.

A vivência na Universidade e a observação das unidades acadêmicas mostravam-me que havia grandes diferenças entre elas, o que dificultava a aceitação

da idéia de **um** Projeto Pedagógico **da** Universidade. Assim, vi-me compelida a, no Doutorado, identificar, valendo-me dos projetos pedagógicos das unidades acadêmicas, o Projeto Pedagógico da Universidade.

Realizo a pesquisa na expectativa de identificar os conteúdos dos projetos pedagógicos das unidades acadêmicas e, na diversidade, busco encontrar a unidade que inspiraria as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da PUC-Campinas, pois como afirma Magalhães (1999:68), a instituição educativa constitui “*uma totalidade em construção e organização*”, com uma cultura pedagógica própria, com fins determinados e em determinado contexto histórico.

Assim, tomo como objeto de estudo uma instituição educativa e, na abordagem da sua história, focalizo uma dimensão específica, dentre tantas outras possíveis, vale dizer, **seu Projeto Pedagógico**. Para isso, procuro construir a história da instituição, pois

“Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias. A instituição constrói um projeto pedagógico indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do seu projecto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber.” (Ibid, p.69)

O processo histórico da PUC-Campinas, no período de 1968 a 1981, foi tomado como objeto de estudo em sua totalidade histórica, partindo-se dos materiais históricos obtidos das fontes. Segundo Schaff,

*“... o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes (...) com a ajuda dos quais constrói o que chamamos os fatos históricos (...) o estudo e o conhecimento histórico têm **sempre** (grifo no original) como objeto um processo histórico na sua totalidade, se bem que nos apercebamos desse objeto através de fragmentos dessa totalidade”* (Schaff, 1995: 307-308)

Pela dinâmica que caracteriza as instituições educativas, nem tudo o que se passa no seu interior, no seu dia-a-dia fica registrado, “... *havendo mesmo dimensões desse cotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos actores e muitas outras que são regularmente destruídas*” (Magalhães, 1999:69). Na presente pesquisa, tal fato confirmou-se, pois muitos dados do período de 1968 a 1981 não se encontram registrados na instituição em estudo, obrigando-me a buscar outras fontes de informação. Segundo esse autor

“A história das instituições educativas constitui um processo epistémico que medeia entre a(s) memória (s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas (...) nem a percepção de conjunto se obtém a partir de uma única fonte ou de uma só vez” (ibid:69)

As fontes principais deste estudo foram os registros das atas das reuniões dos colegiados, Conselho Universitário (Consun) e Conselho de Ensino e Pesquisa (Concep), localizadas nos arquivos da Faculdade de Educação da PUC-Campinas. Foram consultadas todas as atas desses colegiados, elaboradas no período de 1968 a 1982.

Pesquisei também nos arquivos que me foram disponibilizados no Gabinete e na Assessoria de Planejamento da Reitoria. No primeiro arquivo encontrei grandes dificuldades para a busca que empreendi, pela ausência de precisão na organização do material, e no segundo, consegui encontrar alguns dados sobre os projetos pedagógicos.

Coletei outras informações na Assessoria de Projetos, onde, com a ajuda da assessora, obtive alguns dados sobre o espaço físico da instituição, o mesmo ocorrendo na Coordenadoria de Extensão, cujos arquivos estavam sendo organizados.

Na Secretaria Geral, ao buscar nos seus arquivos as portarias e outros documentos da Reitoria, referentes ao período de 1968 a 1981, fui informada de que dificilmente os encontraria. Nesse setor, obtive cópias dos Editais dos Vestibulares do período estudado.

A insuficiência de dados na Universidade levou-me à pesquisa nos arquivos de dois jornais da cidade: Correio Popular e Diário do Povo. Arquivos pessoais também se tornaram fontes para coleta de dados.

Recorri, ainda, à memória de pessoas que, de alguma forma, testemunharam o cotidiano da instituição, no período estudado. Para isso, entrevistei uma ex-diretora de unidade acadêmica que foi também funcionária da instituição, um jornalista, ex-aluno do Instituto de Artes e Comunicação e um padre, ex-diretor de uma unidade acadêmica. Foram escolhidas essas pessoas por se considerar que poderiam com seu testemunho de um período cujo registro documental era precário, possibilitar a ampliação das informações e obter esclarecimentos importantes.

Os projetos pedagógicos foram localizados, após longa busca, nos arquivos da Secretaria dos Conselhos da Universidade. Foram lidos e analisados todos os projetos pedagógicos produzidos nas unidades acadêmicas e aprovados nos órgãos colegiados da Universidade.

Não consegui, por outro lado, localizar arquivos no Diretório Central dos Estudantes, mas alguma documentação eu as consegui nos arquivos da Associação dos Professores da PUC-Campinas (APROPUCC).

Com os dados coletados fui inicialmente construindo a história da PUC-Campinas, o que me possibilitou entender o projeto pedagógico no contexto histórico da Universidade, e que apresento nos Capítulos I e II deste trabalho.

No Capítulo I procuro expor a história da instituição, articulando-a com o contexto social e educacional brasileiro, no período de 1968 a 1981, explicitando o compromisso que se assumiu com o projeto educacional do governo militar, as práticas autoritárias e a crise institucional produzida pela administração da Universidade.

No Capítulo II abordo o movimento de reorganização da Universidade, com base na organização da comunidade acadêmica e início da construção do projeto pedagógico.

A produção desse conhecimento permitiu-me notar que havia um componente ideológico presente e que se referia ao pensamento da Igreja Católica para suas

instituições educativas. Isto me levou a apresentar, também nesse capítulo, as principais idéias do pensamento católico para a Igreja Latino-Americana, que, segundo minhas observações, estavam já presentes no discurso do novo grão chanceler da Universidade e na prática de muitos professores e alunos.

A leitura dos projetos pedagógicos foi uma atividade exigente, mas possibilitou-me a identificação dos seus conteúdos. Inicialmente procurei ter deles um conhecimento panorâmico.

Sem ter definido qualquer categoria para a orientação da leitura, realizei uma segunda abordagem dos projetos e fui classificando os conteúdos pelos assuntos que tratavam. Essa síntese foi melhorada e dela resultou outra. Considerando, entretanto, que os assuntos eram abordados em alguns projetos e não em outros, julguei que seria mais fiel aos dados se os agrupasse por área de conhecimento e assim o fiz. O material produzido está anexado nesta tese.

O trabalho realizado identifica-se com a técnica “análise de conteúdo”, conforme definida por Gil (1990), compreendendo a pré-análise, a exploração do material e a interpretação dos dados. Realizei esta última fase, no Capítulo III, tomando como referência a concepção de Projeto Pedagógico da Equipe Latino-Americana de Planejamento, apresentada por Gandin (1983) e por Vasconcellos (2000).

Na conclusão, procuro apresentar respostas que obtive, tendo em vista minhas indagações iniciais e outras afirmações que o estudo realizado possibilitou. Reconheço, no entanto, que todo conhecimento produzido é sempre inacabado, que existem outras possibilidades de abordagem do que aqui foi tratado. Deixo, portanto, a indicação para que elas ocorram, contribuindo, assim, para o conhecimento cada vez mais aprofundado da instituição PUC-Campinas.

Considero importante finalizar apontando para a possibilidade existente na pesquisa em história da educação do objeto de conhecimento que são as instituições educativas. O mergulho na interioridade de uma instituição por meio dos dados vai dando sentido histórico aos mesmos,

“... à medida que o historiador mergulha na sua interioridade [da instituição] a partir de informações que lhe permitam uma análise sistemática, sob um mesmo conjunto de fenômenos, que o historiador estabelece hipóteses-problema e esboça um sentido para as suas investigações.” (Magalhães, 1999:69)

CAPÍTULO I

PUC-CAMPINAS: HISTÓRIA DE UMA CAMINHADA

1. Origens

O estudo sobre a educação brasileira nas primeiras décadas do séc. XX revela, dentre outros acontecimentos, a luta da Igreja Católica para recuperar a importância dos valores católicos, preteridos na nova ordem política social instaurada após a Proclamação da República.

"A consciência católica via o Brasil como filho da desordem moderna, da anarquia pedagógica, do empirismo científico e da incultura generalizada. O que não significou que não visse a si mesma como uma das causadoras da situação ... Este auto-reconhecimento, segundo eles, se revela no pouco empenho feito pelos católicos no sentido de disseminarem seus princípios e objetivos, ficando a ação católica exercida graças à boa vontade de uns poucos abnegados".(Cury, 1986:38-9).

Um dos seus primeiros representantes a se opor ao laicismo do Estado, D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, em 1916, em uma Carta Pastoral, defende a religiosidade do povo brasileiro e

"... reivindica o retorno de certos privilégios como o ensino religioso e reconhecimento da parte do Estado como 'nação católica'. Também propõe a formação de uma elite capaz de exercer influências na recristianização das elites, atacadas pelos males da civilização burguesa e liberal, e na mobilização dos leigos em favor das teses católicas" (Cury, 1986:15)

O arcebispo defendia, ainda, nessa mesma pastoral, a criação de uma universidade em Recife.

Ações são empreendidas nessa luta pelo retorno do catolicismo, dentre as quais cite-se a criação da Revista Ordem e do Centro D. Vital, que se tornam então instrumentos para divulgação das idéias católicas, contrapondo-as ao liberalismo e ao comunismo, que haviam impregnado o mundo moderno e provocado a desordem social no mundo.

"O Centro procurava reunir intelectuais católicos e formá-los para a militância política conforme a interpretação do catolicismo feita pelo Cardeal Leme e por Jackson de Figueiredo, de acordo, aliás, com as tendências dominantes da Igreja na Europa. O Centro coordenava, também, (...) os novos movimentos de leigos que foram criados, entre eles a Ação Católica, o Instituto Católico de Altos Estudos (embrião da Universidade Católica), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Católicos, a Confederação da Imprensa Católica" (Cunha, 1986a:250).

O alvo principal das ações do grupo católico eram, sobretudo, as elites dirigentes do país que, historicamente sempre tiveram o apoio da Igreja; tratava-se, portanto de resgatar as tradicionais relações da antiga ordem social.

"Nos primeiros anos da República, iniciaram-se providências para que a Igreja Católica passasse a utilizar o ensino superior como meio privilegiado de exercer influência na sociedade. Sucessivos congressos de leigos católicos (o primeiro foi na Bahia, em 1900) reivindicavam a criação de uma universidade católica no Brasil, segundo o modelo da Universidade de Louvain, na Bélgica. Em 1908, dois eventos marcaram, em São Paulo, a presença da Igreja no ensino superior: a criação da Faculdade de Filosofia São Bento, agregada à Universidade de Louvain,

no convento do mesmo nome, núcleo da Universidade Católica que veio a ser formada mais tarde e a concessão, pelo Papa, do título de Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras ao Seminário Arquidiocesano” (Cunha, 1986^a:314).

Após a Revolução de 30, a fragilidade do processo político torna a Igreja Católica, conforme Cury (1986), uma força politicamente necessária, o que lhe possibilita colocar-se no cenário político e influenciar no atendimento de seus interesses.

A luta pela presença da Igreja no ensino superior não esmorece e surge, novamente, no Congresso Católico de Educação, realizado em 1934, a idéia de criação de uma Universidade Católica. Essa intenção foi defendida pelo Cardeal Leme com apoio institucional e financeiro do Papa, e o organizador das Faculdades Católicas foi o presidente da Ação Católica Brasileira, Alceu de Amoroso Lima.

Se nas primeiras décadas da República não houve o incentivo à criação de universidades¹, quer públicas, quer privadas, na era Vargas o apoio à criação das universidades católicas não deixou de existir no contexto da aproximação Estado e Igreja.

As Faculdades Católicas do Rio de Janeiro (Direito e Filosofia) foram criadas em 1940 e reconhecidas como Universidade em 1946, contando com a Escola de Serviço Social e a Escola Politécnica.

As Faculdades Católicas, em face da dificuldade do Estado assumir o ensino superior, vêm exercer uma função supletiva nesse nível de ensino.

“A Universidade Católica surgiu justamente na capital da República – na sede do aparelho de Estado visando desenvolver o ensino segundo padrões modernos, com estudantes que já tivessem, predominantemente, uma educação secundária católica, capazes, portanto, de terem uma formação homogênea (...) orientados para a direção da sociedade ...” (Cunha, 1986a:317)

¹ O desinteresse pela criação de universidades no início do período republicano dá-se pela influência dos positivistas brasileiros que as consideravam herança da Idade Média e da Igreja Católica.

Tratava-se, portanto de assumir, agora no nível superior, a formação da elite condutora do país como já o fizera nos outros níveis de ensino. É nesse contexto que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas² (PUC-Campinas) tem sua origem, quando em 20 de maio de 1941 é constituída a Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), cuja finalidade era

*"Manter, administrar e dirigir os estabelecimentos de ensino secundário já existentes e de propriedade da Diocese de Campinas, Colégio Diocesano Santa Maria e Academia de Comércio São Luiz, com os Cursos anexos facultados pelas leis nacionais de ensino; fundar, manter, administrar e dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Educação e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas e mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica de Campinas"*³

Segundo Camargo (1989:32), a criação da PUC-Campinas, bem como a criação de instituições de ensino católicas fundadas no mesmo período, tinham seus objetivos centrados em um *"projeto político-cultural da Igreja Católica, para combater o positivismo, o liberalismo político e a laicização do ensino e da cultura (...) formar líderes cristãos e de cristianizar a sociedade"*.

Afirmção semelhante é feita por Sá quanto ao perfil do intelectual proposto no projeto gerador da PUC-Campinas, *"o de um filósofo, acima de profissional, um missionário, um vocacionado, um civilizador, um formador de personalidade, um patriota, um sábio, um ser de deveres para com Deus, a pátria e para consigo mesmo"*.(Sá, 1984:91).

Em 07 de junho do mesmo ano é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia, História, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Ciências Sociais e Pedagogia.

Nesse ano de 1941, em 18 de dezembro é criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, que oferece o curso de Ciências Econômicas.

² O título de Pontifícia foi concedido pelo Papa em 1972. A instituição teve anteriormente as denominações seguintes: Faculdades Campineiras (desde sua criação até 1955), Universidade de Campinas (1955-1956), Universidade Católica de Campinas (1956-1972). Neste trabalho usarei sua denominação atual – PUC-Campinas

³ Prospecto da Universidade Católica de Campinas, 1969:3

O crescimento da instituição mantém-se nos anos 40 e 50 com significativa ampliação das unidades acadêmicas, sendo criadas, em 1945, a Escola de Biblioteconomia de Campinas; em 1949 a Escola de Enfermagem "Madre Maria Theodora", a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Odontologia; em 1951 a Faculdade de Direito de Campinas.⁴

São criados ainda nesse período: o Curso de Professores de Educação Doméstica e de Trabalhos Manuais (1947) em nível médio; o Curso de Orientação Educacional (1947) que funcionava junto à Faculdade de Filosofia, e o Conservatório de Canto Orfeônico de Campinas Maestro Julião (1947), formando professores de canto. Deste último se originou a Faculdade de Música reconhecida pelo Decreto nº 55166 de 09/12/64.⁵

Todas essas faculdades e cursos constituíram as "Faculdades Campineiras", administradas pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, representada pelo Bispo Diocesano de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto, substituído após sua morte, no mesmo ano da fundação da Sociedade, por Dom Paulo de Tarso Campos. Era reitor da instituição o Monsenhor Dr. Emílio José Salim.⁶

Com a criação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 13/08/46, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas passam a integrá-la, o que perdura até 1955. Além das Faculdades Campineiras, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo contou com a agregação da Faculdade

⁴ A Escola de Enfermagem Madre Theodora, e a Escola de Serviço Social, ambas de nível superior, eram instituições agregadas, isto é, não tinham vínculo financeiro com as Faculdades Campineiras; delas recebiam apenas o diploma. A Escola de Enfermagem estava ligada à Congregação das Irmãs de São José, e a Escola de Serviço Social à Congregação Missionárias Jesus Crucificado.

⁵ Cursos de nível médio eram oferecidos com o objetivo de estabelecer o vínculo da instituição com a sociedade. Também acabavam por motivar os estudantes a ingressarem no curso superior.

⁶ Cf Depoimento de antiga funcionária da Universidade e ex-diretora da Faculdade de Biblioteconomia, a idéia da criação de uma Universidade partiu de D. Barreto, Bispo Diocesano. Monsenhor Salim havia conseguido o reconhecimento do Colégio Diocesano Santa Maria e o Bispo o convidou para criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, no futuro, se tornaria uma Universidade Católica. Logo após a criação da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, criada como sociedade civil e não como fundação porque o Bispo desejava autonomia e ausência de vínculo com o judiciário, D. Barreto, após viagem, adoece e assina documento em branco para Monsenhor Salim, solicitar a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (fato este comentado várias vezes por Monsenhor, conforme a funcionária). Com o falecimento do Bispo, Monsenhor Salim mantém os trabalhos para a criação da FFCL, respeitando o compromisso assumido com D. Barreto.

de Filosofia Ciências e Letras São Bento e *Sedes Sapientiae*, com a recém criada Faculdade de Direito e com a Faculdade de Engenharia Industrial.⁷

A denominação Universidade de Campinas ocorre em 1955 quando o governo equipara as Faculdades Campineiras às universidades oficiais pelo Decreto 38327 de 19/12/55 da Presidência da República. Em 14/03/56, a Universidade é solenemente instalada no Teatro Municipal de Campinas, com a presença do Ministro da Educação e Cultura e das autoridades eclesiásticas, civis e militares.⁸

A Universidade de Campinas é erigida canonicamente a Universidade Católica por decreto da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Estudos da Santa Sé de 07/07/56, e o arcebispo metropolitano de Campinas Dom Paulo de Tarso Campos, é nomeado seu Grão Chanceler e confirmado o Monsenhor Dr. Emílio José Salim para a Reitoria.

Desde sua criação, a instituição desenvolveu as suas atividades em antigo casarão localizado na rua Marechal Deodoro nº 1099, no centro da cidade de Campinas, de propriedade do Barão Joaquim Polycarpo Aranha, "Barão de Itapura". O prédio foi doado à Diocese de Campinas⁹

Monsenhor Dr. Emílio José Salim administrou a Universidade até sua morte em 1968 e a deixou assim organizada:¹⁰

⁷ Quando D. Barreto sugeriu a criação de uma Universidade Católica em Campinas, houve resistência do Arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar Fonseca e Silva, que entendia que a Universidade Católica deveria ser criada primeiro em São Paulo. Com a realização do Congresso Eucarístico e com a sua morte, acaba por ser criada primeiro a FFCL em Campinas. Entretanto, o ideal de criação da Universidade Católica em São Paulo mantém-se e, em 22/08/46, o Presidente Dutra assina decreto criando a PUC/SP. Cf antiga funcionária e ex-diretora, Monsenhor Salim lutou para que fosse assinado o decreto nesse dia, por ser aniversário de morte de D. Barreto. Houve reunião no Palácio Episcopal onde o cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, Arcebispo de São Paulo, em audiência com todos os membros das Faculdades, informou sobre a assinatura do decreto criando a Universidade.

⁸ Em visita a Campinas, em 1955, o Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi, aconselha o Bispo Diocesano, D. Paulo de Tarso Campos e o diretor das Faculdades Campineiras, Monsenhor Emílio José Salim a pensarem na constituição de uma universidade, posto que as Faculdades já atendiam às exigências legais para isso e indicavam pleno desenvolvimento, bem como a cidade de Campinas. Cf. Matos, Odilon Nogueira, 1988, p.184.

⁹ Consta da ata da 56ª reunião da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, realizada em 29/03/72 que o imóvel foi doado à Diocese por Dona Isolete Augusta de Souza Aranha. Nessa reunião foi sugerido dar o seu nome a uma das ruas do Campus I em reconhecimento ao seu gesto.

¹⁰ Prospecto da Universidade Católica de Campinas, 1969:3

I Instituições Incorporadas

- 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- 2- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
- 3- Faculdade de Odontologia
- 4- Faculdade de Direito
- 5- Faculdade de Biblioteconomia
- 6- Faculdade de Música
- 7- Instituto Superior de Psicologia

II Instituições Agregadas

- 1- Faculdade de Enfermagem "Madre Maria Theodora"
- 2- Faculdade de Serviço Social

III Instituições Complementares

- 1- Colégio Universitário Pio XII
- 2- Museu Arquidiocesano
- 3- Orquestra Sinfônica Universitária
- 4- Colégio Comercial da Academia "São Luiz"
- 5- Coral Universitário."

Para Camargo, Monsenhor Dr. Emílio José Salim, único Reitor desde a fundação da instituição exerceu uma administração centralizadora nos aspectos acadêmicos e financeiros.

"As questões de seu mister ele as resolvia conforme suas convicções na fé cristã e no sacerdócio e, devido ao seu prestígio pessoal e liderança, distanciava-se do planejamento e soluções em bases científicas. A despeito disso, o Reitor conseguiu manter e administrar a 'sua obra' de forma eficiente" (Camargo, 1989:35).

Com a morte do Reitor¹¹, assume a Reitoria o diretor da Faculdade de Direito, Dr. Benedito José Barreto Fonseca, que vinha ocupando a Vice-Reitoria da Universidade.¹²

¹¹ O impedimento da matrícula de um aluno da FFCL, acusado de "indisciplina, desrespeito, insolência, antipatia e falta de fé cristã" provocou ampla mobilização dos diretórios acadêmicos e a decisão dos alunos de não renovarem matrícula se não houvesse revisão da punição ao colega. O Consun não aprovou mudanças na penalidade ao aluno. Dessa forma, em maio de 1968, os alunos invadiram o Prédio Central da Universidade e por três dias se apossaram dele, exigindo a saída do diretor da FFCL, mudança nas normas para eleição dos diretores e solução para o caso do aluno. O Consun acatou as

Sua nomeação se dá de forma atípica dado que ele se antecipara nos encaminhamentos para o processo de escolha.

"Com a morte do Reitor, o Bispo diocesano procedeu a uma consulta aos Diretores das Unidades Acadêmicas para obter consenso quanto ao nome do Vice-Reitor para ocupar a Reitoria. Como houvesse demora no processo de consulta, uma vez que o Bispo se encontrava velho e muito doente (faleceu dois meses depois dessa data), o Vice-Reitor providenciou uma bula papal, designando-o Reitor. Tal documento foi possível graças à interferência de um cardeal brasileiro, ex-professor da PUCCAMP, que servia no Vaticano" (Camargo, 1989:44)

Ainda na avaliação de Camargo, esta nova administração, centrada na figura do Reitor, reproduzia na PUC-Campinas a repressão, o autoritarismo e o medo que caracterizavam a sociedade brasileira no período da ditadura militar, provocando logo no início de sua gestão a demissão de professores e de diretor de unidade acadêmica.

"Os Colegiados já não tinham mais a função de deliberar, mas de ratificar os atos do Reitor, deferidos 'ad referendum', na sua maioria, conforme consta das atas das reuniões. Proliferaram as portarias internas de proibição de toda e qualquer reunião ou manifestação de alunos e professores, no recinto da Universidade" (Camargo, 1989:46).

2. A incorporação do projeto educacional do governo militar na PUC-Campinas

A posse do novo reitor da PUC-Campinas coincide com o momento de recrudescimento do governo militar. O golpe de 64 que, segundo os militares, ocorrera para defender a democracia no país, vinha se consolidando em violenta ditadura militar.

mudanças para a eleição, afastou temporariamente o diretor, mas não reconsiderou a punição ao estudante. O mandato de segurança impetrado deu ganho de causa ao aluno, obrigando o afastamento definitivo do diretor da unidade. Ainda, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para abrir sindicância quanto às denúncias do aluno, obrigando o Reitor e o Diretor envolvidos a deporem sobre a negação da matrícula. "... o Reitor veio a falecer, ainda no mês de junho de 1968. Sua morte foi 'anunciada' como uma consequência de todo o drama vivido nesse ano" (Camargo, 1989:43)

¹² Conforme Camargo, (1989: 44) havia uma luta pelo poder central da Universidade e "sem o conhecimento de todos os professores, o promotor da cidade e diretor da Faculdade de Direito (...) ainda no 1º semestre passou a ocupar a Vice-Reitoria da Universidade".

O poder executivo, logo após o golpe, foi fortalecido pelo Ato Institucional nº 1 que, pelos seus termos, enfraquecia os poderes legislativo e judiciário, dando condições para a centralização do poder nas mãos do presidente da República. Tratava-se, segundo Vieira (1995), de satisfazer as exigências daqueles que já possuíam influência, por meio de atos institucionais (AI), atos complementares, leis de segurança nacional e decretos.

Ao final de 1968, a linha dura¹³ do regime militar baixou o Ato Institucional nº 5, com prazo de vigência indefinido que ampliava ainda mais os poderes atribuídos ao executivo. O Ato Institucional nº 5 *“forneceu a cobertura paralegal para uma nova e tenebrosa fase da ditadura militar que se construía desde abril de 1964”* (Cunha, 1988:23)

Na realidade, o governo militar dentre outros compromissos¹⁴, dizia-se comprometido com a segurança interna, isto é, com a eliminação da subversão e do comunismo, levando-o logo de início, à institucionalização do Estado de Segurança Nacional, em nome do qual medidas foram tomadas para o controle e eliminação dos movimentos sociais, bem como dos indivíduos ligados ao governo anterior. Nesse movimento de “operação limpeza”, como o nomeava o próprio governo, várias ações repressivas se desencadearam e *“manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes”* (Alves, 1985:66)

Em relação às universidades, amplo processo de invasões, denúncias e perseguições foi desencadeado; professores, administradores, funcionários foram afastados de seus cargos, tendo em vista a “operação limpeza” do governo autoritário. A intervenção militar deu-se em várias universidades públicas, sobretudo na de Brasília que sofreu seguidas ocupações no período. Estudantes também foram o grande alvo da ação repressiva dos militares.

¹³ Os “linhas duras”, oficiais de extrema direita, defendiam o emprego mais intenso de medidas de força imediatas. *“O setor de linha dura aglutinava-se em torno do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, usando-o como instrumento de pressão política sobre as decisões do governo”* (Alves, 1985:59).

¹⁴ *“... o Estado militar caracterizava-se pelo aumento da intervenção na esfera econômica, concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas no país, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração da renda”* (Germano, 1994:56)

“A importância política das organizações estudantis centralizadas na União Nacional dos Estudantes (UNE) tornava-a alvo preferido da estratégia psicossocial da “Operação Limpeza”. Não seria permitida participação política a estas organizações, confinadas à promoção de atividades recreativas ou a tarefas administrativas da vida estudantil. A UNE recusava este papel, representando os estudantes como grupo político de pressão em face do governo... No próprio dia do golpe, 1.º de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida por tropas e incendiada. Centenas de estudantes foram detidos em todas as universidades, sendo a UNE oficialmente extinta e desmantelada pelo governo militar. (Alves, 1985:67-8)

Segundo Germano (1994), a partir de 1964, o Estado caracteriza-se por forte autoritarismo, mas mantendo a “aparência democrático-representativa” com o funcionamento do Congresso e do Judiciário ainda que como apêndices do Executivo.

É em 1968, porém, com o Ato Institucional nº 5¹⁵ que o governo militar conseguiu ampliar o controle social, impedindo, por meio da repressão, qualquer forma de oposição ao regime. Seu objetivo era garantir o desenvolvimento econômico com base na produção capitalista organizada de forma monopolista.

Nesse contexto da ditadura militar, tornou-se perfeitamente viável o autoritarismo implantado na PUC-Campinas e, tal como ocorria no governo militar, procurava-se manter a “aparência” de uma administração democrático-representativa, através das reuniões dos órgãos colegiados que, como veremos, eram subservientes ao reitor. Essa forma de exercício do poder fragilizava todo movimento de oposição, tal como ocorreu em 1969 quando, movidos por intensa luta política no interior da instituição, quarenta e nove professores dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Matemática, Letras e Filosofia,

¹⁵ Alves (1985, p.131), assim resume os poderes atribuídos ao executivo pelo AI n.º5: “ 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes(...) 6) poder de decretar o estado de sítio (...); 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional n.º 5.”

numa carta renúncia, colocaram o cargo à disposição, o que, para surpresa de todos, é aceito pelo reitor, obrigando o pedido de demissão coletiva¹⁶.

Estava se desenvolvendo um novo modelo administrativo na Universidade, centrado na figura do reitor, como já foi dito, que estava, entretanto, amparado legalmente nos estatutos e regimentos da instituição e na procuração outorgada pelo Arcebispo.

“... cujo exercício era amparado por uma procuração do Arcebispo Metropolitano que lhe concedia amplos poderes e pelos Estatutos e Regimentos da Universidade...”

... -ao Reitor cabia escolher todos os diretores e vice-diretores (os quais representavam 80% dos órgãos colegiados, CONSUN e CONCEP;

- ao CONSUN cabia fazer a lista sêxtupla para escolha do Reitor;

- ao Reitor cabia nomear o coordenador de Departamento, indicado pelo Diretor;

- ao Reitor cabiam amplas atribuições de admitir, licenciar e demitir funcionários, professores, capelães, pesquisadores, diretores e vice-diretores;

- ao Reitor cabia convocar as eleições estudantis;

- ao Reitor cabia direito de veto às decisões do CONCEP e do CONSUN, que só era rejeitado com apoio de 2/3 dos seus membros;

-ao Reitor cabia aplicar sanções disciplinares aos professores e funcionários e o diretor deveria aplicá-las aos alunos...” (Camargo, 1989:48)

Se as ações administrativas de Monsenhor Salim, conforme afirma Camargo (1989), se pautaram em suas convicções religiosas e foram favorecidas pelo seu natural espírito de liderança; o que se observa, no entanto, na prática administrativa do reitor que o substituiu, é o empenho no desenvolvimento de um projeto megalômano para a Universidade viabilizado por práticas autoritárias, como sugerido nos documentos pertinentes ao ensino superior.

¹⁶ Camargo (1989:45-6) relata manifestação de alunos do curso de Ciências Econômicas, a demissão do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e a ocupação do pátio da Universidade pelos militares, a pedido do reitor. Castanho (1996:2) um dos demissionários na época, assim relata aquele momento: *“Não houve um só momento de 1962 a 1969, em que não se colocasse a questão, com as bandeiras mais vistosas de 1/3 de participação nos conselhos acadêmicos, posteriormente da representação paritária, da departamentalização das decisões da flexibilização curricular, da renovação didática e tantas outras. O certo é que, em 1968, já havia um projeto consolidado de Reforma Universitária da PUCCAMP. O projeto era global e ia dos assuntos periféricos até o cerne da vida institucional da PUCCAMP, questionando até mesmo seu núcleo de poder. Não admira que tenha recebido implacável oposição e resistência”*.

Chauí (2001), falando da reforma universitária, assinala as recomendações dos relatórios Atcon (1966) e Meira Mattos (1968) quanto à administração da universidade. Para o primeiro o sistema universitário deveria se basear no modelo administrativo das grandes empresas “*com a direção recrutada na comunidade empresarial, atuando sob sistema de administração gerencial desvinculado do corpo técnico-científico e docente*”¹⁷ e, para o segundo, era necessária nova ordem administrativa e **disciplinar**.

A ação centralizadora visando ao controle da vida institucional foi característica de toda a gestão do reitor e pode ser observada desde o início por meio da normatização dos diferentes setores da Universidade.

Ao longo de sua gestão, várias foram as normas baixadas pelo reitor e aprovadas “ad referendum” no Conselho Universitário (Consun) e no Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (Concep)¹⁸, este último instalado em 10/04/72. Tais normas diziam respeito, sobretudo, ao controle da vida acadêmica dos alunos, como matrícula, transferência, dependência, provas¹⁹ e concurso vestibular. Também não escapava ao controle o trabalho docente, sobretudo no que se refere ao cumprimento das ordens relativas ao seu trabalho, isto é, entrada pontual em aula, respeito às datas para entrega de programas e notas, observância de relação respeitosa entre professor e aluno, dentre outras. Aos diretores era recomendado que, vez ou outra, assistissem às aulas dos professores, bem como eram lembrados de que, se necessário, aplicassem as regras disciplinares existentes para docentes e discentes. Não eram esquecidos os funcionários, sendo freqüentes as recomendações quanto ao cumprimento do horário de trabalho e das normas disciplinares. Também eram baixadas normas relativas à avaliação dos alunos, transferências, enfim à vida acadêmica em geral. Não se pode afirmar, entretanto, que houvesse nesse período preocupação em refletir com os membros dos colegiados sobre o trabalho educacional desenvolvido ou os rumos do crescimento da própria instituição. Nos moldes de uma

¹⁷ Baer, W. O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista. *Revista Estudos Cebrap*, n.º20, p.17, apud Chauí, M. *Escritos sobre a universidade*, p.47

¹⁸ A Reforma Universitária de 1968 previa na administração da Universidade um órgão central de coordenação do ensino e da pesquisa. O Estatuto e o Regimento da Universidade definiam a composição e atribuições desse órgão colegiado.

¹⁹ Na 84ª reunião do Consun, em 03/08/73 foi aprovado o agendamento das provas pelo diretor de unidade acadêmica e o reitor solicitou cópia das provas a que eram submetidos os alunos, numa demonstração de total ingerência da Reitoria no trabalho docente.

concepção funcionalista, acreditava-se que o controle do desempenho nos diferentes papéis garantiria a consecução dos fins da instituição.

As atribuições do reitor, definidas no Estatuto e Regimento da Universidade, permitiam-lhe total poder e domínio em todas as esferas institucionais. Era ele quem escolhia e nomeava os diretores das unidades acadêmicas valendo-se de uma lista sêxtupla, e os nomeados indicavam os professores. O reitor apresentava as indicações de novos professores nas reuniões do Conselho Universitário e as nomeações e contratações eram prontamente aprovadas e ou referendadas, sem maiores análises e questionamentos, conforme comprovam atas desse colegiado, demonstrando o perfeito esquema montado, pois os membros dos colegiados eram os diretores nomeados²⁰ pelo reitor. Estava, desta forma, constituída a trama perfeita para que, em última instância, tudo convergisse para as mãos do reitor. Esse poder tornava-o profundamente admirado e valorizado pelos seus pares. Tudo “parecia” ser democraticamente decidido e deliberado pelos membros dos colegiados. As pessoas de sua confiança que, portanto, faziam parte dos colegiados, manifestavam com freqüência admiração e gratidão por ele. Um membro do Conselho Universitário, anunciando-se porta voz do grão chanceler, ao defender as medidas judiciais contra o parecer da Prof^a. Esther de Figueiredo Ferraz, que regulamentava o mandato dos Reitores assim se exprime: *“Se este homem não existisse, precisaríamos criar um igual ... Este homem nasceu para o cargo que desempenha, não poderei de maneira nenhuma ficar sem a colaboração dele na Universidade, que floresceu e cresceu em suas mãos”* (Ata da reunião do Consun de 19/10/72, p. 2-3).

Em outra ocasião, o diretor de uma unidade acadêmica agradeceu ao reitor as *“excelentes instalações”* do curso e o reconhecimento do mesmo, lembrando a *“prestimosidade”* do reitor em conceder título ao conselheiro do CFE, que deu parecer reconhecendo o curso²¹. (Ata da 105ª reunião do Consun 13/03/76)

²⁰ Só ao final da década de 70 é que se constitui a Comissão de Ingresso e Promoção de Docentes no Conselho Universitário.

²¹ Germano (1994), abordando o caráter privatista do Estado Militar afirma que ele foi invadido pelos grupos privados, que colocaram o aparelho estatal a serviço de seus interesses. Também Cunha (1986b:49) assim se expressa em relação ao governo *“O governo recebia muito bem esse crescimento das escolas particulares ...O Conselho Federal de Educação dava sua contribuição a esse ‘esforço’ da*

Na verdade, as ações empreendidas por conta das exigências e deveres do cargo, tornavam-se nesse período da vida universitária, motivo para cultuar a pessoa do reitor, favorecendo, de um lado, gestos de vaidade e poder, e de outro, propiciando um ambiente de bajulação e subserviência.

Em reunião do Conselho Universitário de 23/12/75, tendo em vista a composição das listas sêxtuplas²² para escolha do reitor e dos vice-reitores, constava da ordem do dia concessão do título de “*Doctor Scientiae et Honoris Causa*” ao Reitor da Universidade. Além de inoportuna a aprovação de tal concessão nesse momento de eleição,²³ a forma como o assunto foi colocado em pauta merece ser transcrito da ata da reunião, por revelar a articulação de bastidores e a tendência de se simularem situações para impressionar aos presentes, mediante atos teatrais.

“A fim de atender a um chamado telefônico de nosso Grão Chanceler, retirou-se do Plenário o Magnífico Reitor, ocasião em que, assumiu a presidência da Mesa o Vice-Reitor Administrativo, Professor Doutor Marino Emílio Falcão Lopes que, aproveitando o ensejo, apresentou moção firmada por mais de 50 professores, vazada nos seguintes termos: ‘Magnífico Vice-Reitor: De longa data nosso Magnífico Reitor, Professor Doutor Benedito José Barreto Fonseca, tornou-se merecedor do reconhecimento máximo que nossa Pontifícia Universidade, como instituição, pode outorgar àquelas personalidades de escol, que pelos relevantes serviços prestados à causa da educação superior, e à própria Casa, fazem jus à distinção. O que é de conhecimento público e notório dispensa prova. Basta que se lembre, de passagem, tanto o merecimento e valor pessoais, do Magnífico Reitor, atestado pelo seu esplêndido (sic) ‘curriculum vitae et studiorum’, quanto o elenco de serviços prestados à causa da educação – quer como membro destacado do Conselho de Reitores do Brasil, quer como integrante e Presidente da ODUICAL – Organização das Universidades Católicas da América Latina – e bem assim o rol de realizações materiais, que transformaram nesta grandiosa e atualizada instituição que é a Pontifícia Universidade Católica de Campinas ...Em face dos motivos expostos, nada mais justo que esta Casa – ao ultrapassar o Magnífico Reitor, Professor Doutor Benedito José Barreto Fonseca mais de sete anos de proficiente e dignificante Reitorado

iniciativa privada facilitando a concessão de autorização para funcionamento e credenciamento da faculdades particulares que multiplicavam a cada dia.”

²² Pelo Estatuto da Universidade o Reitor era escolhido e nomeado pelo Grão Chanceler entre os professores titulares que compusessem uma lista sêxtupla organizada pelo Conselho Universitário (Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Secção III, art. 19)

²³ Nas listas sêxtuplas para Reitor e Vice-Reitor, constavam como primeiros colocados os Reitores e Vice-Reitores em mandato e eles foram os escolhidos e nomeados para mais um mandato na Reitoria.

– *Ihe outorgue (...) o título de DOUTOR 'SCIENTIAE ET HONORIS CAUSA'... assim sendo, **tenho** (grifo meu) a honra de sugerir a Vossa Magnificência que, na próxima reunião daquele colegiado, assumindo momentaneamente a presidência (...) fazer sua a presente proposta, submetendo à alta apreciação do Conselho Universitário, cujos eminentes integrantes – **estou** (grifo meu) certo – não hesitarão em associar-se a essa merecida homenagem, conduzindo o nosso Magnífico Reitor ao Doutoral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Idêntica moção é apresentada pelo Diretório Central dos Estudantes (...) representando a vontade de **todo** (grifo meu) o corpo discente da Universidade (...) Retornando ao recinto da reunião, após atender ao telefonema, foi o Magnífico Reitor recebido com calorosas palmas, tendo então recebido (...) a notícia da concessão do título (...) o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Acadêmico João Roberto Danna, fez entrega ao Magnífico Reitor, (...) de um belíssimo cartão de Prata²⁴*

Essas foram algumas das muitas manifestações de apreço ao reitor ao longo do seu mandato que possibilitam mostrar como se davam as relações no interior dos Colegiados e entender como ele se legitimava no cargo e por que não lhe foi difícil desenvolver seu projeto para a Universidade.

Também contribuiu para a realização do projeto da Reitoria a sua relação com a Sociedade Campineira de Educação e Instrução cujos fins constava o de manter e administrar a Universidade. O reitor tinha o profundo respeito do bispo, presidente da referida Sociedade, que, como já foi mencionado, deu ao reitor amplos poderes. Além disso, a própria constituição da diretoria da Sociedade favorecia a aprovação dos encaminhamentos do reitor, pois dela faziam parte os mesmos elementos do Conselho Universitário que, como já assinalado, eram por ele nomeados.

“Art. 6º - A Sociedade será dirigida e administrada por uma Diretoria constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e por um Conselho constituído pelo Reitor, Diretores das Unidades Incorporadas ou agregadas como membros natos, e, ainda, por dois membros do laicato católico da Arquidiocese, nomeados pelo Presidente, pelo prazo de 2 (dois) anos” (Estatuto da SCEI aprovado em 29/03/1972)

²⁴ Ata da 102ª reunião do Conselho Universitário de 23/12/1975, p.9-10. Na ata não consta o nome dos professores que assinam a moção, que é, como o grifado, redigida na primeira pessoa do singular. Diferentemente, são nomeados na ata os alunos que assinam a moção.

A partir de 1976, conforme alterações estatutárias aprovadas, a diretoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução será constituída pelos membros:

*“Presidente, Vice-Presidente, Secretário e assessorada por um Conselho constituído pelo Reitor e três Diretores, dirigentes de unidades Acadêmicas, **indicados pelo Reitor** (grifo meu) e pertencentes respectivamente às áreas de Ciências Biológicas, Exatas e Humanas e ainda por dois membros do laico católico da Arquidiocese, todos nomeados pelo presidente, pelo prazo de 2 anos, podendo ser reconduzidos” (Estatutos Sociais, Art. 6.º do Cap. I do Tít. III)*

Se o poder já estava assegurado estatutariamente desde o início do mandato do reitor, com a alteração nos Estatutos em 1976, ele se torna cada vez mais absoluto, posto que o conselho passa a ser constituído por apenas três diretores nomeados pelo reitor. Estando na Universidade, a escolha dos diretores nas mãos do reitor e na SCEI a indicação dos conselheiros também nas suas mãos, é compreensível por que as propostas da Reitoria são facilmente aprovadas em ambas as instâncias; o domínio sobre seus pares estava “legalmente assegurado”.

O que se observa nesse momento histórico da universidade é que as relações internas foram marcadas pela dominação de um dirigente, mediatizada por relações ideológicas comprometidas com a manutenção da ordem e a legitimação do poder ali instalado. Além disso, buscava-se cooptar os alunos garantindo-se a presença de seus representantes em momentos significativos da instituição, o que lhes dava a falsa idéia de estarem participando do processo decisório da Universidade.

Esse perfil institucional, caracterizado pela hegemonia e dominação, pode ser explicado pela necessidade de se obter o consenso da comunidade para a implantação de um projeto institucional comprometido com o governo militar.

2.1 O crescimento da Universidade

A política privatista da educação é uma marca do governo militar. Embora o Estado, na busca do consenso para se legitimar, pregasse a valorização da educação,

na prática o que ocorreu foi o seu gradativo descompromisso com o financiamento da educação, especialmente no ensino superior.

Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos estavam comprometidos com o capital privado, repassando, ainda assim, verbas para as escolas particulares. (Germano, 1994:93)

Segundo Cunha (1986b), a forma mais intensa de acumulação de capital no campo do ensino ocorreu no nível superior, sendo exemplo desse fato a abertura de curso superior em colégios particulares de 1º e 2º graus e até mesmo em cursos pré-vestibulares, constituindo-se, dessa forma os grandes empresários da educação.

Não é este certamente o caso da PUC-Campinas possuidora de uma tradição no ensino superior e **até aquele momento** com clareza de seus princípios cristãos, orientadores de sua ação. Não há dúvida, entretanto, de que a instituição se beneficiou dessa política, tanto no que diz respeito às verbas públicas quanto ao favorecimento na autorização e reconhecimento de cursos.²⁵

A destinação de verba pública para as instituições privadas de ensino foi criticada até pela *USAID*, que entendia não estar havendo na política educacional brasileira a

“democratização das oportunidades educacionais, conforme os acordos internacionais que o governo brasileiro tinha assinado, ainda durante a presidência de João Goulart. O governo brasileiro estaria (...) aumentando a seletividade da escola, pois usava recursos externos justamente para diminuir os gastos públicos com educação (...) estaria havendo uma drenagem de recursos públicos para instituições particulares (...) 39% com o superior estariam sendo transferidos para estabelecimentos particulares” (Cunha, 1986b: 51)

A política privatista do governo militar e o incentivo à expansão dos cursos e vagas são mais significativos no ensino superior. Trindade (1999) define como um dos

²⁵ Em relação à autonomia financeira da Universidade, o documento do Congresso dos Delegados das Universidades Católicas (1972) diz: *“Ainda que a Universidade Católica de hoje e de amanhã deva solicitar com freqüência a ajuda financeira dos Poderes Públicos, concedida esta ajuda ou seu aumento, deverá manter-se sempre respeitada a autonomia universitária”* (A Universidade Católica no mundo de hoje, p.9). Isso demonstra que não havia, por parte dos educadores católicos, nenhum preconceito em relação às verbas públicas.

paradoxos da educação brasileira a predominância do sistema privado sobre o público, no ensino superior, o que ocorrera por contribuição e estímulo do próprio governo militar, possibilitando em três décadas o aumento das matrículas nas instituições privadas, que passam de 40% para 75% do total de matrículas nesse nível de ensino.

Cunha (1986b) comenta que, para atender aos interesses privatistas, foram afastados os defensores do ensino público e gratuito. No CFE os conselheiros contrários à nova política educacional eram substituídos, mantendo-se os que concordavam com tal política.

“Quebra-se, assim, a resistência remanescente do CFE, à colocação de recursos governamentais a serviço dos interesses de agências internacionais e à submissão da política educacional brasileira aos seus ditames”. (Cunha, 1986b:37)

Para esse autor, a presença de grupos privatistas nos cargos importantes do Ministério de Educação e Cultura (MEC) foi facilitada pela propaganda governamental que vinculava os defensores de verba pública para a escola pública ao regime socialista, apontando-os como contrários à tradição cristã e defensores da desapropriação de terras. *“Estava declarada a posição do CFE e do governo golpista de apoio à tremenda expansão do ensino superior particular, ao mesmo tempo em que se continha o setor público”* (ibid., p. 43)

Logo após sua posse, o reitor da PUC-Campinas já manifestara sua intenção de expandir os cursos da universidade, justificando para isso a demanda existente, bem como defendia a necessidade de expansão do espaço físico da Universidade para atender aos que a procuravam. Denunciava, entretanto, as dificuldades financeiras herdadas da gestão anterior, que certamente iriam motivar as solicitações de verbas públicas.

Cabe lembrar que o grave problema do ensino superior nesse período era o “dos excedentes”, isto é, alunos que pelas normas dos vestibulares estavam aprovados, para os quais, todavia, não havia vagas suficientes.

“Com base nas interpretações possibilitadas pela legislação e nos precedentes de matrículas de ‘excedentes’, alguns juizes deferiam os mandatos de segurança impetrados por grupos inteiros de candidatos

aprovados, mas não matriculados por falta de vagas. As escolas ficavam, então, obrigadas a receber esses estudantes, improvisando recursos materiais e humanos.” (Cunha, 1988:88)

No caso da PUC-Campinas, parece contraditório pensar em crescer e expandir, ao mesmo tempo que se anunciavam as dificuldades financeiras da instituição, indicando a falta de recursos, pois todo crescimento, sobretudo do espaço físico, criaria, necessariamente, novas despesas. A ampliação de vagas e cursos, entretanto, foi sempre sugerida como meio para se obterem recursos financeiros para a expansão do espaço físico que, de início, para atender a ampliação de vagas, precisou ser redimensionado.²⁶ O paradoxo daquele momento pode ser assim explicitado: para crescer havia necessidade de recursos e para a obtenção de recursos era preciso promover o crescimento.

Em razão dessa compreensão, a expansão de vagas e cursos e a ampliação de espaço físico ocorreram simultaneamente; a primeira sempre justificada para atender à crise financeira provocada pela segunda.

Para a ampliação do espaço físico foi aprovada, na reunião do Conselho Universitário de 10/10/1969, a tomada de empréstimos solicitada pelo reitor, com o fim de iniciar as obras de construção do novo Campus da instituição. Nessa ocasião, contava-se ainda com a possibilidade de a Caixa Econômica Federal financiar a criação do Centro de Computação, o Gabinete de Fonética de Letras e o Laboratório da Faculdade de Odontologia.

A construção desse novo espaço, iniciada em 1971, foi o objetivo e a grande meta do reitor desde o início de seu mandato, justificada pela alta demanda dos cursos e pela impossibilidade de se atender a ela nas instalações físicas existentes.²⁷

²⁶ O Reitor recomendava que, se houvesse diminuição de vagas em um curso, fossem ampliadas as vagas em outro, para não haver redução no orçamento da Universidade. (Ata da 81ª reunião do Consun, em 02/03/73)

²⁷ O Campus I, também chamado pelo Reitor de Cidade Universitária, foi construído na Rodovia D. Pedro I, Km.136. Foram doados 16,5 alqueires e a Universidade se comprometeu a comprar no prazo de sessenta dias seis ou oito alqueires, pagáveis no prazo de cinco anos. Interessante observar que, a mesma pessoa “que prestou relevantes serviços à Universidade”, segundo o Reitor, justificou a doação e recomendou a compra de outros alqueires por considerar aquela área insuficiente para a construção do Campus. (Ata da 65ª reunião do Consun, em 18/12/70). O Campus foi inaugurado em 06 de agosto de 1972, embora em alguns documentos se registre que a inauguração oficial foi em 15/03/75.

Muitas alternativas foram levantadas para superar a crise financeira da instituição, sem dúvida, cada vez mais aprofundada dadas as obras do novo Campus Universitário, mas ela se manteve durante todo o mandato do reitor, conforme demonstrado nos orçamentos anuais²⁸.

Internamente, alguns esforços foram empreendidos visando à contenção de despesas, como: o não pagamento de diárias aos professores residentes fora de Campinas, especialmente professores assistentes; prioridade para contratação de docentes moradores no próprio município; bloqueio de linha telefônica direta; controle de compras em geral; levantamento de situação do quadro de funcionários para posterior reestruturação, dentre outros, o que certamente pouco significava diante do volume das despesas, pois não se localizava nesses aspectos o seu excesso. Foi sugerida igualmente a assinatura de convênio com bancos para financiamento da anuidade dos alunos, isto é, a anuidade seria recebida antecipadamente pela Universidade; não há, entretanto, informações da execução dessa prática.

Além dessas alternativas, era prática rotineira nos colegiados a aprovação de solicitação de verbas públicas para complementar a receita orçamentária. Certamente a política privatista do governo militar criava a expectativa do repasse dessas verbas para a instituição, o que de fato ocorria. Elas sempre se mostraram, entretanto, insuficientes para o volume de despesas da PUC-Campinas.

O aumento das anuidades também era uma possibilidade aventada para a adequação financeira; os índices de aumento propostos eram apresentados nas reuniões do Conselho Universitário, com as respectivas justificativas. A preocupação em se evitar cursos deficitários recomendava que se seguisse a fórmula governamental²⁹ para definição dos valores da anuidade dos cursos, ou que se considerassem todos os fatores nos cálculos (energia, pessoal, materiais, etc.).

²⁸ Todos os anos era aprovado o orçamento da Universidade e sempre estava explicitado o déficit existente. Entretanto, ele era visto numa perspectiva otimista pois sempre se esperava controlá-lo com empréstimos e verbas públicas, conforme registrado em Atas do Conselho Universitário de 1968 a 1980.

²⁹ A Documenta n.º 158, de 1974, traz nas páginas 391 até 397 o amplo Parecer n.º 23/74 da Comissão de Encargos Educacionais do CFE, orientando o cálculo para a cobrança da anuidade nos estabelecimentos de ensino superior, que usam o regime de crédito. Tal parecer, do meu ponto de vista é o testemunho (não único) do pensamento tecnicista em educação do governo militar.

Outras fontes de recursos financeiros eram apresentadas para aprovação do colegiado, como permuta de terrenos, doação de terreno pela Prefeitura Municipal, venda de terreno da Universidade, venda do Prédio Central, numa demonstração clara da busca incontrolável de recursos para saldar os compromissos financeiros. Indiscutivelmente é a construção do Campus I que impõe à instituição novas e grandes exigências financeiras, difíceis de serem contempladas com os recursos disponíveis.

Em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972/1974)³⁰ apontava como Objetivos Nacionais a transformação do Brasil em nação desenvolvida, com duplicação da renda *per capita* em 1980 e crescimento da economia em 74, com o PIB, elevado anualmente entre 8 e 10%. A educação torna-se, para esse desenvolvimento econômico, um investimento necessário para o preparo e a qualificação de recursos humanos. Isto leva o Ministro Jarbas Passarinho a afirmar como compromisso do governo, entre outros, a atribuição prioritária de recursos para o setor educacional, cumprindo, dessa forma, o que se espera do Estado nas sociedades capitalistas.

O Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 72/74³¹, tinha quanto ao desenvolvimento de recursos humanos para a “sociedade democrática” (!) o objetivo de promover a expansão da oferta do ensino superior, especialmente nas áreas das técnicas, da formação do magistério e das ciências da saúde, sem prejuízo dos padrões de qualidade, bem como acelerar a implantação da Reforma Universitária. Também, no que se refere à ciência, tecnologia e cultura, esse Plano tinha dentre outros, o objetivo de incrementar programas de Educação Física e Desporto, por meio da construção, nas Universidades, de instalações esportivas, aperfeiçoamento de recursos humanos e outros.

Os objetivos desses Planos, associados à política de privatização do ensino superior empreendida pelo regime militar, parecem justificar o projeto megalômano para a universidade, revelando o comprometimento da instituição com a política educacional do governo militar, cujo objetivo proclamado era o desenvolvimento e modernização do país.

³⁰ Confúcio PAMPLONA, *A política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*, p.15

³¹ *Ibid* p..20-23

Por ocasião das obras de construção do Campus, as unidades acadêmicas estavam distribuídas no Prédio Central, isto é, no antigo casarão na rua Marechal Deodoro nº 1099, com exceção da Faculdade de Serviço Social que ficava na rua José Paulino, 603, do Curso de Educação Artística e Artes Plásticas instalado na rua Boaventura do Amaral, 354, do curso de Engenharia Civil na rua Waldemar César Silveira e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas que ficava na rua Dr. Quirino, esquina com a rua Barreto Leme.

Após a inauguração do Campus, cujas obras não estavam totalmente concluídas, foram transferidos para esse novo espaço, de imediato, o Curso de Educação Física e a Reitoria; posteriormente foram os cursos de Comunicações Sociais, a Faculdade de Ciências Humanas, a Secretaria Geral e o Centro de Processamento de Dados.

Outro movimento significativo relacionado ao crescimento de vagas/cursos e ao espaço físico pode ser observado por ocasião da criação da Faculdade de Ciências Médicas e posterior construção do Hospital e Maternidade Celso Pierro e da “Cidade da Saúde” atualmente denominado Campus II, localizado na Av. John Boyd Dunlop, Jardim Londres, iniciada em 1977.

“Mercê da doação e da aquisição de glebas de cerca de 30 alqueires em situação topográfica ideal junto à cidade de Campinas (a três quilômetros do centro), a PUCC está construindo, graças à generosa compreensão e ajuda do MEC (grifos meus) um novo CAMPUS”³²

A Universidade, já Pontifícia,³³ aprovou em reunião do Conselho Universitário a criação da Faculdade de Medicina. Essa aprovação foi outro momento prioritário de uma prática viciada nos colegiados, isto é, de simulação dos fatos, para obtenção do consenso e atendimento do projeto de crescimento da Universidade empreendido desde meados de 1968, à revelia das reais condições financeiras da instituição e da oposição de alguns membros da comunidade universitária.

³² Relatório Histórico da Universidade. 1978, p.42.

³³O título de Pontifícia foi concedido pelo Papa em 1972. Cf relato de um jornalista, ex- aluno da Instituição, o título de Pontifícia era pleiteado por três Universidades Católicas: a de Recife, a de Santos e a de Campinas. O título foi concedido a esta última pela força que possuía no Vaticano, através de um Cardeal, ex-professor da instituição.

A Universidade já oferecia na área da Saúde, os cursos de Odontologia, de Ciências Biológicas, Fisioterapia e Enfermagem, e este último tinha como diretor o irmão do reitor Dr. Joaquim de Paula Barreto Fonseca.

Em reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 20 de setembro de 1975, o presidente do Diretório Central dos Estudantes apresentou proposta de criação da Faculdade de Medicina na PUC-Campinas. Argumentou o aluno, que a Universidade já possuía excelentes laboratórios e infra-estrutura para a instalação dessa Faculdade, atendendo assim a um apelo que existia na comunidade. *“... a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (...) Ela PRECISA E DEVE instalar a Faculdade de Medicina tal como, com sucesso, instalou a Faculdade de Engenharia”* (Ata da 100ª reunião do Consun, de 20/09/75, p. 04)

A proposta do representante estudantil foi acatada de imediato pelo reitor, que inverteu item de pauta para colocar o assunto em discussão. Embora apresentasse algumas considerações quanto às exigências desse novo curso, afirmando ser a Faculdade de Medicina profundamente deficitária, distribuiu para os presentes Portaria³⁴, nomeando uma comissão com o fim de estudar a viabilidade de criação da referida Faculdade, justificando que o fazia em consideração à pressão da comunidade. Foi nomeado presidente da comissão, o irmão do Reitor, representante da área da Saúde na mantenedora e também diretor da Faculdade de Enfermagem, portanto membro do Conselho Universitário.

Mais uma vez, então, fica comprovada a articulação de bastidores e a introdução do assunto no colegiado, apenas para cumprir normas regimentais, posto que as decisões já haviam sido tomadas, independentemente de aprovação deste. Mais uma vez fora assegurada a “aparência” democrática do processo decisório!

³⁴ Na Portaria, os considerandos para a nomeação da Comissão, registrados na Ata da 100ª reunião do Conselho Universitário procuravam dar a **ampla dimensão da pressão da comunidade**; falavam em manifestação da opinião pública pela imprensa, da manifestação discente por meio do Diretório Central dos Estudantes, da manifestação do corpo docente, dos pedidos do Sindicato dos médicos, de pedidos de mães e familiares de futuros universitários e *“a opinião favorável manifestada por altas Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, dentre as quais se destaca a do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Campinas e Grão –Chanceler da Universidade - Professor Doutor Dom Antonio Maria Alves de Siqueira”* (Ata da 100ª reunião do Consun,p.4)

A Portaria apresentada ao colegiado, redigida antes da reunião, revelava, sem dúvida, pela sua amplitude, que a intenção de se criar uma Faculdade de Medicina estava dentro do projeto de expansão da Universidade, o que foi confirmado pela manifestação de membro do Conselho Universitário que, defendendo a oportunidade da criação da citada Faculdade

“lembrou que o Magnífico Reitor, por ocasião da inauguração do ‘campus’ universitário, com a presença de Sua Eminência, o Cardeal Dom Agnello Rossi, em 06 de agosto de 1972, declarou, em sua oratória, que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas só se completaria, quando tivesse uma Faculdade de Medicina.”³⁵ (Ata da 100ª reunião do Consun, de 20/09/75, p.07)

A Comissão nomeada, que teve sessenta dias para a apresentação do seu relatório, o fez em 23/12/1975. No que se refere ao espaço físico, a Comissão

“verificou que é possível, com um mínimo de reformas, colocar os dois primeiros anos da Faculdade de Ciências Biomédicas nas atuais instalações do Instituto de Ciências Biológicas. Nesse ínterim seriam construídas no ‘campus’ as definitivas instalações da Faculdade... A comissão insistentemente recomenda a construção de um Hospital-Escola que seria auto suficiente ...” (grifo no original) (Ata da 102ª reunião do Conselho Universitário, de 23/12/75, p.12)

Ainda, conforme a comissão, a auto-suficiência seria possível por meio de convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e obtenção de recursos para a construção do Hospital Escola, *“através do FAS³⁶, dotação do II PND e/ou da própria Caixa Econômica Federal”* (Ibid, p.12)

³⁵ Consta da Ata da 100ª reunião (p.07) a reprodução de documento encaminhado pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes e assinado por diretores ou representantes de quinze Unidades Acadêmicas defendendo a criação da Faculdade de Medicina e atacando alunos de outras Unidades que vinham se manifestando contrários a ela. Interessante notar que esse documento fala que o reitor havia apresentado a proposta de criação da Faculdade de Medicina em reunião **anterior**. Portanto fica aqui a dúvida se a Ata, considerada por mim na análise dos dados, foi equivocadamente redigida ou se o engano é mais uma comprovação da encenação a que se prestava o colegiado.

³⁶ O Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social (FAS) foi criado em 9/12/74, pela Lei n.º 6.168, com o objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social, que se enquadravam nas diretrizes e prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento. Seus recursos eram basicamente oriundos do jogo regulamentado: loteria federal de bilhetes, loteria esportiva federal e loteria de números (loto). Os recursos do FAS eram emprestados para instituições públicas e privadas, com juros e correção monetária subsidiados. (José Carlos de A Melchior. *O Financiamento da Educação no Brasil*, p. 39 a 41)

É importante dizer que o Projeto n.º 20 do II Plano Setorial de Educação e Cultura 75/79 previa a assistência técnica e financeira às instituições privadas e o subprojeto n.º 20.2 tratava especificamente da assistência às instituições privadas na área do ensino superior. Essa ajuda era justificada pela necessidade de adaptação às exigências da Reforma Universitária, que criava para as instituições despesas emergenciais que, muitas vezes, não poderiam ser feitas num curto prazo. O projeto tinha como um de seus objetivos *“Conceder apoio financeiro para: - a adaptação da planta física e da estrutura administrativa às necessidades da reforma acadêmica; - a expansão de bibliotecas; - o reaparelhamento de oficinas e laboratórios didáticos ...”* (II Plano Setorial de Educação e Cultura, p. 463)

Dessa forma, mais uma vez pode-se dizer que a PUC-Campinas respondia favoravelmente às políticas públicas e para seu crescimento podia, naquele momento, contar com as verbas públicas, pois elas eram previstas nos planos e estratégias do governo militar para a educação privada, confirmando a política privatista daquele período.

Retomando, o relatório da Comissão, apresentava, também, parecer da Diretoria Financeira da instituição, que sugeria o valor da anuidade do curso. Apesar das exigências impostas para o empreendimento, que envolvia a construção de novos espaços físicos, bem como as exigências que um curso de Medicina demandava do ponto de vista da formação do profissional e da qualidade do ensino, a Diretoria Financeira não apresentou nenhuma reflexão a respeito dessas exigências e das condições financeiras da Universidade, que anualmente apresentava déficit em seu orçamento. Ao que parece, o importante era não levantar nenhum problema que pudesse colocar em risco a aprovação da criação do curso.

A criação da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) foi então aprovada pelo Conselho Universitário, apesar das suas demandas, que, indiscutivelmente, trariam maiores comprometimentos financeiros. O projeto de crescimento da Universidade mais uma vez é vencedor, independentemente das condições objetivas da instituição e dos apelos de alunos para a melhoria dos cursos existentes antes da criação da Faculdade

de Medicina³⁷. O vestibular para o novo curso foi aprovado para o início do próximo ano, 1976, e tendo sido oferecidas inicialmente sessenta vagas.

Em 1976, foi realizado o 1º vestibular para o Curso de Medicina que contou com a presença de dezoito inspetores federais da Comissão Fiscalizadora do MEC e no último dia do vestibular a Delegada Regional do MEC em São Paulo esteve presente e “se impressionou com a organização, lisura e esquema de segurança” (Ata da 104ª reunião do Consun, em 06/03/76). Tratava-se, sem dúvida, de demonstrar para a comunidade a importância que os órgãos públicos atribuíam à PUC-Campinas e assim legitimar os atos do reitor.

A construção do Hospital Escola foi iniciada em 1977 e, na verdade, não se tratava do início de uma obra, mas sim de sua conclusão. Estava sendo construído por famoso médico, Dr. Celso Pierro, um grande hospital que, segundo depoimentos, trouxe-lhe grandes dívidas, levando-o à morte. Sua viúva ofereceu o hospital inacabado como doação para a Universidade, com a condição de que esta assumisse as dívidas e desse ao hospital o nome de seu falecido marido. Avaliadas as condições, a Universidade ponderou que não teria condições de construir um hospital tão grande e que a dívida poderia ser negociada por ela própria, como instituição educativa. A doação foi aceita e o hospital concluído. Em torno do Hospital foi construído o prédio para abrigar os cursos da área da Saúde, com exceção do curso de Odontologia. Esse espaço, a “sonhada” Cidade da Saúde ficou conhecido como Campus II.³⁸

A criação do Campus II, situado na Av. John B. Dunlop, foi atrelada ao projeto de criação da Cidade da Saúde, dentro da política de valorização da área da saúde que

³⁷ Não localizei documento de alunos contrários à criação da Faculdade de Medicina; a existência dessa oposição localizei no documento do DCE, apresentado na reunião do Conselho Universitário em 20/09/75. Surpreendentemente, para apoiar a iniciativa da Reitoria, o documento dos diretórios acadêmicos acaba por ser injurioso com outros alunos que se opõe a idéia. São estudantes posicionando-se contra estudantes. “Quanto a alguns alegados problemas do (...) a falha naquela área é imputável ao próprio material humano que se inclina para as modalidades que aqueles cursos oferecem (...) diante da completa heterogeneidade do corpo discente, responsável pelo desinteresse quase geral dos alunos, que acarreta desinteresse dos professores, gerando um verdadeiro círculo vicioso” (Ata da 100ª reunião do Consun p. 09).

³⁸ Na reunião da Sociedade Campineira de Educação e Instrução realizada em 16/5/1979, foi aprovado que o Hospital seria considerado instituição autônoma da SCEI e não hospital universitário para que se pudesse assinar convênio mais vantajoso com o INAMPS, demonstrando as brechas nas leis que possibilitavam atender aos interesses privados.

se aprofundara com a criação da Faculdade de Ciências Médicas em 1975. As aulas do curso de Medicina inicialmente foram ministradas no Prédio Central, utilizando os laboratórios do curso de Odontologia, e as aulas práticas ministradas na Clínica Santo Antônio, estabelecida na av. Barão de Itapura, também em Campinas.³⁹

A criação da Faculdade de Ciências Médicas e a construção do Campus II foram fatos que permitiram, como ocorrera em outros momentos, a bajulação e adulação em torno do reitor. Comparando os custos da construção do Hospital da PUCC com os custos do Hospital da UNICAMP, o irmão do reitor, “*decano da Área da Saúde da Universidade*” (Ata da 77ª reunião da SCEI, de 16/05/79, p. 3) e diretor da Faculdade de Medicina procurou demonstrar o quanto este último absorveu mais recursos. Entretanto, atribuiu a si próprio, à professores da área e ao irmão reitor a responsabilidade por essa **eficiência administrativa**.

“... a PUCC planejou e desenvolveu este hospital baseada em 4 elementos, que manda a justiça sejam citados para ficarem constantes nesta ATA: o diretor da Faculdade de Medicina , Prof. Dr. JOAQUIM DE PAULA BARRETO FONSECA, a Coordenadora da Faculdade de Enfermagem Profª. MARIA CONCEIÇÃO REZENDE PIGNATARI, a Assessora de Planejamento, Prof. MARIA LIDYA FIGUEIRÓ DE GODOY, além evidentemente do próprio Reitor Prof. Dr. BENEDITO JOSÉ BARRETO FONSECA.(Ibid., p. 5)

Do meu ponto de vista, a análise do crescimento dos cursos na Universidade pós 1978 pode revelar que as palavras acima não condizem com a verdade, posto que todas as Unidades Acadêmicas, contribuíram para o grandioso projeto de construção da Cidade de Saúde e não apenas os quatro elementos citados. Foi a comunidade universitária, isto é, alunos e professores de outras áreas que possibilitaram tal empreendimento, pela falta de investimentos que seriam próprios dessas áreas, dentre outras dificuldades que foram vivenciadas em toda a Universidade. Mais uma vez, entretanto, não se perdeu a oportunidade de enaltecer e bajular o reitor.

³⁹ Consta que o irmão do reitor era o diretor do curso e do Hospital. Foi grande o vínculo criado entre a Clínica Santo Antônio (atualmente Hospital Albert Sabin) e a Universidade, chegando até a existir um Convênio Médico (SAMCIL) para atendimento a estudantes, funcionários e professores.

Obviamente, se a Universidade já se onerara com a construção do Campus I, a finalização das obras do hospital e dos prédios do Campus II levou-a ao total caos financeiro. Novamente uma das alternativas para gerar receita foi a ampliação de vagas e cursos a partir de 1978, demonstrando a insuficiência das verbas públicas ou, ao contrário do que foi dito, a incompetência na administração dos recursos financeiros ou mesmo, ambas.⁴⁰

Uma análise mais cuidadosa das vagas oferecidas em todos os cursos nas três áreas de conhecimento permite uma clareza sobre a política de expansão de vagas empreendida na instituição.

Como já foi mencionado, a ampliação de vagas e o oferecimento de novos cursos foram estratégias utilizadas pelo Reitor como fonte de recurso orçamentário e conseqüente superação da crise financeira.

Para adequar a estrutura universitária à Lei 5540/68, entretanto, foram criadas, em 1972, as faculdades e institutos, alocando nessas novas unidades acadêmicas os cursos oferecidos.⁴¹

A Reforma do Ensino Superior, Lei 5540/68 aprovada em 28 de novembro de 1968, traz, segundo Romanelli (2000), algumas mudanças na organização do ensino, isto é, o ensino superior deverá ser ministrado preferencialmente em universidade, não impedindo, entretanto o funcionamento de estabelecimentos isolados; cria a estrutura departamental para aglutinar as disciplinas afins e eliminar a cátedra. Cria ainda um órgão de coordenação de ensino e pesquisa, para atuar na administração da instituição; cria o Conselho Departamental para atuar junto ao diretor nas unidades acadêmicas e estabelece a representação de todas as categorias docentes nos órgãos de direção das

⁴⁰ Cunha (1986b) revela que os subsídios governamentais para o setor privado permitiram a algumas instituições a construção de grandes *campi* universitários. No caso da PUC-Campinas, não se pode negar a presença desses subsídios, mas deve-se reconhecer que outras fontes foram buscadas e, portanto, seu crescimento não se sustentou apenas com essas verbas.

⁴¹ Os diretores das Unidades Acadêmicas permaneceram em seus cargos após a morte de Monsenhor Salim e posse do novo reitor. Segundo ex-diretora dessa época, foram constituídas comissões de diretores para adequar a instituição à Reforma Universitária (Lei 5540/68). Terminados os trabalhos, o Reitor entendeu que esses diretores deveriam ser mantidos em seus cargos para a implantação da Reforma posto que já haviam realizado exaustivos estudos sobre ela e também estariam contribuindo para as mudanças estatutárias da SCEI. Assim sendo, esses diretores permanecem por longo período à frente das suas Unidades.

unidades e da Universidade, assim como a representação discente. A estrutura universitária proposta, que buscava a modernização e a racionalidade administrativa apresentava como característica:

“a) Integração de cursos, áreas, disciplinas. b) Composição curricular, que teoricamente atende a interesses individuais dos alunos pela presença de disciplinas obrigatórias e optativas e pela matrícula por disciplina. c) Centralização da coordenação administrativa, didática e de pesquisa. d) Cursos de vários níveis e de duração diferente. e) Incentivo formal à pesquisa. f) Extinção da cátedra. g) Ampliação da representação nos órgãos de direção às várias categorias docentes. h) Controle da expansão e orientação da escolha da demanda pelo planejamento da distribuição das vagas. i) Dinamização da extensão universitária, etc.” (Romanelli, 2000, p.230)

Para essa autora, o governo militar promoveu a reforma do ensino superior não só por pressão do movimento estudantil mas sobretudo, por entender que a inovação poderia ser manipulada pelo poder sem tornar-se, no entanto, uma ameaça a ele. Tratava-se da valorização da racionalidade, da eficiência e da produtividade. *“A pretensa neutralidade técnica é uma farsa que busca camuflar, com a racionalidade das decisões técnicas, o fortalecimento de uma determinada estrutura de poder que procura, sob várias formas, substituir a participação social pela decisão de poucos”* (Ibid., p. 231).

Assim, para “modernizar-se”, amparada na Lei 5540/68, a PUC-Campinas reorganiza-se, de dezoito cursos oferecidos em 1971, a Universidade passa no ano seguinte a oferecer trinta e um cursos. Se, em princípio, poder-se-ia pensar que tal aumento ocorreu em razão do desdobramento da FFCL, a leitura do quadro 1 mostramos não apenas uma adequação, mas a criação de novas unidades acadêmicas e de novos cursos, revelando a política instituída pela administração da Universidade, acompanhando a política expansionista do regime militar.

QUADRO 1

CURSOS E UNIDADES ACADÊMICAS: 1968-1980

1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
FFCL	FFCL	FFCL	FFCL	IAC	IAC	IAC	IAC	IAC	IAC	IAC	IAC	IAC
Filosofia	Filosofia	Matem.	Filosofia	Com.Cult.	Com.Cult.	Com.Cult.	Com.Cult.	Com.Cult.	CS/Jorn.	CS/Jorn.	CS/Jorn.	CS/Jorn.
Matem.	Matem.	História	Matem.	Desenho	Des/ArtPl.	Des/ArtPl.	Ed.Artíst.	Ed.Artíst.	CS/PuPr	CS/PuPr	CS/PuPr	CS/PuPr
Geografia	Geografia	C.Sociais	Geografia	Música	Música	Música	ICB	ICB	CS/RePu	CS/RePu	CS/RePu	CS/RePu
História	História	Port/Inglês	História	ICB	ICB	ICB	C.Fis.Biol.	Biologia	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo
C.Sociais	C.Sociais	Port/Franc	C.Sociais	C.Fis.Biol.	C.Biológ.	C.Fis.Biol.	Fisioter.	Fisioter.	Ed.Art.	Ed.Art.	Ed.Art.	Ed.Art.
Latim/Inglês	Latim/Inglês	Pedagogia	NeoLatinas	ICE	Fisioter.	Fisioter.	ICE	ICE	ICB	ICB	ICB	ICB
NeoLatinas	NeoLatinas	Adm.Escolar	AngloGerm.	Física	ICE	ICE	Matem.	C.Matem.	Biologia	Biologia	Biologia	Biologia
Pedagogia	Pedagogia	Psicol.	Pedagogia	Matem.	Matem.	Matem.	ICH	ICH	Fisioter.	Fisioter.	Fisioter.	Fisioter.
Psicol.	Psicol.	C.Fis/Biol.	Psicol.	Química	ICH	ICH	Est.Soc	Est.Soc	ICE	ICE	ICE	ICE
Or.Educ.	Or.Educ.	Com.Cult.	Com.Cult.	ICH	C.Sociais	C.Sociais	IL	IL	C.Matem.	Matem.	Matem.	Matem.
FACECA	FACECA	Ed.Fisica	Ed.Fisica	C.Sociais	Est.Soc.	Est.Soc.	Portug.	Portug.	ICH	ICH	ICH	ICH
C.Econôm.	C.Econôm.	FACECA	Ciências	EMC	IL	IL	Port/Alem.	Port/Alem.	Est.Soc	Est.Soc	Est.Soc	Geografia
Administ.	Administ.	C.Econôm.	FACECA	Geografia	Portug.	Port/Alem.	Port/Inglês	Port/Inglês	IL	IL	IL	História
F.DIR.	F.DIR.	Administ.	C.Econôm.	História	Port/Alem.	Port/Inglês	Port/Franc	Port/Franc	Portug.	Portug.	Portug.	IL
Direito	Direito	F.DIR.	Administ.	IL	Port/Inglês	Port/Franc	IF	IF	Port/Alem.	Port/Alem.	Port/Alem.	Portug.
F.ODONT.	F.ODONT.	Direito	F.DIR.	Portug.	Port/Franc	Port/Ling.	-----	Filosofia	Port/Inglês	Port/Inglês	Port/Inglês	Port/Alem.
Odontol.	Odontol.	F.ODONT.	Direito	Port/Alem.	Port/Esp.	IF	IP	IP	Port/Franc	IF	IF	Port/Inglês
F.BIBLIO	F.BIBLIO	Odontol.	F.ODONT.	Port/Inglês	Port/Ital.	-----	Psicol.	Psicol.	IF	Filosofia	Filosofia	IF
Bibliot.	Bibliot.	F.BIBLIO	Odontol.	Port/Franc	IF	IP	F.BIBLIO	F.BIBLIO	Filosofia	IP	IP	Filosofia
F.MÚSICA	F.MÚSICA	Bibliot.	F.BIBLIO	IF	Filosofia	Psicol.	Bibliotec.	Bibliotec.	IP	Psicol.	Psicol.	IP
Música	Música	F.MÚSICA	Bibliot.	Filosofia	IP	F.BIBLIO	FACECA	FACECA	Psicol.	F.BIBLIO	F.BIBLIO	Psicol.
		Música	F.MUSICA	IP	Psicol.	Bibliotec.	C.Econôm.	C.Econôm.	F.BIBLIO	Bibliotec.	Bibliotec.	F.BIBLIO
			Música	IP	F.BIBLIO	FACECA	C.Contáb.	C.Contáb.	Bibliotec.	FACECA	FACECA	Bibliotec.
				F.BIBLIO	Bibliotec.	C.Econôm.	Administ.	Administ.	FACECA	AdHosp.	AdHosp.	FACECA
				Bibliotec.	FACECA	C.Contáb.	F.DIR.	F.DIR.	C.Econôm.	C.Econôm.	C.Econôm.	AdHosp.
				Arquivista	C.Econôm.	Administ.	Direito	Direito	C.Contáb.	C.Contáb.	C.Contáb.	C.Econôm.
				FACECA	C.Contáb.	F.DIR.	F.EDUC.	F.EDUC.	Administ.	Administ.	Administ.	C.Contáb.
				C.Econôm.	Administ.	Direito	Pedagog.	Pedagog.	F.DIR.	F.DIR.	F.DIR.	Administ.
				C.Contáb.	F.DIR.	F.EDUC.	F.Prof.Pré	F.Prof.Pré	Direito	Direito	Direito	F.DIR.
				Administ.	Direito	Pedagog.	F.Prof.DM	F.Prof.DM	F.EDUC.	F.EDUC.	F.EDUC.	Direito
				F.DIR.	F.EDUC.	F.Prof.Pré	Fonoaud.	Fonoaud.	Pedagog.	Pedagog.	Pedagog.	F.EDUC.
				Direito	Pedagog.	F.Prof.DM	FAEFI	FAEFI	F.Prof.Pré	F.Prof.Pré	F.Prof.Pré	Pedagog.
				F.EDUC.	F.Prof.Pré	Fonoaud.	Ed.Física	Ed.Física	F.Prof.DM	F.Prof.DM	F.Prof.DM	F.Prof.Pré
				Pedagog.	F.Prof.DM	FAEFI	F.ENF.	F.ENF.	Fonoaud.	Fonoaud.	Fonoaud.	F.Prof.DM
				F.Prof.Pré	Fonoaud.	Ed.Física	Enferm.	Enferm.	FAEFI	FAEFI	FAEFI	Fonoaud.
				F.Prof.DM	FAEFI	F.ENF.	F.C.TECN.	F.C.TECN.	Ed.Física	Ed.Física	Ed.Física	FAEFI
				Fonoaud.	Ed.Física	Enferm.	Eng.Civil	Eng.Civil	F.ENF.	F.ENF.	F.ENF.	Ed.Física
				FAEFI	Ed.FisInf	F.C.TECN	An Sist	An Sist	Enferm.	Enferm.	Enferm.	F.ENF.
				Ed.Física	F.ENF.	Eng.Civil	FAU	FAU	F.C.TECN.	F.C.TECN.	F.C.TECN.	Enferm.
				F.ENG.	Enferm.	Arq.Urb.	Arq.Urb.	Arq.Urb.	Eng.Civil	Eng.Civil	Eng.Civil	F.C.TECN.
				Eng.Civil	F.ENG.	An Sist	F.ODONT.	F.MEDIC	An Sist	Eng.Sanit.	Eng.Sanit.	Eng.Civil
				F.ODONT.	Eng.Civil	F.ODONT.	Odontol.	Medicina	FAU	AnSist	AnSist	Eng.Sanit.
				Odontol.	Agrimens	Odontol.	F.S.SOC.	F.ODONT.	Arq.Urb.	FAU	FAU	AnSist
				F.S.SOC.	An Sist	F.S.SOC.	Serv.Social	Serv.Social	Odontol.	F.MEDIC	Arq.Urb.	FAU
				Serv.Social	F.ODONT.	Serv.Social			Serv.Social	F.MEDIC	Arq.Urb.	Arq.Urb.
					Odontol.				F.ODONT.	Medicina	Medicina	F.MEDIC
					F.S.SOC.				Odontol.	Terp.Ocup.	Terp.Ocup.	Medicina
					Serv.Social				Serv.Social	Farm.Bioq	Terp.Ocup.	Terp.Ocup.
										Odontol.	Nutrição	Farm.Bioq
										Serv.Social	Odontol.	F.ODONT.
											Odontol.	F.ODONT.
											Serv.Social	F.S.SOC.
												F.S.SOC.
												Serv.Social

Quadro elaborado com os dados dos Editais do Concurso Vestibular do período de 1968 a 1980.

A Reitoria também acreditava que a ampliação de vagas e o aumento do número de cursos oferecidos contribuiriam para o equilíbrio orçamentário, o que facilitaria a concretização das obras. Se esse procedimento pode ser correto do ponto de vista administrativo e empresarial, como instituição educativa, as alterações nos cursos e nas vagas deveriam estar subordinadas a um planejamento educacional, envolvendo decisões de natureza política e filosófica.

Os cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras foram alocados nas seguintes unidades acadêmicas recém criadas: Instituto de Artes e Comunicações (IAC), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Humanas (ICH), Instituto de Filosofia e Teologia (IF), Instituto de Psicologia (IP), Instituto de Letras (IL), Faculdade de Educação (FEDUC) e Faculdade de Educação Física (FAEFI). São mantidas: Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Biblioteconomia (FB), Faculdade de Odontologia (FO) e Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FACECA).

Constituíram-se unidades novas, abrigando novos cursos: Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Faculdade de Enfermagem (FENF) (1973), Faculdade de Engenharia (FENG) e Faculdade de Serviço Social (FSS). De seis Unidades Acadêmicas existentes em 1968, a Universidade passa a contar com 15 Unidades. Em 1974, a Faculdade de Engenharia passou a ser denominada Faculdade de Ciências Tecnológicas (FCT).

A criação de novas unidades acadêmicas irá ocorrer novamente em 1975 com a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), esta última alocando o curso de Arquitetura e Urbanismo, anteriormente ministrado na Faculdade de Ciências Tecnológicas. A Universidade chega em 1980, com dezoito unidades acadêmicas.

Nesse período ocorreu também o aumento no número de cursos oferecidos; em 1968 eram 16 cursos e em 1972 estes passam a 31 cursos. A Universidade só não apresentou evolução no número de cursos em 1974 e 1975, mas a partir daí o crescimento é retomado, e em 1980 eram oferecidos 37 cursos, representando 132% a mais em relação a 1968.

Esse aumento do número de unidades acadêmicas e de cursos foi acompanhado pela ampliação da oferta de cursos noturnos na instituição (quadro 2). Em 1968, era oferecido nesse período apenas o Curso de Direito.⁴² Dos cursos oferecidos nesse período, com exceção dos cursos de Ciências Biológicas, Análise de Sistemas e Engenharia Civil, os demais eram todos da Área de Ciências Humanas.

QUADRO 2
CURSOS NOTURNOS

1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Direito	Direito	Direito	Administ.	Administ.	Administ.	Administ.	Administ.	Anál.Sist.	Administ.	Ad.Hosp..	Ad.Hosp.	Ad.Hosp.
			Ang- Germ	Bibliotec.	Agrimens.	Anál.Sist.	Anál.Sist.	Bibliotec.	Anál.Sist.	Administ.	Administ.	Administ.
			Bibliotec.	C.Contáb.	Anál.Sist.	Bibliotec.	Bibliotec.	C.Contáb.	Bibliotec.	Anál.Sist.	Anál.Sist.	Anál.Sist.
			C. Sociais	C.Econôm.	Bibliotec.	C.Contáb.	C.Contáb.	C. Matem.	CS/PuPr.	Bibliotec.	Bibliotec.	Bibliotec.
			Ciências	C.Fis/ Biol.	C.Contáb.	C. Econôm.	C. Econôm.	Administ.	C.Contáb.	CS/PuPr.	CS/PuPr.	CS/PuPr.
			Com. Cult.	C.Sociais	C.Biologia	C.Fis/ Biol.	C.Fis/ Biol.	Biologia	Biologia	C.Contáb.	C.Contáb.	C.Contáb.
			Direito	Com. Cult.	C.Econôm.	Com. Cult.	Com. Cult.	C.Econôm.	C.Econôm.	Biologia	C.Biologia	C.Biologia
			Economia	Desenho	C.Sociais	DesArtPl.	Direito	Com. Cult.	CS/RePu.	C.Econôm.	C.Econôm.	C.Econôm.
			Ed. Física	Direito	Direito	Direito	Ed. Física	Direito	Direito	CS/Jorn	CS/Jorn	CS/Jorn.
			Filosofia	Ed. Física	Ed. Fís Inf.	Ed. Física	Ed.Artística	Ed. Física	Ed. Física	CS/RePu.	CS/RePu.	CS/RePu.
			Música	EMC.	Ed. Física	Eng. Civil	Eng. Civil	Ed.Artística	Eng. Civil	Direito	Direito	Direito
				Eng. Civil	Eng. Civil	Est.Soc.	Prof.Pré	Eng. Civil	Est.Soc.	Ed. Física	Ed. Física	Ed. Física
				Filosofia	Est.Soc.	Prof.Pré	Matem.	Est.Soc.	Prof.PrPrim	Ed.Artística	Ed.Artística	Ed.Art.
				Geografia	Filosofia	Matem.	Pedagog.	Filosofia	Matem.	Eng. Civil	Eng. Civil	Eng. Civil
				Matem.	Matem.	Música	Port/ Alem.	Prof.PrPrim	Pedagog.	Est.Soc.	Est.Soc.	Filosofia
				Música	Música	Pedagog.	Port/ Franc	Pedagog.	Port/ Alem.	Filosofia	Filosofia	Prof.PrPrim
				Pedagog.	Pedagog.	Port/ Alem.	Port/ Ing.	Port/ Alem.	Port/ Franc	Prof.PrPrim	Prof.PrPrim	Pedagog.
				Port/ Franc	Port/ Alem.	Port/ Fran.	Português	Port/ Franc	Port/ Ing.	Matem.	Matem.	Geografia
				Port/ Ing.	Port/ Esp.	Port/ Ing.	Serv.Social	Port/ Ing.	Português	Pedagog.	Pedagog.	História
				Português	Port/ Franc	Port/ Ling.		Português	Serv.Social	Port/ Alem.	Port/ Alem.	Matem.
				Serv.Social	Port/ Ing.	Serv.Social		Serv.Social	Serv.Social	Port/ Ing.	Port/ Ing.	Port/ Alem.
					Port/ Ital.				Port/ Ing.	Serv.Social	Serv.Social	Port/ Ing.
					Português							Português
					Serv.Social							Serv.Social

Quadro elaborado com os dados dos Editais do Concurso Vestibular do período de 1968 a 1980.

⁴² Nos Editais do Concurso de habilitação para Ingresso na Universidade de 1968 a 1970 consta apenas o Curso de Direito sendo oferecido no período noturno. Entretanto, professores da época dizem que eram também oferecidos nesse período os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Biblioteconomia e Música. Esta informação permite inferir que o número de vagas fosse maior. Considero, entretanto, para análise apenas o número de vagas que constam do Edital.

Acompanhando a ampliação acima mencionada, também as vagas oferecidas em cada curso sofreram rápido e contínuo processo de crescimento. As tabelas 1, 2 e 3 construídas para demonstrar o fluxo de vagas oferecidas e os respectivos gráficos, podem indicar como isto ocorreu.

TABELA 1
CIÊNCIAS HUMANAS – VAGAS: 1968-1980

Área/Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Ciências Humanas													
Administração	70	50	60	150	180	120	120	120	120	180	300	450	600
Administ.Hospitalar											60	80	80
Arquivista					65								
Biblioteconomia	35	35	35	50	65	35	30	30	30	60	60	70	70
CiênciasContábeis					120	60	60	60	60	60	200	250	250
Ciências Econômicas	70	50	60	150	180	120	120	120	120	180	300	350	350
Ciências Sociais	50	50	60	60	65	35							
Comun.Culturais(Jornal/Publ.Prop.)			160	160	160	90	150	140	140				
Com.Soc.-Jornalismo										60	70	70	80
Com.Soc.-PublicidadePropaganda										60	90	100	100
Com.Soc.- Relações Públicas										60	90	100	100
EdArtística/Desenho/Artes Plásticas						80	80					220	220
EdArtística(ArtesPlást/Desenho/Mús.)								90	90	200	200		
Desenho					200								
Música	30	35	35	35	65	30	10						
Turismo										60	60	70	70
Educação Física			200	200	450	150	100	100	100	180	200	220	220
EducaçãoFísica Infantil						150							
Direito	200	200	200	200	240	200	200	200	200	240	240	240	240
Educação Moral e Cívica					200								
Est.Sociais(C.Soc,EMC,Hist.Geog.)						180	300	100	150	60	60	120	
Geografia	50	50	60	60	65								70
História	50	50	60	60	65								70
Filosofia	50	50		60	65	35			30	20	30	65	140
Fonoaudiologia					65	40	40	40	40	70	70	70	70
Form.Prof. p/ Deficientes Mentais					65	20	20	60	30	70	65	70	70
Form.Prof. p/ Pré Primário					65	20	20	20	30	30	65	70	70
Pedagogia	50	50	60	60	165	120	60	60	60	60	50	70	70
Pedagogia (Adm.Escolar)			60										
Orientação Educacional	50	50											
Português					130	60		30	30	70	35	75	75
Português/Alemão					65	30	20	10	30	20	35	75	75
Portugês/Inglês			150		390	150	150	100	150	200	130	225	225
Português/Espanhol						30							
Português/Italiano						30							
Português/Lingüística							90						
Português/Francês			60		130	30	20	10	30	20			
Letras Neo Latinas	50	50		60									
Anglo-Germânicas				60									
Latim e Inglês	50	50											
Psicologia	50	50	60	60	65	50	50	50	50	140	140	140	140
Serviço Social					130	80	80	80	80	140	190	210	210
Total	855	820	1320	1425	3455	1945	1720	1420	1570	2240	2740	3410	3665

GRÁFICO DE TABELA 1

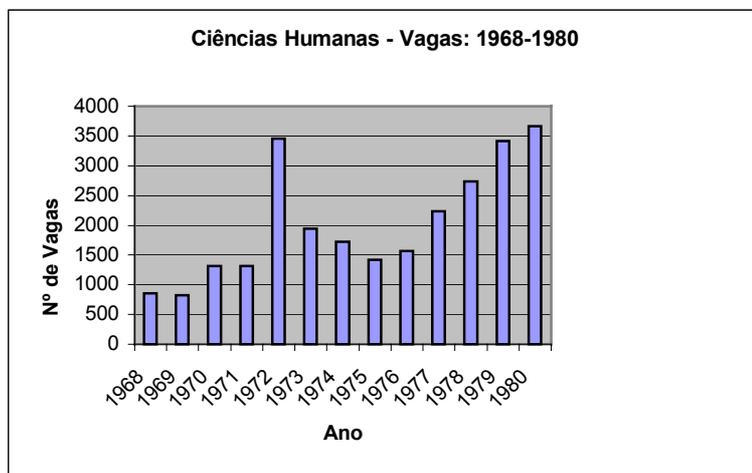


TABELA 2

CIÊNCIAS EXATAS – VAGAS: 1968-1980

Área/Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Ciências Exatas													
Anal.Sist.Adm.Proc.Dados						100	100	150	150	180	225	300	225
Arquitetura e Urbanismo							70	70	70	140	140	150	150
Engenharia Civil					200	150	150	150	150	300	200	175	200
Engenharia Sanitária											100	75	100
Matemática	50	50	60	60	130	70	70	70		120	200	400	400
Ciências - Matemática									100				
Agrimensura						100							
Física					65								
Química					65								
Total	50	50	60	60	460	420	390	440	470	740	865	1100	1075

GRÁFICO DA TABELA 2

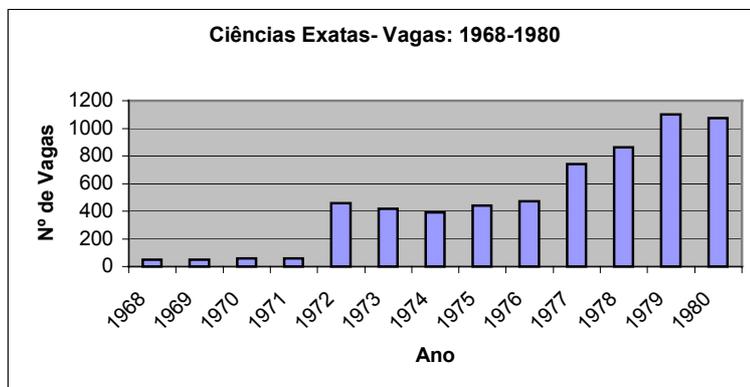
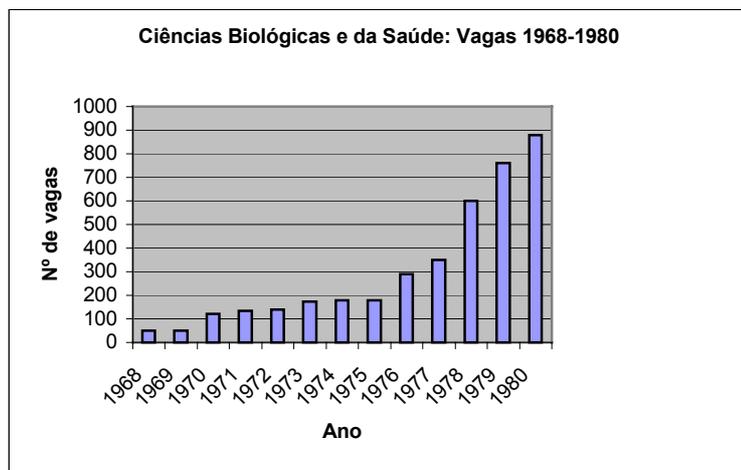


TABELA 3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – VAGAS: 1968-1980

Área/Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Ciências Biológicas e da Saúde													
Enfermagem						10	30	30	30	60	60	90	90
Farmácia e Bioquímica												70	70
Fisioterapia						50	50	50	50	60	75	40	70
Medicina									60	60	60	60	60
Nutrição												70	70
Odontologia	50	50	60	75	75	50	50	50	50	50	90	90	90
Terapia Ocupacional											75	40	70
Ciênc.Físicas e Biológicas			60		65		50	50					
Ciências - Biologia									100	120	240	300	360
Ciências				60									
Ciências Biológicas						65							
Total	50	50	120	135	140	175	180	180	290	350	600	760	880

GRÁFICO DA TABELA 3



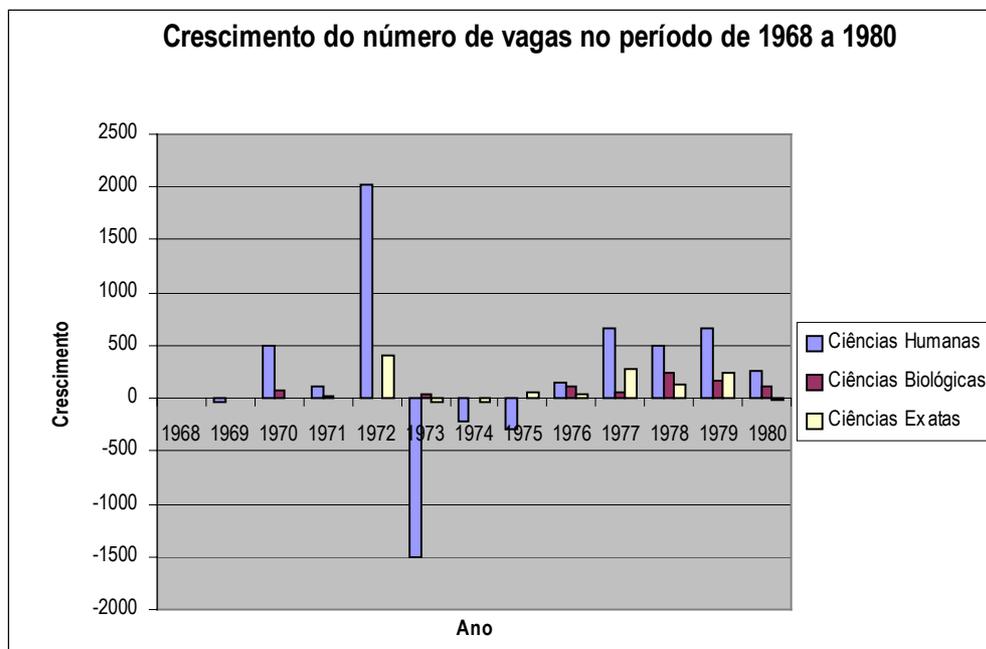
Considero o crescimento de vagas nos diversos cursos como um meio de obtenção de recurso financeiro para ajudar no orçamento da Universidade, que se achava deficitário em razão das obras para expansão do espaço físico. Devem ser analisados pormenorizadamente, os dados referentes aos anos de 1968, início da gestão do Reitor; 1972 e 1978 período de conclusão das obras do Campus I e II, respectivamente, e 1980, quando da saída do reitor Barreto Fonseca. (tabela 4)

TABELA 4

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE VAGAS 1968 a 1980

Área/Ano	1968	1972	1978	1980
Ciências Humanas	855	3455	2740	3725
Crescimento		304%	-21%	36%
Ciências Exatas	50	460	865	1075
Crescimento		820%	88%	24%
Ciências Biológicas e da Saúde	50	140	600	880
Crescimento		180%	329%	47%

GRÁFICO TABELA 4



Em 1968, com exceção dos cursos de Odontologia e Matemática, os demais, 14 cursos, eram da área de Ciências Humanas que oferecia na época 855 vagas. Na área de Ciências Exatas, o único curso, Matemática, oferecia 50 vagas e o de Odontologia, na área de Ciências Biológicas, oferecia igual número de vagas. Eram oferecidas no total, 955 vagas.

Em 1972, havia na área de Ciências Humanas vinte e cinco cursos, totalizando 3.455 vagas. Na área de Ciências Exatas passaram a ser oferecidos quatro cursos: Engenharia Civil, Matemática, Física e Química, num total de 460 vagas. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde eram oferecidos dois cursos: o de Odontologia e o de Ciências Físicas e Biológicas, com 140 vagas. No total, a Universidade passou a oferecer em 1972, 4055 vagas, representando significativo aumento em relação a 1968.

Em 1978, a área de Ciências Humanas sofreu uma diminuição em relação às vagas existentes em 1972. No período de 1973 a 1978 esta área apresentou uma diminuição significativa no número de vagas, em especial em 1973, 1974 e 1975. O crescimento é retomado em 1976 e mantém-se nos anos seguintes. Na área de Ciências Exatas, em 1978, eram oferecidos cinco cursos e 865 vagas, indicando um crescimento em relação ao ano de 1972. Nessa área também houve diminuição de vagas em 1973 e 1974. A área de Ciências Biológicas, em 1978, possuía cinco cursos, com 600 vagas. Essa área apresentou um crescimento em relação às vagas oferecidas em 1972 e, diferentemente das outras duas áreas, não apresenta no intervalo de tempo nenhuma diminuição no número de vagas dos seus cursos.

No ano em que ocorre a saída do reitor, 1980, em razão dos problemas administrativos e acadêmicos de que tratarei adiante, a situação do número de vagas na Universidade é a seguinte: área de Ciências Humanas: eram oferecidos 24 cursos, com 3725 vagas, o que significa um crescimento de 312% em relação a 1968. Em relação a 1978, o crescimento é de 36%. Na área de Ciências Exatas, eram ministrados cinco cursos, com 1075 vagas, o que representa um aumento de 2050% em relação ao número de vagas oferecidas em 1968 e um crescimento de 24% em relação às vagas de 1978. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde, eram oferecidos oito cursos, com

880 vagas representando um crescimento de 1660% em relação à 1968 e 48% em relação às vagas de 1978.

Em números totais, a Universidade em 1968 oferecia 955 vagas e, em 1980, oferecia 5860 vagas, o que indica um aumento de 466% no número de vagas.

O crescimento de vagas e cursos da Universidade no período de 1968 a 1980, conforme pode ser visto, é indiscutível e dois aspectos devem ser observados. O primeiro é que esse crescimento é visto como fonte de recurso financeiro para cobrir o déficit orçamentário, proveniente da ampliação do espaço físico da Universidade, isto é, do seu patrimônio. Nenhum documento, nenhum diagnóstico é apresentado pelo reitor para comprovar a demanda por novos cursos, mas há sempre, de sua parte, a orientação para o remanejamento de vagas de um curso para outro, com o objetivo de se evitar comprometimento das finanças.⁴³ O segundo aspecto a ser observado é que o crescimento se dá numa determinada direção, isto é na direção contrária àquela que até então caracterizara a instituição, ou seja, o predomínio de cursos da área de Ciências Humanas.

No período de 1968 a 1980 o que se observa é o crescimento acentuado nas áreas das Ciências Exatas, particularmente, e das Ciências Biológicas e da Saúde. A pequena margem de diferença de crescimento dessas duas áreas talvez se dê pelo investimento inicial ter sido na área de Exatas, com a Faculdade de Ciências Tecnológicas, que se equipava com laboratórios e materiais e só posteriormente ocorra o crescimento na área das Biológicas. No período de 1978 a 1980 o crescimento da área de Biológicas também é maior do que o da área de Ciências Exatas.⁴⁴ O crescimento, especialmente nas áreas de Ciências Exatas e da Saúde, é mais uma comprovação da adesão à política do governo militar, pois estas eram as áreas para as

⁴³ Esta compreensão é também do padre, ex-diretor da Universidade, que foi por mim entrevistado, o qual afirma não ter havido crescimento, mas um “inchaço” da instituição, na busca de verbas para cobrir a imensa despesa provocada pelas construções dos *campi*.

⁴⁴ O crescimento da PUC nas áreas da Engenharia e da Saúde contradiz o pensamento de Germano (1994, p.153) que afirma a preferência da rede privada por cursos mais baratos quanto aos investimentos. Talvez isso tenha ocorrido na PUC-Campinas por ela viver a contradição de ser católica e ao mesmo tempo abraçar um projeto de universidade que não tem nos princípios humanistas e cristãos seu referencial.

quais o Estado indicava a necessidade de crescimento. A tabela 5 e os respectivos gráficos demonstram o que aqui se expôs:

TABELA 5
PERCENTAGEM DE VAGAS POR ÁREA NO PERÍODO DE 1968 A 1980

Área/Ano	1968	1972	1978	1980
Ciências Humanas	90%	85%	65%	65%
Ciências Exatas	5%	11%	21%	19%
Ciências Biológicas	5%	4%	14%	16%

GRÁFICOS DA TABELA 5



Também o espaço físico apresentou no período significativa ampliação, conforme o projeto de expansão da Universidade.

Desde sua fundação, a Universidade ocupava o Prédio Central, como ficou sendo conhecido o imóvel situado na rua Marechal Deodoro, n.º 1099, onde funcionavam os cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Os cursos agregados funcionavam fora desse prédio.

Em 1970⁴⁵ o Prédio Central, situado na rua Marechal Deodoro, n.º 1099, 1117 e 1131, com área construída de 7.306 m², abrigava os seguintes cursos: Matemática, Ciências Sociais, Geografia, História, Filosofia, Português/Inglês, Português/Francês, Psicologia, Pedagogia, Administração Escolar, Ciências Físicas e Biológicas, Direito, Biblioteconomia e Odontologia.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com os cursos de Administração e Economia funcionava na rua Dr. Quirino n.º 1225, numa área de 1624 m². Na rua Boaventura do Amaral, n.º 354 ficavam a Faculdade de Educação Física e o curso de Comunicações Culturais numa área de 6.363 m². Assim sendo, a área total para funcionamento dos cursos oferecidos pela Universidade era de 15.023 m².

O Campus I, como ficou sendo conhecido o novo espaço edificado, estava localizado na Rodovia D. Pedro I, km 136, Jardim Santa Cândida, teve suas obras iniciadas em 1971. O objetivo era, após o término da construção, a transferência das Unidades Acadêmicas para esse novo espaço, o que acaba por não ocorrer.⁴⁶ O Campus é inaugurado em 1972 com instalações ainda precárias, continuando suas obras nos anos seguintes. A primeira unidade acadêmica a ser transferida é a Faculdade de Educação Física que recebera verbas do Ministério do Desporto. No prédio desta Faculdade havia um salão ambiental, auditórios, passarelas, cantina e

⁴⁵ Considerando-se que o período estudado é de 68/81, será feito o estudo sobre o espaço físico de 1970 a 1981. Não foi possível um aprofundamento dos dados em razão da dificuldade para a obtenção de documentos.

⁴⁶ Até hoje, a Universidade não conseguiu transferir para seus *campi* todos os cursos instalados no Prédio Central, apesar da precariedade desse espaço físico.

vestiário, pista de atletismo e campo de futebol.⁴⁷ No Campus estavam também edificadas um prédio de dois pavilhões (Edifício Papa Paulo VI), cabines de força e uma Reitoria provisória. Outros prédios foram construídos nos anos seguintes e outros cursos foram transferidos para o novo espaço.⁴⁸

O Prédio Central também sofreu adaptações para atender ao crescimento do número de alunos e, em 1974 o salão nobre é transformado em sala de aula apesar do descontentamento manifestado pela comunidade acadêmica e sua resistência.

Com a criação da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Serviço Social surgiram dois novos espaços da Universidade: o antigo seminário, situado na rua Waldemar César Silveira, no bairro Swift, com área de 7047m² foi ocupado pela Faculdade de Engenharia, e a segunda faculdade vai ocupar imóvel na rua José Paulino n.º 603, com 973m².⁴⁹

Assim sendo, os cursos criados no período de 1969 a 1980 eram distribuídos nesses espaços físicos, incluindo os cursos da Faculdade de Medicina após 1976. Para essa Faculdade, conforme anteriormente narrado, outras obras foram realizadas como a conclusão do Hospital e a construção dos prédios que abrigariam os seus cursos. Esse conjunto de obras, que foi colocado em funcionamento em 1978, irá constituir a “Cidade de Saúde”, cujo prefeito veio a ser o irmão do reitor. O hospital começou a funcionar apenas com enfermaria e pronto-socorro, sem a clínica e o centro cirúrgico.

Sintetizando, em 1980, ao término da gestão do reitor, o espaço físico da Universidade é o seguinte⁵⁰: no centro da cidade, além do Prédio Central, outros imóveis localizados na rua Sacramento n.º 313, 329 e 355 , com área total de 510 m², foram incorporados à Universidade; são mantidas as áreas ocupadas na rua José Paulino, na rua Boaventura do Amaral e na rua Dr. Quirino; são acrescentadas as

⁴⁷ O regime militar tinha no Plano Setorial de Educação e Cultura, Projetos para a Educação Física e Desportos, com objetivos de aperfeiçoar recursos humanos na área e apoiar construções nas Universidades.

⁴⁸ As obras nesse Campus são permanentes. Na década de 90 são inúmeras as obras nele edificadas.

⁴⁹ Esse curso que anteriormente era agregado à Universidade já funcionava nesse prédio pertencente à Congregação Religiosa responsável por ele.

⁵⁰ Fonte: Assessoria de Projetos da Universidade

áreas do Campus I (22.158m²) , do Campus II (32.607m²)⁵¹ e do Seminário na rua Waldemar C. Silveira. A área total da Universidade passou a ser em 1980, 81.214m², o que significa um crescimento de 441% em relação à área total ocupada pela instituição em 1968.

Em dez anos, a área total de ocupação das unidades acadêmicas foi significativamente ampliada, passando dos 15.023 m² em 1970 para 81.214 m² em 1980. É perfeitamente compreensível que somente o crescimento de vagas não fosse suficiente para cobrir o custo de uma ampliação tão grande. Outras alternativas foram buscadas, como verbas públicas e empréstimos bancários, estes últimos também em moedas estrangeiras⁵², o que levou a instituição à grave crise financeira e à fragilização da administração do reitor Barreto Fonseca.

Essa crise, que deve ser entendida no contexto mais amplo de luta pela democratização do país, embora reconhecida e denunciada oficiosamente, só foi divulgada após as mudanças ocorridas na diretoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução no segundo semestre de 1979.

Nesse período, a sociedade brasileira vinha lutando por um regime mais democrático; na verdade, segundo Germano (1994), desde a posse do presidente Geisel em 1974 até o término do governo do presidente Figueiredo em 1985, desencadeou-se grande processo de crise governamental, que levará ao declínio a ditadura militar.

Conforme esse autor, além da instabilidade no bloco do poder, os militares vão perdendo o apoio dos aliados civis que pleiteiam maior participação no processo decisório. Ocorre *“uma mudança na forma das políticas sociais, inclusive na política educacional, conduzindo à absorção de interpelações populares na formulação de tais políticas ... ”* (Germano, 1994, p. 213). Para Cavagnani (1987), citado por Germano (ibid, p.214), os militares desejavam não a superação do regime, mas sua institucionalização por meio do autoritarismo civil.

⁵¹ Em documento sobre edificações no Campus II, a metragem total seria 34.679,73m²

⁵² Cf depoimento de ex-diretor, o Vaticano se responsabilizou pelas dívidas da universidade perante as instituições financeiras, pois todo o patrimônio da Universidade, no caso da sua extinção, seria da Igreja.

Assim, voltam a se manifestar na sociedade brasileira os movimentos sociais, como o dos trabalhadores, da Igreja, da Ordem dos Advogados, da Associação Brasileira de Imprensa, etc. A essa movimentação, os militares “linha dura” respondiam com ampla ação repressiva como atentados a bombas, desaparecimento de presos políticos e outros mecanismos de tortura que, inevitavelmente, provocavam a oposição até de segmentos da sociedade que aderiram ao regime.

“De outro lado, o Estado não conseguia mais dobrar a sociedade civil ... Ao contrário, ela crescia e se diversificava e, se não foi a causa do início da distensão em 1974, foi a responsável maior pela articulação de forças que, paulatinamente, debilitaram a ditadura militar ...” (Germano, 1994: 216)

Em relação à compreensão sobre a educação também ocorrem mudanças profundas

“... as análises educacionais sofrem, igualmente, ‘reparos profundos’. Assim, ao lado de uma cultura, de uma ‘visão de mundo’ oriunda da cooptação (...) emerge uma outra interessada em buscar o essencial para a compreensão da educação enquanto prática social que se manifesta numa sociedade concreta. Esse é o caminho da crítica, sobretudo da crítica ao capitalismo” (Ibid, p.149)

Na PUC-Campinas, as mudanças internas no sentido do movimento das bases também começaram a ser sentidas. Um movimento contra-hegemônico foi sendo organizado pelas bases, e, em 1978, é fundada a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (APROPUC) que vai, apesar das perseguições, empreender intensa luta política e se opor à reitoria, denunciando suas arbitrariedades. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) passa a contar na sua diretoria, com alunos combativos, e diferentemente das gestões anteriores, cooptadas pela reitoria, se instalará acirrada oposição à reitoria.

Dessa forma, começam a ser criadas na instituição, condições mais propícias para o fortalecimento da oposição ao reitor. O movimento de luta política que vai se fortalecendo na sociedade também está presente na instituição sem que, no entanto,

a reitoria deixasse de reagir por meio da demissão de professores e perseguição das lideranças estudantis.

Não bastasse o descontentamento com o autoritarismo, com a centralização do poder e com o caos financeiro que se observava, no início de 1980 a comunidade universitária foi surpreendida com graves denúncias contra o reitor e o secretário geral da Universidade.

Considero que este foi o fato novo que, no contexto das lutas internas e externas, possibilita a queda do reitor, pois os fatos são incontestáveis, acabando com sua respeitabilidade e, portanto, autoridade. Nesse momento, a comunidade universitária não suportava mais conviver com tanta impunidade e já se encontrava razoavelmente organizada para uma oposição articulada. Em razão da gravidade dessas denúncias e por considerar-se o fato ocorrido fatal para provocar a queda do regime autoritário instalado desde o segundo semestre de 1968, é necessário tratá-lo com maiores detalhes.

3. O caso dos superalunos⁵³

Na edição do dia 30 de janeiro de 1980, o Diário do Povo, antigo jornal da cidade de Campinas, publicava séria denúncia envolvendo o reitor da Universidade e o secretário geral. Denunciava o jornal: *“Super alunos passam sem aulas e sem provas”*. Dizia a matéria publicada na página 08 do referido jornal:

“Há dois super alunos na Puc. Que não precisam fazer provas e nem sequer aparecer nas aulas para passar de ano. E com as notas mais altas(...). Para quem não conhece, respectivamente Reitor e secretário geral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde eles resolveram fazer o curso de Jornalismo. Os dois estão matriculados no terceiro ano noturno.”

⁵³ Foi muito grande a dificuldade para obter dados deste caso na Universidade, pois a explicação era de que nada mais havia sobre este assunto. As fontes, portanto, para levantamento dos dados foram, em especial, os artigos dos jornais Diário do Povo e Correio Popular da cidade de Campinas.

A notícia relatava as irregularidades descobertas no mapa de frequência (da diretoria do curso) e na listagem de chamada que ficava com os professores:

“Só que ele teve apenas cinco presenças o ano todo – três em agosto e duas em outubro- enquanto alguns alunos, que podem até ter faltado algumas vezes, somam até 22 presenças. (...) Estranho é que o nome de José Antônio Trevisan assim como o de Benedito José Barreto Fonseca, não constam da lista divulgada pela diretoria do curso de Jornalismo, apontando os alunos que não atingiram cinquenta por cento de frequência. (...) Estranha também é a forma como os ‘super alunos’ Benedito José Barreto Fonseca e José Antônio Trevisan conseguiram notas para passar de ano. Todos os alunos que fazem as provas têm que assinar ata de presença. Na disciplina de Ética e Legislação dos Meios de Comunicação, precisamente na segunda verificação, ou seja, nas provas de novembro, tanto o Reitor como o secretário geral não assinaram a ata. O espaço para suas assinaturas está em branco. Mas apesar disso, estranhamente, tiveram nota dez, conforme consta na própria ata.” (Diário do Povo.30/01/80, p. 07).

Apontavam-se também problemas na ata de outra disciplina, onde constava, no local da assinatura, a mesma letra no nome do Reitor e do secretário geral e a nota dez para ambos. A notícia apresentava cópia do mapa de frequência.

A gravidade do fato levou o Diretório Central dos Estudantes⁵⁴ e o DA “V de Maio” a protocolar na Universidade e no MEC em São Paulo, pedido de abertura de sindicância para, mediante as provas necessárias, proceder aos esclarecimentos dos fatos . Desejavam ver esclarecido o seguinte:

“1º) Quem são os autores das assinaturas na ata de prova da matéria de Jornalismo Comparado (...)? 2º) Porque os estudantes Benedito José Barreto Fonseca e José Antônio Trevisan, que raramente freqüentam aulas de seu cursos, conforme podem comprovar seus colegas de classe , não aparecem reprovados em nenhuma matéria por não terem atingido 50% de frequência (...) 3º) Por que os alunos Benedito José Barreto Fonseca e José Antônio Trevisan aparecem com notas dez na ata da matéria Ética e Legislação dos Meios de Comunicação, se as suas respectivas assinaturas não constam da referida ata, conforme claramente se vê no documento fotocopiado?” (Correio Popular, 01/02/80, p. 08)

⁵⁴ A Presidência do DCE estava nas mãos de um aluno do curso de Ciências Sociais e, diferentemente do que ocorrera em passado recente, representava a oposição ao reitor.

Segundo o diretor do Instituto de Artes e Comunicações (IAC), o qual para os alunos também estaria envolvido nas irregularidades,

“o problema de notas, frequência (presença e ausência) é expediente exclusivo do professor da cadeira. Somente eles podem falar a respeito. Somente eles podem mudar a papeleta de frequência no que diz respeito às faltas dos alunos” (Correio Popular, 01/02/80, p.08).

O diretor comprometia-se, entretanto, a apurar as denúncias e a penalizar dentro das normas, todo e qualquer aluno, independentemente de quem fosse.

Ao que parece as denúncias não deixaram perplexos apenas alunos, mas também professores e elementos da administração da Universidade, conforme pronunciamento de um deles ao jornal Correio Popular, repudiando a atitude do reitor e do secretário geral, “... se essa sindicância for bem desenvolvida pelo MEC e atentar para todos os detalhes importantes e proceder análise de maneira bastante profunda, é bem possível que ambos os implicados, reitor e o Trevisan sejam destituídos de suas funções” (Correio Popular, 01/02/80, p.08).

O fato mereceu destaque na imprensa local por extenso período, sobretudo como manchete na primeira página dos jornais da cidade e em outros órgãos de comunicação.

O Diretório Central dos Estudantes organizou-se e procurou, de várias formas, fechar o cerco em torno das irregularidades de forma a impedir que outras práticas pudessem dificultar a apuração dos fatos. Solicitaram, para isso, que fosse lacrada a Secretaria do Curso de Comunicações, onde se encontravam os registros acadêmicos.

Os estudantes pretendiam encaminhar um dossiê sobre o fato ao arcebispo de Campinas e ao papa João Paulo II. Também pretendiam encaminhá-lo a vários parlamentares.

Não só a representação estudantil se manifestava, mas também a representação docente, por meio da APROPUC⁵⁵ que divulgou documento analisando a situação da PUC-Campinas:

“Diante das denúncias que se avolumam, apontando um sem número de irregularidades na PUC, mais uma vez a sua alta administração busca refugiar-se no silêncio, a principal arma da qual sempre lança mão quando se sente acuada, sob o impacto de acusações altamente comprometedoras. Desta vez, no entanto, não há como fugir aos indícios que exigem uma apuração rigorosa dos fatos e punição àqueles que cobrem de vergonha o nome de uma instituição outrora respeitável ...” (Correio Popular, 02/02/80, p.09)

O DCE pronunciou-se contrário à indicação do diretor do Instituto de Artes e Comunicações feita pela Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos (VRAAd), para iniciar as investigações e apurar a veracidade das irregularidades:

“Não admitimos que esse referido professor, que reprovou centenas de alunos, inclusive formandos, por causa de faltas, que agora é alvo de uma sindicância que o DCE lhe move, venha a ser o ‘chefe’ de investigações contra ele mesmo” (Correio Popular, 02/02/80, p.09).

Por outro lado, os alunos desejavam, ainda, a renúncia do referido diretor por vê-lo conivente com a situação instaurada e temerem a adulteração de provas comprobatórias de sua participação nos atos irregulares: relacionados com o reitor e o secretário geral.

Professores demitidos da Universidade no ano de 1978⁵⁶ unem-se ao coro dos estudantes, denunciando as irregularidades da Instituição.

O reitor, nessa época, não se encontrava na Universidade, pois estava em visita à Alemanha, em Frankfurt, e, de volta da sua viagem, procurou defender-se das acusações que lhe eram imputadas.

⁵⁵ A Associação dos Professores da PUC foi criada em 1978, e demonstra a força do movimento docente, numa época de autoritarismo no interior da instituição.

⁵⁶ A represália ao movimento docente vinha há tempos, inclusive com a demissão de professores que pertenciam à diretoria da entidade.

Em matéria publicada no Correio Popular do dia 22/02/80 levantava como argumentos em sua defesa: a existência de dois professores que, demitidos da Universidade passaram a falar mal da instituição; a liberação de verba de cinco milhões e trezentos mil para a importação de equipamentos de rádio e televisão, justamente por ser reitor e aluno do curso; dizia que nunca assinaria seu próprio diploma, o que seria feito pelo vice-reitor para assuntos acadêmicos; que não respondeu ou refutou as irregularidades imediatamente porque não estava no país e que não poderia responder por atos de outras pessoas. O reitor dizia ainda, procurando “parecer” bondoso, **perdoar** a repórter que fez a denúncia e que era aluna da PUC-Campinas,

“Compreendo sua dor e sei que você tem lutado com esforço e tem sido uma boa aluna. Compreendo sua dor por ter ficado reprovada nesta disciplina mesmo tendo sido aprovada na nota, mas compreenda a posição do professor Rosalvo, que não podia deferir seu requerimento e compreendo ainda maior a dor de você poder ter pensado ‘é mas o Reitor conseguiu’ ” (Correio Popular, 22/02/80, p.8)

A acusação contra a aluna não é aceita pelos estudantes que entendiam que o reitor não havia conseguido em sua defesa, com provas convincentes, negar as denúncias feitas à sua pessoa. Tentou, entretanto, inverter os fatos acusando a aluna de querer ser ela uma super aluna.

A Instituição, valendo-se de seu representante, manifestou-se nos jornais para esclarecer, sobretudo, a situação dos super alunos. Dizendo-se preocupada *com “o trabalho movido pelo amor, verdade e justiça”* (Correio Popular, 05/02/80, p.10) a Universidade culpa outros interesses como os responsáveis pelas matérias de jornais que denegriam a imagem da instituição, procurando mais uma vez proteger o reitor, não entrando nos fatos, objeto de denúncia.

“Estes outros interesses ultrapassam em muito o que deixam transparecer as reportagens publicadas: interesses gerados pela situação econômica, social e política da Nação no momento presente: há interesses de ordem político-partidária, política estudantil, sindical; há infelizmente, interesses pessoais, particularmente de um ex professor da Casa que ataca a Instituição, envolvendo milhares de

peças, porque tem inimizade pelo Reitor, a quem deseja ferir.”
(Correio Popular, 05/02/80, p.10)

Novo comunicado da PUC-Campinas relacionado ao caso dos superalunos foi divulgado pela imprensa e tratou das decisões das direções das unidades acadêmicas, dos representantes dos órgãos e comissões da Instituição em reunião realizada com o reitor em exercício, D. Roberto Pinarello de Almeida, vice-reitor acadêmico:

“... 4- o senhor diretor do IAC deverá, em curto espaço de tempo, através de uma Comissão de Sindicância, apurar as responsabilidades dos fatos denunciados. A seguir deverá aplicar as medidas administrativas e disciplinares cabíveis à sua competência, quanto a possíveis infrações regimentais. 5- Essas medidas tomadas da competência do I.A.C deverão ser submetidas à apreciação do órgão superior, que, se as não considerar satisfatórias, poderá constituir Comissão Especial de inquérito para aprofundar a investigação da denúncia e determinar as responsabilidades.” (Correio Popular, 07/02/80, p. 07).

Foi, também, solicitado um representante do Ministério de Educação e Cultura para acompanhar a Comissão de Sindicância nomeada para apurar as possíveis irregularidades, o que, naquele momento histórico, pela convivência do reitor com os representantes do governo militar, não significava, garantia de imparcialidade.

No dia 08 de fevereiro às 09 horas foi instalada a Comissão encarregada de apurar as irregularidades denunciadas no Instituto de Artes e Comunicações, envolvendo, dentre outros, o reitor e o secretário geral da Universidade. Compunham a comissão três professores do IAC, dois técnicos em assuntos educacionais do MEC e um representante do Conselho Universitário. A comissão, de acordo com o Doc. 01/80-IAC de 06/02/80, deveria apurar a verdade em torno das denúncias publicadas no Diário do Povo em 30/01/80.

Coincide com este conturbado momento da vida da Instituição a posse do novo Arcebispo Metropolitano de Campinas, Dom Gilberto Pereira Lopes, na época Arcebispo Coadjutor. Pelas normas da Universidade ele viria a ser o Grão Chanceler e, certamente, todas as esperanças quanto aos novos rumos da instituição são

colocadas na sua pessoa. Posicionando-se sobre a crise, em pronunciamento à imprensa afirmou não concordar com a interpretação dos estudantes de que as autoridades da Igreja não estariam sensibilizadas com os problemas da Universidade e

“... as pessoas que estão lá colocadas, têm a obrigação de responder às exigências de diálogo, da verdade e da justiça ... É preciso sem dúvida a luta por uma universidade mais universidade e mais católica, mas não devemos esquecer os interesses eventualmente políticos e de corrente de pensamentos que não comungam o pensamento católico e que estão atuando na nossa universidade, como em muitas outras universidades” (Correio Popular, 15/02/80, p. 04).

Para o novo arcebispo as mudanças na Universidade deveriam ser feitas de forma harmoniosa, mesmo que mais demorada, para não se realizarem substituições precipitadas.

A comunidade universitária, por intermédio de seus representantes estava profundamente envolvida com a apuração das denúncias e procurava de todas as formas garantir a seriedade e os esclarecimentos dos fatos. Para isso, o DCE organizou uma caravana de alunos para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e entregou ao secretário geral dossiê contendo todas as denúncias contra a PUC-Campinas. Tomaram parte nesse movimento o Diretório Central dos Estudantes da PUCC, a União Estadual dos Estudantes (UNE), os Diretórios Acadêmicos da PUCC e da UNICAMP.

Uma comissão de professores da APROPUC, da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP), da Associação de Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (ADUNIMEP) e da Associação de Professores das Escolas Oficiais do Estado de São Paulo (APEOESP) também entregou uma carta denunciando demissões de professores da PUC-Campinas e o fechamento do Curso de Ciências Sociais.

Ao lado das denúncias, entretanto, os estudantes manifestaram, por meio de carta ao Grão Chanceler, a satisfação com a posse do novo Arcebispo, por considerá-lo comprometido com a verdade e a justiça social.

“a carta enviada a D. Gilberto Pereira Lopes diz que sobretudo nessa hora de grave crise por que passa esta Universidade, esperamos que a Vossa presença seja motivo para resolução com justiça destes grandes problemas que já temos e de outros que se avizinham. Aproveitamos a oportunidade para manifestar mais uma vez que, ao contrário do que querem alguns, os estudantes e suas lideranças não são agitadores, mas pessoas que querem fazer valer o seu direito de liberdade, de manifestação e expressão. O que alguns chamam de agitação, nada mais é do que a luta dos estudantes para fazer valer a verdade e a justiça ...Esperamos e cremos que a posse de V.Ex.^a, na Grão Chancelaria da PUCC seja prenúncio de uma nova época e o encerramento de um dos períodos mais negativos porque passou esta Universidade” (Correio Popular, 23/02/80, p. 05)

3.1 A Comissão de Sindicância

O relatório elaborado pela comissão de sindicância foi apresentado ao Conselho de Ensino e Pesquisa no dia 15 de fevereiro de 1980. Um dos membros do colegiado tentou obstruir os trabalhos, propondo que o relatório não fosse lido e apreciado pelo colegiado por não conter ainda parecer do diretor do Instituto de Artes e Comunicações. Colocado em votação, por vinte e três votos contra dez e duas abstenções foi aprovada a leitura do relatório naquela reunião.

O relatório apresentado pela Comissão de Sindicância, após uma semana de trabalho na apuração dos fatos, confirmou as denúncias feitas em relação aos superalunos. O documento produzido abordava em separado cada caso, analisando, em cada um, as denúncias feitas.

Quanto à vida acadêmica do reitor e do secretário geral, foram confirmadas as matrículas pela Res. 11/69 do MEC, Art. 3º, parágrafo II, no curso de Jornalismo, no período noturno o que elevava o número de alunos da classe de 40 para 42, conforme listagem do Centro de Processamento de Dados.

A Comissão apurou várias irregularidades nas atas de verificação da aprendizagem das disciplinas cursadas e das adaptações, bem como nas listagens

de frequência; no relatório apresentado, relatam-se os fatos acerca dos itens constantes no Ato 01/80-IAC, não explicitando nenhum julgamento.

Tendo em vista o argumento do diretor de que o relatório havia chegado em suas mãos na noite anterior, foi-lhe concedido, após aprovação dos conselheiros, o prazo de quinze dias para apresentar seu parecer sobre o referido documento.

Em oito de março, o diretor do IAC apresentou aos conselheiros do Concep seu parecer e decisão sobre o que foi apurado pela Comissão de Sindicância. Para essa reunião do colegiado o reitor baixou a portaria 54/80, transmitindo a Reitoria ao vice-reitor para assuntos administrativos com o fim específico de presidir a reunião, em razão de seu impedimento.

Em síntese, para o diretor, a ata da prova reproduzida parcialmente pelo jornal era autêntica e se referia à legal avaliação da aprendizagem; a ausência do nome dos alunos na listagem de reprovados por faltas é *“inteiramente inócua, pois não gerou, ratificou ou extinguiu qualquer direito alegável ou exercitável pelos próprios ou por terceiros”* (Ata da 44ª reunião do Concep, 15/02/80, p. 06); considerava legal, dentro da autonomia do professor, a dispensa dos bacharéis em Direito na disciplina Ética e Legislação dos Meios de Comunicação; não houve privilégio ao reitor e secretário e os mesmos foram *“discentes exemplares, disciplinados, no Curso de Jornalismo, e sempre procuraram compensar por trabalhos e diligências várias, as faltas a que foram obrigados”* (Ibid. p.07) e, finalmente, atribuía os erros ao funcionário do Posto de Atendimento, e pedia à Secretaria Geral relevar as faltas cometidas por ele *“responsável pelos diversos erros no preenchimento e remessa das atas das provas, levando em conta seu estado de saúde, sua inexperiência, sua dedicação e, sobretudo, o volume e a complexidade do trabalho que desenvolvia.”* (Ata da 44ª reunião do Concep, 15/02/80, p. 07).

Como se pode observar, as justificativas para os problemas ocorridos recaem no trabalho burocrático e a culpa acaba sendo atribuída a um pequeno funcionário, deixando de lado as questões maiores, relativas aos atos praticados pelo reitor e pelo secretário geral, que, aproveitando-se dos cargos, procuraram tirar proveito em benefício próprio.

Em relação às dúvidas apresentadas pela Comissão, o diretor dizia ter feito alguns encaminhamentos como: solicitação de esclarecimento aos professores, reunião com professores do Departamento de Jornalismo, ofício à Secretaria Geral, e apresentava suas conclusões, que referendavam o que foi exposto acima.

Ao final do relatório, o diretor apresentou algumas recomendações que, em síntese, são: aos professores: cumprir rigorosamente o parágrafo 3º do artigo 75 do Regimento (recolher à secretaria trabalhos que serviram para a atribuição de notas); obedecer aos dispositivos do Estatuto e Regimento Geral quanto à frequência e provas, sem exceção aos bacharéis em Direito; manter os diários de classe sem rasura e informar o aluno sobre as faltas; a Secretaria Geral exigir dos funcionários do Posto de Atendimento dos cursos o exato preenchimento das atas de provas; ao Posto de Atendimento do Instituto de Artes e Comunicação cumprir a norma que se refere à publicação das faltas até o dia quinze do mês seguinte. Ao Concep: impedir matrícula pelo Parecer 18 a qualquer membro da administração superior, bem como professores e funcionários. Coerentemente com a análise realizada, as recomendações ficam no limite do trabalho burocrático e na negação de um direito assegurado a todo graduado. Ao que parece, foram a burocracia e a legislação que produziram os superalunos!

O parecer apresentado foi questionado por membros do colegiado e, segundo um deles

“... todo o teor das decisões do diretor do Instituto de Artes e Comunicação, pois lhe pareceu que, aquele Diretor havia feito a defesa de tudo que é arbitrário e irregular. Ponderou ainda, que os senhores Conselheiros deveriam repelir a atitude dos professores do IAC, pois aqueles atos feriam brutalmente o Regimento e o Estatuto da Casa.” (Ata da 44ª reunião do Concep, 15/02/80, p. 09).

Em razão do descontentamento com o documento apresentado, várias questões foram levantadas quanto à competência ou não do colegiado para aceitar as decisões do Diretor, posto que ele dizia ser de sua exclusiva competência a decisão de casos de sua Unidade, não transferindo para o Concep essa prerrogativa.

Dado o impasse procedeu-se à votação nominal para aceitação ou não, pelo Concep, das decisões apresentadas pelo diretor. O parecer do diretor não foi aceito pelos membros do colegiado (20 votos contra e cinco a favor) e nova comissão com quatro membros foi composta para sugerir medidas sobre os “superalunos”. O diretor do IAC não acatou este posicionamento do colegiado por entender que ele feria a autonomia do diretor da unidade acadêmica.

Para a imprensa local, entretanto:

“A sessão do Conselho de Ensino e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) reafirmou algo que todos sabiam: na instituição permanecem homens dignos, que não se deixam intimidar nem estão dispostos à desmoralização pública para proteger algumas pessoas. Também demonstrou algo que só poucos teimavam em desconhecer: as denúncias divulgadas pela imprensa têm todo o fundamento. Não fosse assim, não fossem verdadeiros os documentos e o Concep já teria, por certo, isentado os acusados de qualquer responsabilidade” (Diário do Povo.09/03/80, p.10).

Não satisfeito com a rejeição do Concep ao seu Parecer, o diretor do IAC recorreu ao Conselho Universitário contra a decisão daquele colegiado *“alegando ingerência na competência do Diretor da Unidade, e solicitando, que seja o Concep declarado incompetente, considerando insubsistentes as resoluções que aquele colegiado tomou naquela reunião.”* (Ata da 141ª reunião do Consun, 26/03/81, p. 04)

Na 141ª reunião do Consun realizada em 26 de março de 1980 foi apresentado o Parecer do relator da Comissão de Legislação e Regimento, julgando procedente o recurso e declarando incompetente o Conselho de Ensino e Pesquisa para julgar a decisão do diretor. Muitos foram os apartes para questionar o recurso impetrado e o respectivo parecer do relator da Comissão.

A representação estudantil foi impedida de participar dessa reunião do colegiado, sendo evocado para isso, o art.100 do Estatuto que proibia alunos repetentes ou dependentes de exercerem mandatos representativos. A justificativa para esse impedimento era que, mesmo tendo sido aprovada portaria sobre a representação estudantil em 15/03/79, bem como a alteração no Regimento, não havia sido feita a adequação no Estatuto. Também não foi permitida a participação

do suplente, pois para o reitor *“a indicação, se possível, somente seria válida, se feita pela Diretoria do DCE. O que se poderia conceber, seria indicação pelo Órgão Colegiado legítimo e não ‘procuração’ do Acadêmico impedido”* (Ata da 141ª reunião do Consun, 15/03/80, p. 04)

A ausência dos representantes dos alunos, sem dúvida, tornava o colégio eleitoral favorável aos envolvidos. O questionamento que se fazia no colegiado, entretanto, era que esses alunos já vinham participando das reuniões e o impedimento só se dava nessa reunião. Um conselheiro disse

“... estranhar e lamentar que só agora, às vésperas desta sessão, a Secretaria Geral tenha descoberto que os representantes do corpo discente estão impedidos de nela tomar parte por serem alunos dependentes. Até agora esses mesmos alunos, disse ele, têm tomado parte nas sessões. Parece-me (...) que tudo está preparado pela mesa para dar vitória a ela nesta sessão, pois o caso do impedimento dos alunos serve aos interesses da Mesa” (Ibid., p. 03).

Esse mesmo conselheiro após a leitura do recurso do diretor do IAC, questionou se o reitor, o secretário geral e outros interessados no caso, como o diretor da Unidade envolvida, deveriam opinar e votar sobre o assunto. O reitor, entretanto, responde *“que o que ali estava sendo discutido, era a competência do Concep para julgar as decisões de diretores de unidade e o que se estava defendendo era a autonomia das Unidades e não questões pessoais.* (Ibid, p. 06)

O reitor, ao pronunciar-se em relação aos fatos,

“... disse que já tinha, com humildade, reconhecido seu erro, dizendo ainda, que só ‘uma estupidez mental’ poderia tê-lo induzido a matricular-se no Curso de Jornalismo, pois sempre poderiam surgir problemas, tal como esclareceu no pedido de cancelamento: se o Reitor estuda, se esforça, tira nota 10,0 (dez) comenta-se que tem privilégios; se não tira boas notas é considerado mau aluno. Foi por não ter tido tempo para estudar que faltou a todas as provas do 1º semestre, sendo-lhe atribuída a nota zero por ausência. A matrícula é legal, não há dúvida, mas podem surgir problemas éticos e por isso, com humildade, reconheceu seu erro. Por estes motivos , logo ao retornar ao Brasil já solicitara cancelamento da matrícula, solicitando, assim, a anulação de todos os atos decorrentes. Da mesma forma procedeu o Prof. Dr. José Antônio Trevisan.” (Ata da 141ª reunião do Consun, 15/03/80, p.10)

Segundo o reitor, o MEC considerou razoáveis as sugestões do diretor do IAC ao examinar o processo ali formado e esse parecer seria exibido ao colegiado quando chegasse⁵⁷.

O assunto, entretanto, não se encerrava e a polêmica continuava entre os que desejavam a apuração dos fatos e os que desejavam o pronto encerramento dos trabalhos.

Um conselheiro, pronunciou-se em relação ao parecer, sobretudo defendendo a competência do Concep para análise do ocorrido

“A natureza é legítima e pertinente ao Concep, e nem nós admitiríamos que essa matéria fosse versada no Consun, sem ser tratada primeiramente no Concep. O art. 26 e 27 do Estatuto foram reconhecidos por nós próprios, quando, na reunião do Concep, fomos conscientes ao declarar que o assunto ainda mereceria um aprofundamento, designando, assim uma Comissão ... A Comissão foi eleita, para aprofundar, para apreciar, e deve assim, retornar o assunto ao Concep, pois se medidas forem propostas, cuidar-se-á da competência” (Ibid, p.11)

Para o reitor, profundamente interessado no caso,

“se o Concep se sentiu insatisfeito com as decisões do prof. Rosalvo, recorresse ao Consun, pois o Diretor é o único competente para julgar disciplinarmente os atos de sua Unidade. Supervisionar, disse ele, é olhar por cima, examinar com o fim de dirigir, orientar. Não aceitando o decisório, o Concep está julgando o Diretor. Supervisionar é traçar diretrizes, dar orientação, e nunca julgar” (Ata da 141ª reunião do Consun, 15/03/80, p.12)

Colocado em votação, o recurso foi acatado. Votaram favoravelmente ao recurso vinte e um conselheiros e dezoito pelo não provimento do recurso e, dentre os votos favoráveis estavam o do reitor, do secretário geral, e do diretor do IAC. Mais uma vez, o colegiado foi manipulado para atender aos interesses do reitor e a legislação, embora existente, foi interpretada conforme a sua conveniência. A

⁵⁷ Na verdade, não se sabe com qual intenção, o reitor estava se antecipando a um pronunciamento do MEC antes que ele fosse oficializado. Talvez quisesse demonstrar que os trabalhos já estavam concluídos.

estratégia utilizada pelo reitor para impedir a presença dos alunos produziu o efeito por ele desejado: o provimento do recurso.

O que se observa, pelos dados existentes, é que o caso dos superalunos encerrou-se com o provimento ao recurso do diretor e o fato novo que ficou a exigir novas diligências foi a questão da representação estudantil.

Na reunião seguinte do Conselho Universitário, realizada em 17/05/1980, ao ser discutido o Parecer da Comissão de Legislação e Regimento sobre o impedimento dos referidos alunos, um conselheiro entendeu que, por estar “*sub judice*”, a matéria não deveria ser apreciada pelo Consun; outros no entanto, defendiam que o Consun tinha autoridade para essa discussão.

O parecer do relator da Comissão não foi favorável aos estudantes, entretanto foi dado outro, à parte, por um membro da Comissão que discordava do parecer do relator. Dizia esse parecer:

“... muitos foram os casos de representantes que exerceram mandatos estando em dependência, quando na verdade existia legislação taxativa que impedia tais casos, e no entretanto foram feitas “vistas gordas” aos mesmos. ...Porque só agora se investiu contra essa representação, quando na verdade ela já participou pacificamente de várias reuniões do Concep e do Consun?”(Ata da 142ª reunião do Consun, 17/05/80, p.11)

O Parecer do relator não foi aprovado pelo colegiado, mas aprovou-se que o reitor deveria, conforme art. 3º da Lei 6680 de 18/06/69, determinar ao DCE a indicação de dois alunos em condições legais, regimentais e estatutárias para exercerem a representação no Consun e outros dois no Concep.

O mandado de segurança que fora impetrado pelos estudantes foi concedido em novembro de 1980 por ofício do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Campinas, determinando aos alunos o Exercício do Mandato nas reuniões dos órgãos colegiados para os quais foram eleitos. Foram, ainda, anuladas as reuniões de 26/03, quando houve o provimento ao recurso do diretor do IAC, e de 17/05 quando foram aprovadas alterações estatutárias sobre a representação discente nos colegiados da Universidade.

Esses assuntos voltaram à pauta e foram discutidos na 150ª reunião do Conselho Universitário, cuja composição sofrera algumas mudanças, realizada em 23 de dezembro do mesmo ano. Em nova votação deliberou-se não dar provimento ao recurso do diretor do Instituto de Artes e Comunicações e quanto à representação estudantil foram mantidas as disposições estatutárias e regimentais aprovadas em 17 de maio, com exclusão provisória de um artigo até revisão do Estatuto e Regimento da Universidade.

Nada mais se falou sobre os superalunos...

E fica a dúvida: Se não houvesse a denúncia nos jornais, teriam o reitor e o secretário geral cancelado a matrícula no curso de Jornalismo?

4. A crise institucional

Em março de 1980 assumiu a Arquidiocese de Campinas o novo arcebispo Dom Gilberto Pereira Lopes que será também presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução e grão chanceler da Universidade.

A primeira medida do novo Arcebispo como presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução foi reformular a sua diretoria. Pretendia-se o cumprimento do Estatuto da Mantenedora e da Universidade, definindo-se com clareza a separação entre as duas instituições.

“Os aspectos administrativos serão conduzidos muito mais pela Sociedade do que pela universidade, que terá uma atuação mais específica nos aspectos pedagógicos e culturais de ensino e pesquisa. ... Não significa – disse – a redução das atribuições que normalmente competem ao Reitor, nos aspectos acadêmicos de pesquisa e cultura” (Correio Popular, 23/03/80, p. 08).

Segundo o arcebispo, este não iria interferir na autonomia da Universidade que, valendo-se de seus colegiados e das diversas instâncias, poderia resolver seus

problemas, mas *“irá tomar conhecimento progressivamente do que se passa na vida diária da PUCC e dos compromissos que a Universidade assumiu”*. (Ibid, p.08)

A preocupação com a situação da Universidade foi manifestada pelo Arcebispo por ocasião da Páscoa, em documento dirigido às direções das Unidades Acadêmicas, professores, alunos e à comunidade campineira. Dizia, dentre outras palavras, que *“Há necessidade de um projeto pedagógico da Universidade. A fidelidade a seu projeto educativo requer contínua auto-crítica e a volta aos princípios e aos motivos que a inspiram, cf. Escola Católica n.º 20 “*

Em maio, o vice-presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, esta agora com nova diretoria, e o assessor administrativo da Sociedade participaram da reunião do Consun e expuseram para o colegiado a grave situação financeira da Universidade.

“Vê-se que há um pequeno saldo. Entretanto os empréstimos levantados em dólares, marcos e cruzeiros para cobrir os investimentos feitos na Área da Saúde, no Campus II, (grifos meu) geram um encargo somente de despesas financeiras (...) que acarretam um déficit mensal superior a Cr\$ 20.000.000,00” (Ata da 142ª reunião do Consun, 17/05/80, p.03).

A denúncia dizia respeito ainda à má utilização do espaço físico, isto é, o não aproveitamento de áreas do Campus I, a aquisição de áreas do Campus II e a concentração de alunos no Prédio Central o que estava causando sérios problemas de natureza pedagógica. Afirmavam aqueles administradores inexistir um projeto para o hospital e que as ampliações do espaço e a aquisição de equipamentos se davam de forma improvisada sem obedecer a um plano.

Na verdade, tratava-se de uma crítica a tudo que havia sido feito na universidade, pelos resultados negativos que apresentava.

O reitor, entretanto, negou tais afirmações e assim se manifestou: *“data venia’, tudo foi planejado e estudado, tanto o Campus I como o Campus II, ambos aprovados por todos os órgãos Colegiados desta Casa e pela própria Mantenedora! Inclusive os grupos de Planejamento I e II trabalharam ativamente”*.(Ata da 142ª

reunião do Consun, de 17/05/80, p. 07). Deixava, porém, de dizer como eram aprovados seus projetos!

Além dessas questões, foram anunciadas preocupações em relação aos setores administrativos que demandavam um sistema de controle por parte da mantenedora. “... *há outra ordem puramente administrativa envolvendo os setores do Pessoal, de Compras, de Transporte e outros...*” (ibid. p. 04)

Esses pronunciamentos revelam que a Sociedade Campineira de Educação e Instrução - com nova diretoria - começava a se envolver com a administração da Universidade, o que até então não ocorria, pois, apesar de questionamentos isolados de alguns conselheiros nas reuniões dos Colegiados, a maioria sempre demonstrou apoio às deliberações do Reitor.⁵⁸

Em face das denúncias, muitas sugestões foram levantadas para enfrentar a crise financeira. Para o reitor, o hospital não deveria ser vendido, entretanto defendia outras medidas para enfrentar o problema financeiro, entre as quais contava-se a venda de terrenos localizados no centro da cidade, a venda do Prédio Central e a transferência dos alunos para o Campus I.

Na verdade, a administração da Universidade começava a ser questionada e o poder do reitor ameaçado. Sua imagem já havia sido profundamente desgastada com o caso dos superalunos e, a crise financeira da instituição, denunciada com a apresentação de dados concretos pela própria Sociedade Mantenedora, comprovava sua inabilidade administrativa e o caos em que se encontrava a instituição. Tentando, talvez, uma saída honrosa e garantindo sua participação no processo, o reitor anunciou aos conselheiros, na reunião do Consun de 17 de maio de 1980, que, com os respectivos vices, decidira realizar eleições para a Reitoria até o final do semestre.

⁵⁸ Em reunião do Consun realizada em 15/03/80, o representante estudantil solicitou vários esclarecimentos sobre o balanço financeiro da Universidade e não se sentiu satisfeito com os esclarecimentos recebidos. Ironicamente, o irmão do Reitor assim se manifesta: “ desde que o representante dos estudantes se considerava leigo e desqualificado para apreciar o balanço (...) sugeriu que fosse imediatamente colocado em votação, pois não poderíamos esperar os anos necessários para que fizesse o Acadêmico um Curso de Economia (...) para se sentir em condições de acompanhar tal análise” (Ata da 140ª reunião do Consun de 15/03/80, p.05) . Essa fala reflete a postura diante daqueles que tentavam se opor às ações ou denunciar os atos praticados pela Reitoria.

Pelo Estatuto da Universidade, a escolha e nomeação do reitor e dos vice-reitores era feita pelo Grão-Chanceler entre os professores titulares da Universidade, que constassem de uma lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Universitário⁵⁹. Seria uma lista para cada um dos cargos: reitor, vice-reitor para assuntos administrativos e vice-reitor para assuntos acadêmicos. Foi nomeada pelo reitor, pela Portaria 171/80 uma comissão responsável pela realização, fiscalização e apuração das eleições, composta de três professores membros e três professores suplentes.

A eleição para escolha dos nomes de professores que comporiam as listas sêxtuplas foi realizada em reunião extraordinária do Conselho Universitário no dia 04 de junho de 1980. Três professores solicitaram não ter seus nomes na relação dos professores elegíveis: o reitor, o vice-reitor administrativo e o irmão do reitor. Quanto ao reitor este assim se manifestou quanto à sua participação e a dos outros dois professores no processo eleitoral:

“ ... durante todo o tempo em que sucedera a deflagração do processo eleitoral, procurara manter uma posição de magistrado, não atendendo a imprensa, não dando entrevistas, não participando de nenhuma reunião e que decidira, também não participar da lista acreditando ter sido esta também a posição dos ...” (Ata da 143ª reunião do Consun em 04/06/80, p.03)

As eleições foram realizadas e mediante seus resultados foram compostas as listas sêxtuplas. O primeiro colocado para os cargos de reitor, vice-reitor administrativo e vice-reitor acadêmico foi o presidente da comissão eleitoral e diretor da Faculdade de Direito. Também houve coincidência nos segundos e terceiros colocados para os três cargos. Os três nomes eram de professores ligados à situação e que havia, durante o mandato do reitor lhe prestado todo o apoio, defendendo-o em todas as situações em que tal posição fosse necessária.

O resultado das eleições, como não poderia deixar de ser, provocou no reitor muita alegria, *“Visivelmente feliz, (...) comentava o resultado das eleições, alegando que ‘Deus é justo!’ e que ‘as obras que estão aí (...) atestam todo o nosso trabalho’,*

⁵⁹ É importante ser aqui lembrado que esse Conselho ainda era dominado por diretores ligados ao reitor e por ele nomeados.

além de afirmar que ‘a justiça tarda mas não falta’ “ (Correio Popular, 05/06/1980, p.10)

Por parte dos alunos, houve surpresa com o resultado das eleições e muitos protestaram dizendo que os professores eleitos não representavam os anseios da Universidade naquele momento e que esses nomes não seriam aceitos pelo arcebispo.

Uma intensa expectativa criou-se em torno da lista sêxtupla e a possibilidade de os professores eleitos não serem nomeados pelo grão chanceler. Diante disso, representantes estudantis do curso de Direito defendiam a legitimidade da lista elaborada pelo Conselho Universitário e alguns professores da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas apresentaram um abaixo assinado apoiando o resultado das eleições. O Diretório Central dos Estudantes, entretanto, emitiu nota ao arcebispo questionando a pretensa legitimidade da lista sêxtupla e assim se manifestando: *“Em momento algum o DCE apoiou nomes de candidatos, mas estaríamos dispostos a apoiar, sim, um programa político, uma plataforma que atendesse aos interesses dos estudantes da PUCC”* (Correio Popular, 08/06/80, p. 15)

O DCE, ainda nesse manifesto, repudiava o posicionamento do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, pedia a demissão do reitor e a nomeação de um reitor *pro tempore* até as eleições para a direção das unidades acadêmicas. Propunha que nesse período se promovesse a democratização da instituição.

A essa altura dos acontecimentos, o reitor, provavelmente percebendo sua fragilidade, pedia apoio ao Núncio Apostólico do Vaticano no Brasil, o qual se manifestou favorável à permanência do reitor até o término de seu mandato em 30 de junho daquele ano.

A crise sucessória estava instalada na Universidade, provocando intensa movimentação tanto de apoio ao reitor, especialmente da parte dos alunos e dos professores da Faculdade de Direito, quanto do apoio ao arcebispo para promover as mudanças necessárias à Universidade. Essa crise, no entanto, é superada com o

pedido de licença médica do reitor e a nomeação pelo arcebispo de uma Reitoria *pro tempore*.

Na manhã do dia 09 de junho de 1980 o reitor apresentava seu pedido de licença médica e na tarde desse mesmo dia foram nomeados, *pro tempore*, pelo arcebispo o reitor, Dr. Heitor Regina, o vice-reitor administrativo Dr. Paulo de Tarso Barbosa Duarte e a vice-reitora acadêmica, Prof^a. Maria Rosa Cavalheiro Marafon, a primeira mulher e pedagoga a ocupar um cargo no âmbito da Reitoria. O Arcebispo, nessa ocasião, afirmava que a nomeação não significava desconsiderar a lista sêxtupla que lhe fora encaminhada pelo Conselho Universitário, mas, sim, que ela deveria ser profundamente analisada.

No momento da posse do reitor *pro tempore*, o ex-reitor justifica seu afastamento, do modo como se segue:

“Há quase um mês eu entregava a meu superior do departamento de direito público, o pedido de licença para tratamento de saúde ... Assim também me afastei das funções docente até o final deste ano letivo. Diante dos problemas surgidos e da viagem marcada [do Arcebispo] para Roma, impossibilitado de bem analisar a lista sêxtupla S.Ex.Rev. solicitou-me também que estendesse aquela licença doença para a função de Reitor e que assim teria mais tempo para meditar e analisar a decisão do egrégio Conselho Universitário” (Correio Popular, 10/06/80, p.10)

Terminava, assim, a gestão de um reitor que permanecera no cargo durante doze anos, e que dizia deixar o cargo com a tranqüilidade de quem promoveu o grande crescimento da Universidade, inclusive o patrimonial Isto não deixa de ser uma verdade, apesar de todos os equívocos cometidos por este administrador.

Para a comunidade acadêmica, este era o fim de um momento histórico da universidade, caracterizado pelo autoritarismo, pelo arbítrio e impunidade, reproduzindo, dessa forma, o *modus operandi* do governo militar.

A compreensão do grão chanceler sobre as eleições realizadas em junho será manifestada na reunião do Conselho Universitário em 07/08/80. Na interpretação do grão chanceler, *“no mês de junho p.p., desenvolveu-se um processo eleitoral que, em vez de indicar caminhos alternativos para os esforços de superação da crise,*

contribuiu para dividir indesejavelmente as forças vivas da Universidade” (Ata da Sessão Extraordinária do Consun, em 07/08/1980, p. 06).

Ainda, nessa reunião, o grão chanceler da Universidade lembrou seu pronunciamento para a Universidade na Páscoa de 1980, tendo em vista recuperar os compromissos da vocação de uma Universidade Católica. Explicou, ainda, esta autoridade eclesiástica que promoveu reformulação na diretoria e assessoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução o que, de imediato, deixou transparecer a gravidade de situação da Universidade, o seu *“verdadeiro caos, resultante da absoluta falta de planejamento”* (Ibid., p.04).

Vários problemas institucionais foram apontados pelo arcebispo. Assim, no setor acadêmico: ausência de um plano pedagógico, criação e crescimento dos cursos desordenadamente, além de outros. No setor administrativo observou uma administração altamente centralizadora com falta de planejamento administrativo no Departamento de Pessoal, acúmulo de funções, privilégios e benefícios para alguns professores e funcionários, empréstimos a professores e funcionários, concedidos a prazos longos e juros inferiores ao mercado, demissões e imediata recontração, dentre outros. No setor financeiro, havia inexatidões que provocaram conseqüências graves, conforme demonstrado pela auditoria da *Price Waterhouse*, empresa especializada, contratada pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

Diante dessa situação, o grão chanceler, entendendo ter encontrado o melhor caminho para a superação da crise, tomou uma decisão temporária, vale dizer, solicitou que, num voto de confiança à sua pessoa, em novo processo eleitoral fossem colocados na lista sêxtupla o nome dos três professores indicados por ele, para os cargos de reitor, vice-reitor administrativo e vice-reitor acadêmico, que deveriam renunciar em 31 de janeiro de 1981, por ocasião de novas eleições.

O pronunciamento do grão chanceler na reunião extraordinária do Conselho Universitário, em 07 de agosto de 1980, deixa claro que a Universidade está por iniciar um novo momento de sua história:

“Nós precisamos encontrar o caminho da União na diversidade de posições, o caminho do Pluralismo consciente, adulto, desejável em

uma Universidade... No pluralismo sadio nós podemos realmente contribuir para construir na prática uma nova imagem de nossa Universidade Católica de Campinas. Particularmente se torna indispensável a compreensão e a colaboração dos Srs. Membros do Egrégio Conselho Universitário, para que juntos alcancemos o que almejamos: não almejamos proveitos pessoais, mas as verdadeiras condições para se realizar uma Universidade Católica” (Ata da 144ª reunião do Consun de 07/08/80, p. 06-07).

Na eleição realizada em 19/08/80 os nomes dos professores indicados estão nas listas sêxtuplas para reitor, vice-reitor administrativo e vice-reitor acadêmico, referendando dessa forma a indicação do grão chanceler e assumindo o compromisso com a mudança na Universidade.

Posso concluir que a PUC-Campinas viveu no período de 1968 a 1980 a passagem de um modelo administrativo e acadêmico centralizado na figura do reitor, tendo em vista o respeito e obediência aos princípios da Igreja Católica para um modelo centralizado na figura do reitor, mas, tendo em vista o **seu** projeto institucional, inspirado na política educacional do governo militar, voltado para o crescimento institucional, e para a expansão dos cursos. A consecução dos objetivos do projeto foi possibilitada pela prática centralizadora e autoritária, sustentada no clientelismo, nos favoritismos pessoais de toda natureza, na cooptação dos alunos, na manipulação das normas e na bajulação tanto dos poderes internos como externos. Também não se pode negar que esta prática fosse então considerada “natural” para o regime político vigente.

A fragilidade de tal modelo foi se construindo pelas próprias ações da administração universitária que, no movimento, vai criando a sua própria resistência e naquele contexto, que era de fortalecimento dos movimentos democráticos e de busca da transparência, a denúncia do caso dos superalunos foi o fato novo que vem favorecer a oposição à Reitoria, contanto também com o fundamental apoio da Igreja.

Até então, como se observou, sempre existiu apoio aos atos do reitor e às suas decisões. Mesmo suas tentativas de controle do processo de averiguação dos fatos e da discussão nos colegiados, provocando decisões favoráveis à sua pessoa

não foram suficientes para mantê-lo à frente da Universidade, provocando sua demissão. Faltou-lhe nesse momento, o apoio da Igreja. Minha visão desse momento aponta para a organização dos movimentos docente e discente, o testemunho dos fatos concretos, o movimento progressista da igreja, fatos esses decisivos que não deixavam outra opção ao arcebispo que não fosse o apoio às mudanças necessárias.

CAPÍTULO II

DA CRISE À CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

1. A Reitoria *Pro Tempore*

O reitor e os vice-reitores assumiram o compromisso de promover mudanças na Universidade e tinham para isso grande apoio da comunidade acadêmica. O prazo, porém, era exíguo para todas as alterações que deveriam ser feitas na Universidade. Assim, alguns pontos foram inicialmente priorizados: a reformulação dos Estatuto e Regimento da Universidade, a elaboração de um orçamento-programa e a Departamentalização das Unidades Acadêmicas.

Quanto à reformulação dos estatuto e regimento, tendo em vista a intenção de valorizar práticas democráticas no interior da Universidade, foi desencadeado pela Reitoria um processo de consulta à comunidade de forma que se pudesse atender aos seus anseios.

*“A reformulação da PUCC só se realizará com e pela participação dos membros da comunidade universitária. Essa participação não significa abertura para qualquer forma de condução da Universidade. Significa abertura para a co-laboração a fim de construir a vida da Universidade com seus **objetivos e características próprias** (grifos no original) Significa abertura para o diálogo construtivo, de palavras e de ação, que deve caracterizar a vida universitária.”* (Comunicado n.º 02/80 da Reitoria, s/d)

A consulta deu-se mediante a aplicação de 843 questionários, que foram respondidos por 669 professores e 174 alunos. Segundo a vice-reitora acadêmica, as respostas ofereceram uma riqueza muito grande de informações, as quais não poderiam ser ignoradas.

Na reunião do colegiado da Universidade para a aprovação de proposta de reformulação do estatuto e do regimento, a grande preocupação demonstrada pelos conselheiros era se a proposta apresentada pela Reitoria contemplava as expectativas da comunidade levantadas por meio do questionário. Dada a escassez de tempo, entretanto, para retomar todas as respostas, após várias sugestões de encaminhamento, por votação, ficou decidido que deveria ser prorrogado o prazo para a reformulação da legislação. Deliberou-se que, no prazo de um ano, a comissão indicada para esse fim apresentaria uma proposta de Estatuto e de Regimento ao Consun, já apreciada pela Comissão de Legislação e Regimento. A Vice-Reitoria Acadêmica solicitava que se acrescentasse às discussões, a questão da Carreira Docente e da Avaliação da Aprendizagem, o que indica que as questões acadêmicas começavam a ter importância na Universidade.

A prorrogação da reformulação dos Estatutos e Regimento impediu que se resolvesse a questão da eleição para diretor e vice-diretor nas unidades acadêmicas, o que deveria ocorrer proximamente. Assim sendo, como a legislação em vigor não possibilitava um processo democrático de escolha, foi baixada pelo reitor, Portaria aprovada pelo Conselho Universitário, normatizando o processo eleitoral do qual participaria a Congregação das Unidades, sendo elegíveis todos os professores titulares. A lista sêxtupla seria elaborada com o nome dos professores mais votados. Os novos diretores e vice-diretores eleitos, tiveram sua indicação homologada pelo Consun em 23 de dezembro de 1980.

A departamentalização da Universidade, que se iniciara precariamente no ano anterior, foi agilizada por meio dos grupos de trabalho. A proposta foi elaborada por uma comissão especial, posto que os departamentos deveriam contemplar as funções de ensino e pesquisa para as quais foram criados. A comissão inicialmente nomeada foi modificada com a eleição dos representantes das unidades acadêmicas, surgindo os

GTUs (Grupo de Trabalho das Unidades) que enviaram ao GTC (Grupo de Trabalho Central) os representantes para serem os intermediários entre GTC/GTUs.

Segundo relato da presidenta da Comissão, algumas dificuldades existiram durante os trabalhos, como estes: dados das Unidades procedentes do CPD e da Secretaria Geral, que não correspondiam aos da Comissão e rotatividade dos membros, dentre outras. O GTC subdividiu-se em Comissão I que deveria pensar o novo projeto para a Universidade de forma mais global isto é, estabelecer a filosofia para a Universidade e para os Departamentos, e a Comissão II que faria o levantamento dos dados da realidade: as dificuldades e discrepância dos dados.

A comissão realizou um trabalho exaustivo, optando por trabalhar nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro a fim de que, valendo-se de afinidade das disciplinas, conforme os critérios do CFE, concluir a departamentalização da Universidade. Esta departamentalização proposta, após ser debatida pelo colegiado, foi aprovada na reunião do Consun de 26/02/81.

Para a elaboração do orçamento-programa foi desenvolvido pela reitoria amplo processo de pesquisa em todos os setores da Universidade, bem como foram realizadas visitas às unidades acadêmicas. Por meio dessas visitas, realizadas em conjunto pelo reitor e vice-reitora acadêmica, foi possível a esta última, provocar as discussões sobre o trabalho pedagógico na instituição o que, até então, não havia sido feito.

“Ao mesmo tempo em que trabalhávamos (reitoria e seus assessores) com afinco na reorganização acadêmica e administrativa da instituição, vamos motivar a comunidade para refletir sobre a nossa Universidade, sua história, seu projeto e reordenar os esforços para a construção da Universidade desejada. Com humildade, mas com coragem, fomos aos institutos e faculdades, chegamos aos cursos. De minha parte, refletindo com todos o aspecto educacional, começo o questionamento sobre a qualidade dos cursos, o tipo de profissional que formávamos, o expansionismo e a criação de cursos sem a devida explicitação filosófico-pedagógica, as condições de trabalho dos professores, o atendimento aos alunos, entre outros aspectos (...) tenho a certeza de que estava sendo lançada a semente que germinou o movimento em torno do Projeto Pedagógico da PUC-Campinas.” (Marafon, 2001:31-2)

A razão de ser da instituição, isto é, a ação educativa, começava a ser objeto de reflexão e o eixo para a organização administrativa e financeira da Universidade. Foi elaborado um orçamento-programa para o ano seguinte, após análise de cada uma das unidades acadêmicas. Segundo o reitor, era um plano flexível, aberto às necessidades que fossem sendo colocadas no ano de 1981. Esse orçamento-programa seria implantado em 1981 e era previsto seu aprimoramento em 1982. Com algumas críticas em relação às contenções a serem feitas, esse orçamento-programa foi aprovado pelo colegiado.

Segundo o Reitor,

“... a Administração está, na verdade, implantando um novo sistema orçamentário, um Orçamento-Programa, coisa inédita na Universidade ... Portanto, o orçamento é uma proposta que, na sua aplicação vai sendo submetida às modificações que se fizerem necessárias” (Ata da 150ª reunião do Consun, 23/12/1980, p. 03)

Em curto espaço de tempo, a Reitoria *Pro Tempore* desenvolveu um trabalho exaustivo, procurando, com as precárias condições da instituição, desencadear a construção de uma nova Universidade. A preocupação com o processo educacional trouxe para a comunidade acadêmica a discussão da organização curricular, do processo de avaliação, do trabalho docente, bem como viabilizou cursos para a capacitação dos docentes. O processo educacional começava a ser objeto de reflexão...

Com o término do mandato, conforme o definido em agosto de 1980, foi realizada em 19/01/81 a eleição para a Reitoria, embora as entidades representativas de professores, alunos e funcionários não fossem favoráveis por ser esse um período de recesso acadêmico. Da Reitoria *Pro Tempore* manteve-se, então, somente o reitor Dr. Heitor Regina para um mandato de quatro anos. Foram nomeados vice-reitor para assuntos administrativos, o Prof. Antônio José de Pinho e vice-reitor para assuntos acadêmicos o Prof. Eduardo José Pereira Coelho.

2. O processo de mudança

O trabalho educativo tornou-se objeto de preocupação e debates, envolvendo todos os segmentos da Universidade. Os estudos em torno da situação financeira da Universidade, entretanto, prosseguiram, e a cada dia novos dados se afloravam. A questão da qualidade do ensino, cuja discussão se iniciara com as análises do orçamento-programa, no ano anterior, continuavam presentes. Na reunião do Consun do dia 25/04/81 foi apreciado o orçamento da Sociedade Campineira de Educação e Instrução e a situação financeira da instituição deixava todos perplexos. Conforme análise de um aluno, representante estudantil, o que se observava no orçamento apresentado era um aumento significativo da dívida, ao lado de uma perda no patrimônio líquido, nos recursos e capital de giro. Entretanto, nas palavras de um Conselheiro, *“a crise não é recente, ela estava apenas dissimulada, camuflada sob uma administração de característica centralizadora e autoritária e veio à tona quando passamos a respirar ares de maior liberdade e participação democrática dentro da Universidade”* (Ata da 155ª reunião do Consun, 25/04/81,p. 50).

Mesmo com esta compreensão, não diminuíram as preocupações e nessa reunião vários conselheiros se manifestaram sugerindo, além da racionalização das despesas, a alocação de recursos, como as verbas governamentais, a prestação de serviços e outros. É no bojo dessas discussões que a diretora da Faculdade de Educação assim se pronuncia a respeito

“.. está faltando na instituição um planejamento educacional ... Isto porque precisamos ter em vista os objetivos educacionais e pedagógicos da instituição e, assim, racionalizar, por ex. implica racionalizar tendo em vista o quê? (...) Assim, seria conveniente propor a criação de uma Assessoria...Seria na verdade uma Assessoria integrada por administradores e pedagogos educadores, que pudessem em conjunto propor os objetivos, as finalidades e as metas e, sobre elas, estabelecer as racionalizações: em número de alunos, por ex, ou em despesas com a pesquisa ou pagamento de pessoal” (Ibid., p. 51-2).

Segundo essa conselheira, a preocupação com a racionalização de verbas e gastos deveria estar amparada por objetivos e propostas voltados à natureza da

instituição e seria necessária a definição de critérios para o replanejamento das unidades acadêmicas.

Essa manifestação provocou a discussão e a conseqüente elaboração de um Projeto Pedagógico para a universidade, sobretudo porque se procurava recuperar a dimensão pedagógica e a necessidade de um planejamento educacional, enriquecendo as análises, muitas vezes centradas apenas nos aspectos administrativos e financeiros da realidade institucional.

Considero, pelos termos da respectiva ata, que nessa reunião a emoção tomava conta de todos, no sentido de se buscarem saídas para a situação extremamente grave da Universidade; havia a compreensão de que não bastava a racionalização financeira, algo ainda estava a ser resolvido e isto referia-se à qualidade do ensino: pensar na manutenção ou não dos cursos, pensar em que direção a Universidade pretendia crescer, definir suas diretrizes.

A compreensão de que **a superação da crise financeira passava pela dimensão acadêmica** estava sempre presente nas discussões, refletindo as novas preocupações institucionais, e foi sugerido pelo vice-reitor para assuntos acadêmicos a criação de um Centro que *“carreie recursos para a elaboração de trabalhos, para a realização de cursos, para que possamos crescer na direção da pesquisa (...) canalizar alguns recursos alternativos que dêem condições para que se amplie a verdadeira vida acadêmica desta Universidade”*. (Ata da 155ª reunião do Consun, 25/04/81, p. 53)

É a superação da grave crise financeira, entretanto, que mobilizava a Reitoria nesse momento. Reuniões foram realizadas com diretores e vice-diretores das Unidades Acadêmicas e as entidades representantes dos professores e dos funcionários foram convidadas para a 156ª reunião do Consun, na qual o reitor informou que a *“situação da instituição é realmente dramática e muito delicada”* ao abordar a projeção do déficit operacional até o final do ano.

A Reitoria *pro tempore* havia iniciado no ano anterior um primeiro diagnóstico das unidades acadêmicas e elaborou, com os dados que possuía, um orçamento-programa para o ano de 1981. Havia, entretanto, o entendimento de que esse orçamento, por ser o primeiro, necessitava de uma análise todos os meses para verificar a adequação

entre o que foi previsto e o dado de realidade. Na análise do orçamento, na 156ª reunião do Consun, em relação à receita foi apontado o seguinte: embora o número de alunos matriculados fosse superior ao previsto, a receita estava menor, o que levava a algumas hipóteses relacionadas à desistência dos alunos, a problemas financeiros dos mesmos, o não pagamento de créditos excedentes ou dependências. Isto demandava decisões de natureza administrativa. Previa-se, ainda, o aumento no valor da verba anteriormente solicitada ao MEC. Em relação às despesas, medidas de contenção foram tomadas como: a suspensão de investimentos; a proibição de contratação de qualquer natureza, salvo casos de absoluta necessidade; a proibição de aumento de carga horária, as horas extras, etc. O que se observa nesse momento é a preocupação com o levantamento minucioso da situação da Universidade com o objetivo de superar suas dificuldades.

A estratégia para isso foi, novamente, a realização de várias reuniões, cujo cronograma foi aprovado no Consun e que previa: o preenchimento de fichas informativas pela equipe da Unidade (diretor, vice-diretor, coordenadores, representante de alunos, um funcionário); o encaminhamento dessas fichas ao setor de Planejamento; reunião geral dos diretores e vices com a Administração; a elaboração de um diagnóstico final da Universidade para elaboração de medidas a serem tomadas e, finalmente, apresentação e aprovação das medidas no Consun.

Em 03 de julho são apresentadas ao Consun, para aprovação, as medidas a serem tomadas tendo em vista a situação da Universidade. Reconhecia-se que existiam problemas externos relacionados com a política econômica e educacional do país, em relação à aquisição de verbas governamentais, e que interferiam na Universidade, mas existiam problemas provocados por falhas e desacertos internos que demandavam ações no interior da Universidade.

Tendo em vista as especificidades da vida acadêmica e sua prioridade, a primeira etapa do conhecimento sobre a Universidade passou pelo diagnóstico acadêmico, prevendo-se para o primeiro mês do segundo semestre o diagnóstico administrativo.

Na compreensão do vice-reitor para assuntos acadêmicos a preocupação com um projeto pedagógico manifestada pela vice-reitora que o antecederia e o diagnóstico acadêmico *“calcado na necessidade da Universidade se equilibrar sob o ponto de vista financeiro”* (Ata da 157ª reunião do Consun, 03/07/81, p.4) significou o início do Projeto Pedagógico.⁶⁰

A análise do diagnóstico, segundo essa Vice-Reitoria, apontava a ausência de critérios na Universidade *“... dentro de uma mesma área de conhecimento, há alterações profundas e até mesmo contraditórias de critérios,...”* (Ata da 157ª reunião do Consun, 03/07/81, p. 5). Acreditava que, sem grandes alterações estruturais ou comprometimento da qualidade de ensino, seria possível intervir nas irregularidades apontadas no diagnóstico.

Nesse contexto e mediante o diagnóstico existente, a elaboração do Projeto Pedagógico da Universidade era entendida como fundamental para a área acadêmica, entretanto, dever-se-ia considerar inicialmente a tradição da universidade, tendo aí o seu ponto de partida. Assim, as medidas apresentadas pela Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos objetivavam a consecução desse Projeto Pedagógico a curto e médio prazos.

A realidade da Universidade exigia nesse primeiro momento *“a produção de meios para a consecução dos fins precípuos da Universidade e criar uma estrutura de diretrizes e ações compatíveis com esses fins, retomando o controle do caminho traçado e propondo alternativas”* (Ibid., p.6).

Em relação ao Projeto Pedagógico da Universidade, ficava expresso no documento que

“É necessário estruturar e reorientar a ação acadêmica e pedagógica, com definições claras das diretrizes deste processo, visando sobretudo flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e visão crítica...Propõem-se discussões a respeito desse projeto, para que o mesmo provenha da comunidade, através de diretrizes globais, que permitam a

⁶⁰ Há indicação de que esse tema já havia sido colocado em pauta na reunião do Concep, em abril. Na ocasião a Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos não sabia exatamente como se encontrava a situação financeira da Universidade.

ação diversificada na unidade de objetivos de uma Universidade, enquanto profissional e enquanto instituição elaboradora de cultura.” (Ata da 157ª reunião do Consun, 03/07/81, p.6)

Ainda em relação ao projeto pedagógico oito tópicos são apresentados tendo em vista a sua elaboração, os quais tratam do seguinte:

a) apresentação de um plano pedagógico pelas unidades acadêmicas, até setembro de 81, para implantação em 1982, em que constem os seguintes itens: a filosofia da Universidade e dos cursos da unidade, o perfil do profissional a ser formado, a atuação do profissional, o mercado profissional, a proposta de reformulação curricular, as atividades necessárias, a relação aluno/docente, a distribuição da carga horária para 1982, a reflexão sobre a função docente.

b) condições de ensino: atividades nos cursos para agosto de 1981, redistribuição das atividades e cargas horárias para agosto de 1981, relação prof/aluno para agosto de 1981, plano de ensino para 1982, alteração na duração das aulas, para uniformização na Universidade, estudos para alteração na avaliação da aprendizagem, estudos de monitoria, controle de presença de docentes, frequência dos dependentes, estudo especial para docentes assistenciais e supervisão de estágios, cumprimento dos programas preestabelecidos, racionalização dos desdobramentos de turmas, com possíveis centralizações de turmas, atuação dos docentes nas aulas teóricas.

c) análise quantitativa e qualitativa dos currículos: elaboração e atualização dos planos de ensino dos professores, eliminação da defasagem entre currículos ministrados e currículos plenos aprovados, análise da defasagem dos currículos plenos e mínimos, definição de ciclos básicos, análise das licenciaturas, integração dos currículos, mudança de carga horária de EPB.

d) vagas no vestibular: criação de uma equipe de trabalho (Comissão Permanente do Vestibular com um representante por área, representação docente e discente) para estudar alterações na distribuição de vagas para 1982, considerando: evasão, demanda, mercado de trabalho, período de funcionamento, divulgação.

e) racionalização acadêmica: racionalização da estrutura acadêmica, especificação de níveis de atuação, responsabilidade, interdependência e fluxo,

alteração no diário de classe, eliminação de choque de horário, funcionamento das secretarias setoriais e posto de atendimento.

f) serviços: criar o Centro de Extensão de Serviços à Comunidade, disciplinar, padronizar, divulgar serviços extensionais, buscar recursos em entidades nacionais e internacionais para treinamento de mão-de-obra especializada, programas de Pós-Graduação, Pesquisa e Aperfeiçoamento Docente.

g) desempenho docente: carreira docente, capacitação docente.

h) recursos acadêmicos: existência de cursos de extensão, ampliação de matrícula na Pós Graduação, normalização de créditos excedentes e do oferecimento de disciplinas optativas.

O movimento em torno da construção de um novo modelo acadêmico já estava desencadeado e o projeto pedagógico era uma das etapas, por intermédio do qual se deveria elaborar os fundamentos dessa prática.

Além das medidas acadêmicas foram tratadas questões do espaço físico e da administração e finanças e estava prevista a discussão dessas medidas com todos os diretores das Unidades Acadêmicas para posterior aprovação no Consun.

Na reunião do Conselho Universitário, onde essas medidas foram preliminarmente apresentadas, houve certo questionamento quanto às discussões serem apenas no âmbito das direções acadêmicas, bem como o questionamento quanto à não exposição inicial do setor administrativo, dado que *“é dele grande parte das despesas existentes na PUC devido ao comportamento insatisfatório do Departamento Pessoal, do CPD e outros setores da Universidade”*. (Ata da 157ª reunião do Consun). Ainda que indiretamente, cada vez se explicitava mais as irregularidades herdadas da administração anterior.

A discussão dessas medidas teve prosseguimento envolvendo, nas Unidades Acadêmicas, o Conselho Departamental, os Departamentos, a Congregação, tendo em vista o aperfeiçoamento de tais medidas e o compromisso que poderia ser assumido pela Universidade no que dizia respeito à contenção de despesas.

No final de julho, em sessão extraordinária do Consun essas medidas voltaram a ser discutidas para aprovação, contemplando as propostas apresentadas pelas Unidades Acadêmicas e pela própria administração da Universidade. Poucas foram as Unidades que não se manifestaram quanto à redução de despesas e para essas, a própria administração sugeriu formas de redução. Segundo entendimento, se não houvesse reduções em todas as Unidades estar-se-iam penalizando algumas dessas unidades (justamente aquelas que previram contenções) ao passo que outras não estariam contribuindo para a superação das dificuldades financeiras. Segundo dados colocados nessa reunião, o resultado do esforço de toda a comunidade acadêmica já se fazia sentir, pois o déficit previsto havia sido reduzido.

A valorização da participação e contribuição das unidades acadêmicas influenciou no processo de votação das medidas apresentadas, desconsiderando algumas manifestações de descontentamento e/ou preocupação com a qualidade do ensino.

Assim sendo, na 158ª reunião do Consun foram votadas e aprovadas as medidas delineadas no âmbito de cada unidade acadêmica, incluindo aquelas colocadas pela administração da Universidade. Foi definido também um prazo para diligências junto às Unidades Acadêmicas e para a apresentação ao Consun do relatório específico sobre a concretização das medidas.

O empenho e participação da comunidade universitária no estudo e discussão das medidas, com base no diagnóstico apresentado pela Reitoria foi muito significativo. No período de 06 a 15 de junho de 1981 foram realizadas vinte e uma reuniões nos Institutos e Faculdades, com a presença do reitor e dos vice-reitores, do Conselho Departamental da Unidade e um ou dois funcionários. Nessas reuniões foi discutido o documento “A Crise Financeira da PUCC”, apresentado na 158ª reunião do Consun.

Tal documento reconhecia as dificuldades enfrentadas pelas Universidades brasileiras em razão da política educacional existente, mas também atribuía a fatores internos a crise da PUC-Campinas com as graves conseqüências que dela advieram:

- “a) aumento indiscriminado no número de vagas;*
- b) abertura de cursos sem estudos prévios de mercado de trabalho e gastos operacionais;*

- c) *descentralização administrativa exagerada e centralização decisória;*
- d) *dificuldade de definição quanto ao modelo conceitual, doutrinário e filosófico da Universidade, pelo crescimento desmedido e isolamento administrativo;*
- e) *dificuldade de eficiência administrativa, com sérios reflexos acadêmicos;*
- f) *oferta de níveis de ensino não compatíveis com os objetivos da Universidade;*
- g) *diferença de tratamento acadêmico e administrativo nas diversas Áreas, Unidades e Cursos, gerando profundas desigualdades na qualidade de ensino e condições de trabalho;*
- h) *inexistência de parâmetros capazes de equacionar , em todas as Áreas de Conhecimento, a relação entre os recursos obtidos e canalizados, através de diretrizes e parâmetros projetados;*
- i) *aplicação dos recursos da Universidade em Áreas não geradoras de fontes alternativas e, ao mesmo tempo, absorvedoras dos recursos em disponibilidade*⁶¹

O diagnóstico acadêmico da Universidade possibilitou nessas reuniões a discussão de questões como: a natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas, a filosofia dos cursos, o número de vagas e o mercado de trabalho, a relação aluno/docente nas atividades, a duração das aulas, a análise do currículo (objetivos, carga horária, ciclo básico, profissionalizante), a racionalização e centralização de trabalhos, a supervisão, os estágios, o oferecimento de cursos na pós-graduação *lato e stricto sensu*, o funcionamento de secretarias, o Posto de Atendimento, a avaliação da aprendizagem, o preparo do projeto pedagógico, além de outras questões.

Quanto ao diagnóstico administrativo, esse documento tratava de algumas questões como os bens da Universidade, o custo aluno, a relação número de vagas e déficit, os funcionários, o espaço físico, a situação do hospital, o tombamento do Prédio Central, a contratação docente, a carreira docente e funcional, etc. O diagnóstico administrativo na íntegra, que era profundamente aguardado pela comunidade acadêmica, foi apresentado na 160ª reunião do Consun, realizada em 07/11/81.

A grande preocupação que se expunha era justamente aquela relativa à **definição da filosofia da instituição** na formação de seus alunos e o tipo de profissional que se desejava formar. Mais ainda: a instituição preocupava-se no como

⁶¹ A crise Financeira da Universidade. P. 3-4

adequar o projeto filosófico e pedagógico àquela realidade que se apresentava bastante problemática.

Era desejo da administração

“... que esta Universidade imprima em todas as suas atividades internas e externas a marca da presença na captação, no engajamento e na solução dos problemas vividos pela comunidade, seja ofertando vagas após cuidadoso estudo de mercado, seja oferecendo aos alunos, formação tal que lhes permita a aquisição de uma consciência social e possibilite exercício profissional que atinja camadas numerosas da população brasileira”⁶².

Nesse momento histórico, seja a preocupação com a superação das injustiças e tratamentos desiguais na Universidade, seja a valorização dos espaços de organização de alunos e professores, como DCE e a APROPUCCE eram muito acentuadas. Os funcionários, que também participam desse movimento, fundam no início de 1981, sua associação, a AFAPUCCE, testemunhando o processo de organização dos segmentos universitários. A questão orçamentária, entretanto, continuava sendo discutida com frequência, o que demonstrava sua prioridade para a administração da Universidade que entendia ser a questão financeira fundamental para o desempenho educacional.

Em reunião do Consun no dia 07 de novembro de 1981 é apresentado aos seus membros, um documento relatando os resultados da aplicação das medidas aprovadas em julho daquele ano e expressas no documento “Crise Financeira da PUCCE”. Foram apresentados dois quadros, dos quais um era referente aos resultados das economias nos meses de agosto e setembro, e outro continha estudos comparativos das Unidades superavitárias e deficitárias. Outro quadro foi também apresentado sobre as receitas e despesas da PUCCE, sua evolução, a situação do hospital e as novas perspectivas. Nessa mesma reunião, é discutido o pedido de subsídio ao MEC para eliminar o déficit previsto. No documento enviado ao Ministério em questão é apontada a dificuldade de a Universidade manter a área da saúde

“ a conclusão final é a de que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas não é capaz de manter a natural exigência de recursos, inerente ao bom funcionamento da Área da Saúde...Em conseqüência, o recebimento da subvenção governamental, significativa, constitui condição

⁶² A Crise Financeira da Universidade, p.6

de manutenção dos Cursos da Saúde ...” (Ata da 160ª reunião do Consun, 07/11/81, p. 47).

O orçamento de 1982 foi aprovado em fevereiro daquele ano e a verba solicitada foi concedida pelo MEC no mês de março. A justificativa para essa conquista foi o empenho junto aos órgãos governamentais e a luta da Associação das Pontifícias Universidades Católicas que, entrosadas puderam se adaptar às normas do MEC *“utilizando mecanismos que até então só se encontravam à disposição das Universidades Federais”* (Ata da 163ª reunião do Consun - 27/03/82, p.02).

A documentação existente demonstra que se priorizou no início da década de 80 a discussão da organização financeira e administrativa da Instituição. Sem dúvida, a grave crise financeira gerava a dúvida sobre a sobrevivência da Universidade. Mas sobreviver para quê?

Para a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos *“a Universidade nunca deve se esquecer da área acadêmica pois, caso contrário, ficaremos sempre discutindo números aqui, o que, a seu ver, não é nem pode ser a tarefa principal da Instituição”* (Ata da 163ª reunião do Consun, p.26). Do ponto de vista da Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos, ao lado da recuperação operacional não houve perda da qualidade acadêmica, mas grande trabalho para repensar a instituição e a “mudança conceitual da Universidade: *“houve um apresentar de propostas e um encaminhamento de sugestões como nunca esta Casa conheceu anteriormente, o que lhe permite acreditar na consecução dos grandes objetivos da área acadêmica”* (Ibid.p.26)

Ao que parece, já na Reitoria *pro tempore* foi iniciada a reorganização da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos tendo em vista a melhoria de sua infra-estrutura (recursos materiais e humanos) para oferecer suporte aos trabalhos na área pedagógica, dada a precariedade desse órgão. O que se percebe é o trabalho articulado da Reitoria, e das Vice-Reitorias Administrativa e Acadêmica para que esta última pudesse promover o aumento da qualidade do ensino, mediante o esforço de todos,

“... procurando aprofundar o processo educacional na Universidade, o que produziu inclusive alguns projetos pedagógicos que estão sendo elogiados

inclusive em Brasília (...) na PUCC procurou-se, ao contrário, elaborar um modelo desvinculado de interesses externos à Universidade, a partir de uma discussão interna baseada no que achávamos que a nossa Universidade poderia e deveria ser” (Ata da 163ª reunião do Consun, 27/03/82, p.27).

O Relatório apresentado pela Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos em relação ao ano de 1981 assinalava o que se segue:

- há a busca de um modelo de Universidade, com base nas diretrizes da Igreja Católica, a ser construído pela comunidade universitária;

- algumas mudanças foram possíveis como estas: ênfase na reflexão e no debate, maior participação de alunos, professores e comunidade, implementação da departamentalização, atividades pedagógicas mais próximas aos objetivos da Igreja Católica, o que resultou na identificação das diretrizes do projeto pedagógico com as propostas da Campanha da Fraternidade/82 sobre educação;

- as atividades foram possíveis porque houve apoio e infra-estrutura da Reitoria e da Vice Reitoria para Assuntos Administrativos e pela constatação de que as mudanças administrativas numa Universidade só têm sentido se caminharem com as mudanças pedagógicas.

- trabalho da Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos com as unidades acadêmicas

A reorganização administrativa da Instituição passou também pelas unidades acadêmicas que procuraram na departamentalização das disciplinas dos cursos uma melhor adequação acadêmica e administrativa. Essa departamentalização foi discutida e aprovada na 164ª reunião do Consun em 29/04/82.

Percebe-se, como já se disse aqui, uma grande preocupação com a organização acadêmico-administrativa, o que indica que, ao lado da crise financeira, havia a necessidade de superação dos sérios problemas acadêmicos, como demonstram os itens que deveriam ser revistos na Universidade, como: disciplinas com mesmo nome e código ministradas em Unidades diferentes, os estágios supervisionados, a departamentalização das disciplinas optativas, dentre outros aspectos.

No ano de 1981, a Universidade conseguiu na área federal significativo subsídio e passa a ser classificada como uma das maiores Universidades católicas do país, dentre outras.

Não se pode negar que, a partir de 80, mesmo com a crise financeira da instituição, não houve descuido ou desinteresse pelo trabalho acadêmico.

Pelos dados aqui expostos, pode-se observar que uma gama imensa de ações foi desencadeada desde o início dos trabalhos da Reitoria *pro tempore* tendo em vista a reformulação da Universidade. É possível concluir sem dificuldade que tais ações estão comprometidas com a busca de um ideal⁶³ explicitado na mensagem de Páscoa do Arcebispo, em abril de 1980. Esse ideal significava a autonomia da Universidade, “o respeito à sua autonomia que deve ser usufruída internamente”, para se repensar e por si mesma sair da crise em que se encontrava; significava a promoção do diálogo interno e com a sociedade, “diálogo institucionalizado”; significava a formação de “líderes, construtores de uma nova sociedade.”⁶⁴

O modo como ocorreu o processo de discussão da reforma estatutária (amplo questionário para a comunidade); a departamentalização (constituição de comissões) e a elaboração do orçamento-programa (visita do reitor e vice-reitora às Unidades Acadêmicas) indica o respeito e o atendimento aos princípios de participação e comunhão, presentes na Mensagem da Páscoa e referendados no Comunicado 02/80 da Reitoria indicativa de que a reformulação da Universidade deveria ser orientada para o diálogo interno, por meio da participação de todos, respeitando-se, entretanto, os objetivos e características próprias da instituição.

No período analisado, observo que as preocupações em torno das questões acadêmicas se mantiveram e demonstram o esforço e empenho do vice-reitor acadêmico na continuidade e aperfeiçoamento de um trabalho iniciado na gestão da reitoria *pro tempore*, sobretudo no que se refere à construção do projeto pedagógico.

⁶³ Ideal, no sentido que lhe dá Rios (1992:74), de utopia como algo não impossível, mas algo ainda não realizado.

⁶⁴ Gilberto Pereira Lopes. *Mensagem à Universidade na Páscoa de 1980*.

Por outro lado, entendo que a idéia de **um Projeto Pedagógico da Universidade** foi colocada inicialmente na mensagem do arcebispo. É nela que se menciona a necessidade de um Projeto Pedagógico da Universidade e se encontram as orientações para a caminhada. *“A fidelidade a seu projeto educativo requer contínua auto-crítica e a volta aos princípios e aos motivos que a inspiram”*.

Fica, assim, claro para esta pesquisadora que o início da reformulação da Universidade no segundo semestre de 1980 significa o início da construção de **seu Projeto Pedagógico**, pois na precariedade daquele momento as ações possíveis foram realizadas, isto é, com as condições do presente procurou-se construir os caminhos do futuro.

3. As novas diretrizes da Igreja Católica para a América Latina

A ocorrência de um processo de mudança na PUC-Campinas é inegável. Os dados de realidade demonstram que sem profundas transformações a manutenção da instituição seria impossível, em face da crise institucional construída ao longo de doze anos.

O movimento docente e discente foi importante para o desencadeamento do processo de mudanças indicando os seus rumos com o fito da democratização da instituição.

Como instituição católica, o pensamento da Igreja era fundamental na definição da mudança, pois, afinal, tratava-se de uma instituição **da** Igreja.

Assim sendo, os pronunciamentos do arcebispo a respeito da crise institucional e a explicitação dos caminhos a serem buscados, demonstram uma preocupação com a observância da identidade católica, por meio do retorno aos seus princípios e a valorização da participação e comunhão da comunidade acadêmica naquele momento.

Participação e comunhão foram temáticas presentes no pensamento católico latino-americano e, portanto, torna-se necessário ser aqui apresentado por se constituir componente ideológico das mudanças pretendidas.

3.1 O pensamento da Igreja Católica para as Universidades

Em 1965, ao término do Concílio Vaticano II, percebeu-se a necessidade de adaptar-se a Igreja da América Latina ao seu espírito e às suas definições. Começa um amplo movimento no seu interior para que ela se volte para a realidade marcada pela opressão e pela desigualdade social.

No Encontro Episcopal sobre a Presença da Igreja no Mundo Universitário da América Latina, realizado em Buga, na Colômbia em 1967,⁶⁵ foi analisada a educação latino-americana. Naquele encontro, foram identificadas três fases não excludentes, mas que coexistiam na realidade educacional da América Latina. A primeira, “aristocrática”, não considerava a realidade social e não atendia, portanto, às suas necessidades, estando preocupada apenas com os valores humanistas tradicionais. Na segunda fase, a educação estaria comprometida com as necessidades econômico-sociais, vendo o homem como elemento do processo produtivo. A educação estaria, então, comprometida com o capital, adequando-se às estruturas vigentes. A terceira fase, chamada de “libertadora”, voltar-se-ia para a formação da pessoa humana. Assim à educação competiria capacitá-la para assumir livremente e com responsabilidade suas tarefas na sociedade.

“Esta etapa procura superar as fases anteriores pela integração dos valores positivos que nelas se encontram, tanto os que dizem respeito ao bem pessoal (primeira fase), como os relativos ao desenvolvimento sócio-econômico (segunda fase), colocando-os numa perspectiva de transformação estrutural.”⁶⁶

A educação estaria preocupada com a libertação das forças criadoras da pessoa humana, do povo, que se encontrava submetido aos interesses e arbitrariedades de grupos estranhos.

No humanismo defendido pelos progressistas, o homem era visto como aquele que dá sentido ao mundo, o criador do mundo, em comunhão com outros homens. “O

⁶⁵ No período de 12 a 18 e de 1967 e 19 a 25 de fevereiro de 1967, foi realizado em Buga, sob a responsabilidade dos Departamentos, respectivamente, de Educação (DEC) e da Pastoral Universitária (DPU) da Congregação Episcopal Latino-Americana (CELAM), o Seminário de Peritos sobre “A Missão da Universidade Católica na América Latina” e o Encontro Episcopal sobre “A Presença da Igreja no Mundo Universitário da América Latina”

⁶⁶ Os Cristãos na Universidade (Seminário de Peritos e Encontro Episcopal), 1968: 38

*homem, centro e plenitude do mundo, confere-lhe sentido. Inteligente e responsável, cria em comunhão com outros e através do trabalho, uma história que tende a libertar sempre mais os valores pessoais e comunitários”*⁶⁷

A cultura, abrangendo a ciência e a técnica era vista como produção humana, tendo, portanto, direito de todos. Essa compreensão de homem e de cultura exige o “*diálogo verdadeiro das disciplinas científicas entre si, e destas com a teologia, de maneira que se integrem numa visão convergente*”⁶⁸

Naquele momento histórico (1967), a Igreja via-se com o compromisso de abrir suas universidades ao diálogo, tornando-as merecedoras de atenção especial. A abertura ao diálogo era entendida como necessidade de todas as universidades, independentemente do credo que professassem e do seu regime jurídico: público ou privado.

Quanto às Universidades Católicas da América Latina, consideradas bastante numerosas, avaliou-se que muitas não mereciam o título que possuíam.

*“Parece-nos chegado o momento de fazer uma avaliação serena e objetiva do trabalho que exercem nossas Universidades Católicas. De acordo com as recomendações do Concílio Vaticano II, nossas Universidades devem sobressair ‘não pelo número, mas pela sede de doutrina’. É importante não cairmos na tentação do quantitativo. Saibamos defender-nos do perigo (...) de ceder à tentação do prestígio e da glória.”*⁶⁹ (grifos meus)

A verdadeira universidade para atender a esse compromisso deveria promover o diálogo: diálogo das ciências, artes e filosofia, que “*supõe um ambiente de confiança, liberdade, autêntico amor à verdade e profundo respeito à pessoa ... Universidade: diálogo institucionalizado*”⁷⁰. (grifo no original)

As indicações do pensamento católico parecem estar muito distantes da PUC-Campinas, em especial, a partir do 2º semestre de 1968. A busca de prestígio, quer pessoal quer institucional, foi traço marcante da Universidade naquele momento, além

⁶⁷ Ibid, p.11

⁶⁸ Os Cristãos na Universidade, 1968:12

⁶⁹ Ibid, p. 17.

⁷⁰ Ibid, p.18

da obediência à política educacional do governo militar. Por outro lado, é preciso lembrar que o pensamento da igreja não era homogêneo, constituindo-se ao lado desse grupo progressista, ligado à Igreja da América Latina, outro grupo com idéias conservadoras, ligado ao centro do poder católico. Isso tornava possível a existência de grupos conservadores nas universidades, como era o caso da PUC-Campinas.

No relatório do Seminário de Peritos do Conselho Episcopal Latino-Americano, realizado em Buga, está explicitado que a Universidade Católica deveria ser uma *verdadeira universidade*⁷¹. Assim, seu compromisso não poderia ser apenas a formação de profissionais, o que levaria a um

“... imediatismo pragmático e medíocre. A Universidade deve ser, necessariamente, cultivo sério e desinteressado da ciência (...) responder às indagações e angústias mais profundas do homem e da sociedade. Deve ser centro de elaboração e irradiação de cultura autêntica (...) ser consciência viva da comunidade à qual pertence”.⁷²;

O diálogo, pregado pelo pensamento progressista da Igreja significava o diálogo horizontal entre as ciências e o diálogo vertical, professor-aluno; *não apenas teórico mas encarnado nas estruturas concretas*⁷³

Este diálogo, defendido pelo pensamento católico progressista para as universidades, como foi visto, estava longe de acontecer na PUC-Campinas. A centralização do poder e as práticas autoritárias demonstram o distanciamento que existia entre o que se pregava na Igreja Latino-Americana e o que ocorria nesta Universidade.

Os participantes do Seminário reconheciam que muitas universidades deveriam mudar sua estrutura de poder

*“Todo monarquismo estatal, eclesiástico ou de qualquer outro gênero, contradiz a essência da Universidade. As autoridades universitárias devem representar verdadeiramente, as referidas células vivas [professores e alunos]. Por isso mesmo estas devem eleger aquelas”*⁷⁴.

⁷¹ Os Cristãos na Universidade, 1968:17

⁷² Ibid, p.17

⁷³ Ibid, p. 18

⁷⁴ Ibid, p.18

Além disso, a dimensão “católica” da Universidade deveria assegurar o “*diálogo institucionalizado entre a ciência, a técnica, as artes de um lado, e de outro, a filosofia e a teologia*”⁷⁵

Reconhecendo que muitas Universidades Católicas da América Latina não cumpriam sua missão, o Seminário de Peritos apontou a necessidade de uma abertura para o futuro, assumindo uma *revisão permanente*. Elas deveriam comprometer-se com o momento histórico da sociedade latino-americana e para isso foram propostas algumas tarefas como, *a crítica à mentira social e política*⁷⁶, a criação de um centro que interrogasse o processo histórico, resguardasse a cultura, promovendo-a na perspectiva das bases da sociedade, não aceitando concepções e idéias elitistas.

Constitui elemento francamente revelador do distanciamento da PUC-Campinas dessas recomendações a extinção do curso de Ciências Sociais, na gestão Barreto Fonseca, justamente quando se defendia o conhecimento crítico da sociedade e se reconhecia que as Ciências Sociais poderiam contribuir para o desenvolvimento integral da sociedade. “[Ciências Sociais] *são ameaçadas pela imposição de modelos desvinculados da realidade latino-americana ...*”⁷⁷

A leitura que se fazia desta área de conhecimento na PUC-Campinas é, provável e contraditoriamente, aquela criticada no relatório do Seminário aqui abordado: *as Ciências Sociais são consideradas ‘subversivas’. Apesar disto compete à Universidade Católica assegurar-lhes clima de livre investigação*” (grifos meus).⁷⁸ No entanto, nela além da extinção do curso, ocorre também a perseguição aos seus professores e alunos, embora o pensamento católico latino-americano recomendasse:

*“Estabelecer uma linha de prioridades em relação às áreas culturais a serem propostas pela Universidade. Nesse sentido, levem-se em conta as exigências concretas locais. Atenção especial, neste contexto, devem merecer as **ciências sociais**, matemáticas e educacionais.*”⁷⁹ (grifo meu)

⁷⁵ Os Cristãos na Universidade, 1968:20

⁷⁶ Ibid, p. 23

⁷⁷ Ibid, p.23

⁷⁸ Ibid, p.23

⁷⁹ Ibid, p.26

Dentre outras recomendações para as Universidades Católicas, merece, ainda, destaque aquela referente às relações de poder, porque o que existiu na PUC-Campinas foi completa desobediência ou insipiência voluntária, pois seu objetivo educacional se assentava em outros princípios.

*“Rever a estrutura de poder, promovendo em todos os níveis a participação dos professores e alunos no governo da instituição e na eleição de suas autoridades. Tal revisão deverá tender à **descentralização** do poder. Reconheça-se, também, o legítimo direito aos sistemas organizativos e aos de representação dos membros integrantes da comunidade universitária.”⁸⁰*

As discussões sobre a Igreja latino-americana também ocorreram na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em agosto de 1968 na cidade de Medellín, na Colômbia. Nessa Conferência, as comissões formadas elaboraram um relatório que se constituiu em orientações para os trabalhos e ações da Igreja nesse continente.

A Comissão de Educação dessa Conferência, endossando as idéias do Seminário de Peritos e do Encontro Episcopal que antecedeu a Conferência, denunciou a marginalização cultural dos homens na sociedade latino-americana e apontou a necessidade de se promover a sua libertação, o que deveria constituir um desafio para toda a sociedade. Segundo o relatório, até o sistema educacional dos países não atendia às necessidades do povo, pois deixava de fora grande número de crianças e jovens, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais e econômicas, fontes da miséria e da desigualdade social.

“É uma educação uniforme, quando a comunidade latino-americana já despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; é passiva, quando já soou a hora para nossos povos de descobrirem seu próprio ser, cheio de originalidade; está orientada a sustentar uma economia baseada na ânsia de ‘ter mais’, quando a juventude latino-americana exige ‘ser mais’, na posse de sua auto-realização no serviço e no amor” (SEDOC, 1968:688)

A comissão propunha a **educação libertadora** como aquela que responderia às necessidades sociais, pois torna o educando sujeito de seu próprio desenvolvimento.

⁸⁰ Os Cristãos na Universidade, 1968:26

Deveria ser **criadora** “... enquanto deve antecipar o novo tipo de sociedade que buscamos na América Latina ...” e ser **aberta ao diálogo** “para enriquecer-se com os valores que a juventude percebe e descobre como válidos para o futuro e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos.” (SEDOC, 1968:689)

Entendendo que a educação seria o meio de libertar os homens de toda forma de escravidão, a Conferência apelava aos responsáveis

“para que dêem oportunidades educativas a todos os homens em vista da posse sempre maior de seu próprio talento e de sua própria personalidade, a fim de que, por ela atinjam por si mesmos, sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural, política e religiosa.” (Ibid, p.690)

Em relação às Universidades Católicas, a Conferência ratificava as idéias já apontadas nos eventos anteriores, quanto a serem tais instituições “*órgãos superiores, em que a investigação e a procura da verdade sejam um trabalho comum entre professores e alunos e assim se crie a cultura em suas diversas manifestações*” (Ibid, p.692), e quanto a se institucionalizar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento .

Além disso, propunha a integração de professores e alunos na comunidade universitária para suscitar sua responsabilidade e participação na vida e no trabalho da instituição, e a integração da universidade à “*vida nacional e responder com o espírito criador e coragem as exigências do próprio país,*” (Ibid, p.692)

Dez anos após, foi realizada no período de 28/01/1979 a 13/02/1979 a III Conferência Episcopal Latino-Americana, na cidade de Puebla de los Angeles, no México. No documento final, o que se propunha era

“Uma Igreja mais comprometida com uma ação libertadora frente às ditaduras, ao terror, à marginalização, à opressão e à pobreza, é o que propõem os bispos. Proclamam o compromisso de toda a Igreja – pastores, sacerdotes, religiosos, leigos, cada qual em sua missão própria – ‘sem ódios nem violência, mas até às últimas conseqüências’, com a construção de uma sociedade mais justa, livre e pacífica, sonho dos povos da América Latina e fruto indispensável de uma evangelização libertadora” (Betto, 1979:127)

Segundo D. Luciano Mendes de Almeida, em entrevista a Frei Betto havia uma idéia nova em relação à evangelização libertadora da Conferência de Medellín, que era a comunhão operativa, isto é, união das pessoas transformando a sociedade, além da libertação dos homens, defendia-se sua atuação na sociedade; o mais importante era “*ver como ela [Igreja] pode contribuir com outras forças voltadas para o bem comum*” (Ibid, p.85) tendo em vista a opção preferencial pelos pobres.

No documento final da Conferência, está explicitado que os ensinamentos sociais da Igreja, constituído de orientações doutrinárias e de critérios de ação, são os referenciais a serem seguidos tendo em vista a promoção e libertação humana. A promoção e libertação da pessoa humana são a finalidade da doutrina da Igreja o que

*... implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões, a valer-se de si mesma para ser protagonista do próprio desenvolvimento humano e cristão. Ela educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz a comunhão e participação.*⁸¹

A liberdade, entendida no contexto da concepção cristã de homem, indica a capacidade de os mesmos disporem de si, para a construção de “*uma comunidade e uma participação que hão de plasmar-se em realidades definitivas sobre três planos inseparáveis: a relação do homem com o mundo, como senhor; com as pessoas, como irmão; e com Deus, como filho*”⁸². Será na projeção dessa liberdade no mundo material que o homem realizará a sua dignidade, humanizando o mundo pelo seu trabalho e sabedoria.

*“... a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas sobre o plano bem concreto das realidades temporais, de modo que o domínio, uso e transformação dos bens da terra, da cultura, da ciência e da técnica, se realizam num justo e fraterno senhorio do homem sobre o mundo, incluindo o respeito à ecologia”*⁸³

A Conferência de Puebla recupera e reitera as aspirações da anterior, isto é, a idéia de evangelho ser fermento transformador, mas vai assumir novos compromissos;

⁸¹ Evangelização no presente e no futuro da América Latina, 1979: 157

⁸² Ibid. p.113

⁸³ Ibid., p.114-5

se em Medellín se prega o compromisso individualista de viver a fé agora o que se fala é de consciência comunitária. *“A comunhão a ser construída entre os homens é uma comunhão que abrange todo o seu ser, desde as raízes pessoais do amor, e deve manifestar-se na vida, mesmo a econômica, social e política ...”*⁸⁴

Comunhão e participação são os temas fundamentais da Conferência de Puebla e eles estão subtendidos na visão de educação explicitada pelo pensamento católico latino americano *“atividade humana da ordem da cultura; e a cultura tem finalidade essencialmente humanizadora”*⁸⁵, portanto a educação tem como objetivo humanizar e personalizar o ser humano, isto é, possibilitar o desenvolvimento pleno de seu pensamento e de sua liberdade.

O que se propõe é a educação evangelizadora, que complementa a educação libertadora, pois são suas características:

*Humanizar e personalizar o homem, ... Integrar-se ao processo social latino-americano,...exercer a função crítica própria da verdadeira educação ... Que converta o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento, e também o coloque a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço”*⁸⁶

Era preciso que a educação estivesse atenta à situação em que se encontravam os homens e deveria *“produzir agentes para a mudança permanente e orgânica exigida pela sociedade da América Latina (...) mediante uma formação cívica e política inspirada no ensinamento social da Igreja.”*⁸⁷

As escolas católicas, em todos os níveis, deveriam favorecer a democratização e, portanto, deveriam ser:

- a) *“Instância efetiva de assimilação crítica, sistemática e integradora do saber e da cultura geral;*
- b) *Lugar mais apto para o diálogo entre fé e a ciência;*
- c) *Ambiente privilegiado que favoreça e incentive o crescimento na fé ...*
- d) *Alternativa válida para o pluralismo educacional.”*⁸⁸

⁸⁴ Evangelização no presente e no futuro da América Latina, 1979: 78

⁸⁵ Ibid, p. 287

⁸⁶ Ibid, p. 288

⁸⁷ Ibid, p. 289

⁸⁸ Ibid, p. 290

Especificamente quanto às Universidades Católicas, estas deveriam, possibilitar o conhecimento do evangelho, respeitando a liberdade acadêmica, favorecendo a educação política e social, e a investigação científica. “*A universidade deve formar verdadeiros líderes construtores de uma nova sociedade*”.⁸⁹

Sua dimensão católica será resguardada na mensagem de Cristo que vê o homem na sua totalidade e, na qualidade de universidade, deverá garantir “*a seriedade científica, compromisso com a verdade, preparação de profissionais competentes para o mundo do trabalho, e por sua busca de soluções para os mais angustiantes problemas da América Latina*.”⁹⁰

Estas orientações para a Igreja Latino Americana e para as Universidades, debatidas desde 1967 em Buga e aprofundadas em 1968 e 1979 em Medellin e Puebla respectivamente, provocaram posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à Teologia da Libertação.

O que se expôs sobre a PUC-Campinas, permite afirmar que até o final dos anos setenta houve por parte da administração da Universidade sistemático desprezo às idéias progressistas para a Igreja Católica e para suas Universidades, refletindo a adesão ao pensamento conservador. No entanto, não se pode negar a existência de grupos de resistência no interior da instituição que, naquele momento histórico, não podiam contar com espaços institucionais para a contestação, mas que, no entanto, não deixaram de se fortalecer como grupos organizados de resistência.

Sem dúvida, é esta doutrina da Igreja Latino Americana aqui apresentada e defendida também por professores, alunos e funcionários comprometidos com uma visão mais progressista, que deverá orientar as ações para a mudança na PUC-Campinas e certamente, ser contemplada no Projeto Pedagógico da instituição.

⁸⁹ Evangelização no presente e no futuro da América Latina, 1979:293

⁹⁰ Ibid, 294.

CAPÍTULO III

O QUE DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

1. A elaboração dos Projetos Pedagógicos pelas Unidades Acadêmicas.

Conforme exposição anterior, em 1981 a Vice Reitoria Acadêmica procura viabilizar a construção dos projetos pedagógicos nas unidades acadêmicas.

O primeiro documento “Diretrizes Gerais do Projeto Pedagógico”, aprovado pelo CONCEP em 15/08/81 foi o referencial orientador para a elaboração dos Projetos Pedagógicos das Faculdades e Institutos.

Para Camargo (1989:62), o documento trazia implícitos os princípios para a reestruturação da universidade:

... a participação de todos no processo de elaboração do Projeto Pedagógico como garantia de sua implantação e continuidade; a diversidade expressa pelo respeito à situação peculiar de cada Unidade Acadêmica, determinada pela história de cada um; o reconhecimento do inacabado que permite a construção do Projeto Pedagógico ‘ao longo do tempo’, firmando-se o seu caráter dinâmico; o da rejeição de modelos prontos e externos, propondo-se ‘fazer o caminho caminhando’; o da unidade de princípios, garantida pelas diretrizes globais; o da consideração necessária das condições objetivas para se alcançar o possível do momento; o da priorização do ensino e da docência em nível

de graduação por ser historicamente a contribuição mais consistente da PUCAMP à sociedade e por necessitar de urgentes alterações; o da adoção da concepção ampla de currículo a qual vai além da grade curricular e supõe a consideração de todos os fatores concorrentes do processo ensino-aprendizagem, que lhe dão significado.”

Em agosto de 1981, foi criada uma comissão especial de trabalho, “Equipe de Assessoria Pedagógica” da Vice Reitoria Acadêmica.⁹¹Essa equipe era composta pela assessora pedagógica da Vice Reitoria Acadêmica, por dois professores da Faculdade de Educação, um professor do Instituto de Filosofia e um professor de outra Universidade.⁹²Essa assessoria deveria oferecer subsídios às unidades acadêmicas para a elaboração dos projetos, garantindo a participação de todos.

Várias ações foram empreendidas pela Equipe de Assessoria Pedagógica como: a elaboração de textos, a seleção e indicação de textos para leitura, o simpósio com especialistas e reuniões com as unidades acadêmicas.

Ao mesmo tempo, a APROPUC também se mobilizou em torno da elaboração dos Projetos. “Debate”, um veículo de comunicação da entidade, de setembro de 1981, apresentou dentre seus itens, as preocupações da Associação dos Professores com a construção do projeto pedagógico, em razão do curto espaço de tempo e as dificuldades para a participação dos docentes. Também, em assembléia realizada em 1º de outubro, a entidade aprovou as deliberações a respeito dos projetos Pedagógicos, dentre as quais constava a data para a apresentação de um esboço do documento.

Esboços dos Projetos Pedagógicos foram apresentados em reunião–síntese da Equipe de Assessoria Pedagógica e as Unidades Acadêmicas em 22/10/81, ocasião em que foi entregue um roteiro básico para a exposição.

Em novembro de 1981, os projetos pedagógicos foram entregues à Vice Reitoria Acadêmica e a Assessoria Pedagógica procedeu à leitura e apreciação dos mesmos. A síntese e os pareceres foram devolvidos às Unidades Acadêmicas e novo documento

⁹¹ A Vice Reitora anterior já havia promovido mudanças na Vice Reitoria Acadêmica, constituindo uma nova assessoria.

⁹² O trabalho desenvolvido pela Equipe de Assessoria Pedagógica está detalhado na dissertação de Mestrado “O Processo de Reestruturação da PUCAMP: A contribuição do Projeto Pedagógico (1981-1984)” de Alzira L. C. Camargo.

elaborado pela Assessoria Pedagógica “Da Proposta à Ação” indicava naquele momento uma parada para

“... verificar até que ponto o desafio de repensar a Universidade estava sendo assumido, embora se tivesse claro que o Projeto Pedagógico era contínuo, inacabado, ininterrupto. A EAP, nesse contexto se colocava como um grupo de assessoria disponível para ouvir e discutir, expondo-se à crítica e ao diálogo” (Camargo, 1989:74)

Na assembléia-síntese, em dezembro de 1981 com Diretores, Coordenadores de Departamento e de Cursos, professores e alunos, foi apresentada a análise global dos projetos feita por uma assessoria externa, detectando a necessidade de conhecer a realidade dos alunos da PUCC e evitar a uniformização dos projetos.

Na reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa, em 18 de dezembro de 1981, os membros da Assessoria Pedagógica apresentaram para o colegiado o relatório sobre os projetos pedagógicos que foram, nessa reunião, aprovados.

2. Os Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas e/ou Cursos

Os dados aqui apresentados, relativos aos projetos pedagógicos, são provenientes da leitura criteriosa dos mesmos, com o objetivo de identificar os assuntos⁹³ neles tratados e, desta forma, melhor conhecê-los. O trabalho realizado identifica-se com a técnica análise de conteúdo, conforme definida por Gil (1990:163) *“uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações.”*

Na primeira fase, ou seja, numa pré-análise, realizei a leitura de todos os projetos⁹⁴ buscando familiarizar-me com o material para deles ter uma visão panorâmica. Esta leitura permitiu-me observar que alguns projetos pedagógicos

⁹³Cf. Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001: 325): Assunto: aquilo sobre o que se conversa, ou se discorre (verbalmente, por escrito, em artes plásticas, etc.).

⁹⁴ Os Projetos Pedagógicos foram localizados na Secretaria dos Colegiados da Universidade, onde estão arquivados.

referiam-se à unidade acadêmica e não abordavam, em particular, cada curso oferecido; neste caso estão os projetos da Faculdade de Educação, da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, do Instituto de Letras e do Instituto de Artes e Comunicações. Nas unidades acadêmicas que ofereciam mais de um curso, foi apresentado um projeto específico para cada curso, excetuando-se deste caso os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária que apresentaram um único projeto. Assim procederam: a Faculdade de Ciências Médicas, o Instituto de Ciências Humanas e a Faculdade de Ciências Tecnológicas. A Faculdade de Ciências Médicas apresentou juntamente com os projetos de seus cursos as suas prioridades, num único item, bastante sucinto. Alguns projetos referentes a unidades acadêmicas com um único curso, muitas vezes se expressavam como curso, outras vezes como Unidade. Enquadram-se neste caso a Faculdade de Odontologia, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Filosofia, o Instituto de Ciências Exatas, o Instituto de Teologia, a Faculdade de Biblioteconomia, a Faculdade de Serviço Social e a Faculdade de Educação Física. Diante desta realidade, considerei nesses casos, todos os projetos pedagógicos como projetos dos cursos posto que, em síntese, todos acabaram por se referir basicamente aos cursos. Só puderam ser considerados projetos pedagógicos da unidade acadêmica os Projetos da Faculdade de Educação, da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, do Instituto de Letras e do Instituto de Artes e Comunicações.

Cabe esclarecer que o projeto pedagógico do Curso de Fonoaudiologia não estava vinculado à Faculdade de Educação, pois esse curso fora transferido para o Instituto de Psicologia. O Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, criado em 1981, oferecendo o Curso de Teologia, também apresentou o seu projeto pedagógico.

Não localizei para o estudo os projetos da Faculdade de Direito e do Instituto de Psicologia (Curso de Psicologia).

Na leitura seguinte, de exploração do material, que corresponde à segunda fase do trabalho, fui organizando os Projetos por área de conhecimento (Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas) e identificando os assuntos

abordados, destacando do texto trechos a eles relacionados e compondo novo material de trabalho.

A leitura do material produzido possibilitou perceber que o agrupamento dos assuntos poderia ser melhorado, e, assim, nova síntese foi elaborada (Anexo 1) e veio a se constituir no referencial para o tratamento dos dados, isto é, a terceira fase da análise de conteúdo.

À luz desse referencial, pode-se afirmar que oito assuntos dominam nos projetos pedagógicos da área de Ciências Biológicas e da Saúde, pois estão presentes, se não em todos, pelos menos em 50% dos Projetos da área. Esses assuntos referem-se à elaboração do projeto pedagógico, às prioridades para os cursos e/ou propostas, à formação dos alunos, à avaliação dos cursos; à reestruturação/estrutura curricular, à situação do corpo docente, ao perfil do profissional, dados de realidade.

Na área de Ciências Exatas foram apresentados quatro projetos pedagógicos. A Faculdade de Ciências Tecnológicas, que agregava os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Análise de Sistemas, apresentou uma página com dados gerais sobre a elaboração do projeto pedagógico e um único projeto para os cursos de Engenharia Civil e Sanitária. Considero, então, suas abordagens no conjunto do projeto desses dois cursos, respeitando, entretanto, sua identidade. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto de Ciências Exatas e o Curso de Análise de Sistemas apresentaram, cada um, seu projeto pedagógico. Levo em consideração, como assunto tratado na área, aqueles que estão presentes em todos os projetos ou, ao menos, em dois deles (50%).

Posso afirmar, portanto, que treze assuntos foram tratados nos projetos pedagógicos: a elaboração dos projetos, a situação dos docentes, avaliação dos cursos, a prestação de serviços à comunidade, a compreensão sobre o projeto pedagógico, a prática de pesquisa, a visão que possuem sobre a Universidade, reestruturação/estrutura curricular, vestibular/aluno, perfil do profissional, formação desejada, prioridades/propostas, dados de realidade.

Foram apresentados na área de Ciências Humanas treze Projetos Pedagógicos, incluindo-se o do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, criado como unidade universitária em 1981, desmembrando-se do Instituto de Filosofia.

Os assuntos tratados em pelo menos, 50% dos projetos pedagógicos foram: a elaboração dos projetos, a reestruturação/estrutura curricular: o perfil do profissional a ser formado, prioridades/propostas.

Na etapa seguinte do estudo, fui buscar um referencial teórico para que, com base nele, fosse possível dar sentido àqueles assuntos identificados e compreendê-los dentro de uma concepção de projeto pedagógico. Esse referencial deveria, na minha percepção, tratar o projeto pedagógico numa dimensão diferente daquela encontrada muitas vezes na abordagem tecnicista que pode atender a uma realidade empresarial, mas não às instituições educativas que têm – ou deveriam ter – outro interesse humano e político. O fato também de o projeto constituir para a comunidade universitária o caminho para as transformações institucionais tendo em vista sua democratização, assegurava-me que essa abordagem não seria adequada.

Na leitura exploratória dos textos “Projetos Pedagógicos”, de imediato provocou minha atenção a descrição da sua produção. A maioria desses projetos explicitava a participação dos professores, alunos, direção e até funcionários, na discussão e elaboração dos mesmos. Essa participação ocorreu de forma diferenciada nas unidades acadêmicas, respeitando-se as peculiaridades de cada uma, mas nunca deixou de ocorrer. Testemunham essa participação os trechos:

... duas comissões deveriam ser formadas para a elaboração do Projeto Pedagógico ... (ICB)

... a constituição de cinco comissões que se responsabilizaram pela elaboração do Projeto Pedagógico ... (FO)

Para o desenvolvimento deste projeto foram formadas oito comissões integradas por docentes e discentes... (FENF)

... foram organizadas quatro sub-comissões e eleita uma Comissão Central constituída pelos professores ... (C. Medic.)

foram formadas comissões de alunos e professores ... (C. TO)

... criação de comissões para estudo da estrutura acadêmica do curso de Fisioterapia (C. Fisiot.)

O Projeto... foi estudado por uma comissão composta de professores e representação discente,... (FB)

... ficou constituída uma comissão composta de três professores e um representante dos alunos ... (C.CSociais)

... designação de um grupo de trabalho ... (FACECA)

... foi composta uma comissão presidida pela Vice-Diretora com representantes de professores e alunos.... (FAEDUC)

Este trabalho foi desenvolvido por uma equipe formada por professores, funcionários e alunos do curso ... (CAS)

A dinâmica utilizada para a elaboração dos projetos indica que foi realizado na instituição um Planejamento Participativo⁹⁵, embora não se usasse essa terminologia naquele momento. Assim sendo, considero que posso ter como referencial para o estudo dos projetos a concepção apresentada por Vasconcellos (2000)

“O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (Vasconcellos, 2000:169)

Na PUC-Campinas o termo usado foi projeto pedagógico, diferentemente daquele conceituado por VASCONCELLOS. Considero, entretanto, que eles deverão ter o mesmo significado posto que, como assinala GADOTTI (2000:34), *“todo projeto pedagógico é necessariamente político. Poderíamos denominá-lo, portanto, apenas ‘projeto pedagógico’”*

São elementos constitutivos de um projeto pedagógico, o marco referencial, o diagnóstico e a programação.⁹⁶ O marco referencial, deve responder à pergunta “O que

⁹⁵ O Planejamento Participativo apóia-se na idéia de transformação; a participação é uma necessidade humana, além de garantir que aconteça o que se planejou. *“... o planejamento participativo tem a ver com opções de ordem ontológica, ética e política, mas também pragmática ... A autêntica participação é, muito concretamente, uma estratégia de superar a dominação e exclusão”*. (Vasconcellos, 2000:92-3)

⁹⁶ Vasconcellos (2000) acompanha a estrutura de Projeto Educativo da Equipe Latino-Americana de Planejamento (ELAP), na vertente brasileira do Prof. Danilo Gandin. Assim sendo, estarei utilizando o

queremos alcançar?”... *é a busca de um posicionamento Político: visão do ideal de sociedade e de homem; Pedagógico: definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter a instituição que planeja.* (Vasconcellos, 2000:170).

O marco referencial, constituído por outros três marcos: o marco situacional que significa a visão que se tem sobre a realidade mais ampla, “... *para um plano educacional, é imprescindível a compreensão sócio-econômico-política-cultural do momento porque é dentro deste todo que se integra a educação.*” (Gandin, 1983: 24); o marco doutrinal, que é o ideal, o horizonte da instituição.

“É importante aqui a presença da teoria porque é a teoria adotada para a ação que se constitui na doutrina ... Essa doutrina (esse ideal) deve enunciar-se a respeito do homem e da sociedade, pelo menos quando se trata de planejamento no campo social” (Ibid:27)

O Marco Operativo, “*a instituição (grupo ou movimento) firma o ideal de sua prática, dentro do seu campo de ação, com vistas a contribuir na construção da sociedade com que se compromete*” (Gandin,1994:82). Segundo GANDIN (1983) é necessário que a educação proposta, bem como as ações institucionais sejam coerentes com os ideais de homem e sociedade definidos no marco doutrinal.

Desse modo, procurei, para a identificação do marco referencial dos projetos pedagógicos a explicitação dos três marcos: situacional, doutrinal e operativo. Também procurei identificar o diagnóstico e a programação, que serão apresentados mais adiante.

No **Marco Situacional** busquei resposta para a pergunta: Como se apresenta o mundo em que estamos inseridos?

Os Projetos Pedagógicos elaborados na PUC-Campinas não apresentam resposta para esta questão. Eles não mencionam a compreensão que as unidades acadêmicas ou os cursos possuíam a respeito da realidade social, política e econômica mundial ou brasileira, em especial.

referencial teórico destes dois autores, para a análise dos Projetos Pedagógicos elaborados na PUC-Campinas.

Embora o marco situacional se refira à realidade global para favorecer que a instituição se veja inserida num mundo mais amplo, com ele se relacionando, o que possibilitaria um diagnóstico mais rico e não centrado no levantamento de problemas próprios. Gandin (1994) acredita que, com o cuidado em não se perder nos problemas do cotidiano, é possível e útil apresentar no marco situacional **também** a realidade e a prática que as pessoas estão vivendo.

Os projetos pedagógicos, como aqui já mencionado, não apresentam a compreensão de mundo mas expressam a leitura que a comunidade acadêmica faz da realidade de sua área específica.

No projeto pedagógico do Curso de Medicina é apresentada uma avaliação da área da saúde no país, assinalando a sua precariedade:

Segundo Prof. José Midlin, ' no campo de saúde as condições em que vive a maior parte da população brasileira são precárias. A falta de rede de esgotos, de tratamento de água, de habitação adequada, de nutrição satisfatória são falhas gritantes de uma organização social, agravados pela concentração urbana dessas últimas décadas. Não é só a periferia das grandes cidades que apresentam problemas sociais. São as cidades como um todo que enfrentam índices crescentes de morbimortalidade infantil, culminando um aumento da morbimortalidade e miséria, em meio às camadas sociais que já alcançaram nível de vida mais satisfatório, que se vêem hoje ameaçados pelos males da inflação, com a perda crescente de seu poder aquisitivo. (C.Medic.)

No projeto pedagógico da Faculdade de Odontologia, o que se observa é uma avaliação negativa quanto aos serviços odontológicos oferecidos no país

Os Sistemas Odontológicos Públicos Brasileiros, dirigidos à população de baixa renda não estão estruturados para dar efetiva cobertura às necessidades odontológicas da mesma. Por sua vez, a classe média não recebe atenção odontológica pública e nem sempre tem acesso à odontologia elitista destinada ao grupo minoritário, recebendo muitas vezes tratamentos não integrais e de qualidade duvidosa. (FO)

O projeto pedagógico do Curso de Farmácia apresenta dados relativos ao campo farmacêutico e às ações governamentais:

O governo preocupando-se com os medicamentos essenciais à nossa população cria a CEME (Central de Medicamentos) onde o farmacêutico

assume a posição de pesquisador preocupado com os problemas de saúde no Brasil e com a padronização de medicamentos básicos (RENAME), além de retomar a responsabilidade nos setores de produção, controle de qualidade, etc...O INAMPS reconhece o valor do Farmacêutico Bioquímico e os estabelecimentos deste profissional são credenciados, apesar da forte pressão exercida pelos médicos patologistas. (C. Farm.)

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Medicina e de Odontologia também apresentam uma crítica à formação dos profissionais nas respectivas áreas:

Em todas as Universidades onde se prepara o médico, estão sendo contestadas as formas tradicionais de ensino, mesmo nos seus fundamentos e fins. Isto deve-se ao questionamento quanto ao papel do médico junto à comunidade, reflexo da série de problemas no campo econômico, de saúde, educação, distribuição de renda, mercado de trabalho, desequilíbrio regional, etc... trazendo aspectos que interessam sobremaneira aos que lidam com o ensino médico. (C. Medic.)

O ensino odontológico tradicional por utilizar uma tecnologia sofisticada é dirigido fundamentalmente para o Sistema Privado da profissão onde apenas tem acesso o extrato populacional de maiores condições econômicas. (FO)

O Curso de Medicina, em seu projeto pedagógico, também avalia a perspectiva de mercado de trabalho, assinalando mudanças profundas em razão de dois fatores:

O primeiro, a massificação da formação médica com a abertura desenfreada de Escolas Médicas em todo o país. E o segundo fator, a implantação de um sistema de prestação de assistência médica previdenciária, substituindo-se o exercício liberal da medicina e colocando à margem 40 milhões de brasileiros, impedidos de receberem assistência médica por não possuírem direitos trabalhistas, que lhes garantam assistência médica. (C.Medic.)

O Instituto de Ciências Biológicas também apresenta a compreensão que possui a respeito do mercado de trabalho

O Biólogo e o Biomédico são profissionais relativamente recentes no mercado de trabalho, o qual se acha em expansão (...) para que a demanda (...) se torne realmente efetiva faz-se necessário um maior desenvolvimento científico do país. (ICB)

Nos projetos pedagógicos da área de Ciências Exatas não está explicitada a compreensão de mundo presente na comunidade. O que se encontra em dois projetos pedagógicos é a referência ao mercado de trabalho na área dos cursos

O Brasil, país em desenvolvimento, necessita com certeza de um número elevado de engenheiros. O índice de engenheiros por mil habitantes, em nosso país, está ainda bastante afastado do valor que esse índice assume nos países mais desenvolvidos. (Eng.Civil e Sanit.)

A crise econômico-financeira (...) tem afetado o mercado de trabalho dos engenheiros civis... (Eng.Civil e Sanit.)

Como a formação de recursos humanos especializados fica aquém do crescimento de mercado em termos nacionais, a expectativa de absorção do nosso profissional pelo mercado de trabalho é das melhores quando analisado o país como um todo. (CAS)

Os Projetos Pedagógicos da área de Ciências Humanas também não apresentam a visão que a comunidade possuía do mundo. O que apresentam é a leitura que fazem, naquele momento, da universidade brasileira e da PUC-Campinas.

A universidade brasileira se envolve em problemas cruciais tais como: relação mais adequada com a sociedade, capacitação docente e manutenção de qualidade de ensino, oportunidades de trabalho para os que dela saem, manutenção de sua posição de centro de pesquisa e principalmente, a universidade atual, tem dificuldade de assumir seu papel fundamental que é contribuir de forma definitiva, para a solução dos problemas que afligem a nossa sociedade. (C. Geog.)

A Universidade brasileira, no momento, passa por uma séria crise, não só financeira, mas de busca de seu verdadeiro sentido. Nesse sentido, maior objetividade e clareza deverão estar presentes a fim de que o rumo a ser traçado seja coerente com sua realidade. (FAEDUC)

A PUCC está tentando explicitar as metas a serem traçadas através de um caminhar que é de todos e cujas reflexões, nas Unidades, estão servindo de suporte para a construção de uma Universidade que queremos e que desejamos que se concretize como tal. (FAEDUC)

Isto é possível, num momento em que a administração da PUCC procura imprimir um novo rumo aos destinos da universidade, o que, com maior ou menor intensidade vai conseguindo, indiscutivelmente. (FSS.)

Pelo que se observa, os Projetos Pedagógicos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde e de Ciências Exatas não apresentam a visão de mundo que a comunidade acadêmica possuía, mas apresentam a compreensão relativa à própria área. A leitura nas entrelinhas dos trechos acima expostos, entretanto, indica, ainda que superficialmente, a visão de mundo implícita nos projetos, ou seja, a sociedade brasileira em crise, marcada pela precariedade de vida da maioria da sua população e pela existência da miséria e perda do poder econômico, não indicando, no entanto, as causas que provocam essa realidade. Assim, ao afirmar a existência dessa realidade adversa, negam existir uma sociedade que oferece condições de vida favoráveis à sua população.

Além disso, é possível perceber que, quando os projetos se referem às problemáticas específicas da área, o fazem mencionando a realidade social e econômica, o que demonstra uma leitura contextualizada. Assim, segundo o que me foi dado ler nas entrelinhas dos trechos, a atuação dos profissionais das áreas é entendida como prática social limitada pelas condições sócio-históricas, e a formação desses profissionais e os conhecimentos específicos estariam comprometidos com os interesses de classes privilegiadas.

Na área de Ciências Humanas, a leitura é afunilada para a instituição universitária. Outros trechos dos projetos, entretanto, os quais não se constituem marco situacional, têm nas entrelinhas uma leitura de mundo. Nesse caso, encontram-se trechos dos projetos pedagógicos dos cursos de História e de Ciências Sociais:

Nesse sentido, afinados com a preocupação dominante de setores da igreja latino americana, estaremos contribuindo inclusive para desnudar os mecanismos de exploração e dominação que geram e alimentam uma estrutura econômico-social e política que perpetua a pobreza de vastos segmentos da população da América Latina. (C.Hist.)

Trata-se de desenvolver todo o esforço científico para a compreensão da realidade brasileira e das contradições nas quais ela se apoia, situando-a no contexto mais amplo da formação social dos países da América Latina. Para tanto é indispensável a apreensão da forma como se dão historicamente as relações centro-periferia dentro do sistema capitalista internacional, sem o que fica prejudicada qualquer possibilidade de análise mais efetiva dos impasses enfrentados pela América Latina. (C. C. Sociais).

Assim sendo, considero que a compreensão de sociedade na área de Humanas acompanha a das outras duas áreas já abordadas.

A busca do **marco doutrinal** dos projetos pedagógicos foi feita por meio desta pergunta: Qual o ideal de homem, sociedade e de educação que se pretende alcançar?

Não encontrei resposta para o ideal de homem e de sociedade ao longo de todos os Projetos Pedagógicos, como também não localizei nos mesmos nenhum quadro teórico que oferecesse essa resposta. Localizei, em projetos da área de Ciências Humanas a explicitação da educação desejada.

Por outro lado, tendo em vista que os Projetos Pedagógicos traçam o perfil do profissional⁹⁷ que desejam formar, considerei que, na descrição desse perfil com certeza estaria implícita a concepção de homem⁹⁸. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde o perfil desejado define-se como

.... pessoal capaz de contribuir para o diagnóstico e solução dos problemas nutricionais, tendo em vista a dinâmica de desenvolvimento do país. (C. Nut.)

... preocupação (...) com as necessidades da comunidade a que se destina, que não tenha só um desenvolvimento do conhecimento científico e de habilidades técnicas, mas também (...) formação humana e pessoal que tenha conscientização profissional, sabendo respeitar e ser respeitado, que seja criativo e crítico. (Curso Fisiot.)

... profissionais com visão social crítica e reflexiva, capazes de assegurar a melhoria de vida da população que lhe é confiada. (FO)

Na área de Ciências Exatas, os projetos pedagógicos assim definem o profissional desejado:

A PUCC como um todo pretende a formação de profissionais dotados de visão crítica e reflexiva, capazes de influir de algum modo no desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade. (C. Eng. Civil e Sanitária)

⁹⁷ Selecionei apenas trechos que tratam de posturas, habilidades, atitudes e compromisso do profissional. Desconsidere trechos descritivos do trabalho desenvolvido pelo profissional

⁹⁸ Ao analisar o compromisso do profissional, Paulo Freire (1983) assinala que ele, antes de ser profissional é homem. Portanto, considero que no perfil do profissional apresentado nos Projetos Pedagógicos está implícito a compreensão que se tem de homem.

... matemáticos com conhecimentos sobre lógica dos computadores e algumas linguagens (...) professores para incorporar ao ensino os problemas da comunidade, contribuindo para a melhoria de vida da população e adequando o ensino a cada realidade social. (ICE)

Na área de Ciências Humanas, a formação do profissional desejado é assim proposta:

...compreender não só o comportamento do indivíduo no meio social, como também os fenômenos sociais, econômicos, políticos e a formação da sociedade brasileira ... (FB.)

Consciente e crítico da realidade em que atua. Que relacione o estudo da história com o contexto da realidade atual. Capaz de propor e promover mudanças no contexto em que atua, seja ao nível da sociedade global, seja ao nível mais estritamente profissional. (Curso de Hist.)

... o profissional da educação deve apresentar certas características que essencialmente são: a) consciência política, destacando-se o empenho em construir uma sociedade mais justa, visão do processo educacional como pesquisa, b) competência profissional, destacando-se a formação humanista e o preparo técnico. O educador deve apreender a verdadeira realidade da escola e da sociedade, tendo consciência de que a educação não é um processo neutro, mas está contribuindo, de acordo com sua opção, para a formação de um tipo de sociedade. (FAEDUC)

Além do perfil do profissional a ser formado é apresentado também, em um dos projetos, o que se entende por consciência crítica

A consciência crítica é aquela que não se limita às aparências do real, mas procura ver além das aparências seu ser problemático equacionando-se através de contradições. ... não se restringe à simples constatação da realidade, mas a questiona, interroga, para finalmente atuar nela num sentido transformador. (IF.)

Pelo que se apresenta registrado nos projetos, o ideal de homem seria aquele com compreensão crítica da sua realidade e comprometido com a mudança social. Além disso, ao ser explicitado o que significa criticidade ou postura crítica, se esclarece que ele reconhece as contradições da sociedade e busca, na sua ação, a transformação social. Por extensão, pode-se deduzir que a sociedade é compreendida como algo em movimento, criada pela ação dos homens, portanto histórica. Isto é

assinalado no projeto pedagógico do curso de Serviço Social, ao se referir ao futuro profissional

“...situar-se dentro de um contexto histórico-social, caracterizado como uma sociedade em mudança, em transição, situar o homem como sujeito da história e a mudança como ato de decisão conjunta, mediatizada pela educação libertadora”,

bem como no projeto pedagógico do Instituto de Filosofia, na sua compreensão de educação: *“A educação deve estar voltada para a realidade, não enquanto categoria abstrata, mas na sua determinação histórico-social-brasileira.”*

Desse modo, é nas entrelinhas do texto que se identifica uma compreensão dialética de homem e de sociedade.

No que se refere à concepção de educação, encontra-se nos Projetos Pedagógicos da área de Ciências Humanas sua explicitação:

A educação que se propõe a ser verdadeiramente libertadora é aquela que assume a perspectiva dos dominados, consciente de que a ciência e a educação foram freqüentemente realizadas segundo os interesses da classe dominante, colocando-se assim a serviço da dominação. (IF.)

... a libertação deve ser obra comum onde os compromissos são assumidos com responsabilidade, tanto por parte do corpo docente como por parte do corpo discente. (IF).

...podemos sintetizar que a educação é um processo que se desenvolve numa determinada sociedade e que não é neutro, mas deve procurar transformá-la, buscando basicamente atender ao homem. (FAEDUC)

Assim, na medida em que o homem se integre nas condições de seu contexto de vida e reflita sobre elas, leva respostas aos desafios que se lhe apresentem. (FAEDUC.)

Educação Libertadora, entendida como: - o projeto de uma práxis e a reflexão sobre a mesma, como a libertação dos povos, grupos, setores e classes dominadas e marginalizadas e como a libertação do homem no sentido de sua inserção na construção da história. (FSS)

Ora, quando se fala em educação libertadora é preciso implantar uma relação o mais possível dialógica entre alunos e professores e entre estes e a universidade. (C.CSociais)

Sem dúvida, está identificada nos projetos a educação por eles defendida: a educação libertadora, que é comprometida com a emancipação das classes dominadas, o que indica uma compreensão crítica da ação educativa, isto é, o reconhecimento da sua dimensão política.

Segundo Vasconcellos(2000:184) o marco operativo “*diz respeito a três grandes dimensões do trabalho escolar, a saber: Dimensão Pedagógica, Dimensão Comunitária e Dimensão Administrativa*”. Nos projetos pedagógicos das três áreas de conhecimento, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas, muitas são as ações desejadas e explicitadas nesses projetos. Não apenas essas ações, entretanto, mas também o que se atribui como dever da Universidade está presente nos projetos.

Na área de Ciências Biológicas e da Saúde está apresentado em apenas um projeto o que se deseja para a Universidade

Portanto, cabe à Pontifícia Universidade Católica de Campinas um papel importantíssimo no que se refere ao processo educacional do povo brasileiro (ICB)

O mesmo ocorre nos Projetos Pedagógicos da área de Ciências Exatas que anunciam o que desejam para a instituição universitária

A Universidade deve ser entendida como uma totalidade que abrange seu espaço físico, corpo administrativo, docente e discente, conjunto de cursos e disciplinas e a comunidade em que se encontra. Todos esses aspectos devem se apresentar integrados no sentido de manter sua qualidade universal e humanista. (CAS)

Dentro dessa visão filosófica temos como fim da Universidade propiciar a crítica do saber existente como função de produzir novos conhecimentos com formação de profissionais capacitados para intervir no desenvolvimento político, social, cultural e econômico da sociedade. (CAS)

A Universidade tem como funções: a transmissão de conhecimentos, mas sim visando a formação ensino ... A pesquisa científica e aplicada ... Prestação de serviços à comunidade ... (CAS)

A PUCC fiel aos ditames que norteiam as universidades católicas,... com as finalidades de promover a formação integral do jovem, responder a todas as suas indagações e inquietações dentro da comunidade social, realizar a pesquisa estimulando as atividades criadoras nas ciências, nas

letras e nas artes, ministrar o ensino superior, formando profissionais e especialistas, estender o ensino, a pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais. (ICE)

... a PUCC deve dedicar-se ao estudo da realidade brasileira em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social, deve ser um fator de integração da cultura nacional, deve complementar a formação cívica, moral e religiosa da juventude universitária, deve propiciar a educação física e deve manter o intercâmbio científico cultural com organismos nacionais, estrangeiros e internacionais. (ICE)

Também na área de Humanas, nos projetos, a comunidade acadêmica manifesta-se quanto à compreensão que possuem da Universidade

A verdadeira universidade deve abrigar em seu interior, uma pluralidade de conhecimentos, sustentar a liberdade destes pensamentos pluralistas e permitir que estas várias formas de conhecimentos e as alternativas de pensar sobre eles sejam mantidas e valorizadas igualmente. (C. Geog.)

A universidade deve ser por excelência um lugar para produzir e fazer progredir os conhecimentos de que a sociedade humana tem necessidade. (C. Geog.)

Ainda que poucos projetos tratem da Universidade, a orientação neles contida expressa a especificidade da instituição, que é a ação educativa, voltada para a formação de profissionais, para a produção de conhecimentos e para a crítica aos conhecimentos existentes. Além disso, defende-se o compromisso com a comunidade, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa orientação geral para a Universidade articula-se com o marco doutrinal, posto explicitar que, tanto a produção de conhecimento quanto a formação do profissional, estariam voltadas para a intervenção na realidade política-econômica-social devendo, o envolvimento com a comunidade, comprometer-se com o conhecimento da mesma, tendo em vista a ação a ser desenvolvida..

Na dimensão pedagógica, estão expressas as ações desejadas para a formação do aluno, para a organização curricular e para a pesquisa. Assim sendo, nas três áreas, o que se encontra nos projetos é o seguinte:

Quanto à formação do aluno, deseja-se:

... uma maior atenção à formação humanística como complemento necessário à formação técnico científica. (FO)

... ênfase à formação global do médico, sem incentivo às especializações precoces ... Há necessidade de reforço à formação humanística do médico, com noções de filosofia, (em especial lógica), antropologia, ecologia e ciências sociais aplicadas. Um enfoque social e ético da formação atual. (C. Medic.)

É intenção da Faculdade, em ambos os cursos, a formação de um engenheiro de nível técnico elevado, capaz de um desempenho profissional eficiente e, por isso, em condições de corresponder às exigências do mercado de trabalho da região. (Eng.Civil e Sanit.)

... abrindo assim, perspectivas de um campo de trabalho mais amplo, proporcionando uma participação mais acentuada na sociedade, com a introdução de potencial técnico-científico-cultural que é elemento propulsor, na busca de solução dos problemas sociais, econômicos e científicos da conjuntura nacional. (ICE)

Nos propomos a fornecer ao aluno o embasamento necessário ao seu próprio aperfeiçoamento e capacitá-lo para a crítica e o debate. (C. Geog.)

Para isso é necessário uma formação humanística ampla, que ofereça oportunidades de debates teóricos para desenvolver uma consciência crítica no aluno. (C. C.Sociais)

Colocar a formação humanista significa valorizar a relação homem-homem analisando o processo educacional de forma mais ampla, percebendo as relações da economia e da política com a educação. (FAEDUC)

A organização curricular está proposta nos projetos:

... a sistematização de um corpo de conhecimentos, atitudes e habilidades, com vistas à formação de profissionais da área da Saúde ... implica em bases Histórica, Filosófica, Científica e Tecnológica, fundamentos esses que se articulam dialeticamente a partir da exigência da realidade sócio-profissional. (C. Fisiot.)

Proporcionar um melhor equilíbrio entre as disciplinas componentes da Grade Curricular (...), visando estabelecer uma abordagem menos organista e mais capaz de atender à dimensão integral do homem na comunidade, observando no contexto psicobiológico e sócio-econômico-cultural... (C. TO)

O trabalho de aplicação prática deve iniciar-se pelo setor básico, buscando-se uma maior objetividade no conteúdo programático das disciplinas deste setor. (C Medic.)

Prevê-se (...) maior inserção dos trabalhos de 5º ano na vida acadêmica dos outros anos, exercitando nestas séries as possibilidades sempre desejadas do entendimento interdisciplinar e contribuindo para que os alunos, desde o início da vida acadêmica sintam a preparação para o Trabalho de Graduação Interdisciplinar. (FAU)

A Informática, a estatística dentre outros, são conhecimentos necessários ao profissional no exercício de profissões ... Inserir disciplinas ligadas a esses conhecimentos no currículo, de modo que, o licenciado, sem perda da qualidade na sua formação para o magistério obtenha novos conhecimentos que o capacitem e o habilitem ao desempenho dessas profissões. (ICE)

Parte das atividades em ação, ... referem-se ao exame das alterações a serem introduzidas no conteúdo e na metodologia de ensino de cada disciplina, com o objetivo de fomentar, no aluno, esse poder de análise crítica, para o qual as Humanidades continuarão a oferecer a adequada hierarquia de valores: o homem, como unidade e medida. (Eng. Civil e Sanit.)

Nas várias habilitações há um núcleo comum, separando-se apenas os alunos para as disciplinas específicas. Queremos, com isto, assegurar a todos uma formação básica e sólida ... (I.L)

Esse currículo (...) prever maior equilíbrio entre as funções técnicas e sociais do bibliotecário, além de uma radical mudança na sua atitude em face do usuário ... (FB)

... consideramos igualmente importantes 4 outras alterações: a) ... a realização de um trabalho de graduação (...) uma monografia voltada para o estudo de um problema geográfico específico ou englobar assuntos relacionados com o ensino da Geografia. b) ... deverá haver obrigatoriedade de trabalho de campo c) nos conteúdos deverão ser enfatizados os exemplos brasileiros e latino-americano; d) ...o desdobramento de alguns títulos de disciplinas ... (C. Geog.)

Do ponto de vista do conhecimento do aluno, a nova proposta permite desde o primeiro ano uma articulação entre campos do conhecimento teórico, metodológico e prático que oferece ao aluno recursos para formação de uma consciência crítica necessária ao profissional que se quer formar. Além do que o presente currículo não privilegia nenhuma corrente teórica a priori, nem define nenhuma delas, o que oferece ao docente liberdade de escolha. (C. C.Sociais)

Essa opção permitirá, ainda, uma flexibilidade muito grande do conteúdo programático, garantia do seu dinamismo e da instauração de uma prática tanto quanto possível democrática. (C. C.Sociais)

...estágio é uma forma de intercâmbio entre a escola e o mercado de trabalho, além de uma oportunidade de ação complementar para os futuros profissionais... (FAEDUC)

Procurando atender à nova pedagogia que decorre da educação libertadora, e no sentido de uma organização mais ágil adequada às suas múltiplas exigências, optamos inicialmente pela organização curricular por áreas de conhecimento, para, num futuro próximo, caminharmos em direção ao ensino modular ou integrado. (FSS)

Flexibilidade curricular: sugerimos o estudo da possibilidade de nossos alunos cursarem outras disciplinas em outros cursos tendo em vista a complementação da formação, sobretudo na área de humanas. Sugerimos, ainda, também, para estudo da possibilidade de alunos de outros cursos cursarem alguma disciplina de seu interesse e/ou Doutrina Social da Igreja ministradas em todos os cursos da Universidade. Evidentemente isto deve ser estudado mais profundamente e critérios de viabilização desta proposta devem ser colocados (Inst. Teol e Ciênc. Religiosas)

Para romper com o obstáculo da atomização das várias disciplinas, o projeto se propõe estabelecer uma relação de interdisciplinaridade visando a dar maior homogeneidade à estrutura curricular. Para isso enfatiza a necessidade de se planejar em conjunto os conteúdos programáticos e desta forma oferecer uma visão global dos mesmos aos alunos. (I. F.)

Daí propormos que a temática geral do curso se comprometa prioritariamente, se bem que não exclusivamente, com o estudo e a investigação da realidade brasileira, inserida no processo histórico latino-americano. (C.Hist.)

Pelo exposto, no que se refere à formação do aluno, observa-se a ênfase na formação humanística e na abordagem crítica dos conhecimentos; isto parece ser priorizado nas orientações curriculares, garantindo-se assim, coerência entre formação pretendida e proposta curricular.

Com relação à pesquisa, os projetos a avaliam destas maneiras:

A pesquisa deve estar voltada às necessidades de Saúde da Comunidade preferencialmente ... (C Medic.)

As pesquisas serão desenvolvidas com vista à definição de tipos de prestação de serviço à comunidade, quanto aos materiais e instrumentais, não visando somente o fator econômico de atendimento a uma demanda de mercado, mas primordialmente no cumprimento de objetivos na formação do pessoal de saúde (FO)

Os departamentos têm sido solicitados a preparar e manter prontos planos e projetos de pesquisa que possam ser utilizados na captação de fontes externas de financiamento que, periodicamente são oferecidos à universidade. (Eng. Civil e Sanit.)

Mesmo não sendo a pesquisa o principal objetivo da PUCC é importantíssimo lembrar que esta é condição necessária para o desenvolvimento de um ensino sólido voltado para o futuro e não somente a repetição do conhecimento já existente. (CAS)

... a pesquisa atua como fator de estímulo para que os alunos assumissem um papel ativo no processo de produção do conhecimento e de sua formação profissional. (C.Hist.)

Uma instituição educacional, ao contrário do que acontece comumente, não pode, a rigor, estabelecer uma dicotomia entre ensino e pesquisa. Ensino e pesquisa integram do nosso ponto de vista, um todo indissociável. (C. C. Sociais)

Os projetos também referem-se às opções quanto ao processo de ensino e de aprendizagem, posicionando-se mesmo quanto à prática avaliativa a ser desenvolvida.

... As atividades de ensino aprendizagem serão embasadas principalmente na integração das disciplinas e em estabelecimentos de tarefas dentro de critérios de complexidade crescente. (FO)

...os trabalhos individuais ou em grupo, como seminários, debates, os vários tipos de leitura e interpretação de textos, continuam importantes instrumentos metodológicos no contexto da aprendizagem. (IF.)

... é indispensável que se faça a avaliação tendo em vista os objetivos educacionais do projeto, que se avalie resultados, não intenções, (...) levar em conta que no nosso contexto, o código numérico tem importância. (IF.)

... a adoção de métodos e estratégias de ensino, atualizadas, deverá ser uma preocupação constante bem como a ênfase na estrutura básica das disciplinas, evitando-se excessivo detalhismo. (FB.)

Prevê-se também um processo de avaliação que assegure o desenvolvimento da avaliação contínua, formativa e de auto-avaliação nas metodologias de ensino aprendizagem (FB.).

Ensino e pesquisa integram, do nosso ponto de vista, um todo indissociável. O ensino que não se nutre da pesquisa, que não se questiona e não se atualiza constantemente em confronto com a investigação da realidade, termina por esvaziar-se ... (C.Hist.)

... o sistema avaliativo proposto sugere que não só os conteúdos das disciplinas, como também as atividades e habilidades dos alunos sejam vistos e revistos num período de tempo aceitável. (FAEDUC.)

Entre os vários instrumentos (...) um será necessariamente uma prova escrita (...) ao final das atividades semestrais, o professor deverá ter, no mínimo três notas para cada aluno, das quais a média representará o resultado das atividades no semestre ... (FAEDUC.)

Observa-se que alguns projetos pedagógicos assinalam o horizonte para a pesquisa e neles dois aspectos são notados: a sua relação com as necessidades da comunidade e o vínculo que se reconhece entre a pesquisa e o ensino, embora a pesquisa não fosse uma prática desenvolvida na instituição.

Como já assinalado, o marco operativo também se refere às opções quanto ao envolvimento com a comunidade. Na dimensão comunitária, as ações desejadas estão voltadas para os professores, alunos e à comunidade externa:

Um novo modelo acadêmico com metas à maior participação Docente, Discente e menor centralização de poder conservador do Depto. (C. Medicina)

Integrar o aluno na vida comunitária da universidade, contribuindo para que o mesmo não seja um elemento passivo dessa comunidade, tornando-se assim mais responsável nas suas atitudes e mais tranqüilo nas suas decisões, vivendo assim realidade. (ICB)

Pretendemos o desempenho de trabalho com outras Faculdades na região de Campinas, com serviços prestados à Comunidade, tendo como ponto de partida a união com o crescente movimento de organização dos trabalhadores e com os movimentos sociais urbanos já em desenvolvimento na periferia da cidade. (FAU)

Deverá o aluno participar de serviços à comunidade; deverão ter um canal aberto de comunicação e discussão de suas reivindicações, que deverá facilitar o debate em classe, nos departamentos e junto à direção. (ICE)

É através dos departamento e toda estrutura administrativa que o professor buscará soluções para seus problemas, discutindo com os colegas formas de atuação, dialogando com especialistas, buscando informações seguras para realizar um trabalho (ICE)

A Faculdade de Ciências Tecnológicas tem incentivado a participação dos alunos em estágio supervisionados que possam ser caracterizados como prestação de serviços da Universidade à Comunidade, (...) especialmente àqueles que beneficiam as camadas mais pobres da população. (Eng.Civil e Sanit.)

... no tocante à ação discente, a importância da representatividade de classe no conjunto das atividades escolares. (I.F)

Periodicamente deverão ser recolhidas informações dos egressos do curso, para replanejar objetivos, programas e currículo, envolvendo-se ainda, pessoas da comunidade no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades curriculares. (FB)

... aos alunos deve ser oferecida a oportunidade de participação em projetos comunitários ligados à pesquisa, na qual o estudioso de geografia poderá contribuir na proposição de melhores formas de organização de espaço. (C. Geog.)

Além das atividades de pesquisa, abrem-se outras alternativas para se promover um estreitamento dos vínculos entre universidade e comunidade. Debates, ciclos de conferências, cursos específicos poderiam por exemplo, atender de alguma maneira a esse objetivo. De um lado, trazendo para a universidade elementos que, embora não freqüentem a academia, têm em certos casos experiências e conhecimentos de grande valor para a reflexão e a ação crítica. De outro, indo ao encontro das solicitações da comunidade, estabelecendo-se um permanente canal de comunicação entre escola e sociedade. (C. C.Sociais)

...possibilitando um repensar da educação de adultos na Pedagogia... Este campo poderá ser um novo caminho para a formação do educador, levando-se em consideração a realidade brasileira, com um grande contingente de sua população em grande deficiência intelectual. (FAEDUC)

Para a comunidade interna, o que se pretende nos projetos é a participação de professores e alunos nas discussões e decisões institucionais. Em relação à comunidade externa o que se deseja é conhecê-la, tendo em vista desenvolver ações que atendam às suas necessidades.

Quanto à dimensão administrativa, o marco operativo assinala:

Para agilizarmos o progresso administrativo e, conseqüentemente conseguirmos maior eficácia nos trabalhos a serem executados, consideramos interessante os benefícios que advêm de uma administração por projetos. (CAS)

É importante firmar convênios tendo em vista a capacitação docente, para aquisição de bolsa de estudos para mestrado, doutorado. (ICE)

O equilíbrio entre a experiência profissional e a obtenção de títulos acadêmicos deve ser preocupação permanente da Administração, que evitará a criação de quistos universitários, desvinculados da experiência prática correlata, bem como a distorção oposta, isto é, o aproveitamento de engenheiros com vivência profissional não associada ao hábito de análise crítica e racional, próprio do ambiente universitário (Eng. Civil e Sanit.)

... quanto aos departamentos existentes (...) se as disciplinas fossem agrupadas de forma a respeitar a afinidade entre as mesmas, os objetivos acadêmicos seriam melhor atendidos. (FAEDUC)

É desejável que, na medida do possível, haja um núcleo de professores disponíveis com tempo integral de trabalho na escola. Na contratação dos professores deverá ficar claro este tipo de escola e de trabalho. Aceitando o contrato, os professores se comprometem a assumir, em termos de métodos, pesquisas e outras atividades, as exigências e instrumentos flexíveis empregados a seu tempo, que ajudam a desenvolver entre eles o espírito de equipe na aplicação do programa, na visão e no tratamento dos problemas, em vista de uma linha comum. A dinamização da escola pode convocar os professores para colaboração cultural além das estritamente curriculares, como sejam pesquisas, publicações, cursos de férias, etc. (Inst. Teol. Ciênc. Religiosas)

Ajuste e aperfeiçoamento das formas de contratação dos docentes, possibilitando uma distribuição mais racional e criteriosa das atividades pedagógicas; ... (C. TO.)

Aprimoramento dos documentos estatutários da universidade visando uma participação plena da Comunidade Universitária em todos os setores da Universidade. (C. TO.)

O Pessoal Docente (...) deverá ser admitido e ou promovido seguindo critérios pré-estabelecidos no Projeto Pedagógico, baseados na titulação pessoal e experiência profissional no magistério. (F O)

O Regime de Trabalho deverá necessariamente ser por períodos, a saber, Integral, Completo e Parcial, eliminando-se os atuais inconvenientes do Regime de Hora/aula. (F O.)

Do ponto de vista administrativo, a leitura aqui feita registrou o fato de que as opções voltam-se particularmente para a capacitação e contratação dos docentes, além da viabilização da participação da comunidade acadêmica.

Pelo conteúdo dos projetos pedagógicos aqui apresentados, foi possível à pesquisadora elencar dados, ainda que não sistematizados e aprofundados, que

permitem a identificação do marco referencial, conforme indicação de Gandin e Vasconcellos.

Valho-me para apresentá-lo não apenas da leitura nas linhas do texto mas também nas entrelinhas. Desta forma, o marco referencial dos projetos pedagógicos apresenta as seguintes idéias:

- a sociedade brasileira passa por uma crise econômica, social e política, constituindo-se como uma sociedade desigual, marcada por sérias injustiças sociais;

- a realidade social é construída pela ação dos homens e portanto, a superação das desigualdades exige que eles possuam compreensão crítica da realidade, identificando os mecanismos que impedem o atendimento às necessidades da população.

- a Universidade, por intermédio do ensino e da pesquisa, tem o compromisso de contribuir para a formação de profissionais críticos e competentes, cuja ação se voltará para o interesse da maioria da população e para uma mudança social.

- a educação necessária é a educação libertadora que possibilita, pelo conhecimento crítico da realidade social e pela reflexão sobre essa realidade, a formação de homens comprometidos com a transformação social.

- a formação humanística deve ser priorizada, possibilitando ao aluno a consciência crítica e a competência teórica e prática na área de atuação.

- os cursos se organizarão em torno de um conjunto sistematizado de conhecimentos que favoreçam a formação indicada, bem como possibilitarão oportunidades de contato com a realidade social e profissional.

- a participação da comunidade acadêmica deve ser garantida na instituição, possibilitando a coerência com a educação libertadora, que pressupõe o diálogo.

- com a comunidade externa há o compromisso com a prestação de serviços , garantindo-se a articulação da instituição com a sociedade.

- a revisão do Estatuto deve possibilitar a participação da comunidade acadêmica, bem como promover alteração na contratação de docentes e no seu regime de trabalho.

Como abordei no início, devem também ser contemplados no projeto pedagógico o diagnóstico e a programação.

O diagnóstico , *“está sendo entendido não num sentido difundido no senso comum educacional como ‘levantamento de dificuldades ou dados da realidade’, mas no sentido mais preciso de localização das necessidades da instituição, a partir da análise da realidade e/ou do confronto com um parâmetro aceito como válido”* (Vasconcellos, 2000:188). Assim sendo, o diagnóstico estaria necessariamente articulado com o conhecimento da realidade e o seu julgamento.

Segundo Gandin (1994:90), o diagnóstico é constituído por três elementos: *“ser um juízo; exercer esse juízo sobre uma prática específica (...); realizar-se este juízo sobre o temário do marco referencial (...) e com os critérios de análise oriundos deste mesmo referencial (marco doutrinal e marco operativo)”*

Apoiada na compreensão de diagnóstico dos autores citados, identifiquei trechos que podem ser considerados o diagnóstico dos projetos pedagógicos elaborados pelas unidades acadêmicas e/ou cursos.

Na área da Saúde e Ciências Biológicas, o diagnóstico assim se apresenta:

são colocadas como necessárias...1- A adoção de alteração no atual regime de contratação: a) Ingresso por concurso interno, mediante o qual possam ser avaliados conhecimentos gerais e específicos; b) Contrato por turnos de trabalho, ao invés de por horas/aulas. 2- Incentivo ao crescimento profissional do docente 3- Adoção de critérios complementares para admissão do aluno de Enfermagem ...4- Em função de mudança do Curso de semestral para anual outras mudanças estão sendo propostas:...5- Reintrodução da Monitoria em Enfermagem ... 6- Introdução do período integral para os estágios dos alunos....7- Mudança no horário das aulas teóricas ...8- ... revisão quanto ao número dos atuais departamentos ... 9- Inclusão das Habilitações e da Licenciatura no Curso de Graduação... (FENF)

Para efetivação dos objetivos é necessário: 1- Implantação de postos periféricos (...) e convênios institucionais e/ou particulares para atuação em atenção primária à saúde; 2- Criação de mecanismos multidisciplinares (cursos) para atenção primária à saúde; 3- Criação de

organismos para estudos de integração horizontal e vertical nos ciclos básico e profissionalizante, com poder decisório em relação aos Departamentos das Unidades no que se refere à programação dos cursos; 4- Estudar regime contratual para turnos ou períodos para efetivação da docência-assistência e dos organismos multidisciplinares controladores; 5- Reprogramação de férias na fase profissionalizante dos cursos ... 6- Consolidação do Hospital e Maternidade "Celso Pierro" como "meio" de aprendizagem e não como "fim" em si, isto é, institucionalização das relações funcionais entre a Faculdade de Ciências Médicas e o Hospital Maternidade Celso Pierro; 7- Modificações na Composição dos Órgãos Colegiados da Unidade. (FCM)

Prioridades para implantação do Projeto Pedagógico 1- definição por parte das autoridades universitárias quanto à opção pela linha proposta pelo Projeto Pedagógico à comunidade acadêmica. 2- estudo de viabilização do Sistema Integrado Setor Básico e Profissionalizante quanto ao tipo de contrato dos professores. 3- formação de no mínimo mais 4 (quatro) postos periféricos para 1982. 4- Integração do professor... 5- convênios entre Puc-Campinas e órgãos oficiais necessários à aplicação curricular futura. 6- intercâmbio entre Universidades visando a capacitação docente. (C.Medic.)

...será necessário buscar recursos alternativos para viabilizar o funcionamento das referidas Clínicas já em andamento através de contatos prévios na Prefeitura Municipal de Campinas e INAMPS. (FO)

Para admissão deverá ser exigido concurso público de títulos e/ou provas. É indispensável que se agilize a aprovação do Regimento e do quadro da Carreira Docente modificando as Normas vigentes de ingresso e promoção, regime de trabalho, atribuições e competências. (FO)

Prioridades do Projeto Pedagógico: 1- Proporcionar um melhor equilíbrio entre as disciplinas componentes da Grade Curricular (...), visando estabelecer uma abordagem menos organista e mais capaz de atender à dimensão integral do homem na comunidade, observando no contexto e sócio-econômico-cultural; 2- Ajuste e aperfeiçoamento das formas de contratação dos docentes, possibilitando uma distribuição mais racional e criteriosa das atividades pedagógicas; 3- Criação de organismos que possibilitem maior inter-relacionamento entre os departamentos (...) e entre as unidades da Faculdade de Ciências Médicas e da PUCC; 4- Reflexão contínua e sistemática sobre o papel da Fac. de Ciências Médicas dentro da PUCCAMP e principalmente do curso de Terapia Ocupacional dentro do contexto geral da universidade; 5- Aprimoramento dos documentos estatutários da universidade visando uma participação plena da Comunidade Universitária em todos os setores da Universidade. (C. TO)

O corpo docente do ciclo profissional é composto por professores contratados em regime de hora-aula, procedentes na maioria de São

Paulo (75%) pois, não há em Campinas profissionais em número suficiente com capacitação para ensino superior. Isto impossibilita aos departamentos ampliar o campo de suas atividades para aprimorar o ensino e a pesquisa, prejudicando o desenvolvimento de trabalhos técnicos, científicos e sociais. (C. Nut.)

Modificações de fundo são indispensáveis nos processos de formação de seus recursos humanos, de prestação de serviços à comunidade, fundamentadas numa realidade social baseadas em pesquisas, ... dando uma maior atenção à formação humanística como complemento necessário à formação técnico científica. (FO)

Para que isso se torne viável é indispensável que se reformule os atuais sistemas de contratação do pessoal docente excluindo-se hora/aula e adotando regime por períodos. (FO)

Para concretizarmos esta filosofia verificamos (...) a necessidade de alterações na grade curricular e implantação concomitante de serviços à comunidade... (C. Farm.)

Integração (...) na equipe de saúde para atuar nos Postos Periféricos e no Hospital e Maternidade Celso Pierro ... (C. Farm.)

A contratação de docentes por turnos ou períodos criaria reais condições de trabalho na comunidade e reuniões das equipes de saúde envolvidas, o que é difícil no atual regime. (C. Farm.)

... propomos: 1) ...contratação de professor deixe de ser feita por hora-aula; 2) que a contratação de novos Professores seja feita por concurso de acordo com o regimento interno elaborado pelo departamento; 3) ... condições de desenvolverem programas (...) de pós graduação; 4) desenvolver dentro da Universidade programas de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo ou Conselho Nacional de Pesquisa, ou outras instituições...; 5) ... para que o Diretor do ICB possa organizar e realizar cursos de extensão e especialização para bacharéis ou licenciados...; 6) ... melhorar o acesso ao Campus II,... 7) que as mudanças de grade curricular possam ocorrer em 1982... 8) que se aumente o espaço físico (...) criando mais laboratórios...; 9) que se crie matérias optativas...; 10)...construa salas de reuniões...11) ...tenha uma seção de meios auxiliares equipada em material e pessoal... 15) destine de verbas para aulas de campo, ... (ICB)

O estágio em Serviços de Nutrição e Dietética hospitalar (...) terá que ser realizado em hospitais de Campinas e São Paulo, apesar da PUCC ter um hospital (...) Isto se deve à falta de um nutricionista para orientar a alimentação dos enfermos no Hospital e Maternidade Celso Pierro. (C. Nut.)

O diagnóstico aponta para necessidades de natureza administrativa, relacionadas à contratação de professores e de natureza acadêmica, que dizem respeito às condições adequadas para a realização das atividades dos cursos.

Na área de Ciências Exatas, o diagnóstico apresentado é o seguinte:

A FCT entende que a contratação de seus professores em regime de turnos é imprescindível à preservação da qualidade do ensino ministrado. Mais do que isso, a ampliação das condições existentes de atendimento individual é hoje, uma exigência do próprio corpo discente, cada vez mais consciente das necessidades da sua formação profissional. (Eng.Civil e Sanit.)

A contratação de uma Assessoria Pedagógica para os cursos de Engenharia Civil e Sanitária, especialmente no próximo ano, ao longo do qual os departamentos da FCT manterão suas atenções voltadas para o Projeto Pedagógico é considerada essencial ao desenvolvimento deste e foi prevista na proposta orçamentária. (Eng.Civil e Sanit.)

... necessária a criação de uma Coordenadoria de Disciplinas Básicas, vinculada à sua diretoria, com poderes para definir a orientação a ser dada, nos seus cursos, às disciplinas básicas de outros Institutos. (Eng.Civil e Sanit.)

Verificamos a necessidade de uma complementação de sua formação docente e técnica, que poderia ser sanada através de cursos de extensão universitária e participação em congressos, simpósios, conferências. (CAS)

Dentro do processo de seleção de nossos alunos via vestibular, seria muito interessante a avaliação do raciocínio lógico dos candidatos através de exame de aptidão específico, condição esta fundamental ao bom acompanhamento do curso ... (CAS)

São necessários espaços físicos que permitam maior desenvolvimento de suas atividades dentro da filosofia da Universidade e com os requisitos necessários para que esse desenvolvimento se faça à luz dos preceitos pedagógicos administrativos. (ICE)

A Informática, a estatística dentre outros, são conhecimentos necessários ao profissional no exercício de profissões estranhas ao magistério, mas inerentes à nossa área e que são solicitadas. Inserir disciplinas ligadas a esses conhecimentos no currículo, ... (ICE)

Necessidade de uma metodologia de ensino ativa e libertadora, onde alunos e professores debatam os problemas pertinentes à disciplina, ao curso ou ao momento histórico que se vivencia. (ICE)

Há necessidade de se estudar várias técnicas pedagógicas que abranjam toda manifestação intelectual e atendam à individualidade do ser humano.

Em qualquer caso fica implícito o compromisso que cada professor assume como agente fundamental de toda estrutura acadêmica. (ICE)

Isto nos levará certamente a eleger, dentro da capacitação de nosso corpo docente as pessoas que se dedicarão ao trabalho de pesquisa que, por sua seriedade, exigirá contratações específicas por tempo integral e a esperar que a SCEI e a reitoria nos auxiliem no encaminhamento dos pedidos de verbas e investimentos em pesquisa e equipamentos que se fazem necessários (FAU)

O diagnóstico levanta como necessidades administrativas a contratação dos docentes e seu regime de trabalho, além da melhoria do espaço físico. Do ponto de vista acadêmico, aponta necessidades relacionadas às atividades de ensino, ao processo seletivo para ingresso nos cursos e capacitação dos docentes.

Os projetos pedagógicos da área de Ciências Humanas apresentam o seguinte diagnóstico:

... outras condições são necessárias para que o curso se desenvolva dentro do proposto: a) Regime de tempo integral e parcial para 2 (dois) e 4 (quatro) professores respectivamente, para que possam desenvolver pesquisas, auxiliar em descobertas e novos caminhos educacionais, supervisionar serviços prestados à comunidade; b) Horas atividades para professores, permitindo a realização de reuniões para integração de disciplinas e programas, orientação a alunos, discussões de relatórios de ensino e outros; c) Aquisição de livros...; d) Elaboração de projeto "marketing" pelos órgãos competentes da Universidade, visando a divulgação de serviços que podem ser vendidos a entidades diversas e particulares...; e) Cursos de orientações bibliográficas a todas as unidades da PUC; f) Sala para trabalho de professores e atendimento aos alunos ...g) Sala para Assistente da Diretoria ... h) Cursos de extensão universitária ... há necessidade de autorização para estágios remunerados de alunos das últimas séries, nas bibliotecas da PUC. (FB)

Áreas Prioritárias a serem trabalhadas no IAC; a) o perfil do homem-profissional de Turismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo ou Educação artística que queremos formar; b) a situação "sala de aula"; c) o aperfeiçoamento do corpo docente, sobretudo no que diz respeito à metodologia do ensino específico, pois a grande maioria da área profissionalizante sabe os conteúdos específicos, mas nunca aprendeu a ser professor. (IAC)

Apesar de apto para a orientação do aluno em pesquisa, o corpo docente não dispõe de condições estruturais para desempenhar tais funções. (C. Geog.)

... queremos acrescentar que estas alterações só promoverão uma melhoria do ensino se forem acrescidas de alguns incentivos, tais como: disponibilidade de recursos materiais, apoio à divulgação dos trabalhos geográficos realizados, criação de mecanismos de intercâmbio entre os cursos de geografia e ampliação do regime de trabalho, promovendo uma dedicação exclusiva por parte dos professores. (C. Geog.)

Daí porque seria absolutamente imprescindível que a integração ensino-pesquisa deixasse de ser letra morta, o que implicaria numa progressiva alteração das condições de trabalho que nos são oferecidas, inclusive na implantação da contratação por regime de dedicação. (C. C.Sociais.)

... chegou-se à conclusão de que a alteração da grade curricular seria, (...) o primeiro passo para a reorientação do curso. (C. C..Sociais)

Dentre os vícios (...) destaca-se em primeiro lugar a excessiva fragmentação do curso por todo um conjunto de disciplinas demasiadamente específicas. Se mantidas, elas já comprometeriam a priori o conteúdo a ser ministrado, afastando a possibilidade de interferência da maior parte dos professores e praticamente da totalidade dos alunos na definição dos programas. (C. C.Sociais.)

É importante neste momento propiciar ao aluno a supervisão individualizada em pequenos grupos, para discutir a aplicação dos princípios teóricos relativos à patologia, à avaliação e às técnicas de reabilitação fonoaudiológica. (C.Fono)

...no presente momento, não ser possível uma mudança curricular , levando-se em consideração o fato de haver uma proposta em discussão, a nível de Brasil, da reformulação do Curso de Pedagogia e Licenciaturas. (FAEDUC)

... será preciso 1.1 buscar profissionais que atendam às propostas acima, 1.2 propor um coordenador dos professores que assumirão os "Seminários Complementares". 1.3 Haver disponibilidade desses professores para reuniões de planejamento e replanejamento com os colegas que assumirem os Seminários nos outros cursos da Faculdade de Educação. 1.4 Haver disponibilidade desses professores para reuniões freqüentes com o coordenador. 1.5 Haver reorientação das atividades docentes. 1.6 Haver espaço no horário escolar para que esses Seminários se concretizem como atividade curricular. 1.7 Apresentar cada curso até agosto (...) a proposta de reformulação curricular, baseada nos frutos desses Seminários. (FAEDUC)

A segurança de tais vivências só pode ser conseguida `a base de uma orientação adequada e firme dos professores do estágio correspondente aos cursos de Licenciaturas e ao Curso de Pedagogia... (FAEDUC)

Para a efetivação do trabalho educacional devem as equipes assumir um posicionamento que (...) implique um envolvimento existencial dos seus membros no sentido da Ação Comum. Tal posicionamento supõe (...) ter

consciência clara da Filosofia da Educação contida no projeto; (...) disposição para viver uma experiência de crescimento como pessoa, aceitando os desafios impostos pelo trabalho educacional, (...) descobrir continuamente u'a linha comum de trabalho,(...) a descoberta no decurso dos encontros, das estratégias adequadas a serem utilizadas. (IF.)

Dos recursos necessários à concretização de qualquer Projeto Pedagógico sério na Unidade: ... nenhum projeto sério e honesto terá condições de sair dos sonhos de uns poucos abnegados que se reúnem sempre que convocados e se desdobram em pesquisa e proposta, se a forma de contratação não for alterada, senão para todos, mas para um certo número de professores que deverão dar os primeiros e fundamentais passos para uma mudança na orientação dos nossos cursos. (IAC)

Pretendemos reivindicar 1 h/a a mais por semana para os professores do Básico de Comunicação Social, visando dar condições de diálogo interdisciplinar e acompanhamento maior a alunos nesta fase de introdução à vida universitária... (IAC)

A necessidade de elaboração do Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social surgiu no início do ano letivo, ao se constatarem, através das reuniões com professores do ciclo profissional e supervisores internos, uma série de contradições, principalmente de natureza ideológica e metodológica. Havia por parte de alguns docentes, sérias resistências quanto à filosofia da Universidade Católica, às tendências atuais da profissão e ao processo de transformação social. (FSS)

No diagnóstico percebe-se o predomínio de preocupações ligadas à contratação dos docentes e ao seu regime de trabalho, indicando-se mudanças nesse aspecto. Também predomina a indicação de mudança na grade curricular dos cursos.

A programação, outro item que deverá estar presente em um Projeto Pedagógico, “é uma proposta de ação para diminuir a distância entre a realidade da instituição planejada e o que estabelece o marco operativo” (Gandin, 1994:103); deverão estar presentes apenas as propostas de ação que poderão ser executadas pois, muitas vezes, os recursos disponíveis não possibilitam atender a todas as necessidades da instituição.

Nos Projetos Pedagógicos da área de Ciências Biológicas e da Saúde encontrei trechos que entendo como a programação das ações a serem desenvolvidas:

...pretende-se implantar em 83 cursos de Pós Graduação lato sensu para (...) a) promover a educação permanente, reciclagem e aperfeiçoamento científico para capacitação da carreira docente; b) propiciar aprimoramento dos nossos ex-alunos e graduados em geral, formando especialistas nos diversos setores da odontologia. (FO)

...a partir de 1982, inicia reformulações com vistas a melhorar as condições de ensino atualmente oferecidas aos seus acadêmicos. O Curso continuará a ser desenvolvido em 08 (oito) períodos semestrais, em dois ciclos: ciclo básico e profissionalizante. (FO)

...propôs em caráter experimental a inclusão da disciplina de Psicologia (...) com a finalidade de dar aos acadêmicos maior visão no campo das Ciências Humanas e Sociais,... (FO)

A Clínica Modular do Serviço Comunitário do Jardim Novo Campos Elíseos iniciará suas atividades no início do ano letivo de 1982, como estágio obrigatório dos acadêmicos da 4ª série. (FO)

... foi programada pela Direção (...) um curso de Metodologia aplicada à Odontologia aos docentes, (...) capacitando-os a formular objetivos de ensino e a avaliar o desempenho dos alunos de maneira gradativa e formativa. (FO)

Propomos um novo currículo para o curso de Biologia, sendo que os dois primeiros anos pertencem a um núcleo comum tanto para os alunos do Bacharelado como da Licenciatura-Plena. (ICB)

Na área de Ciências Exatas, assim se explicita a programação:

Dentro do processo de seleção de nossos alunos via vestibular, seria muito interessante a avaliação do raciocínio lógico dos candidatos. Pretendemos enviar à comissão do vestibular, subsídios para o estudo da viabilidade de tal consideração já para o vestibular de 83, baseados em estudos já em andamento. (CAS)

Na direção de dar ao futuro educador um pouco mais de vivência em educação estarão sendo desenvolvidos dois projetos: um destinado à ajuda e recuperação de alunos de 1º e 2º graus com deficiência em Matemática, outro colocará em debate permanente o problema da educação matemática a nível de 1º e 2º graus, oferecendo a professores da comunidade ocasiões para discussão de seus problemas, seja através de cursos de extensão, ou de encontros informais com professores e alunos do nosso curso. (ICE)

Na área de Ciências Humanas, os projetos pedagógicos apresentam a seguinte programação:

... propomos uma completa reestruturação do curso (...), a partir da qual seja ressaltado, de uma maneira inequívoca, seu compromisso com a análise e investigação da realidade brasileira e latino-americana. Mais do que isso, seu comprometimento com a problemática econômica, política, social e cultural dos povos latino americanos, preocupação essa, aliás que vem dia a dia, merecendo maior atenção por parte de amplos segmentos da igreja. (C C.Sociais)

No atual projeto propõe-se a avaliação em três etapas sucessivas: A) a primeira (...) no final de determinada unidade (...) passa-se entre o professor e a classe e compreende dois momentos: 1) a exigência de uma síntese individual escrita (...) 2) reunião com a classe para debater os problemas surgidos. B) (...) no final do semestre entre os professores da classe e os representantes dos alunos compreende: 1) avaliação geral da classe, 2) avaliação de casos especiais que, por acaso, tenham surgido. C) a terceira (...) envolve os professores do Departamento, o ISFIC e os representantes dos alunos compreendendo: 1) uma avaliação do conjunto do curso; 2) o planejamento. (IF.)

Algumas medidas estão sendo propostas (...) que pretendíamos entrassem em vigência já no ano de 1982: a) Opção por língua viva moderna no ato da matrícula (...) O Instituto pretende oferecer Inglês e Alemão ... ; b) Grade curricular para o 1º ano de Letras (...) os Departamentos já definiram uma visão global da grade curricular de todas as séries ...; c) No 2º semestre do 1º ano (...) opção por um dos cursos: Português ou Português/Inglês ou Português/ Alemão. Os optantes do 1º ano visarão à Licenciatura; os alunos do 2º e 3º curso, no fim do 2º ano, optarão por Licenciatura ou Bacharelado (Secretariado ou Tradução) (IL.)

... a Comissão desta Unidade considerou inadiável uma reformulação do currículo pleno (...) já a partir de 1982, a fim de eliminar eliminar-se muitas das distorções existentes, mas prevendo-se estreita vinculação entre o adestramento profissional do bibliotecário e seu compromisso com a disseminação do conhecimento e a transformação da sociedade. (FB.)

Implantação do processo de avaliação formativa, respeitando, pelo menos, a proposta aprovada pela Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos. (FAEDUC)

... criação da atividade "Seminários Complementares" para a reflexão sobre os problemas da educação brasileira e apresentação de propostas de novos currículos. (FAEDUC)

...6. Aceitou a colocação dos professores envolvidos no Projeto Comunitário de Educação do Pré-Escolar, que propuseram a ampliação deste Projeto para "Projeto de Educação Comunitária", do qual participarão alunos e professores dos demais cursos da Faculdade de

Educação... 7. Endossou as propostas das subcomissões que propuseram outros tópicos...Planejamento no início de cada semestre com professores e alunos de cada série; ... Retomadas bimestrais do planejamento para garantir basicamente a interdisciplinaridade.... 8. Após a avaliação do funcionamento dos Departamentos no ano de 1981, nomeou uma comissão para estudar e apresentar nova proposta de Departamentalização. 9. Também designou uma comissão que deverá apresentar critérios para a contratação de professores, substituição e atribuição de aulas. (FAEDUC)

Frente ao novo estudo [Departamentalização], a direção da Faculdade de Educação houve por bem convocar todos os professores para colocá-lo em discussão e transformá-lo em nova proposta a partir de 82. (FAEDUC)

Propusemos um Orçamento Programa para garantir a viabilização dessa proposta, e demos os primeiros passos para a aquisição de material didático-pedagógico, condições de infra-estrutura para reciclagem de nossos professores e reuniões pedagógicas, elementos fundamentais de garantia da dinamização do processo. (FAEDUC)

...propõe a implantação da Coordenadoria de Estágios, com organização e atribuições próprias, que possibilite à escola controle técnico e administrativo dos estágios curriculares e extracurriculares. (FAEDUC)

Coerente com sua linha filosófica de trabalho, a Faculdade de Educação desenvolverá atividades junto aos funcionários da Universidade elaborando cursos de alfabetização de adultos ou outros, como cursos preparatórios aos Exames Supletivos. (FAEDUC)

Plano de Ação: 1) Diminuição do número de vagas ofertadas para o curso de Ciências Econômicas, matutino, de 200 para 100; 2) Manutenção da oferta total de 1180 vagas para os vestibulares dos próximos três anos; 3) Oferta de vagas no vestibular para o ciclo básico e não para os cursos; 4) Diminuição do número de alunos por sala até atingir o razoável de 70 por sala. 5) Unificação de todos os alunos (...) em um só Campus. 6) Pesquisa ampla sobre a realidade profissional visando determinar necessidades, tendências, etc., do mercado de trabalho ... 7) Rediscussão dos fins e objetivos da Faculdade, a partir de amplos debates, (...) apoiada em vários documentos disponíveis, no resultado da pesquisa proposta, e nas propostas do Conselho Federal de Educação; 8) Reformulação pedagógica a partir da rediscussão dos fins e objetivos da Faculdade; 9) Dar apoio às atividades fins da Faculdade através do desenvolvimento de atividades meio com a implantação das reformas administrativas propostas; 10) Revisão preliminar e compatibilização dos programas das disciplinas dos vários cursos (...) fixando objetivos, conteúdo detalhado, metodologia, avaliação e bibliografia ... (FACECA)

Na programação observa-se a indicação de ações voltadas para o processo de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento de projetos, mas predominam ações dirigidas à reformulação curricular.

Assim sendo, embora também predomine no diagnóstico, a problemática da contratação de docentes e o seu regime de trabalho não são contemplados na programação das ações. As ações a serem empreendidas, portanto, atendem apenas em parte ao diagnóstico.

Do ponto de vista da concepção e dos componentes de um projeto pedagógico, conforme o preconizado por Vasconcellos e Gandin, é possível afirmar que os Projetos Pedagógicos da PUC-Campinas atendem ao que defendem esses autores. Porque:

1. O projeto pedagógico das unidades acadêmicas e/ou cursos é a sistematização do planejamento participativo

A atividade de planejar indica que as pessoas envolvidas têm a percepção da necessidade de mudança. Para Gandin,

“planejar é utilizar o método científico com a diferença que, ao invés de contentar-se com o conhecimento e a explicação da realidade, o planejamento implica em transformar a realidade existente e construir uma realidade nova... planejar é construir a realidade desejada ... é esclarece o ideal, o sonho , o que sempre envolve a discussão de valores e de sua hierarquia.” (Gandin, 2001:58)

A participação é importante quando se deseja promover transformações nas instituições educativas, pois

“A participação é um valor, é uma necessidade humana (o homem se torna homem pela sua inserção ativa no mundo da cultura, das relações, etc.); é uma questão de respeito pelo outro, de reconhecimento de sua condição de cidadão, de sujeito do sentir, pensar, fazer, poder.” (Vasconcellos, 2000:92)

Além disso, do ponto de vista prático, a participação oferece maior garantia de realização daquilo que se planeja. Há, entretanto, níveis diferenciados de participação e o ideal é quando esta ocorre de forma ampla, isto é, favorecendo uma construção coletiva.

“ ... o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentadas na igualdade real entre as pessoas ... todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transforma a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado. (Gandin, 2001:57)

Como já mencionei, a elaboração dos projetos ocorreu por meio da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, especialmente de, professores e alunos.

A participação era, naquele momento histórico, a principal bandeira da instituição. Ela havia sido deflagrada pelo bispo, grão chanceler da Universidade, por ocasião da sua mensagem de Páscoa *“... ser mais adequado ao momento presente olhar para a frente e, em espírito de **comunhão e participação**, descobrir os caminhos do futuro.”* (grifos meus) e foi assumida pela comunidade acadêmica. Em comunicado à comunidade, a Reitoria registrava sua intenção em promover a participação de todos nas mudanças estatutárias e regimentais, ressaltando os princípios da participação e compromisso, dentre outros.

“ A reformulação da PUCC só se realizará com e pela participação dos membros da comunidade universitária. Essa participação ... significa abertura para a co-laboração, ... abertura para o diálogo construtivo, de palavras e de ação, que deve caracterizar a vida universitária ...”⁹⁹

Naquele momento, talvez, mais do que o resultado do planejamento, a importância fosse a prática participativa, o envolvimento de todos os segmentos na construção de novos caminhos para a Universidade. E a este apelo, a comunidade acadêmica respondeu prontamente posto que ela já vinha lutando bravamente pelas mudanças na instituição.

2. Os projetos pedagógicos estão vinculados a um projeto histórico e social

Valendo-se do seu projeto pedagógico, a Universidade definiu seu compromisso na qualidade de instituição educativa. Os projetos, num movimento contra-ideológico,

⁹⁹ À Comunidade Acadêmica (Nº2/80) . Reitor Heitor Regina, 03/10/1980

definem que a ação educativa estará se comprometendo com a construção de uma outra ordem social.

“Mesmo quando as condições histórico-sociais de uma determinada sociedade estão deterioradas, marcadas pela degradação, pela opressão e pela alienação, como é o caso da sociedade brasileira, o projeto educacional se faz ainda mais necessário, devendo se construir então como um projeto fundamentalmente contra-ideológico, ou seja, desmascarando, denunciando e criticando o projeto político opressor e anunciando as exigências de um projeto político libertador” (Severino, 1998: 82).

As ações educativas a serem desenvolvidas pela instituição, quer nas atividades de ensino, quer nas de pesquisa, articulam-se com a intencionalidade do projeto, com o fito de contribuir para a formação de homens críticos e reflexivos, que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Favoreceram certamente para essa intencionalidade, além do posicionamento político de muitos educadores da instituição e do movimento de abertura política da sociedade, naquele momento, os documentos da Igreja Católica que subsidiaram os estudos e discussões da comunidade acadêmica.

CONCLUSÕES GERAIS

A motivação para a realização desta pesquisa consistiu em responder a estas perguntas: **Quais as indicações que os projetos pedagógicos elaborados no início da década de 80 trazem para a PUC-Campinas? Na diversidade dos projetos, qual a unidade existente entre eles?**

O estudo realizado, no entanto, mostrou-me, antes do conhecimento do conteúdo dos projetos referidos, a dimensão política que estes assumiram naquele momento de mudanças, tendo em vista a recuperação da credibilidade da instituição em relação aos seus compromissos acadêmicos, administrativos e financeiros.

Estes projetos foram entendidos como o caminho privilegiado para a reconstrução da Universidade, vale dizer, como o elemento que faltava para que ela cumprisse sua função social. Os projetos pedagógicos, naquele momento, em verdade favoreceram:

1) o trabalho acadêmico, valorizando-o

Não há nenhuma dificuldade em se reconhecer que o problema financeiro da instituição era muito grande e sua superação demandava um tempo imprevisível, apesar dos esforços empreendidos.

Junto à crise financeira ficou identificada igualmente uma grave crise de natureza acadêmica, relacionada à falta de critérios para a expansão dos cursos, à ausência de recursos materiais e humanos para as atividades de ensino, à precariedade no acompanhamento da vida acadêmica dos alunos e mesmo quanto à documentação, às práticas inadequadas de ensino e de avaliação, dentre outras precariedades freqüentemente denunciadas.

A elaboração dos projetos pedagógicos se constituiu naquele momento como a possibilidade de garantir a discussão do acadêmico, mudando o foco de atenção da comunidade, muito preocupada com as dificuldades financeiras, e voltando esse foco para o que deveria ser a primeira preocupação da instituição, isto é, o trabalho educativo, seu objetivo precípua.

A idéia fundamental era que qualquer ação voltada à adequação do orçamento só teria sentido se baseada no trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Isto é, por intermédio das definições educativas e pedagógicas pensar-se-ia no financeiro. Tratava-se, então, de subordinar o financeiro ao pedagógico, o que certamente era o grande desafio.

Considero que, sem dúvida, esta foi uma forma de poder controlar os “cortes” de recursos materiais e humanos que eventualmente poderiam ocorrer na instituição.

2) a participação da comunidade universitária

A comunidade universitária passou longos doze anos impedida de participar das decisões da instituição. Alguns poucos “eleitos” mantiveram-se nesse período definindo o que deveria ser feito ou simplesmente apoiando as deliberações do reitor.

Não havia espaço para participação e toda oposição, como foi visto, era prontamente reprimida.

Dessa forma, a possibilidade de participar do processo de mudança da PUC-Campinas era a comprovação de que ela **estava mudando** e isto tinha naquele momento histórico, uma importância fundamental para a conquista do espaço democrático. Além disso, existia o convite do arcebispo para essa participação, conforme foi neste estudo relatado.

Nas unidades acadêmicas, a participação dos seus segmentos (alunos, professores e funcionários) ocorreu, mesmo que de modo diferenciado, em todos os cursos. A reflexão sobre a realidade dos cursos foi oportunizada nas unidades tendo em vista a elaboração do projeto pedagógico.

Assim, os projetos, ao mesmo tempo que criaram condições para a participação da comunidade acadêmica, foram produtos dessa participação. Como produto, eles refletem, na diversidade dos conteúdos, a heterogeneidade existente quanto à compreensão sobre a Universidade e quanto às expectativas de mudanças. Pode-se afirmar, no entanto, que, prioritariamente, a reestruturação curricular constituiu-se, naquele momento, o caminho para a mudança institucional.

3) a legitimação de uma nova proposta para a universidade

Os projetos pedagógicos, produção do coletivo das unidades acadêmicas, tornaram-se de importância fundamental para o futuro da instituição.

O fato de o conteúdo dos projetos representarem as intenções e as opções da comunidade universitária, isto é, daqueles que estão construindo a instituição no seu dia-a-dia, dava-lhes a legitimidade necessária para garantir sua viabilização e, por extensão, as transformações acadêmico-administrativas da instituição.

Naquele momento histórico, a definição coletiva do projeto para a universidade, permitia acreditar que todos estariam unidos em torno dos compromissos nele definidos e na defesa de sua execução. Fica a dúvida, no entanto, quanto à articulação do acadêmico e do administrativo posto que, pelos dados coletados, estes acabaram sendo tratados de modo compartimentalizado.

Retomando a questão primeiramente proposta, quanto às indicações que os projetos apresentavam posso concluir que:

- À PUC-Campinas cabia, a certa altura, dada sua realidade histórica, assumir o trabalho educativo que lhe era próprio como instituição universitária. Isto significava dedicar-se não só ao ensino, como foi sua tradição, mas também à pesquisa e extensão, o que certamente criava novas exigências para a instituição tanto do ponto de vista acadêmico quanto administrativo.

- A atividade educacional deveria estar assentada nos princípios da educação libertadora, o que significava promover, pela ação educativa, o desenvolvimento do conhecimento crítico da realidade social e contribuir para a construção de uma

sociedade mais justa. Assim sendo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na universidade deveriam ter esse compromisso social, e os projetos voltados para o atendimento da realidade social teriam prioridade.

- A formação dos alunos, independentemente da área de estudo, deveria possibilitar um conhecimento crítico da realidade social brasileira e sólida formação específica, de modo a poder atender às necessidades sociais do trabalho. Disto se deduz que não seria possível uma formação aligeirada dos profissionais, mas, ao contrário deveria a Universidade possibilitar a formação integral do aluno. Conseqüentemente, a proposta curricular dos cursos deveria possibilitar a formação humana e profissional do aluno, pela abordagem interdisciplinar dos conteúdos de ensino e o acesso à realidade do trabalho desde o início de sua formação.

- Decorrente do que foi exposto acima, tornava-se fundamental a mudança no regime de trabalho dos docentes. Era necessário que os professores deixassem de ser contratados por hora aula e passassem a ter um contrato de trabalho de tempo parcial ou integral, tendo em vista o atendimento ao aluno, a realização de pesquisa e atividades de extensão.

- Reorganização do espaço físico, incluindo as clínicas e laboratórios para atender à formação desejada. Apesar de todo o investimento realizado pela administração anterior, a Universidade não tinha espaço adequado para os cursos, de modo a garantir a qualidade do trabalho acadêmico e a integração de alunos e professores.

- Priorizar na destinação dos recursos existentes, aqueles projetos voltados para a qualidade do ensino (proposta curricular, recursos pedagógicos, espaço físico), para a capacitação dos docentes (convênios e condições efetivas para a realização de cursos) e para os projetos de extensão ou pesquisa comprometidos com o atendimento das classes menos favorecidas da sociedade.

Certamente não esgotei aqui todas as indicações contidas nos projetos pedagógicos elaborados, os quais a meu ver deveriam orientar as decisões administrativas e financeiras da instituição. A compreensão processual de projeto

possibilita dizer que outras indicações e exigências deveriam ser produzidas no movimento de sua construção.

Além dessas indicações dos projetos que esta pesquisadora tinha como objetivo explicitar, foi possível perceber no estudo, como, por intermédio dos projetos se recuperou o caráter confessional da instituição. Ele possibilitou a “volta aos princípios”, conforme assinalava o arcebispo e grão chanceler da Universidade.

Os princípios contemplados nos projetos referem-se àqueles explicitados pelo pensamento católico para a Igreja latino-americana e suas universidades, ou seja, a valorização da pessoa humana, o compromisso com sua libertação, o diálogo e a participação, o trabalho comunitário e o compromisso com a construção de uma sociedade mais humana.

No caso da PUC-Campinas, os projetos pedagógicos, mesmo com todas as limitações daquele momento histórico, demonstraram o poder transformador da comunidade acadêmica, que permitiu definir, com base nas condições existentes, um outro projeto para a universidade, muito distante daquele que serviu aos interesses da ditadura militar e coerente com os compromissos cristãos de participação e comunhão.

Outra conclusão possibilitada por este estudo é que os projetos não se constituíram simples recurso técnico-pedagógico, predefinido. A definição pela sua elaboração passou pela compreensão dos mesmos como produto humano, portanto, carregado de sentido político e ideológico.

Dessa forma, os projetos possibilitaram a definição coletiva do **modelo conceitual, doutrinário e filosófico** cuja ausência havia sido assinalada no documento “A crise Financeira da PUCC”, o qual esta pesquisa detectou como **a unidade** que perpassa todos os projetos.

Este estudo vem confirmar a possibilidade de ter-se como objeto de conhecimento na História da Educação a **instituição educativa**, diversificando e ampliando os objetos de estudo e as fontes comumente usados nas pesquisas desta área. Da instituição foi possível, acredita-se, por meio da organização e interpretação das fontes consultadas e da recuperação da memória de muitos e significativos atores, construir um conhecimento histórico, identificando sua dimensão política e acadêmica.

O estudo demonstrou também que é **possível a prática democrática na definição dos rumos e na construção da identidade de uma instituição educativa de ensino superior**. No caso da PUC-Campinas, as bases: alunos, professores e funcionários com o apoio fundamental da administração da universidade, reitor e vice-reitor acadêmico comprometidos igualmente com a reconstrução da instituição, elegem os projetos pedagógicos para serem o elemento aglutinador dos esforços da comunidade acadêmica tendo em vista a definição dos princípios filosóficos e do compromisso político, comprovando sua importância como recurso político-pedagógico na construção de uma universidade democrática.

Concluo por meio da história desta instituição, PUC-Campinas, que os projetos pedagógicos, tão valorizados hoje no discurso oficial para o ensino fundamental, têm significativa importância no processo da educação superior, em razão da sua especificidade, ao expressar os princípios e fins da ação educativa, dando sentido e direção às ações que nela se desenvolvem.

Para o futuro, aceno o desafio da produção de um novo conhecimento sobre o processo de construção dos projetos nas unidades acadêmicas, o processo pelo qual estes foram viabilizados, suas realizações e provavelmente suas frustrações. Este novo trabalho exigirá que se verifiquem as mudanças que ocorreram quanto ao regime de trabalho dos docentes, quanto à participação da comunidade no processo de escolha dos dirigentes da instituição, quanto ao atendimento dos princípios da Igreja Católica na formação dos alunos, dentre outros desafios.

No presente, pergunto à PUC-Campinas: Qual seu projeto pedagógico hoje? Se existe, em verdade, um projeto quais os princípios que o sustentam? Como se realizam hoje o diálogo entre seus elementos, a participação desses mesmos elementos e a comunhão entre eles?

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

1. ORAIS

Entrevistas realizadas pela autora com:

MATTOS, Maria Antonia R. P.Belfort de. *Entrevista concedida pela ex- funcionária e ex-diretora da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas*. Campinas, 30/06/1999

CASTRO, Moacir. *Entrevista concedida pelo jornalista e ex-aluno do IAC*. Campinas, 13/09/1999

NIERO, HAROLDO. *Entrevista concedida pelo padre, ex-diretor do Instituto de Filosofia*. Campinas, 09/10/2000

2. ESCRITAS

a) Não publicadas

Arquivos do Gabinete da Reitoria da PUC-Campinas (documentos e estatutos e regimentos da instituição)

Arquivos da Faculdade de Educação da PUC-Campinas (documentos e atas)

Arquivos da Secretaria Geral da PUC-Campinas (Editais do Concurso Vestibular, documentos e atas)

Arquivos da Assessoria de Planejamento da PUC-Campinas (documentos, textos e relatórios)

Arquivos da Coordenadoria de Extensão da PUC-Campinas (documentos, textos)

Arquivos da Assessoria de Projetos da PUC-Campinas (documentos e textos)

Arquivos da Secretaria dos Conselhos da PUC-Campinas (projetos pedagógicos das unidades acadêmicas e/ou cursos)

b) Atas das reuniões dos colegiados da PUC-Campinas

Do Conselho Universitário

121 (cento e vinte e uma) atas das reuniões realizadas no período compreendido entre o 2º semestre de 1968 até o 1º semestre de 1982. Atas nº 45 a 165.

Do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa

62 (sessenta e duas) atas das reuniões realizadas no período de abril de 1972 a maio de 1982. Atas nº 01 a 62.

c) Editais, Relatórios, Portarias

Universidade Católica de Campinas, Edital sobre Concurso de Habilitação. Campinas, 9 de dezembro de 1967.

Universidade Católica de Campinas, Edital sobre Concurso de Habilitação. Campinas, 14 de dezembro de 1968.

Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Introdução ao relatório do 1º concurso vestibular de 1970.

Universidade Católica de Campinas, Edital sobre Concurso de Vestibulares. Campinas, 1º de dezembro de 1970.

Universidade Católica de Campinas, Portaria 37/71 de 27/11/71 - Estabelece normas para a realização do concurso vestibular unificado de Universidade Católica de Campinas.

Universidade Católica de Campinas. Edital - Vestibular Unificado 1973. Campinas, 12 de novembro de 1972.

Universidade Católica de Campinas. Edital – 2º Vestibular Unificado 1973. Campinas, 14 de novembro de 1973.

Universidade Católica de Campinas. Edital - Vestibular Unificado 1974. Campinas, 25 de novembro de 1973.

Universidade Católica de Campinas, Portaria 464/74 de 30/04/1974 - Estabelece normas para a realização do concurso vestibular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de 1975.

Universidade Católica de Campinas, Portaria 42/75 de 17/02/75 - Estabelece normas para a realização do concurso vestibular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas no ano letivo de 1976.

Universidade Católica de Campinas, Portaria 50/76 de 18/03/1976 - Estabelece normas para a realização do concurso vestibular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas no ano letivo de 1977.

Universidade Católica de Campinas, Portaria 250/77 de 24/07/77 - Estabelece normas para a realização do concurso vestibular unificado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba, para o ano letivo de 1978.

Universidade Católica de Campinas. Normas para o concurso vestibular unificado de 1979.

Universidade Católica de Campinas. Normas para o concurso vestibular unificado de 1980.

Documentos da PUC-Campinas

Prospecto da Universidade Católica de Campinas. Campinas, 1969. 3p.

Relatório Histórico da Universidade. Campinas, 06 de fevereiro de 1978. 43p.

LOPES, Gilberto Pereira. Mensagem à Universidade na Páscoa de 1980. 06/04/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária. PUCC, Gabinete do Reitor. 01/10/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária (nº 2/80) PUCC, Gabinete do Reitor. 03/10/1980.

REGINA, Heitor. À Comunidade Universitária (nº 3/80) PUCC, Gabinete do Reitor. 07/10/1980.

REGINA, Heitor e PÁDUA, Darcy À Comunidade Universitária (nº 4/80) PUCC, Gabinete do Reitor e SCEI. 13/10/1980.

Crise Financeira da Universidade. PUCC. Reitoria. 07/1981.

À Comunidade Universitária (nº 2/81) PUCC. Reitoria. 03/08/1981

À Comunidade Universitária (nº 4/81) PUCC. Reitoria. 14/08/1981.

À Comunidade Universitária (nº 5/81) PUCC. Reitoria e SCEI. s.d.

Diretrizes Gerais do projeto pedagógico. PUCC. VRAAc. Aprovado na 56ª reunião do Concep em 15/08/81.

Da crítica à proposta. A Universidade como. PUCC. VRAAc. Equipe de Assessoria Pedagógica. 03/09/1981.

DEBATE nº2. Projeto Pedagógico. Apropucc. set/81.

Deliberações sobre o Projeto Pedagógico. Apropucc. out/81.

Posicionamento do Conselho de Representantes da APROPUC em relação ao projeto pedagógico. Apropucc. out/81.

Relatório de Atividades da Equipe de Assessoria Pedagógica. Of.401/81 de 17/12/1981.

Publicações Oficiais

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Taxas e outras contribuições escolares.

Documenta, Brasília, n.º 158. Jan./1974. P.391-7

_____ **Plano setorial de educação e cultura 75/79**. Secretaria Geral. 1ª parte. V.2
PAMPLONA, Confúcio. **A política e o plano setorial de educação e cultura**.
Ministério de Educação e Cultura. Brasília, ag. 1973.

FONTES SECUNDÁRIAS

1. Livros, artigos e teses

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil**; (1964-1984). 3. ed. Petrópolis:
Vozes, 1985. 362p.

A UNIVERSIDADE Católica no mundo de hoje. Documento dos Delegados das
Universidades Católicas (Roma, 20/29 de novembro de 1972). ABESC, s.d. 21p.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Portugal: Publicação Europa América, Lda,
1997.2289p.

BOUTINET, Jean Pierre. **Antropologia do projeto**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 347p.

CAMARGO, Alzira L. Carvalhais. **O Processo de reestruturação da PUCAMP: a
contribuição do “Projeto Pedagógico” – (1981-1984)**. Campinas, 1989. 157 p.
Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP.

CARVALHO, Guido Ivan. **Ensino superior. Legislação e jurisprudência**. 3.ed. Brasil,
[s.n], 1971. 489p.

_____ **Ensino superior. Legislação e jurisprudência**. SP. Editora Revista dos
Tribunais, 1975. 841p.

CARVALHO, Angelina e DIOGO, Fernando. **Projecto educativo**. 3.ed. Porto: Edições
Afrontamento, 1999. 125p.

CARVALHO, Adalberto Dias de. **A educação como projeto antropológico**. 2.ed.Porto:
Edições Afrontamento, 1998. 216p.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **1969: o ano em que o sonho acabou. Razões e desrazões da destruição em 1969, de um projeto de reforma universitária.** Campinas/SP, 1996. 12 p. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Educação, UNICAMP.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** SP: Editora UNESP, 2001. 205p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1986a. 339p.

_____. **A Universidade reformanda.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.332p.

_____. Educação: grande negócio. In CUNHA, Luís Antônio e GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** 3.ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1986b. p. 42-54

_____. A universidade: modernizada, amordaçada e privatizada. In In CUNHA, Luís Antônio e GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** 3.ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1986b. p. 81-94

_____. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimentos? IN TRINDADE, Helgio (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores.** 2.ed. Petrópolis: Vozes/RS: CIPEDES, 2000. p. 39-56

CUNHA, Luís Antônio e GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** 3.ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1986b. 95p.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira;** católicos e liberais. 3.ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986. (Coleção Educação Contemporânea) 201p.

_____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** SP: Cortez: Autores Associados, 1986. 134p.

EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de PUEBLA. Puebla de los Angeles, México, 27/1 a 13/2 de 1979. SP: Edições Paulinas, 1979. 359p.

FREI BETTO, **Diário de Puebla.** 2.ed. RJ: Edit. Civilização Brasileira S.A, 1979. 272p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 9.ed. RJ: Paz e Terra, 1983. 79p.

FONSECA, Maria Ari. **O sobrado dos Barões de Itapura**. Campinas, 30/10/1972. 14p. (Mimeografado)

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3.ed. SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. 166p.

GADOTTI, Moacir, Projeto político – pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3.ed. SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. p. 33-41

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 5.ed. SP: Ed. Loyola, 1983. 109p.

_____. **A prática do planejamento participativo**. 9.ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 2001. 182p.

_____ e GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político pedagógico**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. 176p.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**; (1964-1985). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 297p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987. 206p.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. RJ: Editora Objetiva, 2001. 2922p.

LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Pesquisa em educação, História, Filosofia e temas transversais**. Campinas/SP: Autores Associados:HISTEDBR. Caçador/SC: UnC, 1999. 177p.

LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. de, VEIGA, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2000. p.606.

LOPES, Eliane M. T. e GALVÃO, Ana Maria de O. **História da educação [o que você precisa saber sobre...]**. RJ. DP&A, 2001. 115p.

MACHADO, Vera Lúcia de C. **O projeto pedagógico da Faculdade de Educação da PUCAMP: seus pressupostos filosóficos e pedagógicos**. Campinas, 1993. 240p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia, PUCAMP.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei (org). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP:Autores Associados:HISTEDBR, 1999. (Coleção Educação Contemporânea), p 66-72

MARAFON, Maria Rosa Cavalheiro. **Pedagogia crítica – uma metodologia na construção do conhecimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. 133p.

_____, **Articulação pós-graduação e graduação: desafio para a educação superior**. Campinas, 2001. 208p. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP.

MATOS, Odilon Nogueira de. Do sonho à realidade (a propósito do 33º aniversário da PUCAMP). **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, Ano XX, n. 131, julho/set. 1988. p. 183-191,

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **O financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987. (Temas básicos de educação e ensino). 156p.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) **Pesquisa social: teoria e criatividade**. 18.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 2000. 80p.

OS CRISTÃOS na universidade. Seminário de Peritos e Encontro Episcopal, Buga, 1967. Departamento de Educação e Pastoral Universitária – CELAM. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968. 61p.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico. Como construir o projeto político pedagógico a escola**. SP: Cortez Editora, 2001. 157p.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. **Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas**. Instituto de Filosofia. PUC-Campinas. s.d. (mimeografado). 18p.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. 500 anos de educação escolar. ANPEd. Campinas/SP: Editora Autores Associados. Nº14, ma/jun/ago 2000. 196p.

RIBEIRO, Maria Luiza dos S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13.ed.ver.ampl. Campinas/SP: Autores Associados, 1993. 207p.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Série Idéias nº 15. **O diretor-articulador do projeto da escola**. São Paulo: FDE: Diretoria Técnica, 1992, p.73-7.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 267p.

SÁ, Jeanete L. M. de. **O projeto gerador e a ação inicial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. Campinas, 1984. 116p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia. PUCCAMP.

SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei (org.) **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas/SP: Autores Associados:HISTEDBR, 1999. 150p.

SANTOS, Gildenir Carolino. **Manual de organização de referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos**. Campinas/SP: Autores Associados; Editora Unicamp, 2000.92p.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (org.) **História e história da educação**. Campinas/SP: Autores Associados:HISTEDBR, 1998. 141p.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6.ed. SP: Martins Fontes, 1995. 310p.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. Documentário completo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, v.1 (5): 642-750, nov.68.

SEVERINO, Antônio J. **Educação, ideologia e contra ideologia**. SP: EPU, 1986.106p.

_____. O projeto político pedagógico: a saída para a escola. **Revista de Educação AEC**. nº 107. Brasília. 1998. p. 81-91.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. rev. e ampl.- SP: Cortez Editora, 2000. 279p.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 4.ed. SP: IBRASA, 1991. 349p.

TRINDADE, Helgio (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. 2.ed. Petrópolis: Vozes/RS: CIPEDDES, 1999. 223p.

_____. As universidades frente à estratégia do governo. IN TRINDADE, Helgio (org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2.ed. Petrópolis: Vozes/RS: CIPEDDES, 1999. p. 27-37

TRIVIÑOS, Augusto, N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. SP: Atlas, 1987. 175p.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Elementos metodológicos para elaboração e realização**. 7.ed. SP: Libert, 2000. 205p.

VEIGA, Ilma P. A. e CASTANHO, Maria Eugênic de L e M. (org.) **Pedagogia universitária. A aula em foco**. Campinas/SP: Papirus, 2000. 248p.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**; de Getúlio a Geisel. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240p.

2. Jornais

GOMES, Ana Maria. “Super-alunos” passam sem aulas e sem provas. **Diário do Povo**. Campinas, 30/01/1980, p.7.

_____. No MEC, caso dos superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 01/02/1980, p.7.

SINDICÂNCIA do MEC poderá destituir Barreto Fonseca. **Correio Popular**. Campinas, 01/02/1980, p.8.

“MATÉRIA pronta para a imprensa”. **Correio Popular**. Campinas, 01/02/1980, p.8.

GOMES, Ana Maria. Os professores sentem-se traídos. **Diário do Povo**. Campinas, 01/02/1980, p.8

APROPUC: “Reitor é um homem sem palavras”. **Correio Popular**. Campinas, 02/02/1980, p.9.

PROFESSORES Explicam. **Correio Popular**. Campinas, 02/02/1980, p.9.

DCE vai mover ação policial contra reitor. Intervenção na Secretaria. **Correio Popular**. Campinas, 02/02/1980, p.9.

ESTUDANTES querem a secretaria lacrada. **Diário do Povo**. Campinas, 02/02/80, p.7

O PROFESSOR confessa. **Diário do Povo**. Campinas, 02/02/80, p.7

APROPUC condena tanto silêncio. **Diário do Povo**. Campinas, 02/02/80, p.7

GOMES, Ana Maria. DCE cobra posição da Igreja. **Diário do Povo**. Campinas, 03/02/80, p.8

ANSEMI, Renato. Pucc demite dois professores. **Diário do Povo**. Campinas, 03/02/80, p.7

QUEREMOS respostas, a verdade. **Diário do Povo**. Campinas, 03/02/80, p.7

PUC demite por motivo ideológico, denuncia PMDB. **Diário do Povo**. Campinas, 05/02/80, p.8

A PUC esclarece. **Diário do Povo**. Campinas, 05/02/1980, p.10

FREIRE, Carlos Eduardo de F. Um esclarecimento no mínimo, obscuro. **Diário do Povo**. Campinas, 05/02/1980, p.10

O PROFESSOR é demitido: agora, denuncia alunos “protegidos” **Correio Popular**. Campinas, 05/02/1980, p.10

DEMITIDO: tudo dentro da lei. **Correio Popular**. Campinas, 05/02/1980, p.10

PROFESSORES denunciam novos superalunos. **Correio Popular**. Campinas, 05/02/1980, p.1

A REAÇÃO de Enildo e Sílvio Romero. **Correio Popular**. Campinas, 05/02/1980, p.10

NOVA denúncia revela mais dois superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 05/02/1980, p.10.

GOMES, Ana Maria. Nova denúncia revela mais dois superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 05/02/1980, p.10

NÃO sou superaluno diz Ruy Barbosa. **Diário do Povo**. Campinas, 06/02/80. p.7

ARBITRARIEDADES sem limites. **Diário do Povo**. Campinas, 06/02/80. p.7

“REITOR declara guerra a APROPUC”**Correio Popular**. Campinas, 06/02/1980, p.5.

SINDICATO dos jornalistas pede providências. **Correio Popular**. Campinas, 06/02/1980, p.5.

AFIRMAÇÕES da professora. **Correio Popular**. Campinas, 06/02/1980, p.5.

GOMES, Ana Maria. Pucc demite líder dos professores. **Diário do Povo**. Campinas, 06/02/80. P.7

COMUNICADO da Pucc aos professores e alunos. **Correio Popular**. Campinas, 07/02/1980, p.7

REVOLTA na Pucc: estudantes podem entrar em greve geral. **Correio Popular**. Campinas, 07/02/1980, p.7

EX-PROFESSOR explica sua demissão. **Correio Popular**. Campinas, 07/02/1980, p.7

Funcionários do Campus II da PUCB criam entidade de representação. **Correio Popular**. Campinas, 08/02/1980, p.9

SINDICATO alerta para as pressões da PUCB. **Correio Popular**. Campinas, 08/02/1980, p.9

PUCB: instalada Comissão do MEC para apurar casos dos “superalunos”. **Correio Popular**. Campinas, 09/02/1980, p.7

DCE quer a participação de um estudante na sindicância. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

FREIRE, José Eduardo de F. Afinal surge uma esperança, pequena. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

MORAES, Iria Marly de. Uma aliança entre Barreto e o Sinpro. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

SINDICATO dos jornalistas pede justiça. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

PROFESSORES respondem às acusações. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

NA PUCC os professores exigem, mas não fazem. **Diário do Povo**. Campinas, 09/02/1980, p.8

MORAES, Iria Marly de. Pucc: padre Couto vai falar. **Diário do Povo**. Campinas, 10/02/1980, p.13

GOMES, Ana Maria. Demitir é fácil. E isso acontece com quem protesta. **Diário do Povo**. Campinas, 10/02/1980, p.13

_____ Pode acabar hoje a sindicância na Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 12/02/1980, p.9

AGORA professores procuram a igreja. **Diário do Povo**. Campinas, 12/02/1980, p.7

NA PUCC, mais protestos. **Diário do Povo**. Campinas, 12/02/1980, p.7

CNBB recebe as denúncias. **Diário do Povo**. Campinas, 12/02/1980, p.9

CASO PUCC: estudantes levam dossiê aos Bispos em Itaiçi. **Correio Popular**. Campinas, 12/02/1980, p.9

PROFESSORES: Pucc explica demissões. **Correio Popular**. Campinas, 12/02/1980, p.10

APROPUCC apresenta denúncias à CNBB. **Correio Popular**. Campinas, 14/02/1980, p.8

DOM GILBERTO já pode melhorar a PUCC. **Correio Popular**. Campinas, 15/02/1980, p.4.

O DOCUMENTO da Pucc. **Correio Popular**. Campinas, 16/02/1980, p.5

CONCEP denuncia luta pelo poder da Católica. **Correio Popular**. Campinas, 16/02/1980, p.5

ANSELMÍ, Renato. Apropucc confia em D. Gilberto **Diário do Povo**. Campinas, 16/02/1980, p.7

DCE pede renúncia imediata do reitor e do secretário-geral. **Diário do Povo**. Campinas, 16/02/1980, p.7

ROSALVO é quem vai apurar as denúncias contra IAC. **Diário do Povo**. Campinas, 16/02/1980, p.7

GOMES, Ana Maria. Professores espantados com o que ouviram da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 16/02/1980, p.7

_____As “facilidades” da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 19/02/1980, p.7

BARRETO Fonseca: “Não houve erro e nem irregularidades na PUCC”. **Correio Popular**. Campinas, 22/02/1980, p.8

REITOR divulga documento no caso superaluno. **Correio Popular**. Campinas, 22/02/1980, p.8

FREIRE, José Eduardo de F. O pobre reitor e a poderosa aluna. **Diário do Povo**. Campinas, 22/02/1980, p.7

AS JUSTIFICATIVAS muito incompletas. **Diário do Povo**. Campinas, 22/02/1980, p.7

ATÉ a matrícula do reitor é irregular. **Diário do Povo**. Campinas, 22/02/1980, p.7

OS ALUNOS temem pelo nome da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 22/02/1980, p.7

ALENCAR, José Roberto. “O implacável vingador” seria a Ana ou o reitor? **Diário do Povo**. Campinas, 23/02/1980. p.7

GOMES, Ana Maria. Estudantes falam com D. Gilberto. **Diário do Povo**. Campinas, 23/02/1980. p.6

SAMPAIO contesta Barreto. **Diário do Povo**. Campinas, 23/02/1980. p.6

DCE repudia o ataque. **Diário do Povo**. Campinas, 23/02/1980. p.6

ESTUDANTES refutam afirmações do reitor contra jornalista. **Correio Popular**. Campinas, 23/02/1980. p.5

DCE: “o voto de confiança a dom Gilberto Pereira Lopes”. **Correio Popular**. Campinas, 23/02/1980, p.5.

GOMES, Ana Maria. ... e continua a degola na Apropucc. **Diário do Povo**. Campinas, 24/02/1980. p.11

COMUNICADO da reitoria. **Diário do Povo**. Campinas, 24/02/1980. p.11

O VICE-PRESIDENTE da Apropucc também foi demitido. **Diário do Povo**. Campinas, 24/02/1980. p.11

UNIVERSIDADE demite mais um professor da APROPUC., **Correio Popular**. Campinas, 24/02/1980. p.5

PIRACICABA também protesta contra demissões na Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 25/02/1980. p.7

TREVISANI, Jeanete. Pucc em regime de ditadura. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

A PARTICIPAÇÃO de professores nas demissões. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

GOMES, Ana Maria. Lenta a apuração das irregularidades. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

SÃO sete os demitidos. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

UMA tentativa frustrada de Rosalvo. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

ALUNOS voltam e já falam em greve geral. **Diário do Povo**. Campinas, 26/02/1980. p.7

EM João Pessoa, Apropucc pede estabilidade para docentes. **Correio Popular**. Campinas, 26/02/1980, p.7

DCE exige destituição de Barreto Fonseca. **Correio Popular**. Campinas, 26/02/1980, p.7

PUCCL demite mais dois professores: total chega a 17. **Correio Popular**. Campinas, 26/02/1980, p.8

FREIRE, José Eduardo F. Boas intenções não bastam para solucionar uma crise. **Diário do Povo**. Campinas, 27/02/1980. p.6

ABRAPES rejeita vinculação com demissões. **Diário do Povo**. Campinas, 27/02/1980. p.6

GOMES, Ana Maria. Alegações de Busch e Aquino não convencem. **Diário do Povo**. Campinas, 27/02/1980. p.6

O REITOR está sendo processado. **Diário do Povo**. Campinas, 27/02/1980. p.6

A LUTA da Apropucc é contra toda estrutura universitária. **Diário do Povo**. Campinas, 27/02/1980. p.6

ESTUDANTES insistem: reitor deve sair. **Diário do Povo**. Campinas, 28/02/1980. p.7

CAMPANHA da Apropucc. **Diário do Povo**. Campinas, 28/02/1980. p.7

PRÓXIMO passo pode ser a greve geral. **Diário do Povo**. Campinas, 28/02/1980. p.7

REUNIÃO do Concep sem data. **Diário do Povo**. Campinas, 28/02/1980. p.7

A DEFESA de “Mato Grosso” convence. **Diário do Povo**. Campinas, 29/02/1980. p.8

DOIS professores da PUCC pedem demissão. **Correio Popular**. Campinas, 29/02/1980, p.8

CRÍTICA a Barreto. **Diário do Povo**. Campinas, 02/03/1980, p.11

ROSALVO se auto absolveu na Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 03/03/1980, p.3

ESPERAVA que o juiz se condenasse? **Diário do Povo**. Campinas, 03/03/1980, p.3

GOMES, Ana Maria. DCE cobra posição da Igreja. **Diário do Povo**. Campinas, 03/03/1980, p.8

ANSEMI, Renato. Pucc demite dois professores. **Diário do Povo**. Campinas, 03/03/1980, p.8

FINANÇAS da PUC: comissão divulga parte do documento. **Correio Popular**. Campinas, 04/03/1980, p.5

PUCC: nada oficializado sobre a absolvição do reitor e Trevisan. **Correio Popular**. Campinas, 04/03/1980, p.5

GOMES, Ana Maria. Diretor nega absolvição do reitor. **Diário do Povo**. Campinas, 04/03/1980, p.9

CARTA aberta ao professor Rosalvo. **Diário do Povo**. Campinas, 04/03/1980, p.9

COMISSÃO diz que tentou pacificar. **Diário do Povo**. Campinas, 04/03/1980, p.9

JUSTIÇA e Paz protesta. **Diário do Povo**. Campinas, 04/03/1980, p.9

NO PÁTIO dos Leões, a luta pela democratização. **Diário do Povo**. Campinas, 04/03/1980, p.9

A SITUAÇÃO da APROPUCCC no encontro dos docentes. **Correio Popular**. Campinas, 05/03/1980, p.7

GOMES, Ana Maria. Concep vê hoje o caso superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 08/03/1980, p.7

ALUNOS desmentem Barreto e Trevisan. **Diário do Povo**. Campinas, 08/03/1980, p.7

ANSELMÍ, Renato. Apropucc: política provocou demissões. **Diário do Povo**. Campinas, 08/03/1980, p.7

GOMES, Ana Maria. Concep rejeita parecer de Rosalvo. **Diário do Povo**. Campinas, 09/03/1980, p.10

REUNIÃO mostrou que as denúncias têm fundamento. **Diário do Povo**. Campinas, 09/03/1980, p.10

POUCAS mudanças entre os conselheiros. **Diário do Povo**. Campinas, 09/03/1980, p.10

ANSELMÍ, Renato. Alunos dizem o que acham da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 12/03/1980, p.7

APROPUCCC reúne-se. **Diário do Povo**. Campinas, 12/03/1980, p.7

NA PUCC, o resultado do plebiscito. **Diário do Povo**. Campinas, 13/03/1980, p.7

“BALANÇO da Pucc está errado” diz Lejeune. **Diário do Povo**. Campinas, 14/03/1980, p.6

OS RESULTADOS do plebiscito. **Diário do Povo**. Campinas, 14/03/1980, p.6

GOMES, Ana Maria. Na pauta do Concep, o caso superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 15/03/1980, p.8

O MOVIMENTO para o retorno dos demitidos. **Diário do Povo**. Campinas, 15/03/1980, p.8

O PRESIDENTE do DA de Direito afasta diretoria. **Diário do Povo**. Campinas, 16/03/1980, p.9

SUPERALUNOS: conclusões serão entregues dia 29. **Diário do Povo**. Campinas, 16/03/1980, p.9

SE boicote for aprovado, Pucc fica sem dinheiro. **Diário do Povo**. Campinas, 22/03/1980, p.8

MANTENEDORA da PUCC tem nova diretoria. **Correio Popular**. Campinas, 23/03/1980, p.8

CONSUN acata o recurso de Rosalvo. **Diário do Povo**. Campinas, 27/03/1980, p.11

DCE repudia a cassação. **Diário do Povo**. Campinas, 27/03/1980, p.11

GOMES, Ana Maria. DCE apela a D. Gilberto contra decisão do Consun. **Diário do Povo**. Campinas, 28/03/1980, p.7

ABI preocupada. **Diário do Povo**. Campinas, 28/03/1980, p.7

GOMES, Ana Maria. Agora, regime de austeridade na Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 30/03/1980, p.9

_____Finanças não são mais com o reitor. **Diário do Povo**. Campinas, 01/04/1980, p.9

APROPUCCE negocia com Darcy situação salarial. **Diário do Povo**. Campinas, 01/04/1980, p.9

GOMES, Ana Maria. Pucc livre do perigo da greve. **Diário do Povo**. Campinas, 02/04/1980, p.7

DCE quer anular reunião do Consun. **Diário do Povo**. Campinas, 02/04/1980, p.7

BARRETO deve cair em junho. São os rumores. **Diário do Povo**. Campinas, 03/04/1980, p.9

BARRETO responde esta semana à Apropucc. **Diário do Povo**. Campinas, 06/04/1980, p.16

DCE condena invasão da casa de Mato Grosso. **Diário do Povo**. Campinas, 06/04/1980, p.16

D. GILBERTO aponta a solução para a Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 08/04/1980, p.7

D. GILBERTO preocupado com a situação da PUCC. **Correio Popular**. Campinas, 08/04/1980, p.8

GOMES, Ana Maria. Centro de decisões da Pucc tem novos nomes. **Diário do Povo** Campinas, 09/04/1980, p.7

D. GILBERTO quer ver processo dos superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 13/04/1980, p.11

DEPUTADO intercede pelos demitidos. **Diário do Povo**. Campinas, 13/04/1980, p.11

PROFESSOR Raia enfrenta o reitor da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 15/04/1980, p.7

BOICOTE ao DCE na Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 16/04/1980, p.8

ASSEMBLÉIA malogra mais uma vez. **Diário do Povo**. Campinas, 16/04/1980, p.8

ESTUDANTES querem saber como a Pucc está de finanças. **Diário do Povo**. Campinas, 17/04/1980, p.8

A APROPUC em expectativa. **Diário do Povo**. Campinas, 19/04/1980, p.7

REITOR não responde e a Pucc pára quinta. **Diário do Povo**. Campinas, 20/04/1980, p.8

GOMES, Ana Maria. Reitor “explica” seu caso. **Diário do Povo**. Campinas, 22/04/1980, p.7

TODA a história do magnífico aluno. **Diário do Povo**. Campinas, 22/04/1980, p.10

A COMISSÃO confirmou as denúncias. Aqui o relatório. **Diário do Povo**. Campinas, 22/04/1980, p.10

OS ARGUMENTOS da direção da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.14

A VELHA e derrotada versão da Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.12

PROF. RAIÁ quer inquérito administrativo. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.12

IGLÉSIAS condena método usado. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.12

DCE obtém liminar para garantir matrícula que a Universidade impediu. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.12

PROFESSORES param hoje para defender a Apropucc e os punidos. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p.12

PUCC: uma defesa que não convence. **Diário do Povo**. Campinas, 23/04/1980, p. 1

SUPERALUNOS: caso pode ser reaberto. **Diário do Povo**. Campinas, 24/04/1980, p.7

Professores param a Pucc. **Diário do Povo**. Campinas, 24/04/1980, p.7

NA PUCC professores param com o apoio dos estudantes. **Correio Popular**. Campinas, 24/04/1980, p.8

NA PUCC, a vez de alunos e professores. **Diário do Povo**. Campinas, 30/04/1980, p.7

SURPRESA na PUCC. Vitória da situação. **Correio Popular**. Campinas, 05/05/1980, p.10

ENCONTRO adiado. **Diário do Povo**. Campinas, 07/05/1980, p.12

FINANÇAS da Pucc serão divulgadas. **Diário do Povo**. Campinas, 07/05/1980, p.12

TREVISANI, Jeanete. D. Gilberto fala da Pucc ao Papa. **Diário do Povo**. Campinas, 13/05/1980, p.7

REITOR dialoga hoje com Apropucc. **Diário do Povo**. Campinas, 14/05/1980, p.6

CASO dos superalunos no Consun é a proposta dos docentes. **Diário do Povo**. Campinas, 14/05/1980, p.6

O CONSUN não discute a questão dos superalunos. **Diário do Povo**. Campinas, 15/05/1980, p.8

REITOR não recebeu os professores. **Diário do Povo**. Campinas, 17/05/1980, p.7

REUNIÃO do Consun durou pouco e nada resolveu. **Diário do Povo**. Campinas, 18/05/1980, p.9

BARRETO mantém todas as demissões. **Diário do Povo**. Campinas, 19/05/1980, p.8

A APROPUCCE recorrerá. **Diário do Povo**. Campinas, 19/05/1980, p.8

REITOR da PUCC anuncia o fim de seu mandato. **Correio Popular**. Campinas, 25/05/1980, p.14

PROCESSO sucessório na Pucc começa quarta. **Diário do Povo**. Campinas, 28/05/1980, p.7

IRREGULARIDADES na ata: esclarecimento da PUCC. **Correio Popular**. Campinas, 29/05/1980, p.7

PROFESSOR Aquino: “não sou candidato a Reitor. **Correio Popular**. Campinas, 29/05/1980, p.7

AQUINO desmente aliança com Barreto para reitoria. **Correio Popular**. Campinas, 30/05/1980, p.9

NÃO existe cisão, diz Aquino. **Diário do Povo**. Campinas, 31/05/1980, p.7

OPINIÃO dos reitoráveis. **Diário do Povo**. Campinas, 31/05/1980, p.7

NA PUCC um aluno é candidato a reitor. **Diário do Povo**. Campinas, 31/05/1980, p.7

ESTUDANTES e a sucessão. **Diário do Povo**. Campinas, 31/05/1980, p.7

APROPUCCE analisa o movimento das eleições. **Correio Popular**. Campinas, 02/06/1980, p.5

PUCC: DCE contesta documento de esclarecimento da direção. **Correio Popular**. Campinas, 03/06/1980, p.7

PUCC: Conselho escolhe os nomes das listas sêxtuplas. **Correio Popular**. Campinas, 04/06/1980, p.7

BARRETO Fonseca pede o apoio de d. Cármine Rocco. **Correio Popular**. Campinas, 07/06/1980, p.7

AQUINO tem pronta sua carta renúncia. **Correio Popular**. Campinas, 07/06/1980, p.7

ESTUDANTES fazem proposta a D. Gilberto. **Correio Popular**. Campinas, 08/06/1980, p.15

BARRETO Fonseca, doente. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.10

ALUNOS e Conselho Pastoral já provam as nomeações. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.10

NAS mãos de Heitor Regina o futuro da universidade. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.10

PELA manhã a decisão de D. Gilberto sobre a PUCC. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.11

A NOVA reitoria da PUC-Campinas. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.11

PELA manhã a decisão de D. Gilberto sobre a PUCC. **Correio Popular**. Campinas, 10/06/1980, p.11

NA PUCC assume o reitor temporário. **Diário do Povo**. Campinas, 10/06/1980, p. 1

HEITOR Regina com a missão de unir. **Diário do Povo**. Campinas, 10/06/1980, p.8

UM dia agitado no Campus II. **Diário do Povo**. Campinas, 10/06/1980, p.8

DARCY explica a situação. **Diário do Povo**. Campinas, 10/06/1980, p.8

BARRETO pede licenças “de saúde” e Heitor Regina assume reitoria. **Jornal de Hoje**. Campinas, 10/06/1980, p.4

MAIS apoio para as nomeações. **Correio Popular**. Campinas, 11/06/1980, p.10

REITOR anuncia possibilidade de novas demissões na Pucc. **Jornal de Hoje**. Campinas, 19/07/1980, p. 4

NOVA reitoria da PUCC é empossada pelo Arcebispo. **Diário do Povo**. Campinas, 12/02/1981, p.10

ANEXO

SÍNTESE: O QUE DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

O que dizem os Projetos Pedagógicos da Área de Ciências Biológicas e da Saúde

1- Sobre o Projeto Pedagógico

Instituto de Ciências Biológicas

... nesta reunião ficou estabelecido que duas comissões deveriam ser formadas para a elaboração do Projeto Pedagógico: comissão do ciclo Básico e comissão do curso de Biologia.

... Reunião do Conselho Departamental, com a presença dos chefes de laboratórios. Os senhores coordenadores indicaram dois professores dos respectivos departamentos, para cada comissão...

... necessidade de maior integração entre as disciplinas que compõem o ciclo básico, de tal forma que os alunos possam compreender a importância das matérias básicas na sua formação profissional; Tendo em vista o perfil do profissional a ser formado nas diversas unidades, as disciplinas devem chamar a atenção dos alunos para alguns tópicos especiais; Na elaboração do programa as disciplinas devem prever carga horária para a auto-instrução (atividades de pesquisa bibliográfica); Cumprimento do conteúdo proposto baseado na carga horária efetiva,...; Programação de seminários extraclasse entre a área básica e setor profissionalizante de cada curso; Interação ICB- Unidades em relação à carga horária, horário, programas seja contínua; Que a Biblioteca atenda realmente as necessidades de todos os cursos, fluindo dos departamentos a atualização de livros e periódicos; Conseguir estágios para aprimoramento do pessoal técnico; Capacitação e atualização de todos os docentes...

Faculdade de Odontologia

O Projeto Pedagógico da Faculdade de Odontologia (...), seguirá uma metodologia que permita analisar de forma ordenada todos os fatores que se devem levar em conta ao se desenhar um Plano de Estudo.

... é indispensável que se recorra às experiências inovadoras postas em prática por poucas Faculdades de Odontologia Brasileiras, assim como a certos elementos das teorias modernas pedagógicas já estabelecidas.

O Plano deve ser equilibrado, no sentido de não se concentrar excessivamente em aspecto, dedicando-se às matérias uma atenção proporcional a sua importância em relação às necessidades odontológicas da população e aos objetivos do ensino da Odontologia nos diversos campos de ação: diagnóstico, prevenção, tratamento e prótese.

O projeto pedagógico (...) foi elaborado com a participação da comunidade universitária odontológica.

A Direção da Faculdade adotou como estratégia a constituição de cinco (5) comissões que se responsabilizaram pela elaboração do projeto pedagógico com a finalidade de adequar em termos inovados a aprendizagem dos acadêmicos do Curso de Graduação em Odontologia.

As Comissões forma constituídas de membros do corpo docente, discente (com representação de 59%\$ em relação ao docente) funcionários quando indispensáveis.

Foram selecionados quinze (15) documentos que serviram de subsídios para as discussões em torno do projeto pedagógico...

O Projeto Pedagógico (...) foi proposto em função dos atuais recursos físicos, considerando-se a instalação da Clínica Modular de Serviço Comunitário...

O projeto pedagógico da Faculdade de Odontologia (...) deve ser entendido como um processo inicial; gradual sujeito às constantes avaliações e reformulações, caracterizando-se por sua ação dinâmica.

O projeto pedagógico de responsabilidade inicial das 05 comissões (...), após sua elaboração discutiu-se a minuta do projeto nos departamentos e posteriormente foi entregue a todo corpo docente das áreas básicas e profissionalizantes bem como aos representantes estudantis que participaram das comissões com a finalidade de sugerir e complementar propostas novas.

O ano de 1982 será experimental onde as propostas feitas neste projeto ou a serem sugeridas serão amplamente debatidas, analisadas e avaliadas em nível de departamentos envolvendo toda a comunidade universitária odontológica.

(Com a implantação do Projeto Pedagógico espera-se alcançar as seguintes vantagens: 1º) Ampliar os conhecimentos (...) sobre aspectos preventivos, sociais, deontologias legais e de orientação; 2º) Incluir de disciplinas das Ciências Sociais para complementação da educação odontológica...; 3º) Ampliar atividades clínicas de disciplinas consideradas prioritárias para evitar e tratar doenças bucais prevalentes da população; 4º) Aplicar na prática o princípio de integração... 5º) Operacionalizar a clínica infantil (...((() possibilitando o atendimento de forma integral da

criança; 6º) operacionalizar a Clínica Integrada (...) considerando o paciente como um todo; 7º) Criar estágios supervisionados (...) com a finalidade de propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, utilizando métodos científicos bem como equipamentos odontológicos atualizados e simplificados.

Faculdade de Enfermagem

Há mais de um ano vem a atual direção da Faculdade de Enfermagem, através de um trabalho conjunto entre Professores, alunos e funcionários administrativos procedendo à criteriosa revisão do papel da Faculdade de Enfermagem no contexto geral, intra e extra universitário; dos fins e objetivos dos seus cursos, da adequação daqueles com os atuais currículos, etc., tudo, porém, de uma forma assistemática, desde que, condicionada às exigências do momento.

... num primeiro momento, procurou-se obter uma visão global sobre as atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo docente, face aos horários disponíveis para as mesmas e em confronto com os respectivos regimes de contratação.

Posteriormente procedeu-se a um estudo sobre o tipo e o grau de participação da Faculdade de Enfermagem na administração e na prestação de assistência ao Hospital e Maternidade Celso Pierro, as circunstâncias em que ocorria, frente ao fato de que as Professoras Enfermeiras estavam acumulando funções docentes, assistenciais, administrativas de forma não oficializada, na base da boa vontade.

O Projeto Pedagógico (...) acha-se estrutura nas seguintes linhas diretrizes... 1- Estado de saúde da população e dos serviços de Saúde (...) 2- Análise retrospectiva e prospectiva de Enfermagem no Brasil (...) 3- Ensino de Enfermagem (...) 4- A Faculdade de Enfermagem da PUCC nos contextos: Universitário e de Comunidade (...) 5- Currículos dos Cursos de Enfermagem (...) 6- Avaliação do desempenho docente e discente (...) 7- Pós-graduação: Condições para sua oferta (...) 8- Pesquisa no Campo da Enfermagem ...

Dentre as prioridades (...) são colocadas como necessárias... 1- A adoção de alteração no atual regime de contratação: a) Ingresso por concurso interno, mediante o qual possam ser avaliados conhecimentos gerais e específicos; b) Contrato por turnos de trabalho, ao invés de por horas/aulas. 2- Incentivo ao crescimento profissional do docente... 3- Adoção de critérios complementares para admissão do aluno de Enfermagem... 4- Em função de mudança do Curso de semestral para anual outras mudanças estão sendo propostas...5- Reintrodução da Monitoria em Enfermagem ... 6- Introdução do período integral para os estágios dos alunos... 7- Mudança no horário das aulas teóricas ...8- ... revisão quanto ao número dos atuais departamentos... 9- Inclusão das Habilitações e da Licenciatura no Curso de Graduação...

Para o desenvolvimento deste projeto, foram formadas oito (08) comissões integradas por docentes e discentes, que se reúnem, semanalmente com a Direção para prestação de contas do trabalho realizado, troca de informações, planejamento da atuação futura, etc.

Faculdade de Ciências Médicas

O Projeto da Faculdade de Ciências Médicas tem essa linha geral: docência-assistência integrada pela formação da equipe de saúde através de seus cursos profissionalizantes.

Para efetivação dos objetivos é necessário: 1- Implantação de postos periféricos (...) e convênios institucionais e/ou particulares para atuação em atenção primária à saúde; 2- Criação de mecanismos multidisciplinares (cursos) para atenção primária à saúde; 3- Criação de organismos para estudos de integração horizontal e vertical nos ciclos básico e profissionalizante, com poder decisório em relação aos Departamentos das Unidades no que se refere à programação dos cursos; 4- Estudar regime contratual para turnos ou períodos para efetivação da docência-assistência e dos organismos multidisciplinares controladores; 5- Reprogramação de férias na fase profissionalizante dos cursos... 6- Consolidação do Hospital e Maternidade "Celso Pierro" como "meio" de aprendizagem e não como "fim" em si, isto é, institucionalização das relações funcionais entre a Faculdade de Ciências Médicas e o Hospital Maternidade Celso Pierro; 7- Modificações na Composição dos Órgãos Colegiados da Unidade.

...as reuniões desses órgãos colegiados têm sido marcadas por ausências repetidas de alguns titulares (...) que o coordenador do departamento seja escolhido através de voto direto dos seus membros, entre os que efetivamente queiram trabalhar...

Curso de Medicina

... foram organizadas 4 sub-comissões e eleita uma Comissão Central constituída pelos professores...

Os objetivos das 4 Subcomissões constituídas de professores e alunos eram debates sobre (...) 1- filosofia do curso, 2- tipo de profissional a ser formado, 3- estudo da atuação profissional, 4- análise do mercado profissional, 5- proposta de reforma curricular, 6- estudo das necessidades necessárias (sic), 7- estudo da relação docente aluno, 8- planejamento de distribuição de carga-horária, 9- reflexão sobre função docente.

... organizou-se pelo Departamento de Medicina Social e preventiva uma Semana Médica, constando de Temas: 1- a produção social de doença e a atual política de Saúde do Brasil. 2- Alternativas em atenção primária. A regionalização docente assistencial e o Prev Saúde. 3- Participação popular, como experiência em atenção primária.

Utilizou-se ainda como fonte de dados a mesa redonda realizada no início do ano sobre Formação Médica e o Mercado de Trabalho...

Linhas gerais propostas pelas subcomissões e comissão central 1- o Curso de Medicina deve ter uma orientação preferencial às necessidades da saúde da população, estimulando consciência crítica no âmbito técnico, sócio-econômico e político; 2- O estudante de Medicina deve ter contato com a realidade médica desde o 1º ano; 3- Deve haver uma integração horizontal e vertical no Setor Básico do Curso de medicina; 4- A pesquisa deve estar voltada às necessidades de Saúde da Comunidade preferencialmente; 5- No Setor profissionalizante, deve-se dar ênfase à formação global do médico, sem incentivo às especializações precoces, dando conhecimento e prestação de serviços a nível primário e secundário de atenção; 6- Há necessidade de reforço à formação humanística do médico, com noções de filosofia, (em especial lógica), antropologia, ecologia e ciências Sociais aplicadas. Um enfoque social e ético da formação atual. Uma reorganização do Programa de estudos de Problemas Brasileiros (sic) com enfoque aos principais problemas que envolvem o Setor de Saúde da população brasileira. 7- Formar um corpo docente, investindo-se na capacidade docente. 8- Buscar Convênios Oficiais entre a Universidade e os Órgãos Públicos e/ou privados para a aplicação Curricular, fundamentalmente no Setor Profissionalizante, com a Integração Docente Assistencial. 9- O internato com rodízio clássico nos departamentos (...) com duração de 18 meses (ou 24 meses). 10- Devem existir organismos que tenham como função a elaboração e execução de programas de Setores Básicos (INPP) com análise pré-profissionalizante (INPP), profissionalizante (INP) do conteúdo programático e prática do mesmo, órgãos de Assessoria da Comissão de Desenvolvimento Curricular; 11- Estudo de Viabilização de contrato docente-Setor profissionalizante de Saúde por Turnos. 11- (sic) Como proposta conjunta à FCM – PUC – Cursos de Apoio (opcionais) à área de Saúde: Filosofia (lógica), Línguas (Inglês), Pedagogia e Didática. - Estudo de contratação docente por turno para aplicação no Setor Básico, com melhor aproveitamento docente e melhor distribuição de tempo por Curso, facilitando a integração interdisciplinar. - Cursos de capacitação docente e reestudo da carreira Universitária na Área da Saúde. – Aquisições para Biblioteca para incentivo à auto instrução.

Prioridades para implantação do projeto pedagógico 1- definição por parte das autoridades universitárias quanto à opção pela linha proposta pelo projeto pedagógico à comunidade acadêmica. 2- estudo de viabilização do sistema integrado setor básico e profissionalizante quanto ao tipo de contrato dos professores. 3- formação de no mínimo mais 4 (quatro) postos periféricos para 1 982. 4- integração do prof. Dr...5- convênios entre puc-campinas e órgãos oficiais necessários à aplicação curricular futura. 6- intercâmbio entre universidades visando a capacitação docente.

Curso de Terapia Ocupacional

Sendo fruto de um processo tortuoso, e difícil de amadurecimento e conquista de autonomia e personalidade a PUCAMP parece atravessar hoje um fértil momento de reflexão.

Coincidente ou não, o Projeto Pedagógico proposto pela Vice-Reitoria Acadêmica é oportuno e embora contemporâneo de uma lamentável crise econômica o referido Projeto recebeu do Depto./Cursos de Terapia Ocupacional uma sincera acolhida e pôde proporcionar, não obstante todas as dificuldades, um trabalho promissor.

... a reflexão sobre a qualidade e eficácia do que vimos realizando no Depto/Curso de Terapia Ocupacional da PUC tem sido uma tônica de toda nossa experiência docente. e a partir das diretrizes da equipe pedagógica foram datadas as seguintes estratégias de discussão lideradas pelos professores do Depto. De Terapia Ocupacional.

...foram formadas Comissões de alunos e professores para garantir a continuidade e o trabalho de reestruturação.

...Discussão em cada série procurando realizar um diagnóstico da situação geral do curso, atividades pedagógicas desenvolvidas, conteúdo programático das disciplinas, capacitação docente, etc. Obs: foram usados questionários, entrevistas a profissionais, etc...durante todo processo de reflexão experimentamos grandes dificuldades na mobilização da maioria dos docentes de outros departamentos e até de alunos, sendo até um dos principais aspectos negativos da elaboração do referido projeto no período de tempo oficialmente estabelecido.

Prioridades do Projeto Pedagógico: 1- Proporcionar um melhor equilíbrio entre as disciplinas componentes da Grade Curricular (...), visando estabelecer uma abordagem menos organista e mais capaz de atender à dimensão integral do homem na comunidade, observando no contexto e sócio-econômico-cultural; 2- Ajuste e aperfeiçoamento das

formas de contratação dos docentes, possibilitando uma distribuição mais racional e criteriosa das atividades pedagógicas; 3- Criação de organismos que possibilitem maior inter-relacionamento entre os departamentos (...) e entre as unidades da Faculdade de Ciências Médicas e da PUCC; 4- Reflexão contínua e sistemática sobre o papel da Fac. de Ciências Médicas dentro da PUCCAMP e principalmente do curso de Terapia Ocupacional dentro do contexto geral da universidade; 5- Aprimoramento dos documentos estatutários da universidade visando uma participação plena da Comunidade Universitária em todos os setores da Universidade.

Curso de Farmácia

estratégia adotada para a elaboração do projeto pedagógico: 1. Reuniões com professores e representantes discentes de todas as séries; 2. Mesa-redonda sobre: a) Farmácia Pública (...) b) Análises Clínicas e Indústria – Durante a III Semana de Estudos Farmacêuticos. 3. Reunião dos professores e discentes de Farmácia com a comissão do Instituto de Ciências Biológicas.

Curso de Fisioterapia

Cronograma das atividades do projeto pedagógico de 1982 – atividade Criação de Comissões para Estudo da Estrutura Acadêmica do Curso de Fisioterapia; Reunião preliminar para delimitação de estratégias para trabalho das comissões; Reunião isolada das Comissões para estudo individualizado das disciplinas (...) Reunião com a Assessoria Pedagógica; Reunião extraordinária do Departamento para apresentação dos estudos do Perfil Profissional, Reunião final para conclusão sobre os estudos das comissões; Reunião para apresentação dos estudos de currículos; Planejamento das disciplinas profissionalizantes; Reunião para apresentação da viabilização do HMC Pierro; Estudo do Inter relacionamento das disciplinas do Curso de Fisioterapia, por série e no contexto geral; Debate entre professores da área básica com representação da área profissionalizante e discente. Condições de infraestrutura; Estrutura acadêmico-didática e administrativa.

2- Sobre a Unidade e/ou Cursos

Instituto de Ciências Biológicas

O Instituto de Ciências Biológicas se caracteriza por dois tipos de atividades: oferecimento do ciclo básico das Ciências da Saúde e oferecimento do curso de Ciências Biológicas, com Licenciatura e o Bacharelado na Modalidade Médica e Biológica.

Quanto ao ciclo básico da Área da Saúde e de outras, ao ICB compete oferecer Professores das disciplinas biológicas, sua metodologia de ensino, proposta de ementas e programas em consonância com o perfil do profissional das unidades servidas pelo I.C.B., além de oferecer laboratórios, seus respectivos técnicos e todo material, em perfeito e completo entrosamento com os Coordenadores dos Departamentos do I.C.B. e dos Cursos Profissionalizantes.

Condições de Infra Estrutura:... Atualmente as instalações dos diferentes blocos que compõem o I.C.B. não correspondem ao desejável, isto porque os laboratórios não são em número desejável, não sobrando um mínimo de tempo disponível para que os alunos possam se utilizar os mesmos para estudo. As salas são abafadas, de ventilação precária, visibilidade deficiente tornando necessário que as luzes sejam acesas durante o dia. Até mesmo as instalações destinadas a administração do I.C.B. são deficientes,...As condições da Biblioteca seriam melhoradas se pudéssemos ter um maior número de exemplares dos livros que são utilizados em grande escala por parte de nossos alunos... Providências devem ser tomadas no sentido de melhorar o acesso ao Campus II, pois a parte final do percurso, de quem vem da cidade para o Campus II está totalmente esburacada sem as menores condições de tráfego...

1) O ICB conta com 91 Professores que ministram aulas em 15 Cursos além do de Ciências Biológicas; 2) O ICB oferece 11 laboratórios com 28 funcionários (Técnicos e auxiliares de laboratório) para mais de 1.000 alunos destes 15 Cursos. 3) A grande dificuldade de locação e de controle de freqüência dos Professores do I.C.B. que trabalham nestes Cursos... 4) Atualmente no Instituto de Ciências Biológicas-Unidade 1100 está alocado para efeito de controle de receita e despesas o Curso de Biologia que conta com 950 alunos, com Licenciatura Curta(...); Licenciatura Plena (...) Bacharelado (...) e como conseqüência não é feito o rateio com as unidades das despesas com pessoal e material.

Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia (...), encontra-se no período do academicismo utilizando o saber como um fim e não como um meio, ocasionando sérias inconveniências no processo da formação profissional.

O corpo docente, discente e funcionários da Faculdade de odontologia entendem que uma das suas mais importantes missões é a formação de recursos humanos para oferecer à sociedade dentro de um ensino atento à

realidade, interagindo com os demais componentes sociais na busca de soluções de problemas de saúde bucal existentes e identificados na população brasileira.

Modificações de fundo são indispensáveis nos processos de formação de seus recursos humanos, de prestação de serviços à comunidade, fundamentadas numa realidade social baseadas em pesquisas, (...) dando uma maior atenção à formação humanística como complemento necessário à formação técnico-científica.

Pretende servir de campo de trabalho Docente Assistencial, atuando em todos os níveis, (...) em busca de um sistema regionalizado de saúde bucal, considerando o indivíduo como um todo bio-psico-social.

Além do Curso de Graduação (...) formar recursos humanos auxiliares na tentativa de alcançar um dos objetivos propostos pelo Acordo CAPES/...

Ao propor a formação e utilização do referido pessoal auxiliar a Faculdade de Odontologia da PUCC objetiva dar ao profissional, condições de executar uma odontologia de melhor padrão, com maior rendimento e produtividade, delegando funções científicas e técnicas.

...será necessário buscar recursos alternativos para viabilizar o funcionamento das referidas Clínicas já em andamento através de contatos prévios na Prefeitura Municipal de Campinas e INAMPS.

A contratação e promoção de docentes são feitas a critério do Conselho Departamental da Faculdade de odontologia, independentemente dos títulos de que são portadores.

O Pessoal Docente (...) deverá ser admitido e ou promovido seguindo critérios pré-estabelecidos no Projeto Pedagógico, baseados na titulação pessoal experiência profissional no magistério.

Para admissão deverá ser exigido concurso público de títulos e/ou provas. É indispensável que se agilize a aprovação do Regimento e do quadro da Carreira Docente modificando as Normas vigentes de ingresso e promoção, regime de trabalho, atribuições e competências.

O Regime de Trabalho deverá necessariamente ser por períodos, a saber, Integral, Completo e Parcial, eliminando-se os atuais inconvenientes do Regime de Hora/aula

...pretende-se implantar em 83 cursos de Pós-graduação lato sensu para (...) a) promover a educação permanente, reciclagem e aperfeiçoamento científico para capacitação da carreira docente; b) propiciar aprimoramento dos nossos ex-alunos e graduados em geral, formando especialistas nos diversos setores da odontologia.

Curso de Farmácia

O Curso de Ciências Farmacêuticas atualmente é vespertino devendo ministrar diariamente (5) aulas...

. formar um profissional cada vez mais preocupado com a saúde no Brasil

O Curso de Ciências Farmacêuticas da PUCC, (...) coloca uma estrutura curricular que dá condições de formar o profissional tanto tecnologicamente como humanisticamente e se propõe a um trabalho efetivo à comunidade.

...tem como objetivo a formação do farmacêutico com ampla visão psico-bio-social nas modalidades Farmacêutico Bioquímico e Farmacêutico Industrial.

Para concretizarmos esta filosofia verificamos (...) a necessidade de alterações na grade curricular e implantação concomitante de serviços à comunidade...

Prioridades: Espaço para ministrar as modalidades Farmácia Bioquímica e Farmácia Industrial, para que tenhamos o curso de graduação alicerçado; Integração (...) na equipe de saúde para atuar nos Postos Periféricos e no Hospital e Maternidade Celso Pierro ...

Curso de Nutrição

O Curso de Nutrição ocupa em seu ciclo básico e profissional quatro (4) salas para aulas teóricas e laboratórios para aulas práticas das seguintes disciplinas...

O Curso possui biblioteca própria com o seguinte acervo...

O corpo docente do ciclo profissional é composto por professores contrata dos em regime de hora aula, procedentes na maioria de São Paulo (75%), pois não há em Campinas profissionais em número suficiente com capacitação para ensino superior. Isto impossibilita aos departamentos ampliar o campo de suas atividades para aprimorar o ensino e a pesquisa, prejudicando o desenvolvimento de trabalhos técnicos, científicos e sociais.

...tem como finalidade a formação de profissional qualificado, de nível universitário, capacitado cientificamente para atuar em qualquer programa relacionado com o conhecimento científico da Nutrição, devendo ser um profissional adaptável às condições e exigências locais.

A filosofia do Curso de Nutrição é orientada para a formação de um profissional que atenda as necessidades da área, através de organizações existentes e oferecer à comunidade, pessoal capaz de contribuir para o diagnóstico e solução dos problemas nutricionais, tendo em vista a dinâmica de desenvolvimento do país.

Curso de Fisioterapia

O Curso de Fisioterapia vinculado à F.C.M. da pontifícia Universidade Católica de Campinas, situado no Campus II, conta com um Departamento com 24 docentes e dois funcionários, um para Serviços Gerais na Clínica de Fisioterapia, situada à Rua Boaventura do Amaral 680, e outro na Secretaria da Coordenação do Curso. Atualmente com 285 alunos regularmente matriculados, oferece aulas teóricas, práticas e Prática Terapêutica Supervisionada, com um total de 8360 horas aulas mais 900 horas de Prática Terapêutica Supervisionada.

Finalidades do curso: a) Ministrar ensinamentos e habilitar técnica e cientificamente para o exercício da Fisioterapia. b) Desenvolver programas de atendimento comunitário. c) Promover a formação de um quadro docente em Fisioterapia.

O curso de Fisioterapia tem como meta, a participação integral como aliado das profissões já tradicionais (medicina, odontologia, enfermagem, etc, no processo de ensino e saúde).

)... a sistematização de um corpo de conhecimentos, atitudes e habilidades, com vistas à formação de profissionais da área da Saúde, no caso, Fisioterapeutas, implica em bases Histórica, Filosófica, Científica e Tecnológica, fundamentos esses que se articulam dialeticamente a partir da exigência da realidade sócio-profissional.

A referida sistematização deve ocorrer não apenas ao nível do curso, mas também em nível do professor e aluno (ambos deverão ter uma compreensão sistematizada do fenômeno social, profissional educacional) se pretende uma real sistematização do curso.

... objetivos para o curso dessa área profissional: A- Desenvolver nos alunos uma aguda consciência da realidade onde irão atuar; B- Proporcionar-lhes uma adequada fundamentação teórica, que lhes permita uma ação coerente; C- Proporcionar-lhes uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz.

Tais objetivos admitem a reflexão em 4 níveis interdependentes: A) No nível atitudinal (o que o profissional precisa viver). B) no nível crítico contextual (o que precisa compreender); C) no nível cognitivo (o que o profissional precisa saber); D) no nível instrumental (o que o profissional precisa fazer).

Objetivos: a) formar o fisioterapeuta com ampla concepção psicológica de saúde e enfermidade, dentro de princípios éticos e humanitários; b) estimular a formação de profissional que esteja voltado para as necessidades reais da sociedade; c) estimular a iniciação ao trabalho científico; d) promover cursos que garantam a formação continuada; e) a longo prazo, oferecer cursos de pós-graduação.

Formar um fisioterapeuta geral, enquadrado na área da saúde, com uma preocupação primária as necessidades da comunidade a que se destina, que não tenha só um desenvolvimento do conhecimento científico e de habilidades técnicas, mas também seja facilitado sua formação humana e pessoal, que tenha conscientização profissional, sabendo respeitar e ser respeitado, que seja criativo e crítico.

Atualmente o curso tem em desenvolvimento vários programas de atendimento à comunidade carente, tanto a nível primário (preventivo) quanto a nível secundário (curativo) ambos gratuitos,...

3- Sobre a Estrutura Acadêmica

Instituto de Ciências Biológicas

Quantos aos cursos profissionalizantes (...): a) Licenciatura em Ciências Biológicas: Formar profissionais habilitados para atuarem como professores de 1º e 2º graus. Possibilitar ao licenciado o exercício do Magistério Superior, bem como o prosseguimento dos estudos em Biologia em Cursos de Aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação (Mestrado, Doutorado e Livre-Docência). Possibilitar ao licenciado atuações em áreas relativas ao meio ambiente (poluição, controle biológico, ecologia, preservação da fauna e flora). Possibilitar ao Licenciado atuação em pesquisa pura ou aplicada em Zoologia, Botânica, Citologia, Embriologia, Genética, Bioquímica, etc. Atuar como Biólogo.

b) Bacharelado em Ciências Biológicas: formar profissionais habilitados para: a) Formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como as que se relacionem à preservação, saneamento e melhoria do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desse trabalho. b) Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas e do poder público, no âmbito de sua especialidade. c) Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

A orientação curricular (...) é baseada 1-... indicação e resolução do MEC ...; 2- Nas sugestões da SBPC para formação de professores da área científica de 1º e 2º graus; 3- Nas perspectivas do Mercado de Trabalho...; 4- Na qualidade do curso que se pretende oferecer; 5- Na realidade em que se insere o I.C.B. e o Curso de Biologia (realidade social e acadêmica).

b- Quanto aos objetivos, o Curso de Biologia se destina a: 1- formar professores de Ciências e Biologia para 1º e 2º graus. 2- Fornecer embasamento para a Pós-graduação. 3- Formar biólogos como bacharelados em biomédica e o biólogo propriamente dito nas áreas de zoologia, botânica e ecologia. 4- Preparar Professores capazes de incorporar ao ensino problemas da comunidade, contribuindo assim para a melhoria de vida da população dando no curso de Biologia uma realidade social.

Propomos um novo currículo para o curso de Biologia, sendo que os dois primeiros anos pertencem a um núcleo comum tanto para os alunos do Bacharelado como da Licenciatura-Plena.

Considerando: 1) a grande evasão (...) nos primeiros anos do Curso de Ciências Biológicas..., 2) A necessidade de aumentar as aulas das disciplinas pedagógicas, bem como alterá-las na distribuição pela grade curricular; 3) a constatação da comissão do MEC (...) do não atendimento ao mínimo necessário para algumas disciplinas (Zoologia e Botânica), Sugerimos em caso de impossibilidade de alterações profundas em relação às necessidades do Projeto Pedagógico, para que no ano de 1982, sejam feitas as correções mínimas na grade...

O professor é sem dúvida o fator mais decisivo em qualquer plano de educação. Na verdade a qualidade do ensino depende de vários fatores: prédios, aparelhamento escolar adequado, currículos e programas apropriados, organização funcional e administrativa eficientes.

A dignidade do exercício envolve a dignificação salarial, a elevação da condição social e a oferta de melhores condições de trabalho. Durante os últimos anos a profissão de professor tem sido rebaixada e desvalorizada sob vários pontos de vista.

...os docentes vêm reivindicar: a) agilização da carreira docente...; b) disponibilidade de tempo e espaço para desenvolver atividades co-curriculares (preparação de aulas, correção de relatórios e provas,...); c) condições mínimas de pesquisa...; d) contratação por turnos e não por hora aula...; e)... evitar a desvalorização da carreira docente através de achatamento salariais para os professores adjuntos e titulares. Assim o professor deve receber um salário que lhe permita viver condignamente; f) ... assistência médico-odontológica para si e seus dependentes; g) criação de uma cooperativa de crédito mútuo...; h) Possibilidade de cursar sem rompimento do vínculo empregatício com a Universidade, cursos de pós-graduação...; i) que se evite a mercantilização do ensino fazendo imperar seus ideais didático-pedagógicos e científicos, no contexto real das necessidades atuais e sociais.

... ao fazer novas contratações de professores (...) tenha em mente os seguintes aspectos: Qualificação técnico-profissional ou qualificação acadêmica nem sempre constituem qualificação para o ensino, pois acredita-se que é melhor professor das disciplinas profissionalizantes, o melhor profissional do campo ensinado e é melhor professor das disciplinas básicas o de maior titulação acadêmica ou docente. Qualificação técnica, por si só, no entanto, não faz o melhor professor, nas disciplinas profissionalizantes, mera titulação formal não significa, necessariamente competências acadêmica.

Um professor universitário não pode deixar de ter as seguintes qualidades: capacitação efetiva no campo da sua ciência; clara consciência epistemológica, tanto para compreender sua disciplina no contexto do conhecimento quanto para que tenha condições de, pela compreensão da gênese do processo de conhecer a aprendizagem científica do aluno; sólida visão pedagógica; enxergar em sua disciplina os pontos fundamentais..., sensibilidade para captar (...) suas [do aluno] aspirações,...; ter consciência do processo genético de conhecer e dos estágios de prontidão pedagógica do aluno...; ser criativo....,

Mestre é aquele que educa. Educar é apelar para os poderes do espírito. Mediante esses poderes é que discípulo analisa, pesquisa, discerne, assimila e aprende.

O mestre desperta as faculdades que fazem dormentes e ignoradas no âmago do "eu" ainda inculto. A missão do mestre consiste em introduzir conhecimentos na mente do discípulo: se este não se dispuser a conquistá-los, jamais os possuirá.

...torna-se necessário que uma metodologia de ensino ativa e libertadora seja colocada em prática em sala de aula por parte do mestre mas, para que a comunhão mestra e discípulo sejam um fato é absolutamente indispensável o concurso, a cooperação de ambos.

Mas como vamos realizar essa comunhão [mestre e discípulo] dentro da forma de contratação de Professores por hora aula se o mestre só fica na escola para ministrar a sua aula...

O papel que cabe ao mestre é educar, mas a universidade deve dar condições para que essa educação se faça de maneira integral. Entendemos por educação o desenvolvimento dos poderes psíquicos que todos possuímos em estado latente, como herança a vida d'Aquele de quem todos nós procedemos.

Ao mestre cabe, portanto instruir, pois a instrução faz parte da educação, por isso que se refere aos meios e processos empregados no sentido de orientar o indivíduo na aquisição de conhecimentos sobre determinada disciplina. A instrução dirige-se conseqüentemente à inteligência.

... propomos: 1) ...contratação de professor deixe de ser feita por hora-aula; 2) que a contratação de novos Professores seja feita por concurso de acordo com o regimento interno elaborado pelo departamento; 3) ... condições de desenvolverem programas (...) de pós-graduação; 4) desenvolver dentro da Universidade programas de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo ou Conselho Nacional de Pesquisa, ou outras instituições...; 5) ... para que o Diretor do ICB possa organizar e realizar cursos de extensão e especialização para bacharéis ou licenciados...; 6)... melhorar o acesso ao Campus II,... 7) que as mudanças de grade curricular possam ocorrer em 1982... 8) que se aumente o espaço físico (...) criando mais laboratórios...; 9) que se crie matérias optativas...; 10)...construa salas de reuniões...11) ...tenha uma seção de meios auxiliares equipada em material e pessoal... (...) 15) destine de verbas para aulas de campo, ...

Faculdade de Odontologia

... a Direção da Faculdade convocou o corpo docente e representação estudantil para analisar em profundidade as falhas encontradas atualmente no processo ensino /aprendizagem.

As principais conclusões tiradas do corpo docente... : 1ª) o paciente não é encarado pela maioria dos alunos como um todo bio-psico-social. 2ª) A faculdade de Odontologia forma um cirurgião dentista despreparado para os objetivos terminais do Sistema de Saúde Bucal vigente no país. 3ª) O processo ensino/aprendizagem não é satisfatório. 4ª) A criação de curso de Pessoal Auxiliar paralelo ao de graduação (...) é indispensável. 5ª) As disciplinas das áreas básicas são dissociadas da área profissionalizante. 6ª) O corpo docente em sua maioria não possui formação em Metodologia do Ensino Superior. 7ª) A inovação do currículo é fator decisivo para a melhoria do ensino odontológico.

O corpo discente (...) chegou às seguintes conclusões: 1ª) Falta de correlação horizontal tanto nas ciências entre si como nas profissionalizantes. 2ª) Falta de correlação vertical das básicas com as profissionalizantes. 3ª) Necessidade de se introduzir disciplinas ligadas à ciência da conduta. 4ª) Excluir do currículo algumas disciplinas básicas ou profissionalizantes supérfluas.

...conduz à necessidade de se iniciar um projeto educacional, com a finalidade de se adequar à realidade do curso de graduação de Odontologia às necessidades de saúde oral da população brasileira, à filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, à situação atual e prospectiva do mercado de trabalho e à realidade de recursos disponíveis.

A Faculdade de Odontologia pretende a partir de 1982 proceder a um reajuste e uma reorganização dos elementos que integram o atual plano de estudo.

Será feita uma avaliação dos conhecimentos atuais acerca das enfermidades dento-bucais e do papel que desempenha o Cirurgião Dentista em sua prevenção e tratamento. Fundamentando-se nesses conhecimentos os professores especializados determinarão o que ensinar, de que maneira e na proporção adequada para cada disciplina.

A reorganização do plano de estudo permitirá uma correlação paulatina das disciplinas, dando uma visão global e um conceito integral da profissão.

Permitirá também a formação liberal ou de cultura geral do Cirurgião Dentista e o que é mais importante reaproximará a Faculdade da coletividade em que está inserida.

O número de vagas a ser oferecido é de 90 (...) O referido número poderá sofrer modificações (...) após definição da Reitoria e da Mantenedora quanto ao local de funcionamento da Faculdade de Odontologia de vez que existem estudos com o propósito de desativá-la do Prédio Central, instalando-a no Campus II junto às demais Unidades da área de Saúde.

Para que isso se torne viável é indispensável que se reformule os atuais sistemas de contratação do pessoal docente excluindo-se hora/aula e adotando regime por períodos.

O corpo docente (...) está consciente que está formando atualmente um profissional sem uma definição clara e objetiva.

O modelo curricular a ser seguido (...) a partir de 1982 tem por objetivo adequar seu Curso de Graduação às necessidades de Saúde Oral da população brasileira, à filosofia da Universidade, a situação atual e prospectiva do mercado de trabalho e à realidade de recursos disponíveis.

Como técnica de planejamento da reestruturação curricular optou-se pela definição do tipo de profissional que se pretende formar estabelecendo-se objetivos educacionais nos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem o currículo pleno do Curso de Odontologia

As diversas tarefas serão distribuídas (...), O clínico geral (objetivo final do Curso de Graduação),...

A Faculdade (...) se propõe a estabelecer um processo educacional eficaz, eficiente e coerente, considerando as atuais condições de infra-estrutura em relação aos recursos físicos, materiais e humanos da Unidade. As atividades de ensino-aprendizagem serão embasadas principalmente na integração das disciplinas e em estabelecimentos de tarefas dentro de critérios de complexidade crescente.

Tais propostas permitirão ao futuro odontólogo atuação efetiva na comunidade, através do emprego de técnicas odontológicas alternativas, adequadas às reais necessidades da população, adotando uma filosofia epidemiológica preventiva e social.

A reestruturação curricular pretendida deverá ser introduzida de forma gradual concretizando-se em 1984.

...ao iniciar modificações de fundo nos processos de formação de seus recursos humanos e de prestação de serviços à comunidade, está consciente das dificuldades para implantação do Projeto Pedagógico de vez que ainda apresenta uma infra-estrutura didático-organizacional bastante tradicional.

..., a insatisfação sentida em toda a comunidade universitária odontológica, manifestada a partir de junho de 1980 e agravada diante da atual crise financeira da PUCC, conduz a necessidade de se iniciar um projeto educacional, com a finalidade de se adequar à realidade do Curso de Graduação de Odontologia, em função da própria transformação da nossa organização social.

...a partir de 1982, inicia reformulações com vistas a melhorar as condições de ensino atualmente oferecidas aos seus acadêmicos. O Curso continuará a ser desenvolvido em 08 (oito) períodos semestrais, em dois ciclos: ciclo básico e profissionalizante.

O ciclo básico continuará a ser desenvolvido no Instituto de Ciências Biológicas no Campus II, (...) será oferecido simultaneamente com os demais cursos da área de saúde, onde os programas continuarão abrangendo a parte geral e específica de cada disciplina componente da área básica.

As disciplinas básicas da área de Educação Complementar, tais como Estudo dos Problemas Brasileiros, (...) todas impostas por força do Regimento, serão oferecidas de acordo com a necessidade da Unidade,...

...propôs em caráter experimental a inclusão da disciplina de Psicologia (...) com a finalidade de dar aos acadêmicos maior visão no campo das Ciências Humanas e Sociais,...

O ciclo profissional abrangerá 06 (seis) períodos (...)sendo ministrado sob a responsabilidade de três Departamentos...

A infra-estrutura organizacional tradicional da Unidade não permite de início, agilizar modelos de intervenção integrados, estruturados em disciplinas/projetos permitindo respostas organizadas aos problemas odontológicos mais prevalentes da população.

A Comissão de Clínica Integrada (...) propôs algumas sugestões... 1) Clínica Integrada é uma atividade curricular, de caráter interdisciplinar, que deve dar ao aluno condições de desenvolver, de forma integrada, os conhecimentos adquiridos, assim como despertar nesse aluno uma consciência humanística orientada para a proteção ou restabelecimento da saúde oral do paciente. 2) Clínica Integrada deve oferecer ao futuro profissional a vivência clínica que um Cirurgião Dentista generalista necessita para tratar as doenças buco-dentais dentro de princípios biológicos, técnicos e éticos. ...implicará uma orientação para diagnosticar os problemas buco-dentais existentes, planejar, executar e avaliar planos de tratamento simplificá-los de acordo com as condições sócio-econômicas e de saúde geral do paciente. ...ênfase à prevenção, uma correlação ampla entre as disciplinas que compõem essa clínica, utilização de técnicas alternativas simplificadas e integração dos professores. 3) a prática da Clínica Integrada (...) praticar várias técnicas odontológicas tradicionais ou simplificadas compatíveis com o nível sócio-econômico do paciente, selecionado pelo corpo docente e triado pela assistente social. 4) O corpo docente (...) deveria ter o regime de trabalho por período excluindo-se o indesejável regime de horista. 5)A formação desses docentes obrigatoriamente deve ser generalista para que possam, dentro do possível, humanizar a relação aluno-paciente. 6) O aluno (...) deveria aplicar de modo integral o conteúdo programático das seguintes disciplinas (...) Caberia a cada uma dessas disciplinas a responsabilidade pela inovação curricular de seu programa, voltada para uma Odontologia de maior alcance social. 7) ...deverá um prazo para essas modificações (...) seria aquele suficiente para a calibração dos professores nas atividades clínicas e a conscientização de todo o corpo docente e discente...

...não conta com estágio supervisionado. (...) muito importante que os mesmos sejam implantados com a finalidade de propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

A Clínica Modular do Serviço Comunitário do Jardim Novo Campos Elíseos iniciará suas atividades no início do ano letivo de 1982, como estágio obrigatório dos acadêmicos da 4ª série.

A Faculdade de Odontologia (...) se encontra impossibilitada de apresentar modificações na grade curricular como seria desejável, pois tramita pelo Conselho Federal de Educação um Projeto de Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em Odontologia.

Quando da aplicação do processo de integração, obviamente haverá economia de recursos humanos, pois os professores serão desvinculados das indesejáveis micro disciplinas específicas e colocados ao máximo em contato direto com os alunos.

A inter-relação completa entre o básico, o laboratório, o clínico e o social, permitirá efetivamente um Projeto Pedagógico em termos inovados, evitando-se a duplicação de meios para os mesmos fins, viabilizando a síntese necessária.

A metodologia de ensino (...) é a convencional, através de aulas magistrais expositivas, com disciplinas estanques, onde o agente ativo é o professor que utiliza como material instrucional, essencialmente livros e apostilas.

Avaliação somativa tem sido a única forma de medir o conhecimento do aluno, caracterizando-se como mensuração e não como avaliação.

Como propostas do Projeto Pedagógico (...) as disciplinas das áreas básicas e profissionalizantes deverão apresentar seus conteúdos programáticos, baseados em objetivos comportamentais pré estabelecidos dando conhecimento prévio aos alunos dos assuntos a serem abordados, permitindo participação e interação do corpo discente como agente ativo no processo.

... foi programada pela Direção (...) um curso de Metodologia aplicada à Odontologia aos docentes, (...) capacitando-os a formular objetivos de ensino e a avaliar o desempenho dos alunos de maneira gradativa e formativa.

As pesquisas serão desenvolvidas com vista à definição de tipos de prestação de serviço à comunidade, quanto aos materiais e instrumentais, não visando somente o fator econômico de atendimento a uma demanda de mercado, mas primordialmente no cumprimento de objetivos na formação do pessoal de saúde.

Semana de estudo (...) a partir de 1979 (...) iniciou-se a introdução de conferência e seminários sobre o ensino odontológico, com o objetivo de repensar nos processos de formação de profissionais compatíveis com a realidade social, enfatizando os aspectos preventivos, sociais e humanísticos.

Para possibilitar uma constante calibração e aperfeiçoamento técnico-científico propõem-se cursos de educação continuada ministrados pelos professores da faculdade.

A reestruturação curricular pretendida em termos inovados será gradativa, contínua, sofrendo constantes reavaliações. Esta estratégia é coerente com a realidade da Unidade que se encontra ainda no período acadêmico não podendo alcançar em sua plenitude, o desejável período humanístico tão almejado pelos responsáveis em Educação Odontológica.

Curso de Enfermagem

Ampla revisão da adequação do currículo ao perfil do profissional (...) através de sucessivas reuniões às quais estiveram presentes, prestando sua colaboração, todos os Professores até mesmo os provenientes de outras Unidades que ministram aulas no curso.

Curso de Medicina

Setor básico: A - Disciplinas desintegradas. B - Falta de Espaço e Tempo para Auto-instrução.

Proposta: Programação Integrada. Introdução de Disciplinas de cunho profissionalizante. Disciplinas para formação humanística optativas a FCM. Outras disciplinas (inglês, etc...)

Setor profissionalizante: A- Multiplicidade de Disciplinas com fragmentação de informações e diminuição de tempo útil para formação do profissional. B- excessiva carga de teoria com pequeno tempo para a prática. C- Estrutura física estática para aplicação da aprendizagem em serviço. D- Sistema administrativo centrado na figura do Depto., dificultando a aplicação curricular.

INPP: barreiras: A- reconhecimento do órgão oficialmente. 1- Regime de contratação dos docentes. 2- Contratação de pessoal docente para algumas disciplinas novas. 3- Renovação de temas: Disc. EPB. 4- Realização de Programas Optativos (dependente do A).

IAP – Nível I barreiras: A- Reconhecimento do Órgão Oficialmente. 1- Regime de contratação docente. 2- Contatos oficiais e convênios com órgãos do Estado, Prefeitura e entidades privadas. 3- Montagem de no mínimo mais 4 postos periféricos da PUCC e um Centro de Saúde ou Policlínico.

IAS – Nível II barreiras: 1º Regime de contratação docente. 2º Utilização do hospital escola. 3º Convênios com Hospitais e Serviços oficiais e/ou Privados. Nível III Desenvolvimento do Serviço do Hospital Escola.

Proposta a FCM: 1- Um novo modelo acadêmico com metas à maior participação Docente, Discente e menor centralização de poder conservador do Depto. Constituição dos organismos que definem Programas em função de aplicação e Aprendizagem por níveis, não por estanques programas de disciplinas afins. 2- Real poder dos Departamentos como prestadores de Serviços por solicitação dos Organismos. 3- Estabelecimento de Disciplinas Opcionais por Sistema de Créditos oferecidos a todos os alunos da área da saúde mostrando a real importância como “Ferramenta” de trabalho do profissional da área.

Necessidades: reconhecimento do curso. Estudo da carreira universitária com reforma. Reavaliação da departamentização com análise e modificações. Regimento do curso de medicina. Modelo de trabalho docente. Modelo de trabalho discente. Recursos especiais: biblioteca, horário laboratório. Oficialização horária e verba pesquisa operacional. Fundo de investimento p/ a capacitação docente.

Necessidades básicas para aplicação curricular: 1- Criação de Postos Periféricos – Atenção Primária (+ 4). 2- Descentralização dos ambulatórios gerais de adultos e crianças do Hospital Escola. Integração Real entre o ciclo Básico e o Profissionalizante... 3- Reconhecimento por parte de alunos e docentes de que em área de Saúde é impossível dissociar-se ensino de prestação de serviço. 4- Mudança do Calendário Escolar, eliminando-se o ano letivo tradicional... 5- Maior integração entre escola médica e o mercado de trabalho. 6- Estímulo à Educação continuada através de Cursos de extensão e estágios. 7- Implementação do Estágio Rural. Convênio com Prefeituras ou Entidades Religiosas de cidades que não contam c/ assistência Médica. 7- Efetivação dos Serviços Médicos e Propedêutica de suporte do hospital Escola com funcionamento integral.

Requisitos necessários para reorganização curricular. 1- Integração Ciclo Básico-Profissionalizante. 2- Revisão do Modelo didático-Pedagógico com ênfase a integração Docente Assistencial dentro de um processo de ensino por aprendizagem (sic). 3- Estabelecimento de um critério para divisão das unidades Curriculares. 4- Modificação na elaboração de Programas Curriculares constituindo-se Organismos Centrais diminuindo assim o poder do Chefe do Depto. (Catedrático). 5- Vínculo entre escola e as Estruturas de atenção à Saúde, incorporando o Hospital-Escola com aprendizado em diferentes níveis do Sistema de Saúde... 6- Incorporação dos conhecimentos Psico-Sociais e de Medicina Preventiva em todas as Unidades Curriculares. 7- Seleção docente de Formação Geral e Profissionais de outras áreas. 8- Modificação da estrutura administrativa de modo a torná-la mais representativa da Comunidade Acadêmica nos diversos setores.

Setor Profissionalizante – Proposta: 1- Disciplinas oferecidas até o 1º semestre do 5º ano médico fundamentalmente constituídos de grandes especialidades Clínicas e Cirúrgicas. 2- Extensão do Internato para um mínimo de 18 meses com aprendizagem em Serviço. 3- Diminuição do Período de férias de docentes e alunos contribuindo para o 1 e 2. 4- Modificação da aplicação programática com vistas à diminuição da teoria sob forma de aula expositiva. 5- Integração docente assistencial com entidades oficiais e/ou privadas para se atingir os objetivos do Curso. 6- Desenvolvimento de uma estrutura acadêmica oficial junto à Unidade FCM ou área de saúde para plantação (sic) do projeto do Curso de Medicina.

...o dimensionamento desses conhecimentos é necessário para o processo de montagem dos programas de curso, tendo em vista a formação do médico com conhecimento para atender a maioria dos problemas bio psico sociais da população, para uma atuação crítica do binômio saúde-doença.

Buscamos formar o médico para nossa realidade de saúde levando em conta: A realidade do mercado de trabalho, Forma de atuação médica, Realidade sócio-econômica e cultural, busca de novas alternativas e perspectivas de trabalho.

A formação do Médico com conhecimento básico nas grandes áreas profissionalizantes deve ter seu alicerce na prática assistencial em comunidade, no conhecimento adquirido na prática ambulatorial e o seu complemento na participação de estágio opcional em área rural.

O trabalho de aplicação prática deve iniciar-se pelo setor básico, buscando-se uma maior objetividade no conteúdo programático das disciplinas deste setor.

- Início de disciplinas profissionalizantes já no setor básico tais como propedêutica, psicologia e epidemiologia, disciplinas que ensinem a integração biopsico e social...

Curso de Farmácia

Serviços à Comunidade: pesquisa fitoterapia. Objetivo -estudo das plantas medicinais usadas pelas comunidades periféricas da cidade. Pesquisa: alopatia: automedicação. Objetivo - conhecer o nível de utilização de medicamentos sem as devidas prescrições médicas a fim de se montar um esquema de orientação à comunidade. (...) Trabalho em campo na disciplina de higiene social. (...) Farmácia pública . Atendimento à população do próprio estágio dos alunos. (...) Produção de alguns anti-sépticos e medicamentos para utilização nos postos periféricos. (...) Realização das análises parasitológicas, microbiológicas ou imunológicas do material encaminhado pelos docentes dos postos periféricos...

Os alunos realizam estágio no período da manhã (...) para regularizarmos esta situação e viabilizar os serviços à comunidade necessitaríamos de período integral para o próprio deslocamento e obrigatoriedade desses alunos.

Com uma alteração no período de funcionamento poderíamos abrir noventa (90) vagas no vestibular...

Os estágios – momento de contato direto do aluno/realidade – são supervisionados por professores contratados por 12 horas semanais.

A contratação de docentes por turnos ou períodos criaria reais condições de trabalho na comunidade e reuniões das equipes de saúde envolvidas, o que é difícil no atual regime.

Curso de Terapia Ocupacional

1-Fragilidade da identidade do Curso (...) foi proposta uma reformulação da Cadeia curricular, criando desde 1º ano disciplinas da área profissionalizante e voltando a experiência pedagógica desenvolvida para o aprofundamento do conhecimento da atividade humana (objeto de estudo e ação do terapeuta Ocupacional) e sua inter-relação psico-biológica e sócio-político-cultural.

2- Excessiva carga horária (...) uma nova formulação dos assuntos tratados em cada disciplina e do conjunto de disciplinas em cada ciclo básico do curso, nos fornecia possibilidades de aprofundar pontos específicos e sinalizar aqueles pontos que apresentassem apenas interesse geral para o futuro profissional. ...embora fundamental, a redução de cargas horárias tem outras significações e implicações no universo Acadêmico o que torna imperiosa uma discussão mais abrangente da matéria.

3- aulas práticas de eficácia discutível. Na área profissionalizante foi proposta uma vinculação mais estreita entre prática e teoria, razão pela qual criamos quatro níveis de estágio na comunidade e procuramos direcionar o ensino pré-profissionalizante a várias instâncias interligadas: o domínio crítico, o domínio cognitivo e o domínio atitudinal.

4- Falta de vinculação da experiência acadêmica com a experiência profissional. Para favorecer a integração (...) a disciplina PTS Supervisionada II poderia possuir um momento em que se desenvolvessem seminários, debates, conferências e outras atividades capazes de fomentar o crescimento dos segmentos discentes e docentes do departamento.

5- Alienação de alunos e professores em relação à vida universitária (...) apenas a sistematização da Universidade no contexto social, assim como um contínuo debate de suas questões fundamentais, poderão nos levar a uma conquista de um legítimo compromisso científico, institucional e principalmente Cristão.

Proporcionar um melhor equilíbrio entre as disciplinas componentes da Grade Curricular (...) visando estabelecer uma abordagem menos organista e mais capaz de atender à dimensão integral do homem na comunidade, observando o contexto psicobiológico e sócio-econômico-cultural...

Curso de Nutrição

O currículo do Curso de Nutrição, de acordo com as determinações do Ministério da Educação e Cultura, compreende (...) matérias Básicas (...), Profissionais (...)

Durante sua formação, terá que receber ensinamentos que o habilite a planejar, assessorar, coordenar e avaliar programas de Nutrição relativos à educação alimentar, à preparação de pessoal técnico auxiliar, a levantamentos e pesquisas de Nutrição de campo e laboratório, à administração de serviços dietéticos para coletividades sadias ou enfermas de entidades públicas e privadas e programas integrados de Nutrição Aplicada.

A docência assistencial, ideal na área da saúde, principalmente em um hospital universitário, não está ocorrendo porque haveria necessidade de contratação de maior número de supervisores, impossível no momento atual que é de contenção de despesas.

Departamento de Nutrição... finalidade ministrar (...) o ensino sobre Nutrição básica e as variadas alterações do estado nutricional, focalizando ainda os principais problemas da Nutrição no campo da Saúde Pública, procurando relacioná-los com o ambiente físico.

Departamento de Alimentos e Técnicas de Alimentos ... finalidade ministrar através de seus recursos o ensino sobre o alimento em seus aspectos físicos, químicos, biológicos e sócio-econômicos.

Objetivos do Estágio Supervisionado: Objetivo Geral: Oferecer subsídios para a formação profissional do aluno, mediante participação e/ou observação nas áreas: Nutrição Aplicada, Nutrição Normal, que constituem o campo de ação do nutricionista, bem como Nutrição Clínica. Tem ainda por objetivo desenvolver habilidades no desempenho de funções técnicas e administrativas.

Quanto à supervisão de estágio: A supervisão (...) cabe a equipe de Supervisoras (...) feita através de reunião sistemática (...) o acompanhamento ao aluno será feita conforme programação estabelecida...

...ser colocado um docente assistencial no Setor de Nutrição do Hospital e Maternidade Celso Pierro. ... além de desempenhar as funções de nutricionista poderia junto com o estagiário desenvolver trabalho dietoterápico e de orientação nutricional em nível de ambulatório, sediando um grande número de estagiários.

O estágio em Serviços de Nutrição e Dietética hospitalar (...) terá que ser realizado em hospitais de Campinas e São Paulo, apesar da PUCC ter um hospital (...) Isto se deve à falta de um nutricionista para orientar a alimentação dos enfermos no Hospital e Maternidade Celso Pierro.

Curso de Fisioterapia

O Primeiro Ano é dedicado à formação básica (...) tanto no seu aspecto Biológico quanto comportamental e social. As disciplinas (...) ficam a nível histórico e de fundamentação profissional.

2.º Ano. Nestes anos, as disciplinas básicas cedem parcialmente lugar às disciplinas pré-profissionalizantes, iniciando assim uma adaptação progressiva do aluno no contexto da Saúde. Os ensinamentos não ministrados em salas de aulas, laboratórios e inicia aulas práticas em serviços especializados.

3.º Ano. ...é dedicado à formação clínica e profissional do aluno. Tem como característica básica o início da participação profissional, dando uma visão mais ampla de doença e saúde o aluno passa a viver a profissão, aplicando seus conhecimentos pautados na formação global adquirida nos anos subseqüentes. As aulas são ministradas em sala de aulas, laboratórios, creches, hospitais, clínicas especializadas, etc.

4.º Ano. Tem como objetivo maior, a liberação do aluno dentro da realidade do Mercado de Trabalho, é neste ano que na Prática Terapêutica Supervisionada (PTS) o aluno tem uma atuação direta junto aos pacientes, onde são dados últimas informações que visam a formação final do profissional, estando este pronto para a atuação junto à comunidade. O aluno deve apresentar uma monografia ao final do ano, que tem como finalidade introduzir e despertar no aluno a importância da documentação e do trabalho científico.

Chegou-se à conclusão após reunião (...) com a participação docente e discente, que o mais seguro para atingir (...) a formação do Fisioterapeuta (...) seria tomar como base a proposta nacional da Associação Brasileira de Fisioterapia (ABF), quanto ao perfil do profissional.

4- Sobre o Perfil do Profissional a ser formado

Faculdade de Odontologia

...tem por objetivo formar e especializar profissionais com visão social crítica e reflexiva, capazes de assegurar a melhoria de vida da população que lhe é confiada.

O profissional formado pela Faculdade de Odontologia (...) Deverá demonstrar os seguintes comportamentos: 1.º) atender às necessidades odontológicas mais prevalentes da população, dentro dos princípios biológicos científicos e técnicos, adotando uma filosofia epidemiológica-preventiva e de trabalho em equipe, visando a melhoria e manutenção da saúde bucal do paciente e de sua família, dentro de seu próprio meio social. 2.º) diagnosticar e resolver os problemas das doenças buco-dentais estabelecendo e executando planos de tratamento compatíveis com as condições sócio-econômicas do paciente, encarando-o como um ser bio-psico-social. 3.º) desenvolver técnicas e métodos alternativos dentro das diversas especialidades da odontologia seja no sistema de clínica particular ou de serviços públicos, utilizando racionalmente sistemas de trabalho que possibilitam aumentar a produtividade dos serviços dentro de níveis de qualidade.

Faculdade de Ciências Médicas

A Faculdade de Ciências Médicas (...) tem como objetivo geral, a formação de um profissional da saúde crítico e dotado da ampla concepção psico-biológica-social.

Tal objetivo de acordo com a linha preconizada pela Igreja Católica será desenvolvido junto às comunidades periféricas da cidade, tentando-se atuar segundo o binômio docência-assistência, indissociável na atual pedagogia de ensino de saúde e que, por outro lado permite a prestação de serviço da Instituição junto à comunidade.

Curso de Fisioterapia

O curso de Fisioterapia destina-se à Formação de um Profissional que necessita, não apenas compreender a realidade social (onde atua) como produto, ou seja, como algo acabado que deve simplesmente descrever, explicar, interpretar, mas também como processo, ou seja, como algo que se deva produzir, fazer realizar.

Objetivos: a) formar o fisioterapeuta com ampla concepção psicológica de saúde e enfermidade, dentro de princípios éticos e humanitários. b) estimular a formação de profissional que esteja voltado para as necessidades reais da sociedade. c) estimular a iniciação ao trabalho científico. d) promover cursos que garantam a formação continuada. e) a longo prazo, oferecer cursos de pós-graduação...

Formar um fisioterapeuta geral, enquadrado na área da saúde, com uma preocupação primária as necessidades da comunidade a que se destina, que não tenha só um desenvolvimento do conhecimento científico e de habilidades técnicas, mas também seja facilitada sua formação humana e pessoal, que tenha conscientização profissional, sabendo respeitar e ser respeitado, que seja criativo e crítico.

Formar um profissional sensibilizado às necessidades sócio-econômicas e culturais da comunidade a que vai servir, conhecedor do seu papel na prevenção da saúde...

Curso de Nutrição

.... pessoal capaz de contribuir para o diagnóstico e solução dos problemas nutricionais, tendo em vista a dinâmica de desenvolvimento do país.

5- Sobre o campo de atuação profissional, situação da área, mercado de trabalho

Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde

Ao licenciado é aberta a possibilidade de também tornar-se pesquisador, mas de qualquer forma, presume-se que o licenciado irá lecionar e bacharel pesquisar.

...que o profissional investigue a vida no seu mais largo espectro de manifestação e relacionamento.... classificar os organismos vivos, inter relacioná-los com o ambiente em que vivem ...Estudar microorganismos em geral, seus efeitos sobre a saúde... Estudar os efeitos de medicamentos...Colaborar na elaboração e aprimoramento de medicamentos...Trabalhar em melhoramento e preservação de recursos da flora e fauna. Descortinar meios de melhor utilizar mares e rios...

Em relação à Ecologia, Zoologia e Botânica o Departamento de Biologia oferece a perspectiva do aluno fazer um curso de pós-graduação em nível de Mestrado, e Doutorado em uma dessas áreas.

O Biólogo e o Biomédico são profissionais relativamente recentes no mercado de trabalho, o qual se acha em expansão (...) para que a demanda (...) se torne realmente efetiva faz-se necessário um maior desenvolvimento científico do país.

O Bacharel em Biologia pode trabalhar em instituições como jardins/botânicos, museus, zoológicos e universidades, ou em laboratórios de pesquisa de órgãos governamentais (...) ou em indústrias das mais diversas, como alimentícia, extrativa vegetal, farmacêutica, de fertilizantes, etc.

O Licenciado pode dedicar-se ao magistério de 1º e 2º grau (sic) de nível médio e superior, tanto na rede oficial como particular de ensino.

Os profissionais das Ciências Biológicas voltam-se mais para atividades de ensino, porque é a área com maior capacidade de absorção dos mesmos; a área industrial pode ser vista como potencialmente promissora.

Faculdade de Odontologia

As autoridades em Educação Odontológica observam que existe uma dissociação entre o profissional formado e os objetivos terminais do Sistema de Saúde Oral

Atualmente (...) os acadêmicos de Odontologia escolhem e perseguem um ramo especializado já desde o ingresso na Faculdade, desinteressando-se, na maioria das vezes, pelos demais conteúdos.

Atualmente, a maioria das Faculdades brasileira forma profissionais prontos para atender às populações de alta renda (...) estar atualmente o mercado de trabalho congestionado, tendo que oferecer por necessidade, sua força de trabalho a custos mais acessíveis às populações de baixa renda.

Os Sistemas Odontológicos Públicos Brasileiros, dirigidos à população de baixa renda não estão estruturados para dar efetiva cobertura às necessidades odontológicas da mesma. Por sua vez, a classe média não recebe atenção odontológica e nem sempre tem acesso à odontologia elitista destinada ao grupo minoritário, recebendo muitas vezes tratamentos não integrais e de qualidade duvidosa.

O ensino odontológico tradicional por utilizar uma tecnologia sofisticada em dirigido fundamentalmente para o sistema privado da profissão onde apenas tem acesso o extrato populacional de maiores condições econômicas.

Faculdade de Medicina

... criando-se médicos trabalhadores da saúde e não técnico em doenças, com seu núcleo curricular voltado à área de medicina comunitária e atenção global biopsíquico e social. (...) Daí porque o médico antes de preocupar-se com a especialidade, deve adquirir uma visão ampla e básica dos problemas médicos-sociais. Há necessidade em sua

formação profissional de estágios junto à comunidade urbana e zona rural, servindo para formação profissional, dando ao jovem médico uma visão mais ampla e conhecimento mais geral dos problemas de medicina.

O exercício profissional sofreu uma modificação profunda (...) o primeiro a massificação da formação médica com a abertura desenfreada de Escolas Médicas (...) E o segundo fator, a implantação de um sistema de prestação de assistência previdenciária, substituindo-se o exercício liberal da medicina e colocando à margem 40 milhões de brasileiros ...

Existe uma concentração de médicos nos grandes centros urbanos e todas as tentativas de interiorização do médico, esbarra com a necessidade de resolução dos problemas sócio econômicos da região carente...

Segundo Prof. José Midlin, 'no campo de saúde as condições em que vive a maior parte da população brasileira são precárias. A falta de esgotos, de tratamento de água, de habitação adequada, de nutrição satisfatória são falhas gritantes de uma organização social, agravados pela concentração urbana dessas últimas décadas. Não é só a periferia das grandes cidades que apresentam problemas sociais. São as cidades como um todo que enfrentam índices crescentes de morbimortalidade infantil, culminando um aumento da morbimortalidade e miséria, em meio às camadas sociais que já alcançaram nível de vida mais satisfatório, que se vêem hoje ameaçadas pelos males da inflação, com a perda crescente de seu poder aquisitivo.

Em todas as Universidades onde se prepara o médico, estão sendo contestadas as formas tradicionais de ensino, mesmo nos seus fundamentos e fins. Isto deve-se ao questionamento quanto ao papel do médico junto à comunidade, reflexo da série de problemas no campo econômico, de saúde, educação, distribuição de renda, mercado de trabalho, desequilíbrio regional ,etc., trazendo aspectos que interessam sobremaneira aos que lidam com o ensino médico.

Curso de Terapia Ocupacional

O Terapeuta Ocupacional é profissional da área da Saúde responsável pela avaliação, prevenção e tratamento das disfunções de origem física, mental, social ou do desenvolvimento através de atividade em situações de vida reais ou simuladas; tem como propósito promover a saúde reduzir ou corrigir a situação patológica e/ou reforçar capacidades funcionais.

... o Terapeuta Ocupacional dispõe de si mesmo como instrumento terapêutico, atua em educação lecionando disciplinas de caráter básico ou profissional referente a sua área, supervisionando e orientando alunos em prática terapêutica ocupacional e pesquisa científica. Na função administrativa, dirige, supervisiona, assessora e orienta serviços de Terapia Ocupacional, em instituições públicas ou privadas, educacionais ou assistenciais.

Curso de Farmácia

E no final da década de 70, o farmacêutico começa a reassumir a frente da farmácia comercial, principalmente através de estabelecimentos diferenciados como Homeopáticos, Fitoterápicos e Cosmiátricos.

O governo, preocupando-se com os medicamentos essenciais à nossa população, cria a CEME (Central de Medicamentos) onde o farmacêutico assume posição de pesquisador preocupado com os problemas de saúde no Brasil e com a padronização de medicamentos básicos (RENAME), além de retomar a responsabilidade nos setores de produção, controle de qualidade, etc.

O INAMPS reconhece o valor do Farmacêutico Bioquímico e os estabelecimentos deste profissional são credenciados, apesar da forte pressão exercida pelos médicos patologistas.

Farmacêutico Bioquímico: Profissional com ampla visão humanista e com conteúdo científico que tem a capacidade de: a) Orientar a população quanto ao uso adequado dos medicamentos no desempenho de funções (...). b) Participar da equipe de saúde orientando quanto ao uso de medicamentos básicos e quanto à forma de aplicação, tanto em ambientes hospitalares como na comunidade. c) Atuar na equipe de saúde na orientação e execução das análises de auxílio ao diagnóstico. d) Participar de equipes de saneamento. e) Orientar quanto aos efeitos tóxicos das substâncias químicas...

Farmacêutico Industrial: profissional com ampla visão humanista e com conteúdo científico que tem a capacidade de: a) Orientar quanto ao uso adequado de medicamentos (...), b) Participar da equipe de saúde orientando quanto ao uso de medicamentos básicos e quanto à forma adequada de aplicação, tanto em ambientes hospitalares como na comunidade. c) Atuar nas indústrias farmacêuticas e laboratórios oficiais na pesquisa e preparação de matérias primas e fármacos essenciais à população brasileira. d) Atuar no controle de qualidade de drogas e medicamentos.

Curso de Nutrição

A Nutrição conceituada como a ciência dos alimentos e sua relação com a saúde e a vida, inclui-se entre os fatores ambientais que podem modificar a integridade física, a capacidade produtiva e a resistência do homem.

...os estudos de nutrição, em todo o mundo, passaram a ter significados dos mais importantes nos programas de saúde pública, constituindo um fator de investimento das nações.

Curso de Fisioterapia

Para desenvolver uma ação coerente e eficaz, seja na atividade terapêutica, educacional ou administrativa, ele necessita de uma ampla fundamentação teórica que lhe evidencie uma situação precisa: a realidade da saúde brasileira atual, e a realidade de sua profissão dentro desta. ... daí, a necessidade de uma fundamentação histórica para a Fisioterapia.

A partir da consciência histórica e da reflexão filosófica, pode-se perceber as necessidades da realidade, o que vai possibilitar estabelecer os objetivos e a ação profissional.

... não estamos interessados em quaisquer meios, e sim nos meios adequados à realização dos objetivos propostos.

A posse desses meios está na razão direta do conhecimento que se tem da realidade, ou seja: Quanto mais adequado for o conhecimento que se possui da realidade, tanto mais adequados serão os meios de que se disporá para agir sobre ela. E, para o conhecimento da atuação, conta-se hoje com um instrumento valioso: A Ciência.

O profissional não pode dispensar-se desse instrumento, sob o risco de se tornar impotente diante da situação com que se defronta.

A partir do conhecimento da realidade é possível agir sobre ela adequadamente.

Para alcançar seu objetivo profissional o fisioterapeuta necessita conhecer o homem no seu aspecto global: bio-psico-social.

A sua atuação se estende também à área preventiva, onde desenvolve individualmente ou em equipes interprofissionais, trabalhos em planejamento e execução de projetos de saúde e educação para a comunidade.

Em educação atua como educador e leciona disciplinas de caráter básico e/ou profissionalizante, supervisiona e orienta os alunos e auxiliares, em prática terapêutica supervisionada de Fisioterapia, realiza tarefas concernentes à sua atuação no processo educacional.

Em administração tem por encargo, assessorar, planejar, administrar, dirigir e orientar serviços de fisioterapia em Instituições Públicas ou Privadas.)e/ou)

Na área da pesquisa, atua como um investigador científico de novos recursos, métodos e técnicas aplicáveis ao seu campo de atuação, procurando contribuir para o crescimento de sua profissão.

Ele trabalha com o homem, para o homem e pelo homem, devendo ter um hábil conhecimento de sua natureza e de sua função.

O Fisioterapeuta não pode ser um simples executor de técnicas e métodos ou aplicador de recursos físicos, pois é impossível retirar de sua práxis a profundidade e a responsabilidade do relacionamento terapêutico que estabelece com o seu paciente.

6- Sobre o papel da Universidade

Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde

Portanto, cabe à Pontifícia Universidade Católica de Campinas um papel importantíssimo no que se refere ao processo educacional do povo brasileiro já que chegamos no objetivo máximo do processo educativo que é esse: educar para salvar, iluminando o interior dos homens para libertar a humanidade de todas as formas de selvajaria; de todas as modalidades de cruza e de impiedade; e de todas as atitudes e gestos de rivalidade feroz e deselegância moral. Esta conquista diz respeito ao sentimento, ao senso religioso, que os homens do século perderam.

...a nossa Universidade deve voltar aos seus olhos para a geração futura (sic) buscando melhor, corrigir as distorções existentes dentro da mesma, pois a Educação das novas gerações, representam condição de equilíbrio social duradoura e perfeita e tanto isso é verdade que filósofos e pensadores põem nela o ideal da união ao porvir de todas as raças, de todas as nações.

Faculdade de Ciências Médicas

(É claro que seria oportuno a Universidade criar um organismo de ação multidisciplinar que volte-se para a atenção à comunidade nos aspectos abrangidos pelas Ciências Humanas, Exatas e da Saúde. A nosso ver seria também oportuna a discussão da centralização funcional de serviços à Comunidade prestados pela Área da Saúde, a fim de possibilitar a organização de recursos humanos e materiais neste mister).

7- Sobre a formação do aluno

Instituto de Ciências Biológicas

Os alunos de um modo geral, ao chegarem à universidade trazem sérios problemas de relacionamento, criando os grupos dentro da classe. Isto pode ser evitado se as contratações de professores fossem por período, o que geraria uma maior integração prof/aluno e aluno/aluno, criando um clima apropriado até mesmo para uma iniciação científica...

Integrar o aluno na vida comunitária da universidade, contribuindo para que o mesmo não seja um elemento passivo dessa comunidade, tornando-se assim mais responsável nas suas atitudes e mais tranquilo nas suas decisões, vivendo assim realidade.

O que dizem os Projetos Pedagógicos da Área de Ciências Exatas

1- Sobre a Universidade em geral e sobre a Pucc Campinas

Curso de Engenharia Civil e de Engenharia Sanitária

A PUC como um todo pretende a formação de profissionais "dotados de visão crítica e reflexiva, capazes de influir de algum modo no desenvolvimento político, social, cultural e econômica da sociedade".

Seria de todo conveniente a adoção pela PUC da remuneração das horas atividades efetivamente cumpridas pelos professores, para possibilitar essa ampliação.

Curso de Análise de Sistemas

A Universidade deve ser entendida como uma totalidade que abrange seu espaço físico, corpo administrativo, docente e discente, conjunto de cursos e disciplinas e a comunidade em que se encontra. Todos esses aspectos devem se apresentar integrados no sentido de manter sua qualidade universal e humanista.

Dentro dessa visão filosófica temos como fim da Universidade propiciar a crítica do saber existente como função de produzir novos conhecimentos com formação de profissionais capacitados para intervir no desenvolvimento político, social, cultural e econômico da sociedade.

A Universidade tem como funções: o ensino -> não apenas como transmissão de conhecimentos, mas sim visando a formação integral dos profissionais por ela capacitados, que devem ter também consciência da importância de seu papel como elemento transformador na comunidade à qual pertence. A pesquisa científica e aplicada -> fundamental por propiciar a ampliação do campo de conhecimentos e abrir condições para o exercício da crítica ao conhecimento já existente. Pode estar ligada à docência (o ensino é objeto de pesquisa) ou ligada ao campo específico como pesquisa pura ou aplicada. Prestação de serviços à comunidade -> é nos serviços prestados à comunidade que a universidade terá condições de captar as necessidades da mesma e através da utilização de seu potencial agir como elemento indicador de soluções. A operacionalização desses níveis vai depender dos a

objetivos de alcance social mais imediatos e também dos recursos materiais e humanos disponíveis.

Mesmo não sendo a pesquisa o principal objetivo da PUC é importantíssimo lembrar que esta é condição necessária para o desenvolvimento de um ensino sólido voltado para o futuro e não somente a repetição do conhecimento já existente.

Instituto de Ciências Exatas

Maior responsabilidade cabe, ainda, à Universidade Católica que deve responder às dúvidas decorrentes do progresso da tecnologia, dos estudos antropológicos e sociais, que levantam uma série de interrogações a respeito do homem, criado por Deus, numa confrontação entre a ciência, a fé, entre a técnica e o espírito, entre o mundo material e espiritual.

A PUC fiel aos ditames que norteiam as universidades católicas,...rege-se em estatuto que estabelece o desempenho de suas atividades sob os princípios da fé e moral cristã, com as finalidades de promover a formação integral do jovem, responder a todas as suas indagações e inquietações dentro da comunidade social, realizar a pesquisa estimulando as atividades criadoras nas ciências, nas letras e nas artes, ministrar o ensino superior, formando profissionais e especialistas, estender o ensino, a pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais.

Ainda, no contexto estatutário, fica estabelecido que a PUC deve dedicar-se ao estudo da realidade brasileira em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social, deve ser um fator de integração da cultura nacional, deve complementar a formação cívica, moral e religiosa da juventude

universitária, deve propiciar a educação física e deve manter o intercâmbio científico cultural com organismos nacionais, estrangeiros e internacionais.

Deverá em última instância prestar serviços à comunidade assegurando plena liberdade de estudo, da pesquisa, do ensino e da expressão, propiciando meios condizentes para executá-los através de uma administração a serviço do ensino, permanecendo aberta ao diálogo com todas as correntes de pensamento, sem se filiar a movimentos políticos partidários.

Deverá manter sua identidade, oferecendo à comunidade serviços que se caracterizem pela seriedade, pela honestidade e pelos benefícios morais, intelectuais e materiais a eles inerentes.

2- Sobre a Unidade e/ou Curso

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

As discussões sobre a democratização da Universidade, as intenções de criação da Departamentalização e a decisão de tornar a eleição em nossa Unidade direta e proporcional nos levaram a pensar um novo trabalho onde práticas concretas pudessem nos levar a investigar uma nova arquitetura e propostas de ensino específicas.

Pretendemos o desempenho de trabalho com outras Faculdades na região de Campinas, com serviços prestados à Comunidade, tendo como ponto de partida a união com o crescente movimento de organização dos trabalhadores e com os movimentos sociais urbanos já em desenvolvimento na periferia da cidade.

Pretendemos o desenvolvimento de trabalho em pesquisa que se destinem ao aprofundamento científico das maneiras de enfrentar os problemas angustiantes da maioria desatendida da população brasileira, no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Pretendemos organizar cursos de extensão e especialização para arquitetos da região no sentido de complementar as especializações necessárias para atuação profissional com os mesmos objetivos acima descritos.

Pretendemos a criação de canteiro de obras experimental em nosso Campus de modo que, junto com os Laboratórios requeridos possamos colocar nossas atividades de ensino não como o desempenho da atividade de projeto desligada da produção da construção mas ligada tão solidariamente que seja capaz de entender as relações de trabalho que o projeto pode definir, ampliando a denominação e a exploração deste mesmo trabalho.

Todas estas intenções nos levam a, de um lado, recompromissar nosso coletivo na tarefa de revisão e renovação de nosso curso e de outro à busca dos investimentos que nos permitam concretizar o trabalho.

Isto nos levará certamente a eleger, dentro da capacitação de nosso corpo docente as pessoas que se dedicarão ao trabalho de que pesquisa por sua seriedade exigirá contratações específicas por tempo integral e a esperar que a Sociedade Campineira de Educação e Instrução e a Reitoria nos auxiliem no encaminhamento dos pedidos de verbas e investimentos em pesquisa e equipamentos que fazem necessários.

Prioridades: a) só será possível o trabalho que nos propomos se realmente ele for exercitado e refletido por toda a Universidade, em especial com as Unidades com as quais deveremos trabalhar conjuntamente.

A efetivação de uma prática concreta só exercitará na medida em que tenhamos verbas apropriadas.

No que se entende como cursos de especialização e extensão as responsabilidades são nossas no sentido de viabilizar os mesmos, utilizando-se da capacitação do corpo docente e da aceitação dos mesmos cursos para que se possibilite financeiramente seu exercício.

No que se pretende como verbas para pesquisa dependemos das aberturas que possam ser oferecidas pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução e pela Reitoria na indicação dos caminhos das fundações e entidades financiadoras de pesquisa as quais deveremos submeter nossos planos.

Cursos de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária

A demanda pelas vagas oferecidas no curso de Engenharia Civil, embora tenha apresentado algum declínio, mostra-se ainda em condições de proporcionar aproveitamento total às 200 vagas que vêm sendo oferecidas...

A demanda pelo curso de Engenharia Sanitária, não obstante o ônus do seu pioneirismo, tem possibilitado o aproveitamento das vagas oferecidas.

É intenção da Faculdade em ambos os cursos a formação de um engenheiro de nível técnico elevado, capaz de um desempenho profissional eficiente e, por isso, em condições de corresponder às exigências do mercado de trabalho da região.

Entendendo que o produto final dos cursos - o Engenheiro - é determinado não somente pelo trabalho da Faculdade, mas também pela natureza da “matéria prima” básica, o aluno, está se procedendo a um levantamento destes, procurando caracterizá-los em termos econômicos, sociais e de fatores ambientais e acadêmicos diversos.

...implantação definitiva da Associação de Ex-Alunos (...) pretende-se proceder a uma consulta entre os associados dessa entidade, para melhor avaliação “a posteriori” da eficiência do curso, e a identificação das possíveis lacunas de formação.

Também os professores (...) têm sido solicitados a manifestar-se sobre vários aspectos da estrutura dos cursos (...), mas o aspecto mais importante dessa consulta é o de tê-los induzido à reflexão mais aprofundada sobre questões intimamente relacionadas ao projeto pedagógico.

Embora a administração considere o corpo docente da FCT de nível excelente, a reflexão pessoal dos mestres sobre sua atuação (...) revelam a necessidade de aprimoramento de sua formação.

Parece improvável que, a prazo curto, seja possível destinar recursos mais significativos ao esforço de capacitação dos professores. Os professores têm sido estimulados à participação em cursos de pós-graduação e extensão profissional, na medida em que, sem gerar despesas adicionais à FCT, tais atividades lhes interessam em termos de aperfeiçoamento e valorização pessoal e profissional.

A FCT, desde sua instalação, tem procurado formas de contratação que permitam a seus professores o atendimento individual dos alunos além do estrito horário de aulas no desenvolvimento de projetos, nas dificuldades em exercícios e atividades práticas de campo e laboratório recomendam a adoção de formas de contratação que não somente possibilitem esse atendimento mas que dêem à Administração meios de exigi-lo do seu corpo docente.

A FCT entende que a contratação de seus professores em regime de turnos é imprescindível à preservação da qualidade do ensino ministrado. Mais do que isso, a ampliação das condições existentes de atendimento individual é hoje, uma exigência do próprio corpo discente, cada vez mais consciente das necessidades da sua formação profissional.

A contratação de uma Assessoria Pedagógica para os cursos de Engenharia Civil e Sanitária, especialmente no próximo ano, ao longo do qual os departamentos da FCT manterão suas atenções voltadas para o Projeto Pedagógico é considerada essencial ao desenvolvimento deste e foi prevista na proposta orçamentária.

... foi solicitado aos Departamentos que os participantes dos trabalhos do projeto pedagógico reflitam sobre a conveniência e a necessidade de construções de instalações próprias para os cursos (...) no Campus I.

Mais premente é o exame da situação dos laboratórios existente e dos ainda não instalados, especialmente aqueles de cuja instalação depende reconhecimento do curso (...)

Especificamente, necessitamos a instalação imediata de dois Laboratórios. Um deles é o Laboratório de Instalações Elétricas... O outro Laboratório necessário é o de Saneamento.

Recursos Humanos: (...) procura conduzir os professores a uma reflexão não somente sobre a estrutura dos cursos, suas deficiências e qualidades, sua adequação aos propósitos da Faculdade em termos de formação profissional, mas também sobre o seu próprio desempenho, as técnicas empregadas e avaliação dos resultados obtidos.

Curso de Análise de Sistemas

Nosso curso está orientado para análise e projeto de Sistema administrativos, naturais de qualquer instituição, e necessários como fontes de informações para tomada de decisões a nível tático e estratégico, como também para organizar e disciplinar rotinas operacionais.

Apesar de o objetivo maior do curso ser a formação de profissionais voltados para a informática das empresas, tais como analistas de sistemas, os formandos têm currículo bem adequado para programas de pós-graduação em áreas como....

Como objetivo secundário pode-se apontar o incentivo e desenvolvimento de pesquisas nas áreas de sistemas, métodos e computação, bem como a prestação de serviços de auditoria e desenvolvimento de sistemas em geral.

São condições fundamentais ao incentivo da pesquisa no curso, a contratação de professores por tempo parcial ou integral e a aquisição de um computador que atenda às necessidades do curso.

O incentivo à pesquisa se torna necessário neste estudo, pois é pré-requisito básico para o desenvolvimento de atividades, tais como o oferecimento de cursos de especialização em nível de pós-graduação e prestação de serviços internos à comunidade acadêmica e administrativa e à comunidade em geral em nível comercial.

Após os devidos reforços quanto à contratação de professores e à aquisição de equipamentos, o curso estará apto a prestar serviços à comunidade interna e externa a PUCC.

É necessário suporte computacional para qualquer área de conhecimento (exata, humana ou biológica) que pretenda prestar serviços de forma eficiente e eficaz à comunidade.

O curso funciona fisicamente em um prédio distante daquele que funcionam os outros cursos da FCT e onde se encontra sua diretoria. Além disso, possui especificidades diferentes das dos outros cursos que compõem a FCT.

Existem propostas já encaminhadas à reitoria solicitando e justificando a sua separação, procurando tornar mais eficiente e objetiva a administração da unidade.

Para agilizarmos o progresso administrativo e, conseqüentemente conseguirmos maior eficácia nos trabalhos a serem executados, consideramos interessante os benefícios que advém de uma administração por projetos.

Sentimos necessidade de ver nossa escola estruturada nos molde de uma faculdade, em virtude de preencher todos os requisitos e características para tal, além do padrão de comportamento semelhante às demais escolas da universidade.

Tal medida viria beneficiar o curso e corrigiria distorções existentes na estrutura funcional das áreas envolvidas. (apresentam razões e justificativas para isso)

O curso se mantém atualizado devido às características de seus professores que, por força das suas ocupações primeiras estão permanentemente em contato com as novas tecnologias.

Essa atualização é a específica para atingir os objetivos das organizações em que podem não ser suficientes para as solicitações de um curso superior.

Verificamos a necessidade de uma complementação de sua formação docente e técnica, que poderia ser sanada através de cursos de extensão universitária e participação em congressos, simpósios, conferências.

A maioria dos professores não tem como principal atividade aquela que desenvolve na universidade. Para estes o contrato de trabalho feito por hora-aula é talvez a melhor solução.

Possui professores que mesmo sendo de formação técnica dedicam-se exclusivamente ao magistério. Para este faz sentido falarmos em uma carreira docente e um tipo diferente de contrato, não por hora aula: contrato por turnos, por hora atividade e mesmo por tempo integral. Para a carreira docente há necessidade de disponibilidade de tempo e recursos que a viabilizem.

Se contarmos com os docentes desejados e com os equipamentos solicitados, temos certeza da boa qualidade dos serviços que poderemos prestar não só à universidade mas também à comunidade.

Esta atividade é geradora de recursos trazendo para a universidade outras fontes de receita, além daquela que o aluno de graduação já contribui..

Poderíamos organizar cursos de extensão e atualização que seriam oferecidos às várias organizações de nossa comunidade.

Instituto de Ciências Exatas

O ICE...repousa suas atividades pedagógicas administrativas no tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pelos serviços à comunidade.

O ICE tem procurado manter uma filosofia dinâmica de suas atividades pedagógicas administrativas apresentando sugestões, discutindo princípios, propondo modificações curriculares que viabilizem o formando ao exercício de atividades profissionais no mercado atual de trabalho do país, aliás em consonância com as diretrizes do próprio MEC.

Paralelamente se propõe a ministrar cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e, num objetivo mais distante, cursos de pós-graduação.

O ICE atua integrado com outras unidades acadêmicas, quer ministrando disciplinas que integram o ciclo básico da área de Ciências Exatas, quer no ensino de disciplinas específicas deste instituto que compõem o elenco curricular de outras unidades acadêmicas.

A colocação física do ICE não atende aos princípios pedagógicos e administrativos desejáveis para o cumprimento dessa missão de integração, principalmente no que tange às Ciências Exatas.

Vimos lutando para modificar essa estrutura principalmente no que se refere à curta licenciatura.

Serviços que o ICE se propõe a prestar à comunidade: orientar professores da área de Matemática, auxiliar alunos da Universidade, auxiliar alunos estrangeiros à universidade, auxiliar pais, ajudar profissionais diversos.

Tais serviços serão operacionalizados mediante a instalação de um "Serviço de Plantão"

Atualmente a localização dos diferentes segmentos que compõem o ICE não correspondem ao desejável. A localização do instituto não atende com mais propriedade às missões de integração, principalmente no que se refere à área de Ciências Exatas.

São necessários espaços físicos que permitam maior desenvolvimento de suas atividades dentro da filosofia da Universidade e com os requisitos necessários para que esse desenvolvimento se faça à luz dos preceitos pedagógicos administrativos.

Providência capital é o deslocamento do instituto para local em que se situe a área das Ciências Exatas, com acomodações que atendam aos princípios da pedagogia e que possibilitem facilidade da administração.

É necessário...bem como a reformulação estatutária, possibilitando assim melhoria na situação econômica financeira dos nossos professores, que, em última instância são os fatores que determinam a qualidade do ensino.

Sendo o regime de trabalho por hora-aula, não resta ao professor o tempo necessário e que seria destinado ao atendimento dos alunos, às reuniões departamentais e outras atividades.

É necessária a reformulação na forma de contrato dos professores que participam dos serviços à comunidade, garantindo-lhes remuneração compatível à atividade.

Há 10 alunos monitores com remuneração. A atividade deles consiste principalmente em assessorar o aluno que não consegue realizar suas tarefas escolares.

Objetivos do curso de Matemática: formar professores de ciências para o 1º grau e prof. de matemática para o 1º e 2º graus. Fornecer embasamento para a pós-graduação em matemática pura e aplicada. Formar matemáticos com conhecimentos sobre lógica dos computadores e algumas linguagens. Dar visão de história da Matemática. Preparar professores para incorporar ao ensino os problemas da comunidade, contribuindo para a melhoria de vida da população e adequando o ensino a cada realidade social. Estudo e produção do conhecimento em matemática. (são citados outros mais específicos)

O objetivo central de nossa unidade é de prestação de serviço à comunidade.

O serviço à comunidade se dará: pela oportunidade aos alunos do curso de uma formação dentro de sua área de interesses e por colocar em vários setores de atividade, especialmente nas escolas, nas indústrias e no comércio, profissionais competentes que sejam capazes de gerar transformações positivas na sociedade.

Necessidade de uma reflexão sobre o curso que é oferecido, principalmente caracterizando de que maneira cada área ou disciplina irá contribuir na construção das metas a serem atingidas. (oferecer condições p/ isso)

A direção do ICE deverá atuar em todas as atividades didático-pedagógicas, procurando não centralizá-las, mas sim distribuir as responsabilidades a todos os membros da comunidade acadêmica. (outras projeções p/ a administração)

É importante firmar convênios tendo em vista a capacitação docente, p/ aquisição de bolsa de estudos p/ mestrado, doutorado.

3- Sobre a Estrutura Acadêmica (proposta curricular, formação, aluno, docentes...)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

A principal modificação [no curso] deverá surgir, como resultado das discussões que estamos tendo, nos planos de trabalho de Graduação Interdisciplinar. Esta revisão está sendo proposta na metodologia adotada, sendo que sua transformação maior acontecerá na medida que consigamos as pretendidas verbas de pesquisa que serão absorvidas principalmente no 5º ano.

Prevê-se (...) maior inserção dos trabalhos de 5º ano na vida acadêmica dos outros anos, exercitando nestas séries as possibilidades sempre desejadas do entendimento interdisciplinar e contribuindo para que os alunos, desde o início da vida acadêmica sintam a preparação para o Trabalho de Graduação Interdisciplinar.

... as diretrizes gerais, até agora estabelecidas a nível da Diretoria dos Departamentos será levada à discussão em Fórum onde o coletivo da escola será ouvido e de onde sairão efetivamente nossas propostas definitivas.

As mudanças a nível de enfoque curricular, atividades, relação professor/aluno e avaliação estão ainda em estudo e evidentemente necessitarão de discussão maior com a Universidade, na medida em que estamos propondo um curso que extrapola os limites da Faculdade.

Curso de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária

As disciplinas de formação geral e de humanidades certamente colaboram com esse aspecto de formação do Engenheiro, mas às disciplinas técnicas deve ser atribuído um papel de ajudar a desenvolver, no aluno, o poder de

analisar criticamente a função do Engenheiro dentro da sociedade, e, mais especificamente, o maior ou menor significado social das obras de engenharia às quais vier a dedicar o seu trabalho.

As estruturas curriculares dos cursos (...), os métodos de ensino, os processos de avaliação, o controle de frequência, o relacionamento horizontal e vertical entre disciplinas, etc. estão sendo objeto de estudo, a nível de Departamento.

...a definição dos programas das disciplinas básicas, sua dosagem, seus destaques e exemplos de aplicação devem ser responsabilidades desta Faculdade de Ciências Tecnológicas e não daqueles Institutos

Estudo do Problemas Brasileiros: ... que esta disciplina tenha seu conteúdo revisto, sob responsabilidade do seu Conselho Departamental [da FCT].

Tem sido constatado um certo desencanto entre estudantes que, iniciado o curso, levam cerca de 2 anos antes de começarem a ter contato com a Engenharia propriamente dita; as disciplinas básicas são, em geral, distante das aplicações práticas pelos quais os estudantes haviam sido atraídos, na sua opção profissional.

Ciências Humanas e Sociais: ... esta disciplina deveria ter o seu conteúdo reorientado, na direção da Ética Profissional e da conscientização do engenheiro quanto à função social da profissão e a análise crítica da sua atuação, dentro do pensamento social da igreja.

Estágio Supervisionado: ... Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a participação dos graduandos em Engenharia em estágio, prático, ... Essa obrigação tem gerado trabalho adicional aos professores que assumem a responsabilidade de supervisão de estágios, ... no atual ano letivo, vem sendo desempenhada graciosamente, a título de colaboração com a PUC na crise financeira atual.

O instituto de monitoria é utilizado como recurso auxiliar de assistência aproveitando-se nessa função os alunos que mais se destacaram nas disciplinas respectivas. É instrumento de consolidação da experiência escolar dos monitores, mas não substitui a assistência pelos professores, apenas a complementa.

O estágio supervisionado é encarado com a seriedade de uma disciplina curricular, exigindo-se do aluno comprovação de efetivo aproveitamento, através de relatórios detalhados de atividades em três fases do estágio. O acompanhamento pelo professor vai desde antes de seu início, durante o planejamento elaborado conjuntamente, e persiste ao longo de sua vigência.

A Faculdade de Ciências Tecnológicas tem incentivado a participação dos alunos em estágio supervisionados que possam ser caracterizados como prestação de serviços da Universidade à Comunidade, (...) especialmente àqueles que beneficiam as camadas mais pobres da população.

A execução de pesquisas de âmbito limitado, por alunos, sob a supervisão de professores, podendo ser considerada válida para o cumprimento da exigência legal do estágio supervisionado, é uma oportunidade concreta a ser aproveitada pela Faculdade nos próximos anos, tão intensamente quanto possível.

Com a departamentalização, a separação administrativa e acadêmica entre as disciplinas de formação básica e as profissionalizantes introduzidas na Faculdade de Ciências Tecnológicas trouxe uma série de problemas.

... necessária a criação de uma Coordenadoria de Disciplinas Básicas, vinculada à sua diretoria, com poderes para definir a orientação a ser dada, nos seus cursos, às disciplinas básicas de outros Institutos.

... a necessidade de designação de coordenadores para os cursos de Engenharia Civil e Sanitária.

A FCT tem concentrado esforços, (...) como prioridade entre os objetivos da pós-graduação (...) a promoção da educação permanente.

Os professores têm sido estimulados à participação em cursos de pós-graduação promovidos por outras Universidades, e alguns já estão próximos da obtenção de títulos acadêmicos.

A atividade profissional dos engenheiros que ministram aulas assegura a elevada capacidade técnica desses professores. O equilíbrio entre a experiência profissional e a obtenção de títulos acadêmicos deve ser preocupação permanente da Administração, que evitará a criação dequistos universitários, desvinculados da experiência prática correlata, bem como a distorção oposta, isto é, o aproveitamento de engenheiros com vivência profissional não associada ao hábito de análise crítica e racional, próprio do ambiente universitário.

Quanto às atividades de pesquisa seria irreal, no momento, admitir que recursos significativos possam ser destinados a esse propósito pela PUC. Os Departamentos têm sido solicitados a preparar e manter prontos planos e projetos de pesquisa que possam ser utilizados na captação de fontes externas de financiamento que, periodicamente são oferecidos à Universidade,

A contratação em tempo integral dos responsáveis pelos laboratórios é fundamental ao desenvolvimento de pesquisa que destes se utilizam.

A contratação de uma Assessoria Pedagógica para os Cursos de Engenharia Civil e Sanitária, especialmente no próximo ano, ao longo do qual os departamentos da FCT manterão suas atenções voltadas para o Projeto Pedagógico é considerada essencial para o desenvolvimento deste e foi prevista na proposta orçamentária.

Problemas relativos ao conteúdo das disciplinas, sua integração vertical, horizontal, a identificação das superposições e lacunas estão sendo examinados em profundidade a nível de Departamento e conduzirão, certamente ao aperfeiçoamento dos cursos.

A matrícula por disciplina (...) permite aos alunos planejar e decidir a sua vida acadêmica, sob orientação de professores e equipe treinada especialmente para esse auxílio nas ocasiões adequadas.

A equivalência de disciplinas nos cursos integral e noturno de Engenharia Civil é total...

Curso de Análise de Sistemas

Dentro do processo de seleção de nossos alunos via vestibular, seria muito interessante a avaliação do raciocínio lógico dos candidatos através de exame de aptidão específico, condição esta fundamental ao bom acompanhamento do curso -> existe projeto nesse sentido proposto ao depto de Psicologia do Trabalho.

O curso sofreu várias modificações desde sua instalação.

Essas mudanças acontecem com maior freqüência por ser uma área de conhecimento relativamente nova, onde os avanços tecnológicos se processam com maior dinamismo.

Nossos alunos não têm embasamento esperado para bom acompanhamento do curso, nem o raciocínio lógico imprescindível para o profissional da área.

O nosso aluno possui características de toda uma geração apolítica, no qual não há consciência de direitos e deveres. Não bastando isso tal geração passa agora por um processo de abertura que incorre num extremismo exagerado, sem condições de ter visão mais ampla e conseqüente, voltado sistematicamente para soluções imediatistas.

A área técnica facilita uma alienação política. Mais especificamente, a pouca permanência na Universidade e a visão da universidade como transmissora de conhecimentos limitam sua participação a meros espectadores e não membros atuantes da comunidade universitária.

Constata-se a dificuldade que os alunos possuem de captar a importância da representação estudantil nos vários órgãos que compõem a universidade, onde atualmente não estão representantes nem mesmo através de um DA.

O corpo docente é composto por um grupo heterogêneo quanto à sua formação.

O professor profissional cuja formação técnico-administrativa desempenha sua principal função em organização empresarial, apresenta pouca motivação para desenvolver uma carreira docente na universidade.

Isto se agrava ainda mais, quando o contrato de trabalho do professor é hora-aula, onde o valor representativo da sua remuneração é inferior àquela que obtém na atividade principal externa.

... salientar a grande importância deste tipo de profissional que nos assegura uma boa formação para os nossos alunos devido à sua vasta experiência na área.

São eles os verdadeiros responsáveis pela constante atualização técnica que temos no curso, pois a vivência profissional lhes exige uma permanente atualização e reciclagem de conhecimentos.

Será feita uma nova análise das disciplinas com a finalidade de atualizá-las e mais bem interligá-las. Isto dentro de uma visão pedagógica mais dinâmica e globalizante, e também para mais bem atender as solicitações do mercado de trabalho... foi designada uma comissão para desenvolver estes estudos.

Perfil do aluno: este item seria até impróprio dentro do ora proposto, pois o perfil do aluno constata-se e não se idealiza.

Dentro deste contexto, este tópico passa a ter sentido a partir de uma grande falha por nós detectada no perfil do aluno atual, qual seja a dificuldade para o raciocínio lógico. É, pois inconcebível um Analista de Sistema sem raciocínio lógico.

Acreditamos haver uma necessidade de, no período vestibular ser considerada essa capacidade do aluno.

Pretendemos enviar à comissão do vestibular, subsídios para o estudo da viabilidade de tal consideração já para o vestibular de 83, baseados em estudos já em andamento.

Ao traçar o perfil do aluno atual constatamos que a maioria quase absoluta dos alunos dos últimos anos faz estágio em organizações privadas ou estatais.

Pretendemos aproveitar esta situação que se apresenta desordenada em relação ao curso e instituir o estágio supervisionado, cuja supervisão teria dois objetivos: assessorar o aluno no desenvolvimento do estágio e divulgação interna do trabalho desenvolvido pelo aluno.

Para viabilizar a proposta é necessário contratar professores especificamente para esta supervisão há preocupação da administração do curso em descentralizar as responsabilidades; as pessoas ao desempenharem suas funções sejam mais responsáveis e conseqüentes.-> manual interno de funções (vêm descritas no texto)

Caberia ao coordenador do curso definir os projetos e seus responsáveis que, por sua vez, formariam suas equipes e definiriam o melhor sistema de trabalho para o projeto específico. Este processo foi utilizado para a elaboração deste projeto pedagógico.

Instituto de Ciências Exatas

Dentro da filosofia dinâmica estamos propondo modificações curriculares que habilitem o formando também ao exercício de atividades profissionais não específicas do magistério, abrindo assim, perspectivas de um campo de trabalho mais amplo, proporcionado uma participação mais acentuada na sociedade, com a introdução de potencial técnico-científico-cultural que é elemento propulsor, na busca de solução dos problemas sociais, econômicos e científicos da conjuntura nacional.

A Informática, a estatística dentre outros, são conhecimentos necessários ao profissional no exercício de profissões estranhas ao magistério, mas inerentes à nossa área e que são solicitadas.

Inserias disciplinas ligadas a esses conhecimentos no currículo, de modo que, o licenciado, sem perda da qualidade na sua formação para o magistério obtenha novos conhecimentos que o capacitem e o habilitem ao desempenho dessas profissões.

É fato notório que o rendimento dos cursos diurno são melhores que os do noturno...as aulas do período noturno que terminam em horário avançado da noite são prejudicadas, principalmente as últimas.

Verifica-se uma evasão muito grande no 1º ano. A partir do 2º ano o número de desistência é pequeno.

O número de vagas para o vestibular é excessivo, principalmente no período matutino.

O preenchimento das vagas não obedece critério pedagógico: o curso, por natureza, exige do candidato uma razoável bagagem de conhecimentos específicos a nível de 2º grau; exige também pendor reflexivo, raciocínio abstrato e dedutivo, meditação. O preenchimento das vagas deverá levar isso como pré-requisitos.

A perspectiva de usar o curso como trampolim de transferência para outro curso tem sido atração por parte de candidatos mal orientados.

O curso de licenciatura curta parece ser outro motivo de desencanto para o aluno -> Pouca profundidade e contrária à sua expectativa.

Há necessidade de oferecer aos alunos um local fora da sala de aula, para estudos em grupo. Uma sala ambiente que propicie a maior aproximação e um melhor entendimento não só cultural e até mesmo social dos alunos entre si, com os professores, com os funcionários e respectivas famílias.

Descentralização da biblioteca -> integração do aluno à universidade.

Enfoque curricular, leva em conta: MEC, sugestões SBPC, especialistas, mercado de trabalho, qualidade do curso, realidade do ICE e o curso de matemática na realidade social e acadêmica.

Através de metodologias de ensino adotadas em sala de aula e das estratégias de trabalho é que se colocará em ação grande parte de todo o plano, tornando-se viável ou não para o alcance dos objetivos traçados.

Importante colocar em discussão nas licenciaturas da universidade formas de seleção no vestibular propiciando meios para uma escolha consciente da profissão.

Há que se ressaltar o papel do professor dentro de toda essa conjuntura de prestação de serviços. Ele será colocado diante de desafios, seja no desenvolvimento de projetos de pesquisa, seja no desempenho de suas próprias atividades didáticas. Metodologias de ensino como suporte a sustentar as ideologias ou como verdadeiro obstáculo às aspirações de todos.

Necessidade de uma metodologia de ensino ativa e libertadora, onde alunos e professores debatam os problemas pertinentes à disciplina, ao curso ou ao momento histórico que se vivencia.

Há necessidade de se estudar várias técnicas pedagógicas que abranjam toda manifestação intelectual e atendam à individualidade do ser humano. Em qualquer caso fica implícito o compromisso que cada professor assume como agente fundamental de toda estrutura acadêmica.

É através dos departamento e toda estrutura administrativa que o professor buscará soluções para seus problemas, discutindo com os colegas formas de atuação, dialogando com especialistas, buscando informações seguras para realizar um trabalho responsável sob pena de comprometer sua atuação dentro da unidade.

Professor conquistar através do trabalho, da persistência, e de uma ação conjunta, as horas atividades remuneradas que cada professor necessita para de fato se comprometer com a mudança.

Há necessidade premente de buscar formas de sustentação dos projetos que vão contribuir na configuração dos ideais da universidade, bem como buscar um plano de ação que viabilize o alcance dos fins compatíveis com suas linhas mestras filosóficas.

Dentro de suas mais nobres tarefas está a de proporcionar aos seu corpo estudantil meios eficazes de ensino, de pesquisa, de compreensão da realidade, de acesso ao saber, de compreensão do homem como um todo, de realização pessoal e profissional.

É o aluno que sofre diretamente toda ação humanizadora da Universidade e deve participar dela, usufruindo das condições que lhe são oferecidas, buscando a sua auto - realização e colaborando na realização dos ideais universitários.

Deverá o aluno participar de serviços à comunidade; deverão ter um canal aberto de comunicação e discussão de suas reivindicações, que deverá facilitar o debate em classe, nos departamentos e junto à direção.

Há necessidade hoje de se desenvolver a consciência acadêmica do estudante, dando-lhe condições de participação ativa -> trabalho de conscientização.

Dentro da linha de primeiro oferecer os recursos indispensáveis para depois cobrar desempenho, há necessidade de se colocar à disposição dos aluno toda uma estrutura de apoio para que possa receber orientações ou material de reforço.

Formação de um grupo de monitores, com alunos destacados e supervisão dos professores.

Apoio ao estudante é também facilitar as consultas a livros , biblioteca especializada...

Novo projeto será destinado especialmente aos alunos do 1º ano e levado a efeito por alunos de Prática de Ensino.

Na direção de dar ao futuro educador um pouco mais de vivência em educação estarão sendo desenvolvidos dois projetos: um destinado à ajuda e recuperação de alunos de 1º e 2º graus com deficiência em Matemática, outro colocará em debate permanente o problema da educação matemática a nível de 1º e 2º graus, oferecendo a professores da comunidade ocasiões para discussão de seus problemas, seja através de cursos de extensão, ou de encontros informais com professores e alunos do nosso curso.

Um dos efeitos esperados é que os alunos passem a valorizar mais as disciplinas da área da educação...

Os instrumentos de avaliação deverão ser bastante diversos de modo a abranger toda a manifestação do desempenho do aluno em sala de aula ou através de projetos em que participe. O diagnóstico apontando falhas, o aluno terá à disposição grupos de apoio que poderão auxiliá-lo na sua recuperação. Também integra a avaliação a participação e freqüência do aluno.

Todos os projetos deverão ser avaliados.

4- Sobre a área, campo de atuação, mercado de trabalho

Cursos de Engenharia Civil e Sanitária

O Brasil, país em desenvolvimento, necessita com certeza de um numero elevado de engenheiros. O índice de engenheiros por mil habitantes, em nosso país, está ainda bastante afastado do valor que esse índice assume nos países mais desenvolvidos.

A crise econômico-financeira (...) tem afetado o mercado de trabalho dos engenheiros civis...

A exemplo do que ocorre com outras profissões, também os Engenheiros Civis (...) uma tendência à fixação em torno dos grandes centros, uma maior conscientização (...) quanto à função social da profissão contribuirá para amenizar esse aspecto negativo do mercado de trabalho.

Quanto aos Engenheiros Sanitaristas, a situação do mercado só pode ser estimada, pois a Faculdade é pioneira no projeto de instalação desses cursos no Brasil ... As perspectivas, entretanto parecem excelentes....Para a ONU a década de 80 é a "Década Internacional da Água Potável e do Saneamento Ambiental"...

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

O entendimento de uma nova Arquitetura não derivada da cultura da classe dominante só poderá surgir derivada de uma prática junto com todas as classes e categorias exploradas nos fez antever rumos para o curso de Arquitetura agora em trabalho conjunto com a universidade.

Curso de Análise de Sistemas

A análise de Sistemas... é um processo de investigação da área problema orientado para racionalização do trabalho.

Como a formação de recursos humanos especializados fica aquém do crescimento de mercado em termos nacionais, a expectativa de absorção do nosso profissional pelo mercado de trabalho é das melhores quando analisado o país como um todo.

Instituto de Ciências Exatas

a educação em todos os níveis desenvolve-se dentro de uma transformação sócio cultural, influenciada pelos meios de comunicação e marcadas pelas condições de desenvolvimento econômico. Busca sempre integrar o homem numa sociedade mais justa e equilibrada.

Há uma correlação íntima entre a pobreza material dos homens e os processos educativos que o cercam, caracterizados numa sociedade onde a deserção escolar decorre as menores possibilidades da integração do homem nessa sociedade com melhores condições de trabalho.

Fatores vários são os condicionantes de uma política de educação: extensão territorial, crescimento demográfico...

A formação do líder, do construtor de uma nova sociedade alicerçada na justiça, a pesquisa científica como fonte criadora de novos horizontes, a educação política e social, inspirada nos princípios do respeito e da liberdade, não são convenientemente tratados na universidade.

5- Sobre o Projeto Pedagógico

Faculdade de Ciências Tecnológicas

A Faculdade de Ciências Tecnológicas (...) empenha-se também na elaboração do seu projeto pedagógico.

Dificuldades para o desenvolvimento desse trabalho tem sido: 1) a diversidade dos cursos oferecidos..., 2) a localização desses cursos..., 3) os fatos dos Engenheiros e Professores desses cursos, em geral, pela sua formação e atuação profissional, preponderantemente voltadas para a área de Ciências Exatas e suas aplicações, sentirem-se pouco à vontade ao tratar de questões nitidamente associadas às Ciências Humanas.

... houve necessidade de um tempo dilatado na fase inicial do trabalho, visando conscientizar todo o pessoal envolvido, professores, alunos, funcionários - de sua importância.

É importante, agora, verificar que essa demora foi oportuna, pois a meditação, pelos interessados nos problemas relacionados à formulação do projeto pedagógico trouxe toda a Comunidade que convive nesta Faculdade um amadurecimento e mesmo, por vezes, uma tomada de consciência sobre questões que eram latentes. Algumas convicções, por outro lado, ligadas à filosofia do curso desde sua implantação e mantidas pelas Administrações anteriores, foram reforçadas e confirmadas.

Definiu-se com clareza, (...) que a amplitude desse projeto não poderá ser abarcada por um trabalho de poucas semanas, nem mesmo de alguns meses, mas que o mesmo deverá ser uma atividade permanente a ser refletida por toda a nossa Comunidade ainda por muito tempo, e continuamente avaliada e, sempre que necessário, reformulada.

Curso de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária

Parte das atividades em ação, na Faculdade de Ciências Tecnológicas, relacionadas ao projeto pedagógico, referem-se ao exame das alterações a serem introduzidas no conteúdo e na metodologia de ensino de cada disciplina, com o objetivo de fomentar, no aluno, esse poder de análise crítica, para o qual as Humanidades continuarão a oferecer a adequada hierarquia de valores: o homem, como unidade e medida.

Os resultados da consulta promovida pelos alunos como colaboração ao desenvolvimento do projeto pedagógico, avaliando as disciplinas, os professores e até os monitores, sob vários aspectos acadêmicos, exigirão dos mestres que adicionem a sua reflexão pessoal um tanto de humildade.

Curso de Análise de Sistemas

Este trabalho foi desenvolvido por uma equipe formada por professores funcionários e alunos do curso,... com o objetivo de atender às solicitações da VRAAc, ... visando identificar a realidade existente, analisar e propor

alternativas de solução para melhor atingir aos objetivos gerais da Universidade e em particular, os objetivos do curso.

Devido à amplitude que o caracteriza e a dinâmica de desenvolvimento cultural, profissional e social do ser humano, este trabalho não é um fim em si mesmo, mas o início de um processo que deverá se manter em constante alteração e adaptação à realidade em que se situar.

Instituto de Ciências Exatas

A implantação do projeto pedagógico levará o ICE a um processo de educação permanente.

6- Sobre o Perfil do Profissional a ser formado

Curso de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária

O perfil do profissional que a Faculdade de Ciências Tecnológicas está formando, sua adequação à realidade do mercado de trabalho, seu confronto com os objetivos pré-estabelecidos pela Universidade e pela própria Faculdade estão sendo objeto de uma reflexão mais profunda, que se desenvolve de acordo com o organograma (...) que orientará, proximamente, a caracterização das distorções e as necessárias correções a serem aplicadas a esse perfil.

Curso de Análise de Sistemas

Como características necessárias ao analista de sistema pode-se apontar inicialmente a necessidade de raciocínio lógico e organizado que é fundamental em todo processo de análise e principalmente na ocasião do projeto do sistema.

Aliado ao raciocínio lógico é necessário que o profissional possua rapidez de raciocínio, pois além de lógicas, suas decisões devem ser em muitos casos, de rapidez imprescindível.

Se faz necessário a este profissional facilidade de comunicação para a condução de entrevistas e também no treinamento das pessoas que serão envolvidas no seu sistema.

Este profissional precisa ser bastante claro na exposições orais e escritas, necessitando para tanto de domínio da linguagem e facilidade na preparação de documentação, instrução, relatórios e outros escritos.

É também necessário o domínio de inglês, mais precisamente no tocante à leitura de livros e manuais técnicos.

Se faz necessário para seu sucesso profissional boa cultura geral e rapidez de envolvimento com áreas problemáticas até então desconhecidas por este elemento.

É conveniente a quem se aplica na área, interesse pelas Ciências Humanas, para que haja perfeita relação e entendimentos entre as informações produzidas pelo sistema e o homem que deve ser devidamente informado.

É necessário compreensão do todo, dentro de uma visão teológica e de enfoque sistêmico, para que seu sistema sintonize com o sistema maior. Expandindo-se este conceito chegamos a sistemas sociais, e assim, se faz necessário o entendimento da Ciências Humanas básicas.

O que dizem os Projetos Pedagógicos da Área de Ciências Humanas

1- Concepção de educação

Instituto de Filosofia

... desenvolver a tarefa educacional fundamentada no processo de construção da pessoa humana na comunidade, através de: 1.1.1 Educação Libertadora (...), 1.1.2 Educação aberta para a realidade (...), 1.1.3 Educação crítica e problematizadora (...), 1.1.3 Educação, diálogo e debate.

Fundamentar esta tarefa educacional numa postura científica, através de: 1.2.1 Uma metodologia científica (...), 1.2.2 Uma consciência crítica (...), 1.2.3 Explicitar o papel da filosofia no processo histórico brasileiro, mostrando sua importância e seu valor no contexto atual.

Linhas de Ação: 2.1 A formação de Equipes Pedagógicas constituídas pelos professores das respectivas séries, presididas pelo Coordenador do curso, incluindo-se os representantes de alunos das respectivas séries.

A educação que se propõe a ser verdadeiramente libertadora é aquela que assume a perspectiva dos dominados, consciente de que a ciência e a educação foram freqüentemente realizadas segundo os interesses da classe dominante, colocando-se assim a serviço da dominação.

Isso não significa assumir uma postura idealista, julgando que a ação educativa enquanto tal, é capaz de acabar com a dominação social. Entretanto a educação pode contribuir na medida em que propicia uma consciência crítica dessa situação, analisando a realidade não segundo os interesses da classe dominante, mas segundo a ótica dos dominados.

... educar para a liberdade exige a disponibilidade de romper com os esquemas dogmatizantes, buscando a verdade onde quer que ela esteja. Significa contribuir para que o aluno descubra quais são as amarras que o prendem a um determinado sistema, condicionando-o, impedindo ou limitando a sua reflexão crítica sobre o real. Em suma, a educação libertadora é aquela que procura contribuir para que o próprio educando se liberte.

Em termos pedagógicos, liberdade não significa ausência de critérios (...) dois extremos devem ser evitados: tanto o dirigismo autocrático, que inibiria qualquer projeto libertador, quanto o diletantismo social que acabaria reduzindo a universidade a um local de encontro, sem maiores compromissos.

... a libertação deve ser obra comum onde os compromissos são assumidos com responsabilidade, tanto por parte do corpo docente como por parte do corpo discente.

A educação deve estar voltada para a realidade, não enquanto categoria abstrata, mas na sua determinação histórico-social-brasileira.

Não existe uma fórmula matemática para se levar a bom termo uma educação crítica e problematizadora: é uma questão de postura.

A postura crítica e problematizadora deve começar entre o próprio corpo docente: cada um questionando-se a si mesmo e questionando uns aos outros, o que só será viável através do trabalho em equipe.

A postura crítica (...) consiste em explicitar a realidade apontando as suas contradições, (...) exige que o enfrentamento do real assuma a atitude de transformação do mesmo. Não se trata de apenas constatar a realidade, mas de atuar nela.

O diálogo deve ser encarado não apenas como concordância, explicitação de pontos comuns ou como mecanismo de reforço às posições do líder. Significa também explicitação de discordâncias.

O respeito ao outro exige que ele seja assumido plenamente como interlocutor, explicitando-se no diálogo tanto os pontos de convergência, como as divergências.

Talvez a palavra debate exprima melhor esse dialogar com maturidade; significa ter disponibilidade para ouvir o outro e chegar a possíveis pontos comuns, mas com posição própria, sem ocultar possíveis divergências.

Fundamentar esta tarefa educacional através de (...) uma consciência crítica. A consciência crítica é aquela que não se limita às aparências do real, mas procura ver além das aparências seu ser problemático equacionando-se através de contradições. ... não se restringe à simples constatação da realidade, mas a questiona, interroga, para finalmente atuar nela num sentido transformador.

Curso de Ciências Sociais

Ora, quando se fala em educação libertadora é preciso implantar uma relação o mais possível dialógica entre alunos e professores e entre estes e a universidade.

Faculdade de Educação

Será também uma educação que não busque a acomodação e, por essa razão, deve ser questionadora, dando margem a transformações.

As ações pedagógicas estarão fundamentadas na unidade teoria-prática, de tal forma que a teoria seja o pensar crítico sobre a prática, em busca de sua compreensão em toda a significação global, além de orientar uma práxis transformadora do social, permitindo ao aluno chegar a ser sujeito no processo educacional e construir-se como pessoa.

Assim, na medida em que o homem se integre nas condições de seu contexto de vida e reflita sobre elas, leva respostas aos desafios que se lhe apresentem.

...podemos sintetizar que a educação é um processo que se desenvolve numa determinada sociedade e que não é neutro, mas deve procurar transformá-la, buscando basicamente atender ao homem.

É importante ressaltar que deve haver coerência entre o modelo político e econômico e a proposta educacional que vise a formação do homem questionador, crítico e livre.

A educação para atender aos apelos do homem deve ser um processo de pesquisa que continuamente busque testar suas metodologias e técnicas de ensino.

Faculdade de Serviço Social

É portanto, uma decorrência do confronto destes três eixos que acabam convergindo para a Educação Libertadora, entendida como: - o projeto de uma práxis e a reflexão sobre a mesma, como a libertação dos povos, grupos, setores e classes dominadas e marginalizadas e como a libertação do homem no sentido de sua inserção na construção da história. Em suma, trata-se de uma tentativa de operacionalização dos princípios básicos contidos na Educação Libertadora.

2- Sobre a área, campo de atuação e mercado de trabalho

Instituto de Filosofia

... através da filosofia será possível adquirir um instrumental lógico-categorial que deverá ser utilizado para pensar os problemas da realidade brasileira.

A reflexão sobre a realidade pressupõe um conhecimento da mesma, a fim de que o processo da reflexão seja crítico e rigoroso. O curso de filosofia deve propiciar esse conhecimento porque na conjuntura atual não podemos pressupor que o aluno chegue à universidade bem informado; não podemos sequer pressupor que ele tenha uma informação objetiva sobre o real. É aconselhável que se parta da realidade mais próxima do aluno, a universidade no caso, para chegar à realidade mais ampla de Brasil e de realidade internacional.

A filosofia (...) Sua importância atual reside na capacidade de construção de esquemas teóricos capazes de explicar a realidade presente e suas contradições. A reflexão filosófica adquire sentido dentro de determinado contexto histórico no momento em que ela é capaz de pensá-lo, analisá-lo, servindo-se do aparato lógico-categorial, próprio da atividade filosófica

Faculdade de Biblioteconomia

Por sua vez, o bibliotecário deve ser visto como o especialista da informação e como mediador eficiente entre o homem e o conhecimento registrado ...

A função do bibliotecário, que durante muitos séculos foi a de preservar as coleções das bibliotecas e o patrimônio cultural existente, deve ser vista sob uma nova perspectiva, pois o grande salto para o progresso teve reflexos imediatos na Biblioteconomia, uma vez que as bibliotecas, estreitamente ligadas às necessidades da sociedade, devem evoluir para acompanhar o avanço científico e tecnológico e o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

Administrações ... Profissional que administra, isto é, dirige ou gerencia uma organização qualquer, pública ou privada.

Ciências Contábeis ... Profissional habilitado na organização e direção de serviços de contabilidade e no assessoramento em problemas de escrituração.

Ciências Econômicas ... Profissional que estuda, pesquisa e planeja os sistemas e modelos que visam a solução de problemas fundamentais da subsistência humana, levando em conta, especialmente, fatores como a produção, a circulação, a distribuição e o consumo das riquezas, em utilidades ou bens.

Curso de Geografia

O pesquisador em geografia pode emprestar seus conhecimentos a projetos que visem a uma proteção ambiental, preservação e orientação do uso de recursos naturais,...

... não hesitamos em aceitar o caráter antropogênico do conhecimento geográfico; entretanto devemos enfatizar a importância dos componentes físicos do espaço, pois sabemos que sem o conhecimento do ambiente, dos recursos e das condições naturais, faltaríamos os elementos básicos para a compreensão dos fatos referentes à presença e à ação do homem nos mais diversos espaços da superfície terrestre.

... temos que admitir que, uma disciplina que combina a visão do social e do natural, a lógica das localizações, a importância da escala e dos níveis de desajustes entre o homem e o espaço, tem muito a oferecer aos jovens. (...) consideremos a importância da Geografia para a pesquisa, para o ensino, mas acima de tudo para a sociedade.

O conhecimento geográfico, sua pesquisa e ensino, a nosso ver, não deve ser fechado em uma formação acadêmica perdendo de vista a sua verdadeira função, que é a de produzir conhecimentos a partir da análise crítica da problemática sócio-econômica brasileira.

Curso de Ciências Sociais

Uma coisa é incorporar as contribuições válidas das ciências sociais, qualquer que seja sua procedência. Outra, absolutamente nociva, é encarnarmos o papel de agentes de repetição de técnica, métodos, programas e conteúdos divorciados dos objetivos centrais que devem ser imprimidos a um curso de ciências sociais em sociedades dependentes ou subdesenvolvidas. A recusa a essa segunda opção aparece como decorrência obrigatória da nossa proposta de inserção na problemática social brasileira e latino-americana.

Curso de Fonoaudiologia

...que a atuação do fonoaudiólogo é basicamente relacionada à profilaxia, à educação e à modificações de padrões anormais de comunicação, sendo seu papel profundamente social, já que seu objetivo é integrar o indivíduo na sociedade, não sendo de seu domínio a atuação terapêutica medicamentosa ou cirúrgica.

O fonoaudiólogo não atua somente sobre a lesão orgânica, mas também sobre os efeitos que esta lesão possa ter na linguagem em seus aspectos relacionados à atenção, à discriminação, à generalização, à abstração, à memória, à compreensão, à elaboração.

Faculdade de Educação

Focalizando o educador nas escolas, podemos perceber sua responsabilidade em assumir o papel não de reprodutor, mas de criador e elaborador de metodologias e técnicas e por sua vez, assumir sua função responsável na construção de uma sociedade mais justa.

... todo profissional que não se atualiza tem tendência a fossilizar-se, a cristalizar-se no tempo, passando a ser mais um repetidor dos conhecimentos adquiridos do que um questionador desses próprios conhecimentos.

... parece ser preocupação de muitos desses profissionais, que procuram a Faculdade, tentar sair desse ambiente viciado pelo comodismo e passividade, que só tende a facilitar a ociosidade intelectual.

No campo da educação, as atividades educacionais apresentam-se mais coerentes e seguras na medida em que o profissional recebeu, durante seu período de formação, orientações que o auxiliam a perceber mais profundamente a razão de ser das coisas, bem como teve oportunidade de montar e desenvolver projetos significativos, para uma experiência e vivências pessoais através de estágios.

3- Sobre universidade e a PUC Campinas

Curso de Geografia

A universidade brasileira se envolve em problemas cruciais tais como: relação mais adequada com a sociedade, capacitação docente e manutenção de qualidade de ensino, oportunidades de trabalho para os que dela saem, manutenção de sua posição de centro de pesquisa e principalmente, a universidade atual tem dificuldade de assumir seu papel fundamental que é contribuir de forma definitiva, para a solução dos problemas que afligem a nossa sociedade.

A verdadeira universidade deve abrigar em seu interior, uma pluralidade de conhecimentos, sustentar a liberdade destes pensamentos pluralistas e permitir que estas várias formas de conhecimentos e as alternativas de pensar sobre eles sejam mantidas e valorizadas igualmente.

A universidade deve ser por excelência um lugar para produzir e fazer progredir os conhecimentos de que a sociedade humana tem necessidade.

Curso de Ciências Sociais

Uma instituição educacional, ao contrário do que acontece comumente, não pode, a rigor, estabelecer uma dicotomia entre ensino e pesquisa. Ensino e pesquisa integram do nosso ponto de vista, um todo indissociável.

Faculdade de Educação

A Universidade brasileira, no momento, passa por uma séria crise, não só financeira, mas de busca de seu verdadeiro sentido. Nesse sentido, maior objetividade e clareza deverão estar presentes a fim de que o rumo a ser traçado seja coerente com sua realidade.

Assim, sairão deste dilema aquelas universidades que conseguirem apresentar um plano de ação que redefina as atitudes e procedimentos dos que nela trabalham e convivem.

A PUC está tentando explicitar as metas a serem traçadas através de um caminho que é de todos e cujas reflexões, nas Unidades, estão servindo de suporte para a construção de uma Universidade que queremos e que desejamos que se concretize como tal.

Faculdade de Serviço Social

Isto é possível, num momento em que a administração da PUCC procura imprimir um novo rumo aos destinos da universidade, o que, com maior ou menor intensidade vai conseguindo, indiscutivelmente.

4- Estrutura Acadêmica (proposta curricular, formação, ...)

Instituto de Filosofia

A disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa” tem a função de introduzir o aluno nos procedimentos do saber científico. O instrumental adquirido nessa disciplina deve estar presente em todas as outras disciplinas, de forma que a atividade filosófica seja sempre rigorosa e pautada por critérios científicos.

A metodologia deve ser um instrumental de ordenação e sistematização dos conhecimentos adquiridos. Deve ainda propiciar o aparato categórico indispensável para a análise objetiva da realidade, a fim de que a mesma se faça dentro dos parâmetros do rigor científico.

...a avaliação deve ser concebida como processo contínuo, integrado na globalidade do trabalho educacional entendido nas quatro dimensões da educação : libertadora, aberta à realidade, crítica e problematizadora, dialogal.

... a verificação da aprendizagem constitui apenas uma fase do processo avaliativo global.

No atual projeto propõe-se a avaliação em três etapas sucessivas: A) a primeira (...) no final de determinada unidade (...)passa-se entre o professor e a classe e compreende dois momentos: 1) a exigência de uma síntese individual escrita (...) 2) reunião com a classe para debater os problemas surgidos. B) (...) no final do semestre entre os professores da classe e os representantes dos alunos compreende: 1) avaliação geral da classe, 2) avaliação de casos especiais que, por acaso, tenham surgido. C) a terceira (...) envolve os professores do Departamento, o ISFIC e os representantes dos alunos compreendendo: 1) uma avaliação do conjunto do curso; 2) o planejamento.

...os trabalhos individuais ou em grupo, como seminários, debates, os vários tipos de leitura e interpretação de textos, continuam importantes instrumentos metodológicos no contexto da aprendizagem.

... é indispensável que se faça a avaliação tendo em vista os objetivos educacionais do projeto, que se avalie resultados, não intenções, (...) levar em conta que no nosso contexto, o código numérico tem importância.

Finalmente cumpre salientar, no tocante à ação discente, a importância da representatividade de classe no conjunto das atividades escolares.

Toda a estrutura do trabalho educacional está supondo o diálogo permanente entre o corpo docente e o discente. Sem a revitalização deste aspecto o projeto correria o risco de ficar gravemente mutilado na sua prática.

Instituto de Letras

Algumas medidas estão sendo propostas (...) que pretendíamos entrassem em vigência já no ano de 1982: a) Opção por língua viva moderna no ato da matrícula (...) O Instituto pretende oferecer Inglês e Alemão ... ; b) Grade curricular para o 1º ano de Letras (...) os Departamentos já definiram uma visão global da grade curricular de todas as séries ...; c) No 2º semestre do 1º ano (...) opção por um dos cursos: Português ou Português/Inglês ou Português/ Alemão. Os optantes do 1º ano visarão à Licenciatura; os alunos do 2º e 3º curso, no fim do 2º ano, optarão por Licenciatura ou Bacharelado (Secretariado ou Tradução)

A abertura do leque de ofertas profissionalizantes vem ao encontro de aspiração do corpo discente, como se poderá verificar na tabulação de um inventário dos interesses dos alunos (...)organizado com decisiva colaboração do Diretório Acadêmico.

Nas várias habilitações há um núcleo comum, separando-se apenas os alunos para as disciplinas específicas.

Queremos, com isto, assegurar a todos uma formação básica e sólida, evitando que se formem dentro do Instituto pretensos degraus de capacidade, de acordo com a habilitação escolhida.

A inclusão de 2 aulas semanais de Leitura e Produção de Textos deve-se a antiga aspiração do Corpo Discente e à comprovada necessidade de aprimoramento da linguagem escrita, constantemente reclamada por todos, professores, ou não (...) esta é também uma forma de atender ao compromisso que toda escola tem, em especial um instituto de letras, com o ensino da linguagem escrita.

Está apontada como prioritária a disciplina: Metodologia do Trabalho Científico a ser desenvolvida em uma hora-aula semanal, em 1 semestre.

Faculdade de Biblioteconomia

Currículo ... se sua função social é ou deve ser exercida em todos os níveis do conhecimento e em todos os segmentos da sociedade, faz-se necessário um currículo que incorpore disciplinas provenientes da dinâmica desse universo.

... a Comissão desta Unidade considerou inadiável uma reformulação do currículo pleno (...) já a partir de 1982, a fim de eliminar eliminar-se muitas das distorções existentes, mas prevendo-se estreita vinculação entre o adestramento profissional do bibliotecário e seu compromisso com a disseminação do conhecimento e a transformação da sociedade.

Esse currículo (...) prever maior equilíbrio entre as funções técnicas e sociais do bibliotecário, além de uma radical mudança na sua atitude em face do usuário, enfatizando o objetivo principal de servir aos leitores e preocupar-se de forma mais criativa com os consulentes não só atuais como potenciais.

A coesão da teoria e da prática serão equacionadas de modo mais coreto, num relacionamento próprio e harmonioso.

... a adoção de métodos e estratégias de ensino, atualizadas, deverá ser uma preocupação constante bem como a ênfase na estrutura básica das disciplinas, evitando-se excessivo detalhismo.

Dever-se-á visar mais o entendimento do que a aprendizagem rotineira, o princípio e habilidades mais que rotinas, pois não há necessidade de abranger-se um vasto programa, mas sim dar-se às disciplinas um tratamento que integre princípios e práticas, diminuindo o tempo do aprendizado e aumentando a capacidade de domínio da disciplina.

... as disciplinas técnicas deverão capacitar para criar, inovar, adaptar sistemas e processos, de maneira a permitir a execução eficiente do ciclo da informação: produção, identificação, organização e armazenagem, recuperação, disseminação e uso da informação.

Prevê-se também um processo de avaliação que assegure o desenvolvimento da avaliação contínua, formativa e de auto-avaliação nas metodologias de ensino - aprendizagem.

Periodicamente deverão ser recolhidas informações dos egressos do curso, para replanejar objetivos, programas e currículo, envolvendo-se ainda, pessoas da comunidade no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades curriculares.

Essas alterações exigirão a contratação de professores, acarretando, entretanto, um aumento de apenas 5 aulas semanais, para 1982, não havendo redução do número de aulas de professores e sim remanejamento em algumas disciplinas.

... há necessidade de autorização para estágios remunerados de alunos das últimas séries, nas bibliotecas da PUC.

... outras condições são necessárias para que o curso se desenvolva dentro do proposto: a) Regime de tempo integral e parcial para 2 (dois) e 4 (quatro) professores respectivamente, para que possam desenvolver pesquisas, auxiliar em descobertas e novos caminhos educacionais, supervisionar serviços prestados à comunidade; b) Horas atividade para professores, permitindo a realização de reuniões para integração de disciplinas e programas, orientação a alunos, discussões de relatórios de ensino e outros; c) Aquisição de livros...; d) Elaboração de projeto "marketing" pelos órgãos competentes da Universidade, visando a divulgação de serviços que podem ser vendidos a entidades diversas e particulares...; e) Cursos de orientação bibliográficas a todas as unidades da PUC; f) Sala para trabalho de professores e atendimento aos alunos ...g) Sala para Assistente da Diretoria ... h) Cursos de extensão universitária ... há necessidade de autorização para estágios remunerados de alunos das últimas séries, nas bibliotecas da PUC.

Faculdade de Educação Física

Na reunião de Congregação (...) os professores optaram pela avaliação contínua em detrimento da somativa

Instituto de Artes e Comunicações

Áreas prioritárias a serem trabalhadas no IAC; a) o perfil do homem-profissional de Turismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo ou Educação artística que queremos formar; b) a situação "sala de aula"; c) o aperfeiçoamento do corpo docente, sobretudo no que diz respeito à metodologia do ensino específico, pois a grande maioria da área profissionalizante sabe os conteúdos específicos, mas nunca aprendeu a ser professor.

Currículos: ...esta discussão não tem nos tomado grande atenção, pois os 3 cursos foram bastante discutidos no final do ano passado ... Acrescem a este fato outros motivos a saber: a) o de Comunicação Social está em processo novos estudos pelo CFE...; b) com o de Turismo está acontecendo o mesmo...; c) o de Educação Artística envolve

licenciatura que, também é assunto da pauta do MEC (...) talvez seja o único que sofrerá modificações, passando para 4 anos ao invés de 3, representando enriquecimento e barateamento (sic) do mesmo.

Curso de História

Portanto, a discussão dos diferentes aspectos teórico-metodológicos do conhecimento histórico – preocupação que deve nortear todo o curso e não apenas uma ou outra disciplina em particular – supõe uma postura crítica frente à pluralidade de modelos teóricos.

Isso implica em afastar a nefasta idéia de neutralidade e assumir um compromisso político com o estudo da história.

Uma instituição educacional, ao contrário do que acontece comumente, não pode, a rigor, estabelecer uma dicotomia entre ensino e pesquisa.

Ensino e pesquisa se integram, do nosso ponto de vista, um todo indissociável. O ensino que não se nutre da pesquisa, que não se questiona e não se atualiza constantemente em confronto com a investigação da realidade, termina por esvaziar-se. Torna-se livresco, simplesmente acadêmico e, como tal, não habilitado para propor respostas aos nossos dilemas reais e concretos.

... a pesquisa atuaria como fator de estímulo para que os alunos assumissem um papel ativo no processo de produção do conhecimento e de sua formação profissional.

... os estudantes submeteriam ao teste da prática suas hipóteses e referências teóricas metodológicas, rompendo, enfim, na medida do possível com a postura comodista e autoritária que está por trás de certas práticas educacionais tradicionais.

Não deveria existir mais lugar, no mundo de hoje, para escolas que concebiam como simples centros de reflexão e de pesquisa desinteressada.

Curso de Geografia

A formação do geógrafo ou mais especificamente do professor de geografia, faz parte de uma problemática: a formação do profissional de nível superior.

Nosso propósito inicial é minimizar as falhas de formação dos nossos alunos e prepará-los da melhor maneira possível para o exercício da profissão.

É preciso avaliar que tipo de conhecimento é necessário para que cada cidadão adquira bagagem cultural adequada que lhe permita atuar no contexto em que vive.

Para nós é muito importante a formação e preparação de profissionais competentes para o exercício do magistério, em qualquer de seus graus, mas isso só não basta, pretendemos uma escola não alienante e mais objetiva, com vista aos anseios da sociedade brasileira.

... aos alunos deve ser oferecida a oportunidade de participação em projetos comunitários ligados à pesquisa, na qual o estudioso de geografia poderá contribuir na proposição de melhores formas de organização de espaço. Para que isto seja possível torna-se fundamental a criação de condições para o desenvolvimento de pesquisas diversas, já que o curso da maneira como está estruturado, não possibilita esta atividade por mais simples que seja.

Não nos faltam apenas recursos materiais, também não há disponibilidade de tempo por parte dos professores (somos horistas).

Apesar de apto para a orientação do aluno em pesquisa, o corpo docente não dispõe de condições estruturais para desempenhar tais funções.

A prática do universitário em pesquisas diretas não deve ficar em detrimento da teoria, sem a qual a prática torna-se árida e ineficaz.

Somos unânimes em considerar que o aluno deve ser sujeito de sua própria educação, participante e co-responsável pela sua formação profissional, não podendo ser reduzido à mera condição de receptor de conteúdos, mas sim ser capaz de reflexão, análise e conclusão sobre os mesmos.

Entendemos o currículo como um corpo orgânico de procedimentos e atividades a serem desenvolvidas por professores e alunos, e consideramos que o pleno desenvolvimento curricular só poderá ser realizado mediante condições técnicas oferecidas pela universidade (...) e também professores que procurem destacar dentro de cada disciplina, um conteúdo atualizado e adequado à clientela.

Estes conteúdos devem ser trabalhados de forma a retirar da ciência geográfica tudo de útil que ela possa proporcionar ao indivíduo e à sociedade.

Nos propomos a fornecer ao aluno o embasamento necessário ao seu próprio aperfeiçoamento e capacitá-lo para a crítica e o debate.

Além das mudanças de atitudes dos professores em relação às formas de desenvolver os conteúdos disciplinares, consideramos igualmente importantes 4 outras alterações: a) ... a realização de um trabalho de graduação (...) uma monografia voltada para o estudo de um problema geográfico específico ou englobar assuntos relacionados com o ensino da Geografia. b) ... deverá haver obrigatoriedade de trabalho de campo c) nos conteúdos deverão ser enfatizados os exemplos brasileiros e latino-americanos; d) ... o desdobramento de alguns títulos de disciplinas ...

... queremos acrescentar que estas alterações só promoverão uma melhoria do ensino se forem acrescidas de alguns incentivos, tais como: disponibilidade de recursos materiais, apoio à divulgação dos trabalhos geográficos realizados, criação de mecanismos de intercâmbio entre os cursos de geografia e ampliação do regime de trabalho, promovendo uma dedicação exclusiva por parte dos professores.

Curso de Ciências Sociais

Ensino e pesquisa integram do nosso ponto de vista, um todo indissociável. O ensino que não se nutre da pesquisa, que não se questiona e não se atualiza (...) termina por esvaziar-se.

Daí porque seria absolutamente imprescindível que a integração ensino-pesquisa deixasse de ser letra morta, o que implicaria numa progressiva alteração das condições de trabalho que nos são oferecidas, inclusive na implantação da contratação por regime de dedicação.

A menos que a integração não passe de simples ponto de referência na retórica pedagógica, não há como pensar na realidade de um programa sério de pesquisa com professores contratados à base hora-aula e com departamentos funcionando muitas vezes de forma decorativa, à falta de condições para cumprirem a sua função.

... em tese, um curso de Ciências Sociais, sintonizado com as preocupações da Igreja latino americana, encontra pela frente um amplo campo de pesquisa.

Por essa via os alunos, sob a orientação dos professores poderiam ser levados a um contato direto com a problemática econômica, política, social e cultural, seja a nível local, seja a nível regional... a pesquisa atuaria como fator de estímulo para que os alunos assumissem um papel ativo no processo de produção de conhecimento e de sua formação profissional.

Sem ficarem reduzidos à mera condição de receptores de determinados conteúdos cognitivos, eles se atirariam ao trabalho de campo, submeteriam ao teste da práticas suas hipóteses a referências teóricas, rompendo, enfim, com a postura comodista e autoritária que está por detrás de certas práticas educacionais tradicionais.

Esse tipo de pesquisa, por si só, representaria uma ponte que funcionaria como traço de união entre a universidade e a comunidade.

... uma opção clara pela análise crítica da realidade latino-americana e pelo compromisso preferencial com o destino das classes populares serviria como uma espécie de plataforma de lançamento de uma série de pesquisas de incontestável interesse social.

Além das atividades de pesquisa, abrem-se outras alternativas para se promover um estreitamento dos vínculos entre universidade e comunidade. Debates, ciclos de conferências, cursos específicos poderiam por exemplo, atender de alguma maneira a esse objetivo. De um lado, trazendo para a universidade elementos que, embora não freqüentem a academia, têm em certos casos experiências e conhecimentos de grande valor para a reflexão e a ação crítica. De outro, indo ao encontro das solicitações da comunidade, estabelecendo-se um permanente canal de comunicação entre escola e sociedade.

O atual currículo representa um obstáculo à materialização dos objetivos expostos.

... chegou-se à conclusão de que a alteração da grade curricular seria, (...) o primeiro passo para a reorientação do curso.

E se se trata de definirmos o conteúdo programático da educação é exigência básica da prática democrática que, ao lado dos professores do curso, os alunos participem ativamente do processo de decisões.

Mais do que nunca, torna-se necessário compreender de uma vez por todas, que o aluno não pode ser rebaixado à condição de mero objeto da praxis educacional. Ao contrário ele também deve ser visto como sujeito da sua própria educação, participante e co-responsável pela sua formação profissional.

Daí nos parecer inaceitável a manutenção de um currículo que, por si só, bloqueia essa possibilidade.

A excessiva compartimentalização das disciplinas, que aparecem absolutamente atomizadas no atual currículo (um grande número de disciplinas com número reduzido de aulas) não é casual. No fundo ela está diretamente ligada a uma visão do processo de conhecimento como algo também compartimentalizado.

O conhecimento, como se fosse produto de camadas superpostas, resultaria ao longo de um simples processo acumulativo.

Isto significa perder de vista o caráter totalizante do processo de conhecimento. Por outras palavras, o conhecimento emerge, ao nosso ver, em meio a uma relação de constante interação entre os aspectos metodológicos, teóricos e práticos, de tal forma que estes ficam sujeitos a constantes redefinições. Confrontados uns e outros, eles, de fato, se redefinem. Por isso entendemos que eles caminham juntos, pelas 4 séries do curso, em vez de serem confinados a áreas relativamente estanques do conhecimento.

....para que efetivamente o conteúdo específico dos cursos seja em função de um amplo debate entre professores e alunos.

Essa opção permitirá, ainda, uma flexibilidade muito grande do conteúdo programático, garantia do seu dinamismo e da instauração de uma prática tanto quanto possível democrática.

Ouvidos os interessados, promovida a discussão em torno do assunto, caberá a professores e alunos num debate que se atualizará a cada ano – decidir sobre a temática mais específica de cada curso a ser ministrado sob aquelas denominações propositadamente gerais.

Evidentemente isso deverá ser extensivo igualmente às demais matérias integrantes do curso, para que se possa buscar, aí sim, uma eficaz integração interdisciplinar a partir do conjunto de aspirações e interesses de professores e alunos engajados, então, numa ação pedagógica de novo tipo.

Para isso é necessário uma formação humanística ampla, que ofereça oportunidades de debates teóricos para desenvolver uma consciência crítica no aluno.

... valendo-se da legislação básica do currículo mínimo para Ciências Sociais, de legislação sobre as disciplinas pedagógicas, das normas da PUCC e de currículos de outras Universidades (...)a referida comissão apresenta a seguinte proposta...

O primeiro ano foi pensado a partir do ponto em que se supõe uma única classe para atender os cursos de História, Geografia e Ciências Sociais. Entretanto não se perde de vista a possibilidade de se ter uma classe de primeiro ano para cada curso a partir de um aumento da demanda para essas áreas.

Do ponto de vista prático a nova forma curricular proposta ainda facilita a transferência do aluno para outras universidades assim como facilitará a vinda de alunos de fora sem necessidade de muitas adaptações.

Do ponto de vista do conhecimento do aluno, a nova proposta permite desde o primeiro ano uma articulação entre campos do conhecimento teórico, metodológico e prático que oferece ao aluno recursos para formação de uma consciência crítica necessária ao profissional que se quer formar (...) Além do que, o presente currículo não privilegia nenhuma corrente teórica à priori, nem define nenhuma delas, o que oferece ao docente liberdade de escolha.

A tentativa de eliminar a excessiva fragmentação do curso é que nos levou a propor uma sensível diminuição do número de disciplinas oferecidas a cada ano.

Essa concentração no número de disciplinas a partir do 2º ano e da carga horária de cada uma visa combater a fragmentação dos cursos e abre possibilidade de um maior aprofundamento do conhecimento, o que tem óbvias repercussões no plano didático-pedagógico.

O conhecimento não pode ser confinado a áreas em tanto quanto estanques, visto que devem ser tratadas concomitantemente já que aspectos metodológicos teóricos e práticos estão muito imbricados.

Entendemos assim que o contato com a realidade pode levar a reformulação de pressupostos teóricos ou metodológicos. Não admitir isso seria negar o dinamismo do processo do conhecimento, pois estes realmente caminham lado a lado.

Curso de Fonoaudiologia

Portanto, após a complementação da aquisição de conhecimentos básicos, o aluno deverá ser levado a conhecer aspectos mais específicos ou profissionalizantes, cujos objetivos dizem respeito à formação de um profissional com perfil já delimitado.

...a formação adequada depende também de um intenso aprendizado prático, além das bases teóricas, é ministrado atualmente em 2760 horas (...) tem 930 [horas] à atuação clínica (...)obrigatória, sendo oferecida ainda ao aluno, sob a forma de disciplina opcional específica, a possibilidade de aumentar o horário de atuação profissionalizante.

Faculdade de Educação

Implantação do processo de avaliação formativa, respeitando, pelo menos, a proposta aprovada pela Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

Colocar a formação humanista significa valorizar a relação homem-homem analisando o processo educacional de forma mais ampla, percebendo as relações da economia e da política com a educação.

Conhecer o educando é vê-lo do ponto de vista psicológico, social, político econômico, enfim, na sua globalidade, respeitando e dando-lhe aberturas para a sua busca do Absoluto.

O preparo técnico do profissional é uma decorrência desta sua formação, pois, uma vez consciente, o educador vai buscar o que existe de mais adequado e científico para atender aos seus educandos, colocando-se na postura de quem está aprendendo, elaborando e se educando.

... quando as bases puderam emitir suas opiniões e apresentar sugestões, foi possível, através de um consenso, chegar-se à proposta de criação da atividade “Seminários Complementares” para a reflexão sobre os problemas da educação brasileira e apresentação de propostas de novos currículos.

O professor responsável por ela terá a incumbência de fazer a coordenação das demais disciplinas da série (...) será um trabalho catalisador de propostas educacionais, na própria série, possibilitando um trabalho unificador dentro de objetivos comuns e atividades comunitárias.

...no presente momento, não ser possível uma mudança curricular, levando-se em consideração o fato de haver uma proposta em discussão, a nível de Brasil, da reformulação do Curso de Pedagogia e Licenciaturas.

... será preciso 1.1 buscar profissionais que atendam às propostas acima, 1.2 propor um coordenador dos professores que assumirão os “Seminários Complementares”. 1.3 Haver disponibilidade desses professores para reuniões de planejamento e replanejamento com os colegas que assumirem os Seminários nos outros cursos da Faculdade de Educação. 1.4 Haver disponibilidade desses professores para reuniões freqüentes com o coordenador. 1.5 Haver reorientação das atividades docentes. 1.6 Haver espaço no horário escolar para que esses Seminários se concretizem com atividade curricular. 1.7 Apresentar cada curso até agosto (...) a proposta de reformulação curricular, baseada nos frutos desses Seminários.

A segurança de tais vivências só pode ser conseguida à base de uma orientação adequada e firme dos professores do estágio correspondente aos cursos de Licenciaturas e ao Curso de Pedagogia. Destaca-se aqui o desprendimento desses professores que, embora sem remuneração, desenvolveram suas atividades de supervisão de estágios nas Unidades, eficientemente.

...propõem que as Unidades [com Licenciaturas] observem o cálculo de 1/8 do currículo pleno para as disciplinas pedagógicas, e que as atividades de supervisão dos estágios sejam efetuadas dentro das disciplinas de Prática de Ensino. (...) essa disciplina passará de 2 horas-aulas semanais para 4...

... o professor [de Prática de Ensino] passará a receber mais 2 horas-aulas para desempenhar as atividades de supervisão, a nível de sala de aula ou acompanhando o estagiário nos locais onde realiza seus estágios, para melhor conhecer a realidade escolar e ajudar o estagiário a elaborar projetos de estágios mais significativos e realistas e, conseqüentemente, avaliar constantemente as atividades que os estagiários propuserem para realização de seus estágios.

... a avaliação é um processo preponderantemente educativo.

... o sistema avaliativo proposto sugere que não só os conteúdos das disciplinas, como também as atividades e habilidades dos alunos sejam vistos e revistos num período de tempo aceitável.

Entre os vários instrumentos (...) um será necessariamente uma prova escrita (...) ao final das atividades semestrais, o professor deverá ter, no mínimo três notas para cada aluno, das quais a média representará o resultado das atividades no semestre ...

... quanto aos departamentos existentes (...) constatou-se que, se as disciplinas fossem agrupadas de forma a respeitar a afinidade entre as mesmas, os objetivos acadêmicos seriam melhor atendidos.

Frente ao novo estudo [Departamentalização], a direção da Faculdade de Educação houve por bem convocar todos os professores para colocá-lo em discussão e transformá-lo em nova proposta a partir de 82.

... em virtude da complexidade e exigência dos estágio obrigatórios afetos aos Cursos de Educação, propomos a Coordenadoria de Estágios, a qual atenderá aos estágios tanto das licenciaturas como das habilitações, envolvendo trabalhos internos e os contatos externos com os órgãos oficiais de ensino e escolas.

...estágio é uma forma de intercâmbio entre a escola e o mercado de trabalho, além de uma oportunidade de ação complementar para os futuros profissionais...

... realizando a avaliação dos estágios, a Faculdade de Educação contará sempre com um sistema de estágios atualizado e adequado às suas necessidades e às necessidades das escolas com quem mantém as atividades de estágio.

... vivemos a grande dificuldade de reunir os professores responsáveis pelas disciplinas das Licenciaturas, pois o fato de haver diversos locais de trabalho na Universidade cria dispersão e isolamento. Os debates e reflexões sobre os problemas e as propostas de solução são inviáveis na atual situação.

A escolha e utilização deste material [pedagógico] deverá realizar-se em função de certas propriedades psico-pedagógicas que estejam de acordo com as necessidades e carências dos cursos desta Faculdade.

Projeto Integrado de Educação Comunitária constitui-se ampliação do projeto (...) com abertura para os alunos, professores e funcionários dos demais cursos da Faculdade.

Faculdade de Serviço Social

Procurando atender à nova pedagogia que decorre da educação libertadora, e no sentido de uma organização mais ágil adequada às suas múltiplas exigências, optamos inicialmente pela organização curricular por áreas de conhecimento, para, num futuro próximo, caminharmos em direção ao ensino modular ou integrado.

Reconhecemos ser esta uma fase intermediária, mas possível, já que não podemos, por questões estruturais, dar um salto em direção à última proposta.

Procurando atender à concentração e integração das disciplinas por áreas de conhecimento, a estrutura departamental sofre, necessariamente, uma modificação de natureza epistemológica e conseqüentemente administrativa.

Com base nos princípios e recursos anteriormente mencionados, foi possível à Faculdade de Serviço Social apresentar uma nova proposta educativa, levando-se em conta os limites da própria estrutura universitária, a defasagem do currículo mínimo exigido pelo MEC, a nova proposta de currículo mínimo da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, encaminhada ao MEC e, 1979 e o próprio processo, que, por ser contínuo, indicará, por certo, novos pontos de estrangulamento e novas reformulações. Disto se origina a necessidade de experimentação e avaliação da proposta.

De um currículo mecanicista, caracterizado pela organização por matérias, que fragmenta e atomiza o conhecimento, separando a escola da problemática social, reduzindo-a à função de transmissão de cultura, pretende-se chegar a um currículo integrado e a uma formação globalizante e transformadora.

Entendemos ser este um processo lento. Antes de grandes mudanças, estamos procurando mudanças profundas, no sentido mesmo de buscar as raízes, de compreender a essência do processo educativo que coloca o homem como sujeito da História.

Para tanto, nossa proposta é a de transformar, primeiro, a estrutura curricular e conseqüentemente a organização didático-administrativa, concentrando as disciplinas por áreas de conhecimento. Posteriormente, o currículo será estruturado por módulos, atingindo-se o que há de mais avançado em termos de experiências de ensino-aprendizagem.

Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

A missão do professor: O professor não é o senhor. Sua presença e função se explicam como serviço. A escola engloba os professores como conjunto, trabalhando de modo integrado, em função da formação necessária aos alunos. A escola é o processo global ativado pelo trabalho conjunto dos alunos e professores.

É necessário trabalhar em equipe para a preparação, a programação integrada dos currículos e execução conjunta da avaliação e eventualmente de aulas em painel. É desejável que, na medida do possível, haja um núcleo de professores disponíveis com tempo integral de trabalho na escola. Na contratação dos professores deverá ficar claro este tipo de escola e de trabalho. Aceitando o contrato, os professores se comprometem a assumir, em termos de métodos, pesquisas e outras atividades, as exigências e instrumentos flexíveis empregados a seu tempo, que ajudam a desenvolver entre eles o espírito de equipe na aplicação do programa, na visão e no tratamento dos problemas, em vista de uma linha comum. A dinamização da escola pode convocar os professores para colaborações culturais além das estritamente curriculares, como sejam pesquisas, publicações, cursos de férias, etc.

A missão do aluno: O aluno, preparando-se para o serviço ministerial à comunidade cristã, deve dedicar-se ao estudo metódico e sério. Para esta atividade primeira deve empregar todo tempo necessário, como sujeito e responsável da própria formação. O aluno se insere na escola que se compromete com a busca da verdade e com a missão da Igreja. Deveres e direitos do aluno devem ser avaliados de acordo com estes critérios. O aluno faz parte da comunidade escolar que engloba estudantes e professores, interessados na colaboração mútua. É necessário favorecer o trabalho em equipe, tanto para o estudo como para as atividades pastorais. A integração da comunidade escolar exige também que o aluno participe também ativamente das aulas e das demais promoções do Instituto e da Universidade; as atividades pastorais devem ser exercidas em conexão vital com a formação e conseqüentemente ser orientadas e avaliadas e, se necessário, coordenadas pelo Instituto.

Interdisciplinariedade: estamos estudando os possíveis modos de efetivá-la no diálogo da Teologia com as outras ciências na Universidade: seja através da realização de atividades interdisciplinares organizadas conjuntamente com outras unidades, seja através das aulas de Teologia ministradas no interior da Universidade toda, seja através de equipes multidisciplinares, digo, multiprofissionais, voltada ao serviço na comunidade local, onde nossos alunos realizam seus estágios pastorais.

Flexibilidade curricular: sugerimos o estudo da possibilidade de nossos alunos cursarem outras disciplinas em outros cursos tendo em vista a complementação da formação, sobretudo na área de humanas. Sugerimos, ainda, também, para estudo da possibilidade de alunos de outros cursos cursarem alguma disciplina de seu interesse e/ou Doutrina

Social da Igreja ministradas em todos os cursos da Universidade. Evidentemente isto deve ser estudado mais profundamente e critérios de viabilização desta proposta devem ser colocados.

Outra sugestão é na linha de maior abertura para a matrícula por crédito, para alunos que possam se interessar em matricular-se para cursar apenas 1 ou 2 disciplinas do Cursos de Teologia. Não conhecemos na Universidade nenhuma regulamentação a respeito.

5- Sobre o Projeto Pedagógico

Instituto de Filosofia

A possibilidade de concretização do presente projeto está na dependência direta do compromisso de todos, professores e alunos, com os objetivos do projeto. ... faz-se necessária a formulação de linhas fundamentais de ação...

Para a efetivação do trabalho educacional devem as equipes assumir um posicionamento que (...) implique um envolvimento existencial dos seus membros no sentido da Ação Comum. Tal posicionamento supõe (...) ter consciência clara da Filosofia da Educação contida no projeto; (...) disposição para viver uma experiência de crescimento como pessoa, aceitando os desafios impostos pelo trabalho educacional, (...) descobrir continuamente u'a linha comum de trabalho,(...) a descoberta no decurso dos encontros, das estratégias adequadas a serem utilizadas.

Para romper com o obstáculo da atomização das várias disciplinas, o projeto se propõe estabelecer uma relação de interdisciplinaridade visando a dar maior homogeneidade à estrutura curricular. Para isso enfatiza a necessidade de se planejar em conjunto os conteúdos programáticos e desta forma oferecer uma visão global dos mesmos aos alunos.

Instituto de Letras

Na elaboração do seu projeto pedagógico o instituto tem procurado atender 1º) Ao seu objetivo específico que é o ensino de línguas, buscando definir o que ensinar e como ensinar. 2º) À natureza de sua clientela, considerando: a) seus interesses (o que quer?), b) suas possibilidades (o que pode?), c) a validade de sua contribuição à sociedade e à si mesmo Como Contribuir Hoje? Como Contribuir Amanhã? 3º) a um trabalho docente perfeitamente entrosado.

Tópicos que estão sendo discutidos, dentro do projeto: 01. Perfil do profissional formado pelo Pós-Graduação (...); 02. Integração maior do Pós-graduação com a graduação por meio de: 02.01 Trabalho conjunto na avaliação e reelaboração de currículos; 02.02 Atuação de pelo menos alguns professores do Pós-Graduação, diretamente na docência em graduação; 03. Integração (...) com outros cursos de Pós-Graduação, por meio de oferta de cursos comuns.

Em reunião que congregou o Sr. Diretor, a Sra. Vice-Diretora, o Sr. Coordenador do Pós-Graduação, os Senhores Coordenadores dos Departamentos de Graduação, os Professores representante da Unidade na APROPUC, a Professora representante do grupo encarregado do Projeto Acadêmico e os alunos representantes do Diretório Acadêmico, buscou-se fixar uma estratégia de trabalho capaz de assegurar a participação de toda a comunidade envolvida no Projeto Pedagógico desta unidade em todos os momentos da elaboração do referido projeto.

... o caminho a percorrer seria, de imediato, o seguinte: 1º dar conhecimento à comunidade em geral do andamento do projeto pedagógico em reunião dos departamentos; 2º dar conhecimento à comunidade estudantil do roteiro proposto, como foi feito aos professores ...; 3º suspender as atividades de um dia, se for julgado necessário, para garantir o envolvimento de professores, alunos e (...) funcionários; 4º considerar o inventário de interesses e o questionário feitos pelo DA (...) como elemento acessório para o levantamento de dados ... ; constituir grupos de trabalho constituídos de professores e de alunos reunidos dentre os participantes deste encontro.

... algumas das conclusões a que chegou o grupo de trabalho, especialmente designado para tal tarefa, e que possibilitaram a definição, pelo Conselho Departamental, de duas premissas básicas, a partir das quais se desenvolverá o plano definitivo do trabalho acadêmico ...: 1) A primeira medida diz respeito à opção de línguas vivas estrangeiras (...)Tal medida se justifica em razão de: a) haver já montado no Instituto de Letras, esquema completo para o ensino das duas línguas escolhidas; b) haver mercado de trabalho excelente para os habilitados 2) a segunda medida refere-se à distribuição das diferentes disciplinas que comporão o 1º ano básico de Letras ...

Faculdade de Biblioteconomia

O Projeto Pedagógico da Faculdade de Biblioteconomia foi estudado por uma Comissão composta de professores e representação discente, a qual, após reunião com alunos de todas as séries elaborou o presente documento.

... a Faculdade baseou-se, para obtenção dos dados e conclusão dos estudos, em pesquisa exploratória realizada sobre o curso, em 1978 e atualizada pela Vice Diretora ...

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

O Processo de Elaboração do Projeto Pedagógico da Unidade foi dividido em fases: 1ª FASE: Designação de um grupo de trabalho constituído pelo Diretor, Vice-Diretor, Coordenador de Departamento e a representação estudantil; 2ª FASE: Discussão preliminar dos objetivos da Universidade e dos objetivos gerais e específicos da Unidade ...; 3ª FASE: Elaboração dos programas para 1982 e Diagnóstico da área acadêmica ...; 4ª FASE: Proposta de melhoria dos currículos e compatibilização de programas; 5ª FASE: 2ª discussão dos objetivos gerais da Universidade e dos objetivos gerais e específicos da Unidade; 6ª FASE: Eleição de prioridades; 7ª FASE: Elaboração do Relatório Final.

... a preocupação primeira no processo de elaboração do projeto pedagógico (...) é a de se colocar ordem na casa para, então, se tentar o aprimoramento pedagógico de suas atividades afins, o que deverá ocorrer ao longo de 1982.

plano de ação 1) Diminuição do número de vagas ofertadas para o curso de Ciências Econômicas, matutino, de 200 para 100; 2) Manutenção da oferta total de 1180 vagas para os vestibulares dos próximos três anos; 3) Oferta de vagas no vestibular para o ciclo básico e não para os cursos; 4) Diminuição do número de alunos por sala até atingir o razoável de 70 por sala. 5) Unificação de todos os alunos (...) em um só Campus. 6) Pesquisa ampla sobre a realidade profissional visando determinar necessidades, tendências, etc., do mercado de trabalho ... 7) Rediscussão dos fins e objetivos da Faculdade, a partir de amplos debates, (...) apoiada em vários documentos disponíveis, no resultado da pesquisa proposta, e nas propostas do Conselho Federal de Educação; 8) Reformulação pedagógica a partir da rediscussão dos fins e objetivos da Faculdade; 9) Dar apoio às atividades fins da Faculdade através do desenvolvimento de atividades-meio com a implantação das reformas administrativas propostas; 10) Revisão preliminar e compatibilização dos programas das disciplinas dos vários cursos (...) fixando objetivos, conteúdo detalhado, metodologia, avaliação e bibliografia ...

Instituto de Artes e Comunicações

Em nossa unidade, desde o início deste ano começamos uma séria revisão na maneira como estão estruturados e organizados os cursos de Comunicação Social, Turismo e Educação Artística, ao lado de uma profunda reformulação do setor administrativo que os apóia.

Portanto, a proposta da Vice Reitoria Acadêmica veio, somente, reforçar e subsidiar todo um trabalho que vem sendo desenvolvido o qual, de maneira alguma temos a pretensão de apresentar completo ou acabado, hoje a este plenário.

Quem está envolvido em nosso projeto pedagógico Todo o Instituto: docente, discente, funcionários, desde os 3 dias consecutivos de planejamento ...

Mecanismos gerais adotados: a) fortalecimento da vida departamental...; b) conscientização progressiva dos alunos e professores para a importância da participação através de reuniões com a Direção, observações em circulares, distribuição de material para leitura e reflexão e incentivo ao trabalho de monitoria; c) valorização das decisões departamentais no nível de suas competências, ou seja, análise de objetivos, programas e estratégias para o ensino que promovem; d) estimulação do intercâmbio com instituições e empresas da sociedade (...) visando uma adequação maior do profissional que estamos preparando às necessidades daquelas (...). Já planejamos debates com profissionais das várias áreas que os nossos cursos abarcam, visando incluir elementos importantes na definição do perfil do homem-profissional que pretendemos que saia dos nossos cursos. e) estimulação do intercâmbio com a comunidade de especialistas brasileiros nas áreas de Comunicação Social, Turismo e Educação Artística, visando uma ampliação dos nossos próprios conhecimentos, uma participação mais amadurecida e consistente de nossos alunos.

Dificuldades encontradas para envolver a todos no processo: a) ausência sistemática de uma média de 40% às reuniões de Departamento, ou gerais, sob a alegação de compromisso em outra Unidade ou fora da Universidade, apesar de havermos feito um levantamento de qual seriam os melhores dias e períodos para as reuniões; b) falta de compreensão dos alunos com relação ao real papel que deve desempenhar o representante discente nas reuniões dos vários colegiados da Unidade (...) não há entre os alunos o diálogo suficiente para conseguirem esta representatividade.

Com relação a estes 2 problemas o Conselho Departamental refletiu e está procurando equacioná-los melhor através de 2 pesquisas.

Objetiva-se evidenciar qual o ruído que ocorre no pretense processo de comunicação que se estabelece entre aluno x aluno x professor.

Dos recursos necessários à concretização de qualquer projeto pedagógico sério na unidade: ... nenhum projeto sério e honesto terá condições de sair dos sonhos de uns poucos abnegados que se reúnem sempre que convocados e se desdobram em pesquisa e proposta, se a forma de contratação não for alterada, senão para todos, mas para um certo número de professores que deverão dar os primeiros e fundamentais passos para uma mudança na orientação dos nossos cursos.

Pretendemos reivindicar 1 h/a a mais por semana para os professores do Básico de Comunicação Social, visando dar condições de diálogo interdisciplinar e acompanhamento maior a alunos nesta fase de introdução à vida universitária...

Curso de Geografia

O projeto pedagógico é fruto de uma gradual elaboração iniciada em 1981 (...) desde então foram realizadas reuniões com o corpo docente e discente, nas quais as primeiras idéias foram lançadas e alguns rumos foram esboçados.

A redação do presente documento teve como base um estudo das mudanças verificadas na Geografia durante as últimas décadas. Para tanto foram consultadas obras geográficas atuais e alguns documentos expedidos pelo Ministério de Educação e C.cultura.

Os documentos elaborados pelos cursos de História e Ciências Sociais também foram consultados a fim de conseguirmos maior integração de conteúdos em concordância com o tipo de formação que pretendemos oferecer aos alunos do Instituto de Ciências Humanas como um todo.

Curso de Ciências Sociais

por uma série de razões ao longo de discussões junto ao Departamento de Ciências Sociais e a direção do ICH, às quais se incorporaram os representantes estudantis, chegou-se à conclusão de que a alteração da grade curricular seria, por assim dizer, o primeiro passo para a reorientação do curso.

Na mesma ocasião ficou constituída uma comissão composta de três professores e um representante dos alunos para estudar o assunto [rediscutir o curso]

Faculdade de Educação

O Projeto Pedagógico, desta forma, foi o único caminho escolhido para operacionalizar os objetivos e propostas de um caminhar conjunto, congregando todos os que fazem parte de cada Unidade: alunos, professores, funcionários, diretores.

Na elaboração do Projeto Pedagógico perscrutaram-se os anseios de todos através de uma postura filosófica que norteasse as atividades da Faculdade de Educação como procurou-se deixar bem definido o perfil do profissional da Educação, numa demonstração de que a atitude daqueles que fazem parte dessa Unidade deve corresponder a tais princípios.

Neste sentido, e, como até hoje não se elaborou uma Projeto Pedagógico, nem a nível da Universidade, nem a nível da própria Faculdade de Educação que fundamentasse as ações de alunos, professores, funcionário, diretores - tenta-se agora, uma proposta conjunta, sua elaboração como decorrência da expectativa de se construir algo que venha a significar tudo o que se buscou de forma isolada

A preocupação maior com o Projeto Pedagógico, neste sentido, é a formação do educador crítico e criativo, capaz de analisar a situação do ensino, fazer propostas e assumir o papel de responsável pela educação mais adequada às crianças e aos adolescentes de nossa sociedade.

Na segunda semana de agosto, foi composta uma comissão presidida pela Vice-Diretora com representantes de professores e alunos de cada curso da Faculdade de Educação, incluindo as Licenciaturas. Esta comissão (...) 1- elaborou um documento que serviu de base para as diretrizes que estarão explicitadas no Projeto; 2. Formou subcomissões que se responsabilizaram pelo debate e coleta de propostas a nível de cada curso baseando-se nesse primeiro documento; 3. Como algumas subcomissões desviaram-se da proposta de reflexão do perfil do profissional, para debater a grade curricular, apresentando propostas de redistribuição de disciplinas nas séries, e de carga horária, a comissão geral reuniu as subcomissões e, revendo esses desencontros, reforçou a postura do debate sobre a formação do educador, e a necessidade de explicitar alguns pontos num novo documento; 4. Depois da dinâmica das discussões em classe e assembléias de curso, redefiniu os pontos colocados: diretrizes e perfil do profissional da educação; 5. Através das subcomissões apresentou propostas que resultaram nas prioridades contidas no Projeto. 6. Aceitou a colocação dos professores envolvidos no Projeto Comunitário de Educação do Pré-Escolar, que propuseram a ampliação deste Projeto para "Projeto de Educação Comunitária", do qual participarão alunos e professores dos demais cursos da Faculdade de Educação... 7. Endossou as propostas das subcomissões que propuseram outros tópicos...Planejamento no início de cada semestre com professores e alunos de cada série; ... Retomadas bimestrais do planejamento para garantir basicamente a interdisciplinaridade... 8. Após a avaliação do funcionamento dos Departamentos no ano de 1981, nomeou uma comissão para estudar e apresentar nova proposta de Departamentalização. 9. Também designou uma comissão que deverá apresentar critérios para a contratação de professores, substituição e atribuição de aulas.

Nova Proposta de Departamentalização ... foram feitas reuniões e grupos de estudos no sentido de perceber a adequação

...apresenta algumas prioridades consideradas de suma importância na concretização de sua filosofia de trabalho, envolvendo professores, alunos, funcionários, diretores...

já vem de longa data a discussão por parte de alguns professores e depoimentos de muitos alunos da necessidade de se criar na Faculdade de Educação um espaço para discussão de problemas a ela concernentes como por ex. a dos problemas mais profundos da realidade brasileira.

Faculdade de Serviço Social

Uma nova proposta de ação educativa, além de procurar responder às necessidades de uma situação concreta, deve em sua formulação, atender ao critério da objetividade, a fim de não correr o risco da incoerência ou da imposição pessoal.

Na realidade, a proposta não é “nova”, a não ser em termos da situação específica da Faculdade de Serviço Social, pois ela está contida no próprio referencial da teoria crítica sobre a educação brasileira, nos objetivos atuais da PUCC e do Serviço Social.

A necessidade de elaboração do Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social surgiu no início do ano letivo, ao se constatarem, através das reuniões com professores do ciclo profissional e supervisores internos, uma série de contradições, principalmente de natureza ideológica e metodológica. Havia por parte de alguns docentes, sérias resistências quanto à filosofia da Universidade Católica, às tendências atuais da profissão e ao processo de transformação social.

Uma das primeiras tentativas de se refletir, de maneira objetiva sobre a situação, foi através da análise de dois textos elaborados em fevereiro, o primeiro, explicitando os “Fundamentos do atual Projeto Pedagógico da PUCC” e o segundo de “Confronto entre as propostas atuais da educação brasileira, da PUCC e do Serviço Social.

A subjetividade, o envolvimento emocional, reforçados pela situação de crise da Universidade, foram constantes nessa fase inicial, perdurando nas primeiras reuniões de elaboração propriamente dita do Projeto Pedagógico, iniciadas em maio, quando então se estabeleceram suas diretrizes, a partir da proposta da direção de “se oferecer ao aluno uma educação libertadora, compatível com os princípios da Universidade Católica.

Era preciso se delimitar uma metodologia que correspondesse, em todos os momentos, aos requisitos da educação libertadora: diálogo, espírito crítico, criatividade e a participação ampla de professores, alunos, supervisores e ex-alunos. Uma metodologia que permitisse uma aproximação sucessiva com a realidade e uma realimentação teórica constante, que constituísse, ao mesmo tempo um instrumento de conhecimento e explicação da realidade e de sua transformação.

A opção deu-se em torno do método de “aproximações sucessivas” e da “Pesquisa ação”, que permitiram a configuração do perfil do profissional que se está formando e a ser formado, numa tentativa de se estabelecer um elo de ligação entre as “possibilidades” e a “realidade”, compreendendo-se a primeira como os elementos não realizados e a Segunda como as condições e possibilidades já realizadas.

Temos a salientar, que, apesar das limitações, a elaboração do Projeto Pedagógico, tem representado para a FSS um marco histórico, “um salto qualitativo”, em termos de participação, de abertura e de compromisso.

6- Sobre a Unidade e/ou Curso

Instituto de Letras

Objetiva: atender à demanda do mercado de trabalho cada vez mais diferenciado; responder à finalidade primeira da universidade voltada, especificamente ao ensino, seguido da produção de conhecimento e atendimento à comunidade; adequar sua filosofia à filosofia da educação nacional, preocupada com a formação de profissionais do ensino de 1º, 2º, 3º graus.

... esta unidade tem-se empenhado na montagem de um primeiro ano constituído de um núcleo comum de disciplinas, visando à formação básica dos seus alunos.

Tem se preocupado, (...) com a inclusão de conteúdos específicos já nesta série inicial, para assegurar um desempenho lingüístico compatível com a profissionalização proposta.

Os trabalhos realizados nos Departamentos de Língua Portuguesa e Línguas Vivas contam com o apoio do Departamento de Pós-Graduação em Letras.

Proposta de Trabalho: dinamização das suas atividades, para o que estuda a possibilidade de novas opções de ensino, assegurando, entretanto, a formação prioritária do educador. Desse modo objetiva: 1º Atender à demanda de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado; 2º Responder à finalidade primeira da universidade, voltada, especificamente, ao ensino, seguido da produção de conhecimentos e atendimento à comunidade; 3º Adequar sua

filosofia à filosofia da educação nacional, preocupada com a formação de profissionais do ensino de 1º, 2º e 3º Graus.

Faculdade de Biblioteconomia

Filosofia do curso Formando profissionais para atuar em bibliotecas, centros e/ou serviços de informação e documentação, a Faculdade de Biblioteconomia deve reformular seus cursos, acompanhando as mudanças e tendências registradas nos conceitos relativos ao uso e ao valor da informação.

Maximizar a utilidade social da informação é a finalidade última a ser obtida através da preparação de um profissional que entenda a função social, cultural, educacional das bibliotecas e que deve reconhecer a informação como um dos recursos essenciais de uma nação, condicionando mesmo a possibilidade de progresso individual e coletivo.

Além da formação de bacharéis em Biblioteconomia a Faculdade deve ter presença na Comunidade, através da organização de serviços de assessoria, consultoria, pesquisas sobre a realidade informacional, além de curso de extensão.

Objetivos Formar bacharéis em Biblioteconomia aptos a: 1) facilitar por todos os meios o acesso à informação...; 2) compreender a biblioteca como elemento fundamental no processo de transformação da sociedade, no avanço da cultura, da ciência e tecnologia, na capacitação de recursos humanos para as empresas, no seu valor pedagógico e civilizatório; 3) considerar a informação como direito humano, conhecendo as implicações políticas, ideológicas e culturais da transferência da tecnologia entre as nações e realizar funções que levem a uma sociedade mais independente no plano da informação...; 4) realizar intercâmbio e cooperação inter-bibliotecária a nível local, regional, nacional e internacional; 5) prestar serviços de disseminação ampla ou seletiva da informação visando à democratização da cultura ou serviços personalizados ...; 6) tomar iniciativas que propiciem a criação do hábito da leitura, a a educação contínua, a popularização da cultura, o incremento da pesquisa; 7) antecipar-se à demanda do usuário...; 8) realizar avaliação contínua dos serviços prestados e da pertinência e obsolescência das coleções, visando maior eficácia da biblioteca...;9) tomar iniciativas que visem a abrangência do acervo; 10) planejar, implantar e implementar sistemas de bibliotecas e outros serviços de informação; 11) supervisionar, assessorar e coordenar bibliotecas, banco de dados bibliográficos e/ou serviços de documentação e informação; 12) exercer suas atividades com visão crítica e interpretativa...; 13) fazer pesquisas e projetar, propor e antecipar soluções criativas ...; 14) exercer o magistério de disciplinas relativas à Biblioteconomia.

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

Objetivos da Faculdade: Desenvolvidos a partir de uma visão cristã do mundo e tendo em conta os múltiplos aspectos da realidade brasileira, principalmente as especificidades de um país em vias de desenvolvimento, os cursos da Faculdade (...) estão voltados prioritariamente, para o atendimento das necessidades regionais de profissionais de sua área de formação.

Especificamente, são fins e objetivos da Faculdade: a) Planejar, organizar e coordenar os cursos de bacharelado em...; b) Ministar para toda universidade, os cursos que lhe são específicos; c) Planejar e executar programas de pesquisa integrados com o ensino; d) Planejar e realizar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão ...; e) Colaborar com as demais Unidades (...) quando solicitado, nas atividades de ensino e pesquisa concernentes a seu curso; f) Manter atividades extra curriculares, complementares e suplementares às disciplinas do curso, bem como as que desenvolvem ou estimulam iniciativas de outros cursos ou órgãos ...; g) Organizar e fazer funcionar outros cursos...; h) Organizar os serviços burocráticos do curso..

Este vertiginoso crescimento da procura, acompanhado pelo crescimento da oferta de vagas, resultou (...) em violento acréscimo no número de matrículas, sem infra-estrutura acadêmica e administrativa capazes de suportar, com eficiência as pressões provocadas pela avalanche de alunos.

As conseqüências mais imediatas foram: 1) número excessivo de alunos por sala (...) a mais de 130 alunos... 2) Distribuição dos alunos da Faculdade em 2 campi. 3) Descontrole das atividades administrativas gerais. 4) Descontrole da administração acadêmica.

Faculdade de Educação Física

Em 1973 a Faculdade de Educação Física instalava-se no Campus onde suas instalações modelares faziam inveja às maiores Universidades públicas do país no aspecto esportivo.

Hoje a Faculdade (...) é considerada como padrão de eficiência na formação de seu pessoal e, a cada dia, demonstra sua capacidade pelo sucesso de seus ex-alunos em todos os setores de atividades inerentes à Educação Física e Desportos.

Possui uma Coordenadoria de Educação Física e Esportes, onde cerca de 4000 alunos praticam atividades Gímnicas-desportivas e Recreativas com rara eficiência.

Hoje (...) ministra seus Cursos de Graduação, Especialização, Aperfeiçoamento, Técnica Desportiva e Extensão Universitária.

Filosofia: (cita documento de Puebla)

Objetivos gerais da Faculdade de Educação Física: Formar professores para pré escola, 1º e 2º graus; Formar especialistas para vários ramos das técnicas de Educação Física e contribuir para o aperfeiçoamento e estudos de pós-graduação na área. Desenvolver a docência e pesquisa educacional com fundamentação científica na ação educativa. Colocar a ação da nossa faculdade para a comunidade, de modo a cooperar na orientação e desenvolvimento educacional, bem como na solução dos problemas da Educação Física, baseando-se numa pedagogia social e encaminhada para uma educação libertadora.

Objetivo geral do curso de licenciatura em Educação Física: Formar professores para pré escola, 1ª e 2º graus e capacitá-los a atuar nos demais campos de ação profissional na comunidade, com domínio nos campos bio-psico-social e motriz, para o ato de educar.

Instituto de Artes e Comunicações

Nossa Unidade já é superavitária, inclusive com as despesas indiretas, e estamos oferecendo à Universidade receita alternativa através do funcionamento da nossa Cerâmica; para o próximo ano temos projetos para as agências de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Acreditamos poder, portanto, reivindicar melhores condições de trabalho acadêmico

Curso de História

Objetivos do curso: Objetivos gerais: Relacionar o estudo da história com a realidade histórica atual; Formar profissionais conscientes e críticos da realidade em que vivem e atuam, no sentido de se descobrirem como sujeitos da história; Possibilitar o desenvolvimento da capacidade de agir democraticamente para que os alunos possam propor e promover mudanças tanto na sua área de atuação como no contexto mais amplo da realidade em que vivem; Promover a integração necessária entre ensino e a pesquisa; Proporcionar o instrumental necessário para que os alunos adquiram criticamente o conhecimento produzido em história, identificando os pressupostos teóricos e metodológicos subjacentes ao conhecimento produzido.

Temática geral do curso: Daí propormos que a temática geral do curso se comprometa prioritariamente, se bem que não exclusivamente, com o estudo e a investigação da realidade brasileira, inserida no processo histórico latino-americano.

... exige-se como pressuposto fundamental que o foco de nossa atenção se dirija para o estudo referente aos diferentes modos de produção estabelecidos, na sucessão dos períodos históricos, privilegiando, porém, a transição para o modo de produção capitalista, sua afirmação e consolidação através das mudanças que este sofre ao longo do tempo.

Somente a partir dessa visão global do processo histórico se tornará possível captar o sentido das transformações ocorridas com o advento do capitalismo, cuja expansão para as áreas periféricas dará origem inicialmente ao aparecimento de coletâneas e, numa fase posterior, se assistirá ao surgimento de nações dependentes dos centros hegemônicos do capitalismo internacional.

É indispensável atentar para a caracterização das peculiaridades da dominação capitalista no Brasil e na América Latina, conforme os momentos históricos, até atingirmos a análise das relações entre capitalismo monopolista e as classes sociais e países latino-americanos.

Propomos ainda que, sem perda de uma visão totalizante da história e sem prejuízo da análise das distintas maneiras de encarar a história, o curso assumirá a perspectiva histórica das classes trabalhadoras.

... estes [os trabalhadores] devem ser tomados dinamicamente, integradas as relações de produção existentes, que os colocam frente a outras classes sociais em luta, ao poder político, à ideologia dominante, etc. (...) não deve impedir que se dê destaque todo especial, embora não exclusivo, para o estudo e investigação das classes trabalhadoras em geral: suas condições de vida, suas lutas e os movimentos sociais por elas detonados através dos tempos, suas contradições com as classes dominantes, suas relações com o Estado, tudo isso, a nosso ver, deve se converter em objeto igualmente prioritário do novo curso de História.

Nesse sentido, afinados com a preocupação dominante de setores da igreja latino-americana, estaremos contribuindo inclusive para desnudar os mecanismos de exploração e dominação que geram e alimentam uma estrutura econômico-social e política que perpetua a pobreza de vastos segmentos da população da América Latina.

Perspectiva filosófica do curso: em termos mais gerais o curso (...) se propõe a alcançar uma compreensão do processo histórico e do movimento através do qual ele se constrói, partindo das contradições inerentes aos diversos modos de produção material e dos conflitos sociais que eles suscitam.

Para tanto a noção de contemporaneidade torna-se fundamental, na medida em que o complexo de contradições em que está estruturada a história no presente fornecerá parâmetros para a interrogação do passado e para a perscrutação da sua direção no futuro.

Trata-se de tentar romper com a maneira tradicional de conceber-se a ciência histórica, impedindo que ela se limite apenas ao estudo do passado.

O conhecimento da produção historiográfica deve abarcar as diferentes linhas de investigação presentes na ciência da história e as posições teórico-metodológicas que lhe são subjacentes.

... isso significa que admitimos a existência de condicionamentos subjetivos na pesquisa e na elaboração do conhecimento histórico e a necessidade de explicitá-los.

Deve-se pois empreender uma análise crítica sobre a produção historiográfica captando a concepção de história que subjaz à interpretação dos fatos e suas relações, com a finalidade de buscar a perspectiva teórica que explique de forma mais objetiva a realidade histórica, sem camuflar as contradições sobre as quais ela se articula.

No nosso caso, uma opção clara pela análise crítica da realidade latino americana e pelo compromisso preferencial com o destino das classes trabalhadoras serviria como uma espécie de plataforma de lançamento de uma série de pesquisa de incontestável interesse social.

Curso de Geografia

... no curso de Geografia da PUCAMP, os conteúdos disciplinares deverão ser ministrados utilizando-se de descrição dos fenômenos, quando este procedimento se fizer necessário; as técnicas quantitativas serão empregadas quando a análise de determinados aspectos especiais delas necessitem.

Somos dos que acreditam que a problemática sócio-econômica e política tem papel importante na estruturação do espaço, daí termos sempre a preocupação com a análise crítica, proporcionando aos alunos a reflexão sobre os problemas que envolvem a organização do espaço.

Curso de Ciências Sociais

... propomos uma completa reestruturação do curso (...), a partir da qual seja ressaltado, de uma maneira inequívoca, seu compromisso com a análise e investigação da realidade brasileira e latino-americana. Mais do que isso, seu comprometimento com a problemática econômica, política, social e cultural dos povos latino americanos, preocupação essa, aliás que vem dia a dia, merecendo maior atenção por parte de amplos segmentos da igreja.

... trata-se de desenvolver todo o esforço científico para a compreensão da realidade brasileira e das contradições nas quais ela se apóia, situando-a no contexto mais amplo da formação social dos países da América Latina. Para tanto se tornará indispensável (...) a apreensão da forma como se dão historicamente as relações "centro-periferia" dentro do sistema capitalista internacional, sem o que fica prejudicada qualquer possibilidade de análise mais efetiva dos impasses enfrentados pela América Latina.

O Curso de Ciências Sociais frente à "opção preferencial pelos pobres": considerando-se que o curso (...) que se propõe integrará o elenco de cursos de uma Universidade Católica, o mínimo que se pode esperar dele é que dê um salto, superando a distância abismal que, sob vários aspectos o afasta, hoje, das linhas básicas de ação definidas em documentos oficiais da igreja latino-americana.

É hora de se promover redirecionamento do tipo de trabalho didático pedagógico desenvolvido no Instituto de Ciências Humanas sob pena de vermos mais e mais ampliado o fosso que nos separa das preocupações e da atuação dos setores mais conseqüentes da igreja.

Para nós a tradução dessa opção equivale a selarmos o compromisso de procurarmos imprimir ao curso (...) uma orientação em que estejam presentes, o mais possível de maneira preferencial mas não exclusiva, o estudo e a investigação das classes populares.

Assim, ao lado do que houver de mais válido nos temas clássico das Ciências Sociais e da análise crítica das diversas perspectivas teóricas explicativas da realidade social, cabe-nos lançarmo-nos à tarefa de introduzir no centro de nossas preocupações esse personagem – as classes populares – por vezes tão marginalizado nos estudos acadêmicos.

Permanecer amarrado a velhas concepções e descolado das preocupações atuais da Igreja latino-americana significaria retroceder no tempo. Equivaleria, enfim, a nos omitirmos ante a necessidade de efetuarmos uma constante reavaliação dos nossos cursos, que, em última análise se redefinem historicamente.

Não deveria existir mais lugar no mundo de hoje, para escolas que se concebiam como simples centros de reflexão e de pesquisa desinteressada.

Dentre os vícios (...) destaca-se em primeiro lugar a excessiva fragmentação do curso por todo um conjunto de disciplinas demasiadamente específicas. Se mantidas, elas já comprometeriam a priori o conteúdo a ser ministrado, afastando a possibilidade de interferência da maior parte dos professores e praticamente da totalidade dos alunos na definição dos programas.

Diante da especialidade do campo de atuação do profissional fonoaudiólogo, e tendo em vista a estreita relação que existe entre o mesmo e as áreas de Linguística, Psicologia, Morfofisiologia, o curso deve formar um profissional capaz de não apenas atuar com fórmulas pré-estabelecidas, mas de constituir estratégias baseadas nos conhecimentos dos princípios que regem as suas atividades.

o curso (...) mantém uma Clínica Fonoaudiológica, onde os alunos exercerão suas atividades de observação e atendimento.

... o curso mantém uma Classe Especial para Crianças Surdas ...O objetivo dessa classe é de proporcionar ao aluno uma visão do processo educacional da criança deficiente auditiva como um todo e não só da "especialização" na reabilitação terapêutica individual que a disciplina oferece.

FUNÇÃO SOCIAL DA CLÍNICA: ... a importância da clínica como um núcleo de atendimento à comunidade, já que existe uma grande incidência de distúrbios de comunicação, afetando em vários graus a adaptação destes indivíduos na sociedade. ...Os indivíduos portadores de distúrbios de comunicação de outra natureza dependem de atendimento particular, oneroso, inacessível à grande parte da população. Acorrem à clínica pacientes de Campinas e cidades vizinhas, sendo a demanda de atendimento muito superior à nossa possibilidade.

Faculdade de Educação

A responsabilidade da Faculdade de Educação na formação do seu profissional que atuará na realidade brasileira, é de suma importância, dado que ele é o elemento agilizador de processos a nível de instituições escolares que venham a significar um novo tipo de educação voltada mais para essa realidade, deixando a preocupação de copiar modelos não adequados.

Para conseguir desenvolver tal proposta e sabendo-se que alunos de nossa Faculdade vêm despreparados, sem senso crítico e criativo, em decorrência da própria situação educacional, estamos colocando como ponto fundamental a oferta de condições que, embora ainda reduzidas, lhes ofereçam oportunidades de participação para, juntos, reformularmos nossa proposta curricular.

Todos nós estaremos num processo educativo de democratização em que cada um terá sua parcela de responsabilidade que, esperamos, seja assumida pelos alunos, professores, funcionários, diretores, na caminhada para atingir a proposta educacional que no momento consideramos a mais viável e adequada para a realidade da Faculdade de Educação.

Propusemos um Orçamento Programa para garantir a viabilização dessa proposta, e demos os primeiros passos para a aquisição de material didático-pedagógico, condições de infra-estrutura para reciclagem de nossos professores e reuniões pedagógicas, elementos fundamentais de garantia da dinamização do processo.

Os Seminários Regionais de Reformulação do Curso de Pedagogia foram fonte motivadora para que o primeiro texto fosse debatido com professores e alunos na semana de replanejamento do segundo semestre dos diferentes cursos da Faculdade de Educação.

Também foi um primeiro passo para um replanejamento por série, onde se buscou a integração curricular em torno de temas ou atividades de conhecimento, e atuação em torno de temas ou atividades de conhecimento, e atuação em instituições educativas da comunidade. Como exemplo, citamos: trabalho já iniciado em escolas, educandários, APAE e bairros periféricos.

A Faculdade de Educação... objetiva assumir o papel integrador escola-comunidade formando profissionais da educação, sejam estes docentes ou especialistas.

1. Seu objetivo imediato é a promoção do homem na pessoa de cada aluno, de cada professor, de cada membro que congrega a Faculdade de Educação, tendo como mediação os desafios sociais, políticos e culturais da nossa comunidade. Assim, sua preocupação constante é o pensar coerente e unitário, que vai se desenvolvendo aos poucos, e que exige um trabalho árduo e persistente daqueles que pensam criticamente a realidade e sejam comprometidos com ela.

Neste ambiente solidário, professores e alunos estarão interagindo numa busca constante dos ideais educacionais de educação libertadora e questionadora. Desta forma, a partir das relações que estabelecem com o mundo, os integrantes da Faculdade de Educação terão condições de criar, recriar, decidir e dinamizar suas atuações, sendo, portanto, agentes de transformação.

É proposta uma integração, não somente em nível da Faculdade de Educação, mas em nível amplo: da Universidade e da comunidade em geral.

O conteúdo a ser trabalhado na Faculdade de Educação, deve caminhar no sentido de uma libertação, formando um profissional com a visão de integração, continuando, assim, o processo educacional fora da Universidade.

3. Será ainda preocupação da comunidade da Faculdade de Educação a busca de uma cultura que conduza a uma reflexão marcada pela procura de verdades, estando atenta para que influências de culturas alienígenas não se

façam presentes, turvando a clareza de princípios que nortearão a cada um em particular e a todos no geral. A Faculdade (...) tem recebido de professores não só do 1º e 2º Graus, como também do 3º solicitação para oferecimento de cursos, principalmente na área pedagógica (...) tais cursos estarão sendo planejados e executados (...) objetivarão fornecer recursos aos profissionais da educação para estudar e refletir novos caminhos que auxiliarão no desempenho profissional de forma mais segura e eficiente.

... houve por bem a comunidade da Faculdade de Educação, através de sua direção, professores e alunos, proceder à organização de sistema avaliativo com verdadeiro sentido de um processo educacional, partindo-se do pressuposto que a avaliação é um processo preponderantemente educativo.

... a Faculdade de Educação assume a responsabilidade de organizar melhores oportunidades de vivência profissional, para que possa o estagiário obter benefícios dessa experiência.

... propõe a implantação da Coordenadoria de Estágios, com organização e atribuições próprias, que possibilite à escola controle técnico e administrativo dos estágios curriculares e extracurriculares.

Esta Coordenadoria de Estágio deverá atuar junto ao departamento que inclui disciplinas que desenvolvem estágios em instituições da comunidade, tendo em vista que as atividades que a ela estão inerentes, se ligam diretamente aos professores que desenvolvem tais disciplinas.

... atribuições do Coordenador de Estágios: 1. Elaborar documentos orientadores para os professores... 2. Estabelecer contatos com as Instituições... 3. Zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais...4. Orientar os estagiários... 5. Controlar administrativamente os estágios curriculares. 6. Utilizar os dados e informações obtidos através dos estágios realizados, para propor reformulações no sistema de estágio da Faculdade, elaborando relatórios anuais dos mesmos. 7. Divulgar informações ...8. Coordenar os trabalhos dos professores responsáveis pelos Estágios...

Encerrando o período de estágio, o Coordenador (...) fará reunião com todos os professores responsáveis pelo estágio para discussão dos procedimentos adotados e análise dos resultados, dos problemas, das inadequações técnicas e administrativas, das críticas e sugestões.

Coerente com sua linha filosófica de trabalho, a Faculdade de Educação desenvolverá atividades junto aos funcionários da Universidade, elaborando cursos de alfabetização de adultos ou outros, como cursos preparatórios aos Exames Supletivos.

... voltada para seu papel de agilizadora de atividades educacionais inovadoras, (...) a Faculdade de Educação assume esta responsabilidade, não só para atender aos que dela venham solicitar atendimento, como também para ser um laboratório de aprendizagem para os alunos, tendo em vista a habilitação para o magistério.

...possibilitando um repensar da educação de adultos na Pedagogia.... Este campo poderá ser um novo caminho para a formação do educador, levando-se em consideração a realidade brasileira, com um grande contingente de sua população em grande deficiência intelectual.

A Faculdade de Educação tem por objetivo único e exclusivo a formação de recursos humanos para a educação, seja para o 1º, 2º e 3º graus, seja para outras áreas. Esse objetivo é o que a faz caminhar e existir.

... nos dias atuais os olhos estão voltados para as Faculdades de Educação ou Centros de Educação, numa ansiedade ímpar, objetivando que deles saiam profissionais aptos a vencer as dificuldades que encontrarão.

A Faculdade de Educação deverá ser um "laboratório" onde as experiências vividas e reaprendidas serão uma constante na vida de cada professor e de cada aluno. O laboratório não usará fórmulas prontas para produtos ou resultados previstos, mas atividades combinadas que, através de uma intercomplementaridade, produzirão ações conscientes e responsáveis de homens que, através da ação-reflexão-ação, tenderão a ser mais humanos, solidários e justos consigo mesmos e com o próximo.

A Faculdade de Educação coordenou três reuniões com diretores das Unidades Acadêmicas que mantêm Licenciaturas, apresentando uma proposta de centralização das disciplinas pedagógicas na Faculdade, visando a dar condições para reuniões, ampliar o debate sobre educação com os alunos e professores, a conseguir um local onde os problemas educacionais pudessem ser debatidos e pesquisados com uma infra-estrutura de sustentação...

... a Faculdade de Educação, através de seus Departamentos, procurará caminhar para atender a formação dos alunos nas diversas áreas, estudando propostas de redistribuição das aulas das disciplinas pedagógicas nas Unidades, provendo estudo dos planos de ensino, visando a integração dessas disciplinas e continuando os debates sobre a formação do educador.

Faculdade de Serviço Social

Princípios básicos decorrentes do confronto entre as propostas atuais da Educação, da PUCC e do Serviço Social:

1.1 A Educação, a Universidade Católica e o Serviço Social procuram situar-se num contexto social e num momento histórico determinados. 1.2 Buscam uma visão objetiva dos problemas decorrentes desse contexto e procuram encaminhar soluções humanas a esses problemas. 1.3 Procuram compreender a sociedade em movimento, colocando o homem como artífice do processo e como sujeito da história. 1.4 Visam uma educação voltada para a mudança, a transitoriedade, e por conseguinte, para a reflexão crítica e a criatividade. 1.5 Buscam o diálogo não só pessoal, mas com a realidade na qual se inserem, participando na humanização do desenvolvimento. 1.6 Voltam-se para uma concepção humanista-cristã que encerra na expressão "Educação Libertadora". 1.7 Procuram colocar-se a

serviço do homem e da sociedade brasileira como um centro de elaboração de cultura e formação e não apenas de transmissão do saber. 1.8 Partem não de um corpo de conhecimentos acabados, mas de problemas que o homem e a sociedade colocam e que a ciência, a técnica e as instituições sociais podem resolver dentro de seu âmbito de competência. Objetivos da Faculdade de Serviço Social: Proporcionar uma formação científica, profissional e moral compatível com a educação libertadora. Contribuir para o desenvolvimento de um estilo de vida pessoal do educando, que implique um novo modo de ser homem, através do diálogo, da solidariedade, da cooperação, da participação, da criatividade. Oferecer ambiente favorável para a pesquisa, a interdisciplinaridade, o diálogo aberto entre as diferentes teorias, no sentido de se compreender o processo de humanização. Colocar o seu potencial humano, científico e cultural a serviço do meio social imediato, estabelecendo como prioridade as classes populares. Integrar-se no contexto universitário, contribuindo, de maneira efetiva no processo de transformação da universidade e da sociedade.

Objetivos do curso de Serviço Social: ... proporcionar ao aluno a oportunidade de: Compreender a sociedade em movimento, colocando o homem como sujeito do processo histórico-social. Situar-se num contexto social e num momento histórico, numa perspectiva de globalidade. Analisar de maneira crítica e objetiva a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional que nele se insere, propondo e operacionalizando novas formas de ação na perspectiva da transformação social. Detectar as necessidades emergentes das classes populares e os problemas nacionais, regionais e locais, assumindo como profissional e como cidadão uma postura responsável e comprometida. Fundamentar sua ação profissional num referencial teórico-prático fornecido pela Teoria do Serviço Social, pelas Ciências Psicológicas, Sociais, Filosóficas e Políticas, pela Prática Social e Prática Profissional. Instrumentalizar sua ação através de métodos, técnicas e abordagens coerentes com o referencial teórico-filosófico da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Serviço Social;

Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

No dia 25 de abril de 1981 foi aprovado o Regimento do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, sendo aprovada também sua criação como Unidade Universitária, o que trouxe o desmembramento do antigo Instituto de Filosofia e Teologia.

De algum modo temos em nossos objetivos alguns aspectos do profissional. Estamos, contudo, num processo de revisão e aprofundamento desta temática que vem sendo amplamente discutida na CNBB e coordenada pela Organização dos Seminários e Instituto de Filosofia e Teologia do Brasil à qual o nosso Instituto está também ligado.

7-Perfil do Profissional

Faculdade de Biblioteconomia

Perfil: O bacharel deverá estar preparado para criar condições que permitam a transferência da informação e a democratização da cultura, tornando disponíveis e acessíveis materiais de apoio ao estudo e à pesquisa para a educação formal, informal e permanente, inclusive de comunidades carentes.

Precisa compreender não só o comportamento do indivíduo no meio social, como também os fenômenos sociais, econômicos, políticos e a formação da sociedade brasileira; identificar demandas e necessidades de informação nos diversos grupos sociais, científicos e culturais do país, entendendo seu papel no processo sócio-cultural das civilizações e situando o planejamento bibliotecário no contexto do planejamento nacional; saber colocar-se diante de situações novas, que irão requerer flexibilidade de atitudes para fins de captação, adaptação e transformação dentro da variedade de atividades desempenhadas na biblioteca e nos centros de documentação e informação.

Além disso deve antecipar necessidades informacionais e organizar serviços para atendê-las, manter atualizados registros subsidiários para decisões administrativas em diversos níveis, de interesse nacional regional, local, institucional e individual.

Deve adotar iniciativas para colaboração ou atuação na Comunidade, visando a mudança social, o fomento e manutenção do hábito da leitura, a promoção de atividades culturais para a criação de hábitos de lazer bem orientados, o respeito aos valores e tradições populares, a independência em face da informação pré fabricada dos meios de comunicação de massa.

Também identificar e divulgar recursos de informação produzidos e/ou existentes na instituição e na comunidade, colaborando para a identificação do perfil intelectual do homem brasileiro, como subsídio ao planejamento educacional e à política editorial.

Faculdade de Educação Física

Perfil do profissional: Educador com características cristãs, estrutura bio-psico-social e motriz, capaz de atuar a nível de pré escola, 1º e 2º Graus, bem como em outras áreas técnica-desportivas ou recreativas, voltadas para uma educação libertadora.

Curso de História

Perfil do profissional de História: que profissional que o curso pretende formar: Consciente e crítico da realidade em que atua. Que relacione o estudo da história com o contexto da realidade atual. Capaz de propor e promover mudanças no contexto em que atua, seja ao nível da sociedade global, seja ao nível mais estritamente profissional. Que promova, sempre que possível, a integração entre ensino e pesquisa. Conhecedor crítico da produção do conhecimento em história e além do mais, habilitado a produzir novos conhecimentos a partir de seu campo de atuação. Possibilite a seus alunos condições para aquisição do conhecimento produzido em história, contribuindo para que eles desenvolvam a consciência crítica no sentido de analisar os pressupostos dessas produções.

Curso de Geografia

... os formados no Curso (...) deverão ser capazes de: a) Identificar e posicionar a Geografia como ciência ...; b) Elaborar e analisar as representações cartográficas do espaço ...; c) Realizar análise geográficas através de correlação dos aspectos humanos e naturais da realidade; d) Exercer o magistério de 1º e 2º graus; e) Desenvolver pesquisas.

Curso de Ciências Sociais

O perfil do profissional a ser formado se define a partir do mercado de trabalho onde irá atuar. Uma vez constatada a situação de desgaste que as diversas reformulações do ensino acarretaram à área de Ciências Humanas, não achamos que o profissional deva simplesmente se ajustar a essa situação, mas que interfira nela de forma a colaborar com as mudanças necessárias na área.

Do ponto de vista do pesquisador, também é necessário uma formação ampla humanística e técnica, já que o profissional em questão está sendo requisitado continuamente a participar de equipes multidisciplinares encarregada de elaborar projetos tanto em órgãos de pesquisa como de planejamento.

Curso de Fonoaudiologia

Perfil do profissional: o fonoaudiólogo é o profissional liberal com graduação plena em fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica, na área da Comunicação Oral e Escrita, Voz e Audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

Ao fonoaudiólogo compete: a) desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da Comunicação Oral e Escrita, Voz e Audição...; b) participar de equipes de diagnóstico, composta por (...) com o objetivo de realizar avaliação da Comunicação Oral e Escrita, Voz e Audição; c) realizar terapia fonoaudiológica de distúrbios de Comunicação Oral e Escrita, Voz e Audição, tais como...; d) realizar aperfeiçoamento de padrões de Voz e Fala inadequados através da modificação destes...; e) oferecer subsídios para outras áreas...; f) lecionar teoria e prática fonoaudiológica; g) projetar, dirigir ou efetuar pesquisa...; h) dirigir serviços de fonoaudiologia...; i) supervisionar profissionais e alunos...; j) assessorar órgãos e estabelecimentos...; l) participar de equipe (...) escolar; m) dar parecer fonoaudiológico.

Faculdade de Educação

Assim sendo, o profissional da educação deve apresentar certas características que essencialmente são: a) consciência política, destacando-se o empenho em construir uma sociedade mais justa, visão do processo educacional como pesquisa, b) competência profissional, destacando-se a formação humanista e o preparo técnico. O educador deve apreender a verdadeira realidade da escola e da sociedade, tendo consciência de que a educação não é um processo neutro, mas está contribuindo, de acordo com sua opção, para a formação de um tipo de sociedade.

A competência profissional vai se retratar, portanto, numa postura de educador que deve transparecer em atitudes coerentes, firmes e sobretudo de amor.

O profissional da educação deverá: 01- Ter consciência crítica, questionando o dogmatismo e a passividade que possam permear o ambiente educacional. 02- Estar alerta para não ser presa fácil de manipulação ideológica. 03- Estar alerta para não ser envolvido na reprodução de ideologias dominantes. 04- Estar apto a utilizar os recursos de sua própria realidade e recusar-se a reproduzir recursos estranhos a essa mesma realidade. 05- Estar consciente de sua responsabilidade como educador na realidade brasileira; pensar criticamente essa realidade e estar comprometido com ela. 06- Ter sólida formação geral e pedagógica. 07- Pautar seu atos numa práxis autenticamente humanizadora. 08- Ter em mente que o trabalho só tem sentido " com o outro ", não se distanciando educador e educando mas pessoas que interagem numa busca de ideais comuns e humanizantes. 09- Estar apto a agir e reagir diante de fatos que firam a dignidade humana de seres que possuem consciência e, como tal, devem ser respeitados. 10- Crer nas possibilidades e condições de seu semelhantes. 11- Estar em condições de trabalhar "na" educação brasileira e não "sobre" a educação brasileira. 12- Deverá estar apto a atuar também em comunidades periféricas.

O profissional da educação deverá assumir a história de seu povo e a sua história. 13- Assumir a história de seu povo e a sua própria história. 14- Crer nas possibilidades de o homem modificar o ambiente em que vive.

Faculdade de Serviço Social

Perfil do profissional que se pretende formar, contido nos princípios básicos: o aluno finalista do Curso (...) deverá ser capaz de: 1- situar-se dentro de um contexto histórico-social, caracterizado como uma sociedade em mudança, em transição. 2- Situar o homem como sujeito da história e a mudança como ato de decisão conjunta, mediatizada pela educação libertadora. 3- Ler e compreender a realidade social em que atua (objeto da intervenção), através de conhecimentos fornecidos pelas ciências psicológicas, sociais, filosóficas, políticas, pela teoria do Serviço Social, pela prática profissional e pela prática social. 4- Prover os resultados que se deseja (finalidades). 5- Delimitar os produtos efetivos e reais, decorrentes da ação (objetivos). 6- Utilizar meios e instrumentos adequados para a ação (métodos e técnicas). 7- Assumir, de maneira crítica responsável, criativa e comprometida, uma postura frente à realidade onde opera. 8- Desenvolver gradativamente a capacidade de comunicação, objetividade, pesquisa, cooperação e responsabilidade. 9- Questionar constantemente a prática profissional no sentido da humanização. 10- Colocar-se a serviço do homem e da sociedade, buscando, dentro de seu âmbito de competência, assumir a responsabilidade que lhe cabe como profissional e como cidadão no processo de transformação social.

As capacidades exigidas pelo perfil de profissional que se pretende formar, estão condicionadas por conhecimentos e atitudes, que por sua vez, são proporcionados por ciências e disciplinas correlatas. Com isso, é possível sistematizar, num primeiro momento, áreas de conhecimento.